

VII

**Encuentro
de Estudios
Sociales
desde
América
Latina
y el Caribe**



Edição Especial :: janeiro 2021 :: ISSN 2594-9721

ESPIRALES

Edição Especial :: janeiro de 2021

COMITÉ/COMITÊ EDITORIAL

Armstrong da Silva
Fernando Rodrigues
Flavia Foresto Porto da Costa
Guilherme Silva da Cruz
Hannah Guedes de Souza
Henrique Neto Santos
Macarena Mercado Mott
María Silvina Sosa Vota
Pedro Silva
Rafael Teixeira de Lima
Rodrigo Abi-Ramia
Tania Rodriguez Ravera

Comissão Organizadora VII
Encuentro de Estudios Sociales
desde América Latina y el Caribe

Diego Mauricio Alarcón Mejía
Vania Macarena Alvarado Saldivia
Leticia Diniz Nogueira
Sofía Mosquera Gutiérrez
Mariana Rocha Malheiros
Guilherme Borges
Pablo Félix Friggeri
Tereza Maria Spyer Dulci
Karla Tuany Lopes Ferreira
Mauricio J. Avilez Alvarez

Revista Espirales (Edição Especial, janeiro 2021) - Foz do Iguaçu, PR.
Universidade Federal da Integração Latino-americana. 344 páginas.
Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/espirales/index>.
ISSN 2594-9721.

1. Relações Internacionais. 2. Educação. 3. Ciência Política.
4. Cultura. 5. História. 6. Economia. 7. Comunicação.

CONTATOS

Revista Espirales - UNILA - PPG-Integração Contemporânea da América
Latina (ICAL).

Parque Tecnológico Itaipu - PTI (Bloco 4 - Espaço 3 - Sala 5)
Av. Tancredo Neves, 6731 - Foz do Iguaçu - PR. CEP 85867-970

Endereço eletrônico: <https://revistas.unila.edu.br/espirales/index>

Email: revistaespirales@gmail.com

ÍNDICE



- 6 Da Geografia Feminista à Mulher Periférica na Atualidade**
Ana Carla de Lima Aquino
GT 05: Epistemologías y prácticas Feministas
- 17 O Meio Ambiente no Brasil frente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**
Ana Leopoldina da Silva
GT 10: Objetivos del Desarrollo Sostenible
- 35 A Luta pela Sobrevivência da Rádio Comunitária Oeste Fm Perante a Lei 9.612/98**
André Crepaldi
GT 01: El Papel de los medios de comunicación en la construcción del pensamiento social latinoamericano
- 51 Migrações Andinas: Equador e Sua Política de Acolhimento aos Migrantes Venezuelanos**
Cristhian Marcelo Gorozabel Pincay & Thiago Augusto Lima Alves
GT 09: Integración y conflictos latino-americanos
- 67 Os Interesses Privados da Comunicação na Cobertura de Processos Político Eleitorais no Brasil**
Diego Alarcón
GT 01: El Papel de los medios de comunicación en la construcción del pensamiento social latinoamericano
- 82 Artigas e a Pátria Grande - Considerações Introdutórias sobre a Estratégia Integracionista da Liga de Los Pueblos Libres**
Gabriel Rodrigues Peixoto
GT 09: Integración y conflictos latino-americanos
- 97 Protagonismo Feminino nos Movimentos Indígenas no Brasil**
Joselaine Raquel da Silva Pereira
GT 02: Movimientos Sociales y resistencia en América Latina
- 115 Mães nos Movimentos Sociais: Um Estudo comparado sobre as Mães da Praça de Maio e os Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo**
Juddy Garcez Moron
GT 02: Movimientos Sociales y resistencia en América Latina
- 133 Pensar desde a Unila: Aportes Contra-hegemônicos para pensar as realidades Latinoamericanas**
Lina Sofía Mora Rios
GT 05: Epistemologías y prácticas Feministas

VII Encuentro de Estudios Sociales desde América Latina y el Caribe

- 154** **Avanços e Retrocessos do Processo de Integração Regional do Mercosul: Para além de uma institucionalização vazia**
Lucas Gonçalves de Oliveira Ferreira
GT 09: Integración y conflictos latino-americanos
- 174** **Um Giro Decolonial à Metodologia Científica: Apontamentos Epistemológicos para Metodologias desde e para a América Latina**
Mariana Rocha Malheiros & Tereza Maria Spyer Dulci
GT 04: Descolonización de las Relaciones Internacionales
- 194** **Criminalização dos Movimentos Sociais e o papel das Polícias na Manutenção da Ordem Social no Brasil, Argentina e Chile**
Júlia de Mattos Araújo Alves & Raíssa do Vale Vieira
GT 02: Movimientos Sociales y resistencia en América Latina
- 214** **Construindo Epistemologias do Sul: Conceitos Latino-Americanos de Relações Internacionais**
Letícia Diniz Nogueira & Raíssa Sena
GT 04: Descolonización de las Relaciones Internacionales
- 229** **Entre Fronteiras e Filtros Invisíveis: Uma análise do Ecosistema Midiático de Foz do Iguaçu**
Ramon Fernandes Lourenço & Vanessa da Silva
GT 01: El Papel de los medios de comunicación en la construcción del pensamiento social latino-americano
- 244** **A Experiência do colono durante os processos de Colonização Camponesa nos Llanos Del Yarí 1950-2010**
Rubén Alberto Castillo Mogollón
GT 07: Colombia: Conflicto, resistencias y paz
- 262** **As Relações de Gênero no Patriarcado Eurocêntrico e no Bom Viver: Uma Análise Comparativa**
Shirley Lori Dupont
GT 05: Epistemologías y prácticas Feministas
- 279** **Refugiados Venezuelanos e os desafios enfrentados no processo de integração à sociedade brasileira**
Thiago Augusto Lima Alves
GT 09: Integración y conflictos latino-americanos
- 296** **Nuevas fuentes de estudio para las relaciones internacionales: el Movimiento Civil Afrodescendiente en los Estados Unidos. Un Análisis de caso del cómic y la serie televisiva The Boondocks**
Vania Alvarado Saldivia
GT 04: Descolonización de las Relaciones Internacionales

APRESENTAÇÃO

O Encontro de Estudos Sociais da América Latina e do Caribe - EESALC é um espaço de pesquisa e debate que visa caminhar para uma abordagem epistêmico-política latino-americana nos Estudos Sociais. Consideramos que a busca e construção conjunta de uma perspectiva latino-americana pode ser encontrada na reflexão sobre nossa história e nossa realidade, constituída na produção intelectual de tantos autores latino-americanos - históricos e atuais - com originalidade e riqueza de saberes, de lutas populares, especialmente indígenas.

Foi realizado nos dias 21, 22 e 23 de novembro de 2019, no espaço da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), na cidade de Foz do Iguaçu, Brasil. A apresentação de investigações desta edição foi organizada com base nos seguintes grupos de trabalho: O papel dos meios de comunicação na construção do pensamento social latino-americano, Movimentos sociais e resistência na América Latina, Desenvolvimento e/ou Buen Vivir: o grande dilema latino-americano, Descolonizando as Relações Internacionais, epistemologias e práticas feministas, Mariátegui e o Socialismo Indoamericano, Colômbia: Conflito, resistências e paz, Análise da realidade campesina e indígena no Paraguai, Integração e conflitos latino-americanos e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.



DA GEOGRAFIA FEMINISTA À MULHER PERIFÉRICA NA ATUALIDADE

Ana Carla de Lima Aquino¹

Resumo: Historicamente a mulher periférica tem passado por diferentes formas de violência nos grandes centros urbanos brasileiros, porém, na última década vem reforçado suas resistências de acordo com esse quadro. Diante disso, o presente estudo procura analisar o papel da geografia feminista a partir do arcabouço teórico fornecido por importantes geógrafas Latino-Americanas, a fim de compreender o seu alcance em relação ao espaço urbano desigual das mulheres periféricas. Segundo as geógrafas feministas, o espaço é uma construção social e essa leitura dependerá tanto do lugar quanto da escala. Nesse sentido, é na cidade onde ocorrerão os reforços das esferas pública e privada, como também onde se misturam as diferentes condições étnicas-econômicas de cada mulher. Por outro lado, e de acordo com o feminismo interseccional, esta pesquisa visa ao mesmo tempo entender quais são as amarras que formam o território e as identidades dessas mulheres na atualidade. Finalmente, conclui-se que as contribuições dos novos feminismos e das vivências pessoais podem construir formulações interdisciplinar para a geografia feminista.

Palavras-chave: Geografia feminista; Feminismo; Classe; Espaço Urbano; Periferia.

DE LA GEOGRAFÍA FEMINISTA A LA MUJER PERIFÉRICA EN LA ACTUALIDAD

Resumen: Históricamente la mujer periférica ha pasado por diferentes formas de violencia en los grandes centros urbanos brasileños y, sin embargo, en la última década ésta viene reforzando sus resistencias ante tal contexto. Frente a eso, el presente estudio busca analizar el papel de la geografía feminista a partir de un marco teórico esbozado por importantes geógrafas latinoamericanas, con el objetivo de comprender su alcance en relación al espacio urbano desigual de las mujeres periféricas. Según geógrafas feministas, el espacio es construcción social y dicha lectura dependerá tanto del lugar como de la escala. De esa manera, es en la ciudad donde ocurrirán los refuerzos de las esferas pública y privada, como también donde se entremezclan las diferentes condiciones étnicas-económicas de cada mujer. Por otro lado, y de acuerdo con el feminismo interseccional, este trabajo procura al mismo tiempo entender cuales son los lazos que conforman el territorio y las identidades de estas mujeres en la actualidad. Por último, se concluye que las contribuciones de nuevos feminismos y experiencias personales pueden construir formulaciones interdisciplinarias para la geografía feminista.

Palavras-chave: Geografia feminista; Feminismo; Classe; Espaço Urbano; Periferia.

FROM FEMINIST GEOGRAPHY TO GHETTO WOMEN IN THE PRESENT

Abstract: Historically, peripheral women have experienced different forms of violence in large Brazilian urban centers, but in the last decade their resistance has been reinforced according to this scenario. Given this, the present study seeks to analyze the role of feminist geography from the theoretical framework provided by important Latin American geographers, in order to understand its scope in relation to the unequal urban space of peripheral women. According to feminist geographers, space is a social construct and this reading will depend on both place and scale. In this sense, it is in the city where the reinforcements of the public and private spheres will occur, as well as where the different ethnic and economic conditions of each woman are mixed. On the other hand, and according to intersectional feminism (Crenshaw, 1980), this research aims at understanding at the same time what are the shackles that form the territory and identities of these women

¹ Graduanda em Geografia Bacharelado na Universidade Federal da Integração Latino-Americana- UNILA. anaquino@gmail.com

today. Finally, it is concluded that the contributions of new feminisms and personal experiences can build interdisciplinary formulations for feminist geography.

Keywords: Feminist geography; Feminism; Class; Urban space; periphery.

Introdução

O feminismo é um estudo interdisciplinar em constante construção que tem como base a constante luta contra a desigualdade de poderes entre os gêneros. Na geografia, se existe muitos ângulos para se enxergar a totalidade do espaço, a investigação da geografia feminista é um novo olhar desse prisma (Silva, 1998, 2016, 2019) para se enxergar a relação de poderes entre os gêneros no espaço. Esse estudo vem caminhando notavelmente desde os 1980 e possui publicações de origem saxônica em sua ampla maioria, e que de certa forma, influenciou as primeiras pesquisas que aqui se desenvolvem na Periferia do Sistema. Embora a influência, a região Latino-Americana consideravelmente detém grandes diferenças do centro e detendo ainda muitas distinções entre suas periferias. Essa pesquisa, no entanto, procura mais especificamente descrever a dinâmica que engendra as Mulheres Periféricas dos Centro Urbanos Brasileiro como São Paulo, o qual embora possua muitas particularidades próprias, possui características que não foge do padrão social das tantas Mulheres Latino-Americanas.

No primeiro capítulo, trata-se a respeito das ferramentas da geografia feminista para compreender o caráter de resistência diante de uma ciência hegemônica do qual é branca, heterossexual e masculina. Segundamente, para apontar a influência do feminismo para esse estudo, bem como para reafirmar que não existe um feminismo universal e sim feminismos. Conforme a influência do marxismo para geografia e para o feminismo, a Classe social como variável é fundamental para compreender a condição da mulher periférica. E, por último, toda a violência que um corpo feminino sofre no espaço, além das questões sociais, depende de um recorte de escala.

No segundo capítulo, será focado o recorte espacial da cidade urbana. A cidade é concebida como uma construção social, assim como as relações sociais que ocorrem nessa localidade. Nas cidades as esferas pública e privada estão bastante marcadas, no qual mulheres estão ligadas ao ambiente privado e/ou Doméstico, e o homem ao ambiente do público pela sua relação com o trabalho e pela tomada de decisões comunitárias. Além disso, de acordo feminismo interseccional, as mulheres sofrem diferentes violências e privilégios

de acordo com múltiplas categorias sociais. Uma dessas categorias é a de Classe que separa mulheres ricas e pobres, e das quais essas mulheres possuem vivências diferentes segundo suas regiões com particularidades próprias.

Por último, a Mulher Periferia de acordo com sua vivência perante o capitalismo aborda situações extremamente desafiadoras no seu cotidiano. Además de viver em um lugar geograficamente distante do centro, das ofertas de trabalho e das atividades, sofre também com as diversas violências sociais e do próprio Estado. Com isso, a necessidade de defender o seu território e a sua identidade torna-se essencialmente latente.

1.1. O Feminismo na geografia

O feminismo, assim como toda a ciência, é um estudo em constante construção com base nas vivências sociais que o molda conforme suas necessidades. Esse estudo possui um caráter interdisciplinar e tem como fundamento a luta pela igualdade entre os gêneros. Foram os movimentos, emergidos no século XIX, que mostraram as desigualdades de gênero e como a história da humanidade em diferentes formações sociais foi marcado por relações desiguais e hierárquicas entre homens e mulheres (Silva, 2016).

Na geografia, as feministas tiveram um papel importante como tentativa de quebra do silêncio e resistência perante a uma parte hegemônica da ciência. Segundo Silva (2009, p. 25), essa parte “é marcada por privilégios de sexo e de raça, características que dificultaram a expressão das especialidades dos grupos das mulheres, dos não-brancos e dos que não se encaixam na ordem heterossexual dominante”. Dessa forma, ao fazer ciência, a geografia feminista evidencia uma proposta de visibilizar as relações de poder entre os gêneros no espaço. Onde ao invés de evidenciar uma suposta neutralidade de gênero na ciência, a geografia feminista busca apresentar, debater e discutir questões que engendram o outro lado do prisma: o lado do qual faz parte a outra metade da população. Segundo Silva:

A Geografia, de uma maneira geral, tem considerado a sociedade como um conjunto neutro, assexuado e homogêneo. Entendo que o estudo da população, por exemplo, ainda é uma abstração mesmo considerando as classes que a compõem, se não considerarmos que esta é composta por pessoas que situam-se também na sociedade quanto ao gênero (1998, p. 108).

Vale lembrar, que essas teorias aqui mencionadas alguns autores ainda fizeram uma segunda distinção entre os estudos de gênero e o feminista. Salientando que não só o estudo feminista, assim como o estudo da geografia de gênero, são duas frações que se unem para

dentro da geografia a fim de visibilizar as distinções entre os gêneros. Conforme aponta Bondi (1990) (citado em: Silva, 1998, p.108) a geografia feminista: “busca uma transformação não só da Geografia, mas também da forma como vivemos e trabalhamos, e geografia de gênero trata o gênero como uma dimensão da vida social que deve ser incorporada nas estruturas existentes”. E ainda, é a partir das contribuições do feminismo que a geografia busca o seu método de explicação e análise do espaço, enquanto a geografia de gênero –que envolve não só o feminino, como também o masculino– busca uma categoria útil de enxergar o espaço de acordo com os resultados dos estudos feministas (Silva, 1998).

Além disso, a geografia feminista não acredita que as relações entre os gêneros são universais, uma vez que cada grupo social sofre de uma forma distinta segundo muitos fatores. Para Hanson e Monk (1996) (citado em: Silva, 2016, p. 75):

La geografía de género considera las ideas de la teoría de la diferencia afirmando que no existen una mujer o un hombre universal, ambos forman parte de distintas culturas, etnias, clases sociales, lugares, nacionalidades y las relaciones de género se modifican de acuerdo con las particularidades de estas colocaciones.

Dentro disso, as geógrafas, que também foram influenciadas pela junção do feminismo com o marxismo sobretudo nos anos 1980, relacionava a luta de Classes como elemento crucial para a sua análise. Conforme Silva:

As geógrafas feministas entendiam que as questões de gênero, que envolvem as relações de dominação/subordinação, não podiam ser tratadas de forma isolada, mas sim, intrinsecamente às lutas de classes, para superar a totalidade dos sistemas de exploração presentes nas sociedades, implicando, assim, a abolição de outras formas de opressão, entre elas a opressão das mulheres (2009, p.34)

Essa dinâmica própria vai variar conforme não somente o espaço, mas também a escala (Silva, 2009, p.35). Em outras palavras, as mulheres não somente sofrem violências diferentes de acordo com muitos fatores já mencionados, como também essa violência é

distinta de acordo com o recorte espacial (como região ou lugar). E además, um recorte de tempo no espaço que forma questões socio-espaciais² próprias.

2. A Cidade e as relações de classes

Os lugares formado no decorrer do tempo são construções feitas de acordo com as vivências sociais. “Se as características dos lugares são, assim como as características entre os gêneros, produzidas culturalmente: o espaço urbano é produto socialmente” (Sampaio e França, 2015, p. 65). A cidade é um elemento nessa escala espacial onde é possível entender vários elementos simultâneos que engendram a vida da mulher (Silva, 2009, p.32).

A cidade, ainda como aponta SILVA (2009, p.34), reforça papéis desempenhados pela mulher e pelo homem, uma vez que ela separa a esfera pública da privada. Essas esferas são construídas historicamente e separam o espaço das mulheres e dos homens entre o público e privado³. A mulher tanto como membro da família quanto aquela que detém algum controle do lar situam-se no privado, enquanto o homem detém o controle dos interesses públicos. De acordo com Costa (1995) (citado em: Novaes, 2015, p. 53) “Isto se dá porque há a exclusão da mulher do exercício da cidadania, espaço construído com base num modelo masculino e voltado para os interesses dos homens.” De acordo com a construção histórica, a esse respeito, Noves (2015, p. 54) declara:

Por sua vez, a construção das democracias ocidentais no século XIX veio apoiada numa conceituação específica de público e privado, articulando a esta, os papéis sexuais. O século XIX marcou deste modo, a divisão entre Estado e indivíduo privado, constituindo um espaço político inseparável do público, do qual, porém, foram excluídos as mulheres e os proletários.

Somado a isso, conforme o feminismo interseccional segundo Crenshaw (citado em: Nardi e Silveira, 2014, p.16) “a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos

² O conceito de “formação socioespacial” foi formulado 1970 por Milton Santos. O geógrafo utiliza de categorias de formação econômica e social para analisar as formas produzidas no espaço utilizando três categorias: modo de produção, formação social e espaço. Essa teoria e método foi chamada de Sócio-espacial.

³ Não confundir o privado com o doméstico e familiar, uma vez que isso depende de relações históricas do espaço.

de subordinação”. A violência, portanto, de uma determinada mulher depende de muitos fatores que se misturam na sociedade como por questões raciais, políticas, territoriais, econômicas e de gênero. É na cidade, portanto, que não só a violência de gênero vai suceder e sim ocorrerá com outras violências do qual a faz parte da vida de determinadas mulheres. Segundo Saffioti “mais do que papéis sociais que se aprende nos processos de socialização, são as identidades sociais (gênero, raça e etnia, classe) que vão gestando a subordinação, a partir das experiências vividas que colocam as mulheres nesse lugar” (citado em: Nardi e Silveira, 2014, p.14).

A classe social que separa às mulheres entre ricas e pobres vincula-se, ao mesmo tempo, às regiões mais ou menos privilegiadas tanto econômica quanto politicamente. Serão, dessa maneira, as mulheres pobres inviabilizadas por questões políticas as que mais sofrerão com os reajustes do capital, profundizando assim a exclusão e a violência. Segundo Yan (2009, p.281), “as desigualdades sociales reflejadas en las condiciones de vida (medio ambiental, territorial y social) que tienen los ciudadanos (en tanto habitantes de la ciudad) es hoy la principal muestra de exclusión y violencia”. Por outro lado, Yan também salienta e enumera alguns exemplos de políticas públicas que influenciam diretamente na vida das mulheres invisibilizadas:

- (1) La desigual oferta de infraestructura y servicios que condiciona la vida cotidiana de la población según sectores sociales.
- (2) Las consecuencias no son las mismas para varones y mujeres. Si las responsabilidades de unos y otras son diferentes, la relación entre el ámbito privado y público también lo es. Son diversas las demandas de accesibilidad, desplazamientos, tiempos de traslado, de unas y otros.
- (3) Las necesidades de las mujeres de compatibilizar las responsabilidades en ambos espacios son vitales, en tanto las actividades del cuidado continúen a cargo casi exclusivo de las mismas.
- (4) La existencia y calidad de los servicios de cuidado infantil, ancianos, enfermos, abastecimiento, resultan para las mujeres posibilitantes u obstaculizantes para tomar decisiones respecto a sus vidas, fundamentalmente las de participar en igualdad de condiciones con los varones en la vida pública.

Sendo assim, podemos considerar que a gestão pública do Estado influencia diretamente no meio das mulheres pobres que não detém a acumulação do Capital. Como o convívio destas geralmente está ligado à esfera doméstica e aos cuidados, políticas que influenciam nessa relação são fundamentais para seu desenvolvimento na esfera pública.

3. As Mulheres periféricas

Na periferia, se por um lado podemos enxergar a construção de uma identidade feminina criada a partir do território, por outro percebemos agravantes promovidos pela falta de direito de serviços públicos básicos como a saúde, educação, moradia e o transporte, além de constantes violências advindas principalmente do Estado. Com isso, o salário do trabalho pouco qualificado destinado a essas mulheres não alcança a compra dos recursos básicos para a sua sobrevivência, segurança e conforto. De um modo o qual interfere diretamente na vida dessas mulheres, bem como na reprodução econômica do trabalho destas.

A distância física é um das problemáticas que engendram a vida da mulher periférica. Dentro dos grandes centros urbanos como São Paulo, os muitos quilômetros até o local de trabalho, bem como as horas que são gastas até chegar ao local, fazem parte dos deslocamentos diários que perturbam a vida da Mulher trabalhadora. As densidades de ofertas de atividades, de equipamentos públicos e do emprego são desiguais, onde a concentração está localizada no centro e a diminuição destas ofertas se encontram em suas regiões de moradia. Sendo assim, tais fatores se desenvolvem para essas mulheres como forma de exclusão. As exclusões são inúmeras e vão desde a quantidade de horas que poderiam ser gastas com o lazer (bem como o direito de ter acesso ao lazer), até a exaustão dessas mulheres, uma vez que sua construção social está muito atrelada à esfera privada e/ou doméstica. Com isso, seu território passa muitas vezes como um lugar pouco vivido.

4 Mulheres periféricas: Território, resistência e coletivismo

A identidade e o território da mulher periférica constituem na atualidade como espaços que exigem uma construção de resistência perante as diversas violências. O seu território que embora seja delimitado por um espaço geográfico, ao se apropriar de diversas ferramentas tecnológicas, se expande e torna-se acessível para diversas mulheres que encontram na mesma situação, permitindo dessa forma uma leitura única perante ao seu olhar feminista.

Conforme a noção clássica, o território constitui como um espaço demarcado por fronteiras e delimitado por uma porção de terra identificada como posse e domínio pelo

estado ou grupo social. No entanto, a noção desse território cai por terra no estudo de caso das mulheres periferias na atualidade, uma vez que percebemos que o alcance dessas mulheres, ultrapassam o seu sentido físico do território delimitado por uma porção de terra. O seu território está em constante expansão. São mídias sociais, os eventos e outras comunicações de uma maneira geral que estas vêm estabelecendo, que ultrapassam não somente as barreiras físicas, como também as financeiras e as governamentais. Formando elos e conectando milhares de mulheres.

Conjuntamente, a identidade periférica se constitui como uma forma de territorialidade⁴. Do qual, forma-se também o feminismo periférico, constituindo as identidades de resistências que unem essas Mulheres. De acordo com Medeiros (2019, p.313)

O “feminismo periférico” é constituído por coletivos que, na maioria das vezes, se auto-compreendem como feministas e que surgem a partir do ano de 2010, por iniciativa de mulheres jovens, nascidas nas décadas de 1980-90, sem estruturação político-partidária e a partir do encontro entre movimentos culturais periféricos e debates sobre feminismo nas redes sociais digitais. Suas principais práticas são de caráter artístico-cultural.

Essa defesa do território é essencial já que o espaço está em constante conflito, vulneráveis pela intervenção do Capital e do Estado. Por isso, coletivos independentes como o “nós , mulheres da periferia” representa uma forma crucial de resistência, servindo de modelo para fortalecer uma identidade feminina e periférica, que conforma as muitas vivências em comum dessas mulheres, como também reforça a territorialidade. Además constitui-se como um feminismo não hegemônico, que considera as interseccionalidades como Classe e Raça inerentes ao Gênero.

O coletivo “nós, mulheres da periferia”, segundo o seu manifesto deixa bastante claro a sua forma de resistência e sua identidade:

“Somos maioria. Somos minoria. Pobres, pretas, brancas, periféricas. Migrante, nordestina, baianinha, quilombola, indígena.; Somos aquela que, depois de 8h de trabalho e 4h no transporte público, – “Dá um passo mais profundo, colega”, que ainda passa a roupa e nina o bebê.;Mas mesmo assim arruma tempo para o lazer. A novela, a música, a dança, o livro, anestesia, faz sonhar, faz esquecer.;Somos quem tira a toalha molhada de cima da cama, e leva os copos para a cozinha. – ”A janta tá pronta?”Somos

⁴ O sentido de territorialidade aqui usado se baseia simplesmente como ações humanas que ocorrem no território.

as mães que trabalham para as filhas estudarem.;Somos as filhas que se formam na universidade para as mães voltarem para a escola. [...]Somos operárias, empreendedoras, manicures, jornalistas, costureiras, motoristas, advogadas.[...]Somos esposas, mães, irmãs, primas, tias, comadres, vizinhas. [...]Somos quem não pode andar sem acompanhante na rua à noite.[...]Somos apontadas na rua ao buscar camisinha no posto de saúde. [...]Somos mães solo que registram os nomes dos filhos de pais “desconhecidos”. [...]Somos aquelas que amam os filhos da patroa.[...]As que seguram as pontas quando são presos. [...]Somos quem chora quando nossos filhos são mortos por serem suspeitos.;Somos mães de maio, de junho, setembro;Somos quem vai ao posto atrás de remédio e pra agendar consulta pra daqui a cinco meses;Somos quem cria os abaixo-assinados para pedir creches.;Somos quem trabalha em mutirão carregando bloco e fazendo marmita.;Somos quem denuncia que a vizinha apanha do marido.;Somos amor, perdão, paciência, doçura, fortaleza. Somos esperança.;Somos Nós, mulheres da periferia!”(Nós Mulheres da Periferia, 2015).

Além disso, existem muitos outros exemplos de atuações e um deles é o Coletivo “Ser Vi Ela” de Guaianazes criado em 2015, realiza encontros no extremo leste de São Paulo e age igualmente nas redes sociais como uma plataforma cultural de comunicação.

Já o “SLAM das Minas”, que se constitui por competições de poesia entre mulheres em espaços públicos do todo Brasil, foi criado como forma de visibilizar a presença feminina e as questões pessoais que engendram a vida pessoal da Mulher sem privilégio de Classe. Espaços como esses que eram considerados extremamente masculinos, passam a se tornar um ambiente de lazer e discussão.

As mensagens destes movimentos são bastante nítidas e são exemplos do combate da violência de gênero, raça e Classe que agem localmente e virtualmente sem ajuda direta do Estado. A atuação virtual por meio das redes sociais embora concentrados entre as faixas etárias menores demonstram igualmente uma educação feminista a partir dos mais jovens para os mais velhos. Com isso, por meio da atuação cultural dessas lutas torna-se ainda mais acessível e efetiva a educação feminista, sendo ainda mais alcançável do que o Feminismo acadêmico para essas Mulheres sem privilégios de Raça ou Classe. A defesa do território não viria senão pelo fato de abarcar as condições sociais únicas, mobilizando diversas trabalhadoras e estudantes por um espaço mais justo e seguro.

Considerações finais

Sob a luz da geografia, o feminismo pode ser lido não somente como o espaço de desigualdades de poderes entre os gênero, como igualmente por territórios onde relações raciais e de classe se misturam. A ligação intrínseca do capital ao espaço, logo depois da divisão internacional do trabalho ter aumentado as assimetrias existentes entre centros e periferias tiveram consequências devastadoras América Latina. As relações desiguais de pobreza e violência foram agravadas e, ao mesmo tempo, o recorte de Classe foi ainda mais aprofundado por questões raciais. Diante disso, não somente devemos afirmar que exista uma diferença clara do Feminismo branco das Classes privilegiadas, como também temos que enaltecer a necessidade de criar um feminismo de libertação construído a partir da realidade da nossa região.

A nossa luta Feminista, partindo igualmente da Geografia, deve respeitar particularidades históricas, econômicas e raciais. Afinal, somos indígenas, negras, mestiças e brancas. Somos trabalhadoras, estudantes e filhas de mulheres que igualmente segue gerações batalhando para um espaço justo e confortável. Somos também uma identidade feminina que está em constante ataque pelo capital e pelo imperialismo, o qual segue empenhando-se para não mudar a nossa realidade. Precisamos, com isso, reforçar nossas identidades e nossos próprios estudos para assim formular um conteúdo Latino-Americano em relação às nossas individualidades e resistências.

Referências

Nós Mulheres da periferia. (2015). *Manifesto*. Disponível em: <<http://nosmulheresdapерифeria.com.br/manifesto/>>

Medeiros, J. (2019). *Do “Feminismo Popular” ao “Feminismo Periférico”*: Mudanças estruturais em contrapúblicos da zona leste de São Paulo. *Revista Novos Rumos Sociológicos*: São Paulo, V. 7, Nº 11 Disponível em: <<https://Periodicos.Ufpel.Edu.Br/Ojs2/Index.Php/Norus/Article/View/17052>>.

Novaes, E. (2015). *Entre o público e o privado: o papel da mulher nos movimentos sociais e a conquista de direitos no decorrer da história*. História e cultura: São Paulo. P. 50-66, V. 4, Nº 3. Disponível em: <<https://ojs.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/article/view/1691>>

Silva, J. (2009). *Fazendo geografias: pluriversalidades sobre gênero e sexualidades*. In geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. 1. ed. Toda Palavra: ponta grossa.

Silva, S. (2019). *Geografia e gênero/geografia feminista. O que é isto?*. Boletim gaúcho de geografia: Porto Alegre. N°. 23, p. 7- 144. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38385/25688>>.

_____. (2016). *Geografías feministas brasileñas*. In Geografía feministas de diversas latitudes: orígenes, desarrollo y temática contemporáneas. 1. Ed. Instituto de Geografía UNAM: México. V. 1, Cap. 3, P. 71-94.

Silveira, R; Nardi, H (2014). *Interseccionalidade gênero, raça e etnia e a Lei Maria da Penha*. Psicologia & Sociedade: Brasil. N° 26, P. 14-24.

Souza, L. (2014). *Gênero, periferia e identidade coletivo “Nós, mulheres da periferia”*. Trabalho de conclusão de curso (curso de especialização em gestão de projetos culturais e organização de eventos do centro de estudos latino-americanos sobre comunicação e cultura) - celacc/ eca-usp, São Paulo. Disponível Em: <http://Celacc.Eca.Usp.Br/Sites/Default/Files/Media/Tcc/Artigo_-_genero_periferia_e_identidade_-_final_sem_anexo.Pdf>

Yan, Diana. (2009) *Género y territorio: la violencia doméstica en espacios de vulnerabilidad y exclusión social: notas a partir de un caso en Argentina*. In Geografías Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Toda Palavra: Ponta Grossa, V. 1, Cap. 2, P. 281-300.

O MEIO AMBIENTE NO BRASIL FRENTE AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Ana Leopoldina da Silva¹

Resumo: O presente estudo teve como objetivo central analisar o meio ambiente no Brasil frente aos objetivos de desenvolvimento sustentável. Para isso, foram abordados os objetivos de desenvolvimento sustentável e suas metas propostas pela ONU – Organização das Nações Unidas, para o Meio Ambiente global, concomitantemente os ODS e metas propostas em nível nacional pelo IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Avançada; contextualizou-se o cenário político brasileiro pós-2010; bem como, foram abordadas algumas leis ambientais pós-2010. O estudo desenvolveu-se por meio de uma minuciosa pesquisa bibliográfica, documental e sites do governo, com a delimitação de recorte temporal pós-2010 e do espaço territorial brasileiro.

Palavras-chave: Brasil; Meio Ambiente; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

EL MEDIO AMBIENTE EN BRASIL FRENTE A LOS OBJETIVOS DE DESARROLLO SOSTENIBLE

Resumen: El objetivo principal de este estudio fue analizar el medio ambiente en Brasil en relación con los objetivos de desarrollo sostenible. Para eso, se abordaron los objetivos de desarrollo sostenible y sus metas propuestas por las Naciones Unidas para el medio ambiente mundial, junto con las ODS y sus metas propuestas a nivel nacional por el Instituto de Investigación Económica Aplicada (IPEA); se contextualizó el escenario político brasileño después del año 2010; y así como, se han abordado algunas leyes ambientales pasado el año 2010. El estudio se llevó a cabo mediante una minuciosa investigación bibliográfica, documental y en los sitios web gubernamentales, con la delimitación del corte temporal posterior a 2010 y el espacio territorial brasileño.

Palabras clave: Brasil; Medio Ambiente; Objetivos del Desarrollo Sostenible.

THE ENVIRONMENT IN BRAZIL IN FACE OF SUSTAINABLE DEVELOPMENT OBJECTIVES

Abstract: The main objective of this study was to analyze the environment in Brazil against the objectives of sustainable development. To this end, the objectives of sustainable development and its goals proposed by the UN - United Nations for the global environment were addressed, along with the ODS and goals proposed at the national level by IPEA - Institute of Applied Economic Research; the Brazilian political scenario post-2010 was contextualized; as well as, some environmental laws post-2010 were addressed. The study was carried out by means of a detailed bibliographic and documentary research and government websites, with the delimitation of the post-2010 time frame and the Brazilian territorial space.

Keywords: Brazil; Natural Environment; Sustainable Development Goals.

¹ Graduada em Turismo pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Pós graduanda no Mestrado Sociedade, Cultura e Fronteiras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail : analeopoldinasilva@gmail.com

Introdução

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável propostos pela ONU – Organização das Nações Unidas em 2015, referem-se à continuidade do trabalho alcançado a partir dos ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, propostos no ano 2000. Em relação às metas propostas pelos ODM o Brasil foi apontado como referência pelo alcance e superação de algumas metas. Dentre os ODM que o Brasil foi referência esteve o objetivo 7 – Qualidade de Vida e Respeito ao Meio Ambiente, mesmo não alcançando todas as metas algumas foram superadas por meio de instrumentos e ações de proteção, prevenção e conscientização. Contudo, observou-se que nos últimos anos pós proposta ODS global, ascendeu-se o antagonismo a sustentabilidade ambiental no Brasil, acarretando na problemática sobre os possíveis motivos que levaram a essa ascensão.

Para o início do estudo, considerou-se a hipótese de que o antagonismo à sustentabilidade ambiental é axiomático a mudança de governo, visto que, apesar de o Brasil ter abordado equilíbrio e sustentabilidade ambiental, por meio de instrumentos (leis, etc) e ações antes mesmo da proposta de ODS global em 2015, o cenário político pós 2016 demonstrou ascensão opostora as questões de meio ambiente; com discurso antagonico a sustentabilidade ambiental, em 2019 tornou-se mais visível e intensificaram-se os debates e informações nos mais diversos grupos da sociedade brasileira. Vale ressaltar, que muitas informações disseminadas foram com intuito político, iniciado antes mesmo da intensificação no atual governo (2019).

Para a compreensão do rumo que o meio ambiente no Brasil está seguindo, considerou-se necessário a abordagem dos ODS globais relativos ao meio ambiente: ODS 6 – Água Potável e Saneamento; ODS 7 – Energia Limpa e Acessível; ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura; ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis; ODS 13 – Combate as Alterações Climáticas; ODS 14 – Vida na Água; e ODS 15 – Vida Sobre a Terra. Em conjunto, foram levantadas as propostas

de metas nacionais para essas ODS, sendo utilizadas algumas como recorte exemplificativo para a análise do meio ambiente no Brasil pós-2010; subsequentemente identificaram-se algumas leis (instrumento de base para cumprimento de metas) como recorte exemplificativo de governo.

1. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e o Meio Ambiente

Os ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável adotados em setembro de 2015 são continuidade do trabalho dos ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, que foram propostos em setembro de 2000, e os líderes mundiais aderiram a Declaração do Milênio da ONU – Organização das Nações Unidas; com essa declaração as nações se comprometeram com os seguintes objetivos: 1 - acabar com a fome e a miséria; 2 - oferecer educação básica de qualidade para todos; 3 - promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; 4 - reduzir a mortalidade infantil; 5 - melhorar a saúde das gestantes; 6 - combater a AIDS a malária e outras doenças; 7 - garantir qualidade de vida e respeito ao meio ambiente; e, 8 - estabelecer parcerias para o desenvolvimento. (ODM – BRASIL)

Entre 2000 e 2015 o Brasil estipulou metas de acordo com os ODM aderidos com a Declaração do Milênio. Muitas das metas foram alcançadas e algumas até mesmo superadas. No que se refere ao ODM garantir qualidade de vida e respeito ao meio ambiente o Brasil conseguiu os seguintes resultados: entre agosto de 2010 e julho de 2011 o desmatamento da Amazônia Legal foi 76,9% menor que em 2004, quando foi criado o Plano de Ação para Prevenção e Controle de Desmatamento da Amazônia Legal; outra forma de alcançar essa ODM foi por meio de bonificação de famílias que trabalhavam e viviam em assentamentos ambientalmente sustentáveis; bem como, a meta de abastecimento de água, que de acordo com o censo de 2010 chegou a “91,9% os domicílios ligados à rede de abastecimento”, e de “aproximadamente 97,4% ao considerar o abastecimento por meio de água de poço” (ODM – BRASIL). Entretanto, em relação à rede de esgoto “somente 75,3% da população possuía esse serviço” até o ano de 2010. (ODM – BRASIL)

Conforme mencionado anteriormente, em continuidade ao trabalho das ODM as nações unidas propuseram a agenda 2030, a qual abarca os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 1 - erradicação da pobreza; 2 - fome zero e agricultura sustentável; 3 - saúde e

bem-estar; 4 - educação de qualidade; 5 - igualdade de gênero; 6 - água potável e saneamento; 7 - energia limpa e acessível; 8 - trabalho decente e crescimento econômico; 9 - indústria inovação e infraestrutura; 10 - redução das desigualdades; 11 - cidades e comunidades sustentáveis; 12 - consumo e produção responsáveis; 13 - ação contra a mudança global do clima; 14 - vida na água; 15 - vida terrestre; 16 - paz, justiça e instituições eficazes; e, 17 - parcerias e meios de implementação.

Apesar de todos ODS estarem interligados, considerou-se a continuidade do trabalho do ODM 7 – Meio Ambiente. De acordo com a AGENDA 2030, os OSD que possuem relação com o ODM 7 são: ODS 6 – Água Potável e Saneamento; ODS 7 – Energia Limpa e Acessível; ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura; ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis; ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis; ODS 13 – Combate as Alterações Climáticas; ODS 14 – Vida na Água; e ODS 15 – Vida Terrestre. A partir dos ODS globais e suas metas, o IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada propôs metas nacionais em 2018, sendo que, algumas dessas metas serão apresentadas em conjunto das metas globais como um recorte exemplificativo.

O primeiro ODS ambiental é o 6 – Água Potável e Saneamento, que conta com oito metas globais, sendo duas dessas dispostas na tabela a seguir:

Tabela 1

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6 – Água Potável e Saneamento

Meta 6.3	Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas, e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente.
Meta 6.6	Até 2020, proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos.

Nota. Metas 6.3 e 6.6. Fonte: AGENDA 2030 (2015) – Adaptado pela autora.

Na meta 6.3 uma das alterações propostas foi do trecho “produtos químicos e materiais perigosos” para “materiais e substâncias perigosas”, para essa adaptação o IPEA (2018) justifica que foram consideradas as especificidades brasileiras, contudo, não se aprofundaram em detalhes na justificativa. Já a meta 6.6 foi complementada da seguinte maneira “[...] reduzindo os impactos da ação humana”, como justificativa o IPEA (2018) diz que a meta foi mantida sem alterações, ausentando-se de justificativa para a complementação; Por outro lado, o Instituto apontou a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, em seu art. 2º, que dispõe sobre a restauração de ecossistemas e o Decreto nº 1.905/96 que dispõe sobre zona

úmida, como instrumentos necessários para essa meta e complementa com os termos utilizados nas metas e suas respectivas definições, conforme a seguir:

[...] restauração: restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada o mais próximo possível da sua condição original. De acordo com o MMA a “Restauração ecológica é o processo de auxílio ao restabelecimento de um ecossistema que foi degradado, danificado ou destruído. Um ecossistema é considerado recuperado – e restaurado – quando contém recursos bióticos e abióticos suficientes para continuar seu desenvolvimento sem auxílio ou subsídios adicionais.”[...], definida como “áreas de pântano, charco, [...]”. (IPEA, 2018, p. 172)

O segundo ODS ambiental é o 7 – Energia Limpa e Acessível, que conta com cinco metas globais, sendo duas dessas dispostas na seguinte tabela:

Tabela 2

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 7 – Energia Limpa e Acessível

Meta 7.2	Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global.
Continua	
Conclusão	
Meta 7.a	Até 2030, reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso a pesquisa e tecnologias de energia limpa, incluindo energias renováveis, eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas, e promover o investimento em infraestrutura de energia e em tecnologias de energia limpa.

Nota. Metas 7.2 e 7.a. Fonte: AGENDA 2030 (2015) – Adaptado pela autora

Como parte do processo de construção das metas nacionais a meta 7.2 foi adaptada ficando da seguinte maneira “Até 2030, manter elevada a participação de energias renováveis na matriz energética nacional” (IPEA, 2018, p.185) como justificativa o Instituto diz que essa adaptação está de acordo com a realidade brasileira e informa subsequentemente,

“a participação de energias renováveis na matriz energética nacional já é bastante elevada - 41,2%, em 2015 (Fonte: Balanço Energético Nacional 2016, Empresa de Pesquisa Energética – EPE). Comparações internacionais também apontam o Brasil como vanguarda nesse quesito. Segundo a Agência Internacional de Energia (IEA), em 2012, o Brasil ocupava a 12ª posição no ranking das nações que menos emitem gases de efeito estufa devido a produção e uso de energia, apesar de ser a sexta economia do mundo naquele ano. Ademais, a participação das energias renováveis no Brasil na geração elétrica é de 78%, e no mundo é de apenas 22% (Fonte: Empresa de Pesquisa Energética, O Compromisso do Brasil no Combate às Mudanças Climáticas: Produção e Uso de Energia, jun. 2016).” (IPEA, 2018, p. 185)

A partir da proposta de adaptação e justificativa fica subentendido pelo termo “manter” que, é satisfatório sustentar a meta ao invés de superá-la. A meta 7.a foi mantida sem alteração, pois, de acordo com o IPEA se trata de uma meta a nível global por dispor da

cooperação internacional. O terceiro ODS ambiental é o 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura, o qual conta com oito metas, sendo a meta 9.4 disposta na tabela a seguir:

Tabela 3

Objetivo de desenvolvimento sustentável 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura

Meta 9.4	Até 2030, modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com eficiência aumentada no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente adequados; com todos os países atuando de acordo com suas respectivas capacidades
----------	---

Nota. Meta 9.4. Fonte: AGENDA 2030 (2015) – Adaptado pela autora.

A partir dessa meta global foi proposta para meta nacional a seguinte adaptação: “[...] e reabilitar as atividades econômicas para torná-las sustentáveis, com foco no uso de recursos renováveis e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente adequados.” (IPEA, 2018, p. 232), de acordo com o Instituto essa proposta de adaptação foi construída com base na etapa de desenvolvimento da economia brasileira, por isso optou-se pela troca do termo “indústrias” para “atividades econômicas” que é mais amplo, contudo, o Instituto não explanou e nem apontou dados sobre essa etapa nacional, levantando a hipótese de relação com a desindustrialização brasileira.

O quarto ODS ambiental é o 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis, o qual conta com dez metas globais, sendo quatro delas dispostas na tabela a seguir:

Tabela 4

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis

Meta 11.4	Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo.
Meta 11.6	Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros.
Meta 11.a	Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento.
Meta 11.b	Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação à mudança do clima, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis.

Nota. Metas: 11.4, 11.6, 11.a e 11.b. Fonte: AGENDA 2030 (2015) – Adaptado pela autora.

Em relação à meta global 11.4 foi proposta como meta nacional a seguinte adaptação “Fortalecer as iniciativas para proteger e salvaguardar o patrimônio natural e cultural do Brasil, incluindo seu patrimônio material e imaterial.” (IPEA, 2018, p. 280), como justificativa o Instituto disse que, o termo “fortalecer esforços” foi alterado por ser

redundante, porém, não fez menção à complementação de “incluindo patrimônio material e imaterial”.

Para a meta 11.6 global, foi proposta para meta nacional a seguinte adaptação “[...], melhorando os índices de qualidade do ar e a gestão de resíduos sólidos; e garantir que todas as cidades com acima de 500 mil habitantes tenham implementado sistemas de monitoramento de qualidade do ar e planos de gerenciamento de resíduos sólidos.” (IPEA, 2018, p. 285), como parte da justificativa o Instituto diz que a alteração foi para “[...] dar um foco mais palpável na melhora nos índices de qualidade do ar e gestão de resíduos sólidos.” (IPEA, 2018, p. 285), contudo, não aponta como o foco na melhora dos índices pode ser palpável, sendo assim, entende-se que a palavra “palpável” foi utilizada equivocadamente já que não se pode tocar esse foco, mas sim as ferramentas e ações utilizadas para alcançá-lo; assim aponta-se como sugestão termos como “pragmático, prático, realista” como alternativa.

Para a meta global 11.a foi proposta a seguinte adaptação “[...] integração [...] ambiental em áreas metropolitanas e entre áreas [...] rurais e cidades gêmeas, considerando territórios de povos e comunidades tradicionais, por meio da cooperação interfederativa, reforçando [...], regional e local de desenvolvimento.” (IPEA, 2018, p. 289) , em sua justificativa o Instituto dá ênfase ao termo “Cooperação interfederativa” e na sua relevância para a articulação de políticas públicas, contudo, não esclarece sobre o termo utilizado área e sua definição, pois, uma região metropolitana pode ser composta em sua maioria por uma área urbana, assim, como uma cidade gêmea pode ser uma área urbanizada ou rural; na meta proposta cidade gêmeas, região metropolitana, área urbana e área rural aparecem como se fossem o mesmo termo de “área”.

Para a meta 11.b global foi proposta como adaptação de meta nacional o seguinte “Até 2030, [...] cidades que possuem políticas e planos desenvolvidos e implementados para mitigação, adaptação e resiliência a mudanças climáticas e gestão integrada de riscos de desastres de acordo com o Marco de SENDAI.” (IPEA, 2018, p. 291) o Instituto justifica que a proposta teve como intuito “simplificar a redação” minimizando a “imprecisão” sem comprometer a meta, porém, não esclarece sobre a retirada do termo “assentamento humano”, por outro lado, informa que devido ao progresso do Brasil essa meta não será cumprida até 2020 sendo necessário postergá-la até 2030.

O quinto ODS ambiental é o 12 – Consumo e Produção Responsáveis, o qual conta com onze metas globais, sendo três delas dispostas na tabela a seguir:

Tabela 5

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 12 – Consumo e Produção Responsáveis

Meta 12.4	Até 2020, alcançar o manejo ambientalmente adequado dos produtos químicos e de todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionalmente acordados, e reduzir [...].
Meta 12.5	Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso.
Meta 12.8	Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização sobre o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza.

Nota. Metas 12.4, 12.5 e 12.8. Fonte: AGENDA 2030 (2015) – Adaptado pela autora.

A meta global 12.4 se manteve como proposta para a nacional, contudo o IPEA fez observações de que não é possível garantir que haverá uma redução significativa, pois, o universo de químicos no cenário nacional é imenso; vale lembrar que, nos últimos anos a liberação de agrotóxicos tem aumentado no Brasil, sendo o maior número de liberação no ano de 2019.

Para a meta 12.5 global foi proposta a seguinte adaptação “Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da Economia Circular e suas ações de prevenção, redução, reciclagem e reuso de resíduos” (IPEA, 2018, p. 310), como justificativa o IPEA alega que, apesar de manterem o termo “substancialmente” ele é impreciso e subjetivo, mas não explica a complementação com o termo “Economia circular”.

Já para a meta 12.8 global a proposta foi da seguinte complementação “[...] em consonância com o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA)” (IPEA, 2018, p.318); de acordo com o Instituto, essa adaptação tem como base o indicador de educação ambiental proposto pela ONU, concomitantemente com a existência do Programa Nacional de Educação Ambiental.

O sexto ODS ambiental é o 13 – Combate as Alterações Climáticas, sendo composto por cinco metas, dentre elas duas estão dispostas na tabelar a seguir:

Tabela 6

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 13 – Combate as Alterações Climáticas

Meta 13.2	Integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais.
Meta 13.3	Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação global do clima, adaptação, redução de impacto, e alerta precoce à mudança do clima.

Nota. Metas 13.2 e 13.3. Fonte: AGENDA 2030 (2015) – Adaptado pela autora.

Em relação à meta global 13.2 foi proposta como meta nacional a seguinte adaptação “Integrar a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) às políticas, estratégias e planejamentos nacionais.” (IPEA, 2018, p. 334), como justificativa o Instituto disse que as medidas já estavam sendo implementadas conforme a legislação brasileira, “[...] Política Nacional sobre Mudança do Clima – lei nº 12.187/2009. [...] Plano Nacional sobre mudança do Clima – Decreto n. 6.263/2010. A Lei nº 12.187/2009 prevê a elaboração de Planos Setoriais com a inclusão de ações, indicadores e metas [...]” (IPEA, 2018, p. 334), então a adaptação foi proposta de acordo com especificação das normas nacionais.

Para a meta global 13.3 foi proposta a seguinte adaptação “Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mudança do clima, seus riscos, mitigação, adaptação, impactos, e alerta precoce.” (IPEA, 2018, p. 337), como justificativa o Instituto informou que a implementação de “riscos” e “impactos” foram importantes e se deram pelo “caráter difuso das mudanças de clima”.

O sétimo ODS ambiental é o 14 – Vida na água, o qual conta com dez metas globais, sendo três delas dispostas na tabela a seguir:

Tabela 7

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 14 – Vida na Água

Meta 14.1	Até 2025, prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos, especialmente a advinda de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes.
Meta 14.4	Até 2020, efetivamente regular a coleta, e acabar com a sobrepesca, ilegal, não reportada e não regulamentada e as práticas de pesca destrutivas, e implementar planos de gestão com base científica, para restaurar populações de peixes no menor tempo possível, pelo menos a níveis que possam produzir rendimento máximo sustentável, como determinado por suas características biológicas.
Meta 14.b	Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados.

Nota. Metas 14.1, 14.4 e 14.b. Fonte: AGENDA 2030 (2015) – Adaptado pela autora.

Para a meta global 14.1 não houve proposta de adaptação, pois, de acordo com o IPEA (2018) o Brasil se defronta com sérios empassos ligados a poluição marinha, devido o descarte incorreto de resíduos sólidos e a falta de tratamento de esgoto; também pondera que no Brasil não existe monitoramentos de eutrofização e densidade de detritos plásticos flutuantes, sendo necessária a implementação de um sistema que atenda a esses monitoramentos.

A meta global 14.4 também foi mantida, como justificativa o IPEA ressalta a importância da pesca para a economia, e explica que o Brasil não tem sistema de monitoramento de pesca, e está refém de estatísticas desatualizadas, ainda complementa que a “Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca da Presidência da República (SEAP/PR), recriada recentemente, está estruturando um sistema de monitoramento das pescarias para a geração dos dados necessários...” (IPEA, 2018, p.355). Assim, fica subentendido que a meta será construída a partir dos dados mensurados pelo sistema a ser criado. Já para a meta global 14.b não houve proposta de adaptação para meta nacional e nem justificativa de seu mantimento.

O oitavo ODS ambiental é o 15 – Vida Terrestre, o qual conta com 12 metas, sendo duas delas dispostas na tabela a seguir:

Tabela 8

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 15 – Vida terrestre

Meta 15.2	Até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento global.
Meta 15.5	Tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitat naturais, estancar a perda de biodiversidade e, até 2020, proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas.

Nota. Metas 15.1, 15.2 e 15.3. Fonte: AGENDA 2030 (2015) – Adaptado pela autora.

Para a meta global 15.2 foi proposta como meta nacional a seguinte adaptação:

Até 2030, zerar o desmatamento ilegal em todos os biomas brasileiros, ampliar a área de florestas sob manejo ambiental sustentável e recuperar 12 milhões de hectares de florestas e demais formas de vegetação nativa degradadas, em todos os biomas e preferencialmente em Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reservas Legais (RLs) e, em áreas de uso alternativo do solo, ampliar em 1,4 milhão de hectares a área de florestas plantadas. (IPEA, 2018, p. 383)

Como justificativa dessas alterações o Instituto informa que a meta global está “aquém das possibilidades nacionais” (IPEA, 2018, p. 383), pois, o país já conta com ações concomitantes as políticas nacionais e com o Acordo de Paris; e a área a ser reflorestada será definida “com base no planejamento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento até o ano de 2030 e é uma forma de aumentar o fornecimento de produtos florestais (madeireiros e não madeireiros)” (IPEA, 2018, p. 383).

Em relação à meta global 15.5 foi proposta como meta nacional a sua divisão em três metas: 15.5.1 br, 15.5.2 br e 15.5.3 br, conforme a proposta do IPEA a seguir:

15.5.1br Até 2020, a taxa de perda de habitats naturais será reduzida em 50% (em relação às taxas de 2009) e a degradação e fragmentação em todos os biomas será reduzida significativamente.

15.5.2br Até 2020, o risco de extinção de espécies ameaçadas será reduzido significativamente, tendendo a zero, e sua situação de conservação, em especial daquelas sofrendo maior declínio, terá sido melhorada.

15.5.3br Até 2020, a diversidade genética de microrganismos, de plantas cultivadas, de animais criados e domesticados e de variedades silvestres, inclusive de espécies de valor socioeconômico e/ou cultural, terá sido mantida e estratégias terão sido elaboradas e implementadas para minimizar a perda de variabilidade genética. (IPEA, 2018, p. 390)

Como justificativa para as alterações dessa meta global o IPEA afirma que o país já desenvolve algumas ações importantes para o seu cumprimento e que ela foi dividida em três metas refletindo as “metas Nacionais de Biodiversidade números 5, 12 e 13, aprovadas por meio da Resolução nº 06 da Comissão Nacional de Biodiversidade” (IPEA, 2018, p.390).

Os ODS ambientais propostos pelas Nações Unidas são importantes para que os países “caminhem” mais próximos da sustentabilidade ambiental do planeta, para isso cada país precisa considerar suas especificidades, suas dificuldades relacionadas às prioridades e então proporem as metas condizentes, faz-se necessário ressaltar que, não se pode deixar de lado ou analisar e propor metas por meio de uma via, visto que, a sustentabilidade abarca os seguintes eixos: ambiental, econômico, social e cultural, sendo assim necessário que, as metas sejam propostas por estudiosos e institutos relacionados com todos os eixos. Para que isso aconteça, as políticas e investimentos governamentais devem estar atrelados aos valores e princípios da sustentabilidade.

1.1 Cenário Político Brasileiro Pós-2010

Entre 2011 e 2016 foi o período de governo da presidenta Dilma Rousseff, sendo um governo que precede outro governo do mesmo partido, o partido dos trabalhadores; o governo precedido era do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sendo considerado um governo conciliador, de acordo com Berringer & Boito (2013) “neodesenvolvimentista”, contudo, mesmo sendo do mesmo partido, de acordo com Curado (2017), o governo Dilma teve dificuldades em propor uma estratégia de desenvolvimento entre Estado e Mercado. Por outro lado, as políticas sociais foram ampliadas, como o Programa Bolsa Família, política industrial

(Plano Brasil Maior), bem como, as políticas de sustentabilidades (educação ambiental, conscientização de produção e consumo sustentável, entre outras).

Em 2016, com o “*impeachment*” da até então presidenta Dilma Rousseff o vice-presidente Michel Temer assumiu a presidência permanecendo até 31 de dezembro de 2018. Por se tratar de um governo neoliberal as políticas sociais foram deixadas de lado, intensificando-se o discurso contra o Estado em relação aos serviços básicos fornecidos pelo mesmo, em conjunto aconteceu o enaltecimento do setor privado. No ano de 2019 teve o início do Governo de Jair Messias Bolsonaro, um governo ultraliberal que deu continuidade nas medidas de desmonte do Estado iniciadas pelo governo de Michel Temer, com sua agenda formada pelo viés ideológico fundamentalista e suas reformas ultraliberais, até o presente momento não foi identificado qualquer dado benéfico na relação sustentável do mercado para com a população brasileira. De maneira específica as questões ambientais, esse governo deu continuidade às políticas do governo Temer, para melhor compreende-las é importante as alterações nos instrumentos (leis) de governo.

1.2 Legislação Ambiental Brasileira Pós-2010

Na Constituição Federal de 1988 o meio ambiente já estava como direito fundamental no Art. 225, “Todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988), ou seja, muito antes das propostas globais de meio ambiente sustentável a constituição brasileira já dispunha sobre a sua importância utilizando-se do termo “ecologicamente equilibrado”, sendo mais de trinta anos de legislação ambiental que propõe sustentabilidade. Contudo, para melhor compreensão se a legislação conduz a sustentabilidade ambiental, subseqüentemente serão ponderadas leis ambientais pós-2010, conforme cada governo.

Tabela 9

Legislação Federal do Brasil – Meio Ambiente (2011-2016)

Lei complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011	Dispõe da cooperação entre a União, os Estados, O Distrito Federal e os Municípios para a proteção de paisagens naturais, proteção ao meio ambiente e combate a poluição.
Lei nº 12.651, de 25 de maio de	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; Sobre o desenvolvimento

2012.	sustentável.
Lei nº 12.727, de 17 de outubro de 2012.	Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa.
LEI Nº 13.186, DE 17 DE 11 de novembro de 2015	Dispõe sobre a educação, o consumo e produção sustentável.

Nota. Governo Dilma Rousseff. Fonte: Site do Planalto. Adaptado pela autora (2019).

As quatro leis federais levantadas que dispõem sobre o meio ambiente nacional durante o Governo de Dilma Rousseff, apontam para uma legislação progressiva no quesito sustentabilidade ambiental, pois, dispõem sobre a conscientização por meio de educação e informação, proteção e preservação da natureza, e, a cooperação por meio de ações administrativas para o combate a poluição; ou seja, são leis que propõem ações para a recuperação de danos, para a proteção da natureza presente, e para a prevenção contra possíveis danos ao meio ambiente. Já as leis federais do governo subsequente mesmo sendo ambientais dispõem de alterações, complementações relacionadas a regularizações, créditos e aval para práticas desportivas com animais (como a vaquejada); as leis levantadas foram as seguintes:

Tabela 10

Legislação Federal do Brasil – Meio Ambiente (2016 – 2018)

Lei nº 13.295, de 14 de junho de 2016.	Altera a Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, a Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001.
Lei nº 13.335, de 14 de setembro de 2016.	Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre a extensão dos prazos de inscrição no Cadastro Ambiental Rural e adesão ao Programa de Regularização Ambiental.
Emenda constitucional nº 96, de 6 de junho de 2017.	Altera § 7º ao art. 225 da Constituição Federal para determinar que práticas desportivas que utilizem animais não são consideradas cruéis, nas condições que especifica.
Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017.	Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União; altera as Leis nºs 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 [...] e da outras providências.

Nota. Governo Michel Temer. Fonte: Planalto. Adaptado pela autora (2019).

A partir do levantamento dessas três leis e da emenda constitucional nota-se que a legislação federal que dispunha sobre o meio ambiente com foco em equilíbrio e sustentabilidade ambiental no governo anterior, passou o foco para questões econômicas no governo Michel Temer, ou seja, desconsiderando a prioridade da lei, o meio ambiente; a

emenda constitucional nº 96 fez com que o art. 225 da Constituição Federal seja um paradoxo, visto que, o artigo dispõe sobre proteção e equilíbrio ambiental e o § 7º da emenda nega proteção aos animais maltratados em práticas desportivas.

Subsequentemente, o Governo iniciado em 2019 em conjunto ao instrumento de leis utilizou-se de discurso antagônico ao politicamente correto, sendo um discurso que predominou desde a campanha eleitoral até o presente momento (2020). Apesar de o governo de Jair Messias Bolsonaro estar com o término previsto para 2022, por meio do levantamento das leis federais da área ambiental pode-se compreender o rumo do meio ambiente, na tabela a seguir constam as leis levantadas, referente ao ano de 2019:

Tabela 11

Legislação Federal do Brasil – Meio Ambiente (2019)

Decreto nº 9.672, de 2 de	Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em	Continua
		Conclusão
janeiro de 2019	Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Meio Ambiente, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo – FCPE.	
Lei nº 13.844 de 18 de junho de 2019	Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.	
Lei nº 13.887, de 17 de outubro de 2019	Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e dá outras providências.	

Nota. Governo Jair Messias Bolsonaro. Fonte: Site do Planalto – adaptado pela autora.

Com as leis, medidas provisórias e decretos desse governo houve alterações que criaram paradoxos em relação a sustentabilidade ambiental, como a lei 13.844 que estabelece as organizações dos Ministérios; a seção XI dispõe sobre o Ministério do Meio Ambiente, e suas responsabilidades, o parágrafo único do Art. 39 diz que “A competência do Ministério do Meio Ambiente relativa a florestas públicas será exercida em articulação com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento” (Planalto, 2019), o que é completamente incoerente para o alcance dos ODS ambientais, vale lembrar que, o Ministério do Meio ambiente historicamente sempre teve o intuito de meio ambiente equilibrado (em lei) e o Ministério da Agricultura sempre atendeu aos interesses do agronegócio, sendo assim antagônico ao meio ambiente sustentável.

Por meio das leis ambientais desse governo acontecem mudanças que são opostas aos ODS ambientais como, a extinção da Secretaria de Mudanças do Clima, a extinção da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, e outras ações que ignoram um trabalho histórico no meio ambiente em relação à proteção, preservação e prevenção para alcançar os ODS ambientais. Outro ponto é que sem a Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável os pequenos agricultores poderão ficar enfraquecidos e perder espaço para o agronegócio, deixando assim de expandir o modo de produção sustentável.

Apesar de serem apenas algumas das leis ambientais de cada governo, pode-se notar que o período de 2011 a 2016 foi marcado com leis ambientais que visavam sustentabilidade inter-relacionada com os eixos econômico, e social, dispostos em leis sobre a conscientização educacional, produção e consumo sustentáveis, etc; já o período de 2016 a 2018 as leis ambientais não foram ampliadas para a sustentabilidade e sim para outros interesses como questões de créditos e irregularidades na agricultura. No ano de 2019, as alterações deixaram mais claras o antagonismo à sustentabilidade ambiental, pelas prioridades econômicas (não sustentáveis), por meio de discurso e projeto de flexibilizações de leis ambientais e processo de licenciamento, etc.

Considerações finais

Os ODS ambientais: ODS 6 – Água Potável e Saneamento; ODS 7 – Energia Limpa e Acessível; ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura; ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis; ODS 13 – Combate as Alterações Climáticas; ODS 14 – Vida na Água; e ODS 15 – Vida Sobre a Terra, além de ser a continuidade de trabalho do ODM 7 – Meio Ambiente, são amplos sem desconsiderar as especificidades de cada eixo sustentável, sem isolar um do outro. Sendo assim, nas metas globais o equilíbrio está presente com o eixo ambiental dos objetivos, bem como, com o eixo econômico e o eixo social; com base nessa inter-relação dos eixos é que as metas nacionais precisam ser proposta, e, em vista da diversidade presente no território brasileiro, sendo necessário articular com metas regionais. Em relação às propostas de metas regionais e/ou metas nacionais do IPEA divulgado em 2018, seria interesse mais detalhes os detalhes sobre o estudo, bem como, sobre os dados levantados para a sua realização e proposição de cada meta, pois, até mesmo o caderno divulgado em algumas alterações e complementações de metas não contém justificativas.

Considerando que existem instrumentos e ações base para se alcançar os ODS em níveis regionais e nacionais nesse estudo optou-se pela abordagem da legislação ambiental. Conforme as informações e leis levantadas e relacionadas com o cenário dos governos pós-2010, nota-se que antes mesmo da proposta dos ODS globais em 2015 o Brasil contava com leis que visam à sustentabilidade por meio de proteção, preservação, prevenção e conscientização do meio-ambiente, contudo, a partir do governo de Michel Temer em 2016, o antagonismo à sustentabilidade ambiental foi ganhando espaço e “voz”, ganhando força e prevalecendo no governo de Jair Messias Bolsonaro. O qual aderiu a discursos e medidas normativas que são antagônicas a sustentabilidade ambiental e questões sociais, que possivelmente acarretará em problemas futuros abrangendo todos os eixos, pois, é impossível dissociá-los.

Referencias bibliográficas

- AGENDA 2030. (2015). *ODS – Objetivos de desenvolvimento sustentável*. Disponível em: <<http://www.agenda2030.com.br/>>. Acesso em: 06 de agosto de 2019.
- _____. (2015). *Objetivo de desenvolvimento sustentável 6 – água potável e saneamento*. Disponível em: <<http://www.agenda2030.com.br/ods/6/>> Acesso em: 08 de agosto de 2019.
- _____. (2015). *Objetivo de desenvolvimento sustentável 7 – energia limpa e acessível*. Disponível em: <<http://www.agenda2030.com.br/ods/7/>> Acesso em: 08 de agosto de 2019.
- _____. (2015). *Objetivo de desenvolvimento sustentável 9 – indústria, inovação e infraestrutura*. Disponível em: <<http://www.agenda2030.com.br/ods/9/>> Acesso em: 08 de agosto de 2019.
- _____. (2015). *Objetivo de desenvolvimento sustentável 11 – cidades e comunidades sustentáveis*. Disponível em: <<http://www.agenda2030.com.br/ods/11/>> Acesso em: 08 de agosto de 2019.
- _____. (2015). *Objetivo de desenvolvimento sustentável 12 – consumo e produção responsáveis*. Disponível em: <<http://www.agenda2030.com.br/ods/12/>> Acesso em: 08 de agosto de 2019.
- _____. (2015). *Objetivo de desenvolvimento sustentável 13 – combate as alterações climáticas*. Disponível em: <<http://www.agenda2030.com.br/ods/13/>> Acesso em: 08 de agosto de 2019.

- _____. (2015). *Objetivos de desenvolvimento sustentável 14 – vida na água*. Disponível em: <<http://www.agenda2030.com.br/ods/14/>> Acesso em: 08 de agosto de 2019.
- _____. (2015). *Objetivo de desenvolvimento sustentável 15 – vida terrestre*. Disponível em: <<http://www.agenda2030.com.br/ods/15/>> Acesso em: 08 de agosto de 2019.
- Berringer, T. & Jr. Boito A. (2013). *Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos lula e dilma*. In revista de sociologia e política V. 21, Nº 47: p. 31-38. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v21n47/04.pdf>> Acesso em: 12 de outubro de 2019.
- Curado, M. (2017). *Por que o governo Dilma não pode ser classificado como novo-desenvolvimentista*. In Revista de Economia Política, vol. 37, nº 1 (146), p. 130-146. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/PDF/146-7.PDF>> Acesso em: 04 de agosto de 2019.
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2018). *ODS – Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180801_ods_metas_nac_dos_obj_de_desenv_susten_propos_de_adequa.pdf> Acesso em: 14 de novembro de 2019.
- Ministério do Meio Ambiente. (2011). *Plano de ação para produção e consumo sustentáveis (ppcs)*. Disponível em: <<https://www.mma.gov.br/publicacoes/responsabilidade-socioambiental/category/90-producao-e-consumo-sustentaveis.html?download=936:plano-de-acao-para-producao-e-consumo-sustentaveis-no-brasilvolume->>>. Acesso em: 14 de outubro de 2019.
- _____. (2011). *Plano nacional*. Disponível em: <<https://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/producao-e-consumo-sustentavel/plano-nacional>>. Acesso em: 06 de setembro de 2019.
- ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. (2000-2015). *ODM Brasil*. Disponível em: <<http://www.odmbrasil.gov.br/o-brasil-e-os-odm>> Acesso em: 09 de agosto de 2019.
- Planalto. *Lei complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp140.htm> Acesso em: 20 de outubro de 2019.
- _____. *Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm> Acesso em 20 de outubro de 2019.
- _____. *Lei nº 12.727, de 17 de outubro de 2012*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/L12727.htm> Acesso 23 de outubro de 2019.

_____. *Lei nº 13.186, de 17 de 11 de novembro de 2015.* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/L13186.htm> Acesso em 13 de outubro de 2019.

_____. *Lei nº 13.295, de 14 de junho de 2016.* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13295.htm> Acesso em 23 de outubro de 2019.

_____. *Lei nº 13.335, de 14 de setembro de 2016.* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13335.htm> Acesso em: 19 de outubro de 2019.

_____. *Decreto nº 9.672, de 2 de janeiro de 2019.* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9672.htm> Acesso em: 2 de novembro de 2019.

_____. *Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13844.htm> Acesso em: 03 de novembro de 2019.

_____. *Lei nº 13.887, de 17 de outubro de 2019.* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13887.htm> Acesso em: 27 de outubro de 2019.

Senado. *Constituição federal 1988: art. 225 - meio ambiente.* Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_26.06.2019/art_225_.asp> Acesso em: 18 de setembro de 2019.

_____. *Emenda constitucional nº 96, de 6 de junho de 2017.* Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/EMC96_06.06.2017/EMC96.asp> Acesso em: 18 de outubro de 2019.

_____. *Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017.* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13465.htm> Acesso em: 19 de outubro de 2019.

A LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA DA RÁDIO COMUNITÁRIA OESTE FM FRENTE AS IMPLICAÇÕES DA LEI 9.612/98

André Crepaldi¹

Resumo: O artigo apresenta uma discussão sobre as implicações da lei 9.612/98, que trata do serviço de radiodifusão comunitária no Brasil, e os obstáculos enfrentados pela rádio comunitária Oeste FM na luta pela sobrevivência. As rádios comunitárias foram legalizadas no Brasil em 1998 após diversos movimentos sociais que buscavam por meio do rádio oferecer um canal de comunicação que contemplasse os interesses da comunidade. Após 17 anos de aprovação da referida lei que regulamentou o serviço, a Oeste FM de Cascavel-PR conseguiu autorização de funcionamento, com a intenção de contribuir para o desenvolvimento cultural, artístico e social da comunidade oeste da cidade. A pesquisa é de cunho qualitativo, com estudo de caso sobre a rádio referida, embasado em pesquisa bibliográfica, documental e entrevista semiestruturada. A coleta de dados foi realizada a partir de entrevista semiestruturada. Como resultado, o estudo demonstra que a lei 9.612/98 dificulta a sobrevivência da emissora pesquisada devido às restrições impostas. Com base nisso, sugere-se repensar o serviço de radiodifusão comunitária no Brasil, em vista disso, reformular a lei que regulamenta.

Palavras-Chave: rádio comunitária; implicações lei 9.612/98; participação comunitária; Oeste FM.

LA LUCHA POR LA SUPERVIVENCIA DE LA COMUNIDAD WEST FM RADIO FRENTE A LAS IMPLICACIONES DE LA LEY 9.612 / 98

Resumen: El artículo presenta una discusión sobre las implicaciones de la Ley 9.612/98, que trata sobre el servicio de transmisión comunitaria en Brasil, y los obstáculos que enfrenta la radio comunitaria Oeste FM en la lucha por la supervivencia. Las estaciones de radio comunitarias se legalizaron en Brasil en 1998 después de varios movimientos sociales que buscaron a través de la radio ofrecer un canal de comunicación que contemplara los intereses de la comunidad. Después de 17 años de la aprobación de la ley que regulaba el servicio, la Oeste FM de Cascavel-PR obtuvo la autorización de operación, con la intención de contribuir al desarrollo cultural, artístico y social de la comunidad del oeste de la ciudad. La investigación es de naturaleza cualitativa, con un estudio de caso en la radio referida, basada en investigación bibliográfica, documental e entrevista semiestruturada. La recolección de datos se realizó mediante entrevistas semiestruturadas. Como resultado, el estudio demuestra que la Ley 9.612/98 obstaculiza la supervivencia de la emisora investigada debido a las restricciones impuestas. En base a esto, se sugiere repensar el servicio de transmisión de radio comunitaria en Brasil, en vista de esto, para reformular la ley que lo regula.

Palabras Clave: radio comunitaria; implicaciones de la ley 9.612/98; participación comunitaria; Oeste FM.

THE STRUGGLE FOR THE SURVIVAL OF COMMUNITY OESTE FM RADIO UNDER OF LAW 9.612/98 IMPLICATIONS

Abstract: This article presents a discussion about the implications of Law 9.612/98, which deals with the communities broadcasting service in Brazil, and the obstacles faced by the community radio Oeste FM in the struggle for survival and community participation. Community radio stations were legalized in Brazil in 1998 after several social movements that sought through the radio to offer a communication channel that contemplated the communities interests. After 17 years of approval of the law that regulated the service, the Oeste FM Cascavel-PR obtained operating authorization, with the intention of contributing to the cultural, artistic and social development of the cities west community. This research is qualitative, with a case study on the referred radio, based on bibliographic, documentary research and semi-structured interview. Data collection was carried out through semi-structured interviews. As a result, the study demonstrates that Law 9.612/98 hampers the survival of the researched

¹ Mestrando pelo programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. E-mail: crepaldi_fm@hotmail.com

broadcaster due to the restrictions imposed. Based on this, it is suggested to rethink the community radio broadcasting service in Brazil, in view of this, to reformulate the law that regulates it.

Key words: community radio; implications of law 9.612/98; community participation; Oeste FM.

1 Introdução

O rádio presenciou diversas transformações tecnológicas ao longo de quase cem anos de existência no Brasil. Entre as transformações, está os anos quarenta, época que o rádio vivenciou sua era de ouro, caracterizada pelas famosas radionovelas e audiência massiva.

Por outro lado, com surgimento da televisão na década de cinquenta, o rádio perde boa parte de sua audiência, assim como sofre queda no faturamento comercial, contribuindo para o enfraquecimento de investimento na programação e cogitação sobre o seu fim. Do mesmo modo, com a internet em ascensão nos anos novamente, volta a assombrar o debate sobre o fim do rádio.

Durante as ditaduras militares nos países da América Latina, marcada por governos autoritários, movimentos sociais se organizaram contra práticas hegemônicas e ausência de espaço nos meios de comunicação tradicionais. Entre as causas dos movimentos, prevalecia a construção de meios de comunicação alternativos, utilizados em benefício à comunicação do povo e democratização da comunicação.

Para tanto, os movimentos sociais percorreram muitos países latino-americanos, que fundaram diversas rádios livres. Essas rádios, além do caráter constituído pelo e para o povo, se legitimavam pelas práticas contra hegemônicas e quebra do monopólio de grandes grupos de comunicação. É a partir do movimento dessas rádios que se tem a regulamentação das chamadas rádios comunitárias no ano de 1998 no Brasil (MACHADO, MAGRI e MASAGRÃO, 1986).

A regulamenta das rádios comunitárias no Brasil ocorre com base na aprovação da lei 9.612/98 no governo do então presidente, Fernando Henrique Cardoso. A lei referida estabelece o caráter da emissora como espaço de comunicação dos moradores da comunidade, com transmissão em canal único (frequência), limitado a uma potência de 25 watts (ERP) e altura do sistema irradiante não superior a 30 metros. Além dessas limitações, é vedado a veiculação de publicidade na emissora, permitido apenas anúncios em formato de apoio cultural de empresas localizadas dentro do raio de atuação da emissora (1 KM a partir da antena transmissora). Ainda, é proibido a criação de rede, com exceção em casos de calamidade pública (BRASIL, 1998).

Dessa forma, assume como objetivo geral deste estudo, avaliar as implicações da lei 9.612/98, que trata do serviço de radiodifusão comunitária no Brasil, e os obstáculos enfrentados pela rádio comunitária Oeste FM, na luta pela sobrevivência. A pesquisa é de cunho qualitativo, com estudo de caso sobre a rádio referida, embasado em pesquisa bibliográfica e documental, sob abordagem teórica dos conceitos de rádio comunitária e participação. A coleta de dados foi realizada a partir de entrevista semiestruturada, durante os dias 07 a 21 de outubro de 2019.

O estudo está organizado em partes. A primeira, apresenta o contexto histórico do rádio hertziano no Brasil, a partir de Tavares (1997). A segunda, aborda os conceitos de RadCom no Brasil, a partir de Amarante (2012, 2016), Coelho Neto (2002), Peruzzo (2006, 2007) e Ruas (2004), bem como as implicações na lei 9.612/98. O terceiro, apresenta e discute o caso da Oeste FM e as dificuldades enfrentadas na luta pela sobrevivência e participação da comunidade. Por fim, a última parte se refere as considerações finais.

2 Uma breve história do rádio hertziano no Brasil

O rádio passou por transformações tecnológicas no decorrer dos anos, desde os grandes aparelhos receptores de madeira até os formatos a pilha. Do mesmo modo, os estúdios de rádio, que utilizavam de aparelhos limitados em pequenos ambientes, no século XXI tem se ampliado a oferta de equipamentos de última geração, oferecendo ao rádio qualidade de som nas transmissões e recepção.

Em 2022 comemora o centenário de existência do rádio no Brasil. Sete de setembro de 1922 é a data da primeira transmissão de realizada no país. Na ocasião, a empresa norte-americana Westinghouse instalou um pequeno estúdio de transmissão no alto do Corcovado, no Rio de Janeiro, em comemoração ao centenário de independência do Brasil, data marcada por diversas atrações e festividades (TAVARES, 1997). Para esse mesmo autor, no ano seguinte surge a primeira emissora brasileira instalada no Rio de Janeiro pelo professor Edgar Roquette Pinto e Henrique Charles Morize.

Em 1923, além da Sociedade Rádio do Rio de Janeiro, era criada, na antiga Capital Federal, a PRA – 3 Rádio Clube do Brasil e, em Recife, Pernambuco, a PRA-8 Rádio Clube de Pernambuco, cujo registro jurídico de “radiotelegrafia” é o mais antigo do País, dotando de 6 de abril de 1919, como quando do aparecimento da Rádio Clube, em 17 de outubro de 1923, fundada por Oscar Moreira Pinto, Augusto Joaquim Pereira, João Cardoso Aires, George Gotics e Carlos Lira Filho” (TAVARES, 1997, p. 52).

É o nascimento do rádio no Brasil que durante os anos seguintes presencia acontecimentos importantes na sua história. Prestes a comemorar cem anos de existência, acumula histórias de sucesso e um dos principais meios de informação e comunicação de muitas comunidades² isoladas de grandes centros urbanos. Do mesmo modo, uma ferramenta de ensino e aprendizagem utilizada por muitas escolas.

Amarante recorda que “[...] a radiofusão no Brasil assume importância social à medida que o rádio figura como único meio de levar a escola e informação até os habitantes de várias regiões que não tem acesso à educação ou às mídias locais, considerando-se diversas razões de ordem geográfica, econômica ou culturais” (AMARANTE, 2012, p. 34).

Para tanto, o surgimento do rádio no Brasil nasceu com viés educativo, idealizado pelo professor Edgar Roquette Pinto. Por outro lado, é relevante ressaltar que na década de trinta, perde o caráter educativo com a legalização da publicidade no rádio “[...] por meio do decreto n.º 21.111, de 1º de março de 1932, que regulamentou o Decreto n.º 20.047, de maio de 1931, primeiro diploma legal sobre a radiofusão, surgido nove anos após a implantação do rádio no país” (ORTRIWANO, 1985, p. 15).

A partir do Decreto n.º 21.111 de 01 de março de 1932, surgiu o tipo de rádio-fusão mais comum no Brasil: a radiofusão comercial, cuja, autorização para a veiculação de propaganda (mensagens publicitárias) provocou grande mudança no conteúdo do veículo, que até então era erudito, instrutivo e cultural, tornando-se agora veículo de lazer e diversão (RUAS, 2004, p. 41).

A partir de então, “a preocupação “educativa” foi sendo deixada de lado e, em seu lugar, começaram a se impor os interesses mercantis” (ORTRIWANO, 1985, p. 15), conforme os objetivos de emissoras comerciais.

Do mesmo modo, nos anos quarenta, época histórica conhecida como a era de ouro do rádio, registra números elevados de audiência através das famosas radionovelas, a primeira delas, *Em busca da Felicidade*, por volta de 1941 (NEUBERGER, 2012). Os folhetins eram acompanhados por uma parcela de público representativa, que reuniam em famílias e/ou vizinhos, devido aos poucos aparelhos (TAVARES, 1997).

O rádio nascia como meio da elite, voltado aos que tivessem poder aquisitivo para mandar buscar no exterior os aparelhos receptores, então muito caros. Para Roquette Pinto, a principal função do rádio era educar e, nos treze anos em que dirigiu a Rádio Sociedade, enfatizou os programas educativos. A programação da emissora era

² “Comunidade “é uma área de vida em comum” Tem que haver vida em comum com a noção de que se compartilha tanto de um modo de vida quanto de terra em comum” (PERUZZO, 2006, p. 13).

basicamente constituída por palestras, cursos e aula de português, física, geografia, história e higiene, entre outras, que comprova a função educativa como sendo a primeira função do rádio brasileiro (RUAS, 2004, p. 40).

Do mesmo modo, as primeiras emissoras instaladas durante alguns anos foram mantidas por meio de doações dos ouvintes. Conforme lembra Ruas (2004, p. 40), “[...] as rádios se mantinham por meio de eventuais doações de empresas públicas e privadas, e de mensalidades pagas pelos possuidores de aparelhos receptores”. Para as famílias que tinham aparelho receptor, o mesmo ocupa lugar na sala de estar, posição que seria ocupada pela televisão alguns anos mais tarde.

Conforme já lembrado, surge a televisão no Brasil nos anos cinquenta, a primeira emissora foi a TV Tupi de São Paulo, fundada pelo empresário Assis Chateaubriand (TAVARES, 1997). Muitos dos locutores e animadores migraram para a televisão, levando consigo os formatos de programas e anunciantes. O crescimento da televisão contribui para a perda de audiência e faturamento do rádio, a partir de então, cogita-se o fim do meio, devido aos fatores mencionados e as novas linguagens presentes na nova mídia, como som e imagem.

Devido a presença de locutores e animadores que migraram do rádio à televisão, a mídia televisiva era caracterizada pelos formatos radiofônicos.

A época de ouro” do rádio termina, coincidentemente, com o surgimento no Brasil de um novo meio: a televisão. Quando surge, ela vai buscar no rádio seus primeiros profissionais, imita seus quadros e carrega com ela a publicidade. Para enfrentar a concorrência com a televisão, o rádio precisava procurar uma nova linguagem, mais econômica (ORTRIWANO, 1985, p. 21).

Por outro lado, a televisão não decretou o fim do rádio, que sobrevive a ameaça existente. Na obra, *Cultura e artes do pós-humano*, Santaella (2003), recorda que o surgimento de uma nova mídia não representa o fim da mídia anterior, de maneira oposta, a mesma se ressignifica. Na verdade, se vive um período de sincronização entre todas as formas de linguagens e de quase todas as mídias inventadas pelo ser humano.

Com base nos estudos de Santaella (2003), é possível afirmar que os avanços tecnológicos contribuem para sobrevivência do rádio através de sua ressignificação. Como a invenção do transistor nos anos cinquenta, Tavares (1997), recorda que a tecnologia deu fôlego ao meio, ao mesmo tempo, contribui para invenção do aparelho de rádio a pilha, e possibilita a mobilidade, sem necessidade de ligações de fios e tomadas. Outro avanço importante, foi o surgimento da faixa de frequência FM (fórmula modulada) na década de sessenta, contribuindo para criação de gêneros radiofônicos mais comum atualmente, entre eles, o musical.

Posterior a esses acontecimentos, já nos anos noventa com a chegada da internet no Brasil, volta-se a cogitar o fim do rádio. Para alguns, a presença de novas linguagens, como som, imagem, hipertexto, etc. poderiam decretar o seu fim. Do mesmo modo, a web surge com possibilidades de novas experiências de consumo e produção de informação.

Por outro lado, retoma-se a afirmação de Santaella (2003), considerando que as linguagens presentes na internet contribuiriam para novas práticas e formatos radiofônicos, como o rádio online, webradio, podcast, entre outros. Para tanto, se reinventa na medida em que se avança a tecnologia e surgimento de novas mídias.

Para Prata (2008), o rádio pode ser classificado em dois modelos: o modelo hertziano, com transmissão somente por ondas hertzianas, conhecido como rádio tradicional ou hertziano. O segundo modelo é o rádio online, com transmissão simultânea pelas ondas hertzianas e internet (rádio web), enquanto que o segundo, é o rádio com transmissão exclusiva pela internet, conhecido como webradio³ (PRATA, 2008).

Entre as principais características que podem ser apontadas como importantes à sobrevivência do rádio, se destaca a instantaneidade, por levar informação à diversos públicos, atingir comunidades isoladas de grandes centros urbanos e facilidade de acesso. Trata-se, pois, da mídia da oralidade e seu acesso ocorre com mais facilidade em relação a outras mídias existentes.

3 O serviço de radiofusão comunitária no Brasil

Diversos movimentos sociais marcaram a história da comunicação popular e alternativa na América Latina, com destaque as rádios livres e alto-falantes⁴ ou cornetas. Para Dioclécio, “o Brasil foi um dos últimos países da América Latina a embarcar nas ondas das Rádios Comunitárias (RCs). A primeira RC do continente (e quiçá do mundo) surgiu em 1947, a Rádio Sutatenza, em Boyacá, Colômbia” (LUZ, 2011, p. 1).

Na América Latina, alguns movimentos alcançaram conquistas em prol da comunicação popular e alternativa, garantindo a presença de canais destinados aos povos originários, como

³ A expansão da internet pode contribuir para a criação e expansão da webradio no Brasil (PRATA, 2003).

⁴ “Desde a década de 60, quando surgiram no país as primeiras emissoras comunitárias, em forma de alto-falantes, esse tipo de comunicação tem sido marcado por uma crescente proliferação desses veículos” (RUAS, 2004, p. 41).

Argentina, Bolívia e Equador. Esses países conseguiram destinar uma fatia dos espaços radioelétricos disponíveis em todas as bandas de radiofusão e televisão⁵ (NOVAES, 2017).

A luta pela comunicação popular e alternativa no Brasil só veio a alcançar alguns direitos nos anos noventa, com muita restrição na legislação.

[...] as primeiras negociações a respeito da legalização das rádios de baixa potência começaram em 10 de abril de 1995, segundo informações da Associação Brasileira das Emissoras Comunitárias – ABRAÇO, entidade de caráter cultural, científico e educacional, criada em 1996, com o objetivo de defender os interesses deste tipo de radiofusão (RUAS, 2004, p. 49).

Para Amarante, a proposta da ABRAÇO era “[...] reunir as experiências de rádios comunitárias e contribuir na defesa da regulamentação do serviço, o que apenas ocorreu em 1998” (AMARANTE, 2012, p. 41), no mandato do então presidente, Fernando Henrique Cardoso – PSDB. O serviço de radiofusão comunitária é regido pela lei 9.612/98, de acordo com o art. 1º. “denomina-se Serviço de Radiodifusão Comunitária a radiodifusão sonora, em frequência [sic] modulada, operada e em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação de serviços” (BRASIL, 1998, p. 01).

Do mesmo modo, deve funcionar em canal único, permitido apenas canal de frequência por município. A lei permite a existência de mais de uma rádio comunitária por município, desde que respeite a distância mínima de 4 quilômetros. Estabelece também a proibição de publicidade, apenas anúncios em forma de apoio cultural do comércio localizado no bairro atendido (raio de 01 km a partir da antena). É proibido a criação de rede entre emissoras comunitárias, com exceção em caso de calamidade pública (BRASIL, 1998).

Para Coelho Neto, “denomina-se Serviço de Radiofusão Comunitária a radiofusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço” (COELHO NETO, 2002, p. 127).

⁵ Argentina: “Lei 26.522 de serviços de comunicação audiovisual, de 2009” (NOVAES, 2017, p. 88); Bolívia: “Lei Geral de Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação, Lei Nº 164, 8 de agosto de 2011” (NOVAES, 2017, p. 88). Equador: “As frequências do espectro radioelétrico destinadas ao funcionamento de estações de rádio e televisão de sinal aberto se distribuirão equitativamente em três partes, reservando 33% destas frequências para a operação de meios públicos, 33% para a operação de meios privados e 34% para operação de meios comunitários” (NOVAES, 2017, p. 88).

Do mesmo modo, “[...] significa, na prática da comunicação popular, a abertura de canal de expressão e participação para o povo” (RUAS, 2004, p. 154). Não deve servir de espaço para proselitismo político, religioso, assim como discurso ideológico, trata-se, pois, de um canal de expressão que contemple os interesses da comunidade, atuando na prestação de serviço, educação e cultura.

Deve representar um espaço de participação e “[...] representa a voz dos membros de uma comunidade e é organizada por uma associação comunitária, sem fins lucrativos, sob a fiscalização de um Conselho Comunitário com pelo menos cinco representantes de entidades da comunidade” (AMARANTE, 2012, p. 48).

Criadas como objetivo de proporcionar à comunidade uma forma de expressão e de colocar uma novidade no ar, utilizam a rádio local como instrumento de comunicação pública, auxiliando na resolução de problemas imediatos de sobrevivência social e cultural e conferindo parcelar de poder às comunidades, pois são elas as responsáveis por uma parte da audiência, ainda não mensurada, que se identifique com a linguagem local e que não tem receio de trocar os grandes projetos massivos de comunicação por projetos pequenos e localizados (RUAS, 2004, p. 114).

No que se refere a associação, “cinco entidades da comunidade local devem fazer parte do Conselho Comunitário, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente constituídas, sendo que apenas uma será a responsável pelo seu funcionamento” (AMARANTE, 2016, p. 275).

Podem pleitear uma rádio comunitária somente as fundações e as associações comunitárias sem fins lucrativos, legalmente constituídas e registradas, com sede na comunidade em que pretendem prestar o serviço, cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados já mais de dez anos, maiores de 18 anos, residentes em domiciliados na comunidade. A fundação/associação candidata a prestar serviço de RÁDIO COMUNITÁRIA, não deverá, de forma alguma, ter ligação de qualquer tipo e natureza com outras instituições (GIRARD e JACOBUS, 2009, p. 25).

A RadCom deve contemplar os interesses da comunidade, oferecer um canal de participação, prestar serviço de utilidade pública e de maneira alguma, ter fins lucrativos. Da mesma maneira, promover “[...] a conscientização, a educação não formal e o desenvolvimento de consciência crítica. Essas pequenas rádios tentam construir uma nova e mais moderna forma de se comunicar: emissão e recepção mais próximas do cidadão e de sua realidade” (RUAS, 2004, p. 48).

[...] a comunicação comunitária se caracteriza por processos de comunicação baseados em princípios públicos, tais como não ter fins lucrativos, propiciar a participação ativa da população, ter propriedade coletivas e difundir conteúdos com a finalidade de educação, cultura e ampliação da cidadania (PERUZZO, 2006, p. 9).

Por outro lado, “pela sua pequena dimensão, uma rádio comunitária tem como característica ser um veículo de comunicação barato e de fácil domínio técnico” (RUAS, 2004, p. 114).

Trata-se de uma comunicação que pode ser caracterizada como de pequena escala, também denominada alternativa, popular ou comunitária, mas que se torna expressiva porque está dispersa por todo o País e se multiplica de diferentes maneiras e em diferentes lugares, dentro do Brasil e no mundo (PERUZZO, 2007, p. 5).

Ruas (2004, p. 152), lembra que “a participação popular deveria ser entendida e exercida como um todo, de forma completa, desenvolvendo os três níveis primordiais de participação: decisões, execução e verificação de resultados” (RUAS, 2004, p. 152).

A RadCom que por ventura descumprir a legislação, está sujeita a multa e apreensão dos equipamentos pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, em ação conjunta com a polícia federal. Quando couber, o presidente da associação pode responder por crimes, com multa ou detenção. É função da ANATEL “[...] fiscalizar o uso do espectro radioelétrico, isto é, a faixa do espectro eletromagnético por onde se transmite as ondas de rádio (no caso, a faixa única designada pelo governo)” (COELHO NETO, 2002, p. 128).

3.1 Implicações na lei 9.612/98

Após legalização das RadCom no Brasil, muitas associações entraram com processo de pedido de outorga no ministério das comunicações. Muitos dos processos foram negados e apenas uma pequena parcela obteve autorização de funcionamento após anos de espera.

O processo de pedido de outorga além de burocrático é lento, uma vez que pode levar mais de 05 anos tramitando no ministério. A quantidade de documentos exigidos é enorme, o que dificulta a solicitação do pedido pela associação.

Para tanto, com base no levantamento, observa-se as seguintes implicações na lei 9.612/98:

- **Potência do transmissor e altura de antena:** Em seu artigo primeiro, parágrafo primeiro, “entende-se por baixa potência o serviço de radiodifusão prestado a comunidade, com potência limitada a um máximo de 25 watts ERP e altura do sistema irradiante não superior a trinta metros (BRASIL, 1998, p. 1). Da mesma maneira, a RadCom está limitada a potência máxima de 25 watts e altura de antena não superior a

30 metros, o que em determinadas regiões brasileiras não é suficiente para a cobertura dos moradores da comunidade.

- **Proibição de apoio cultural fora da área de atuação da emissora:** De acordo com os artigos 30 a 33 “admite, porém, patrocínios sob a forma de apoio cultural restritos à comunidade atendida, sendo vedada a cessão ou arrendamento da emissora do RadCom ou de horários” (arts. 30 a 33) (BRASIL, 1998, p. 01). Trata-se de uma das reivindicações das RadCom, considerando que o valor financeiro que se arrecada com a venda de apoio cultural, muitas vezes é insuficiente para sustento. Conforme Amarante (2012), “os apoios culturais permitidos, em geral, sustentam precariamente alguns operadores de som, mas não cobrem outras despesas como telefone, aluguel, equipamentos de reportagem ou melhoria da infra-estrutura, imprescindíveis para o bom funcionamento das rádios” (AMARANTE, 2012, p. 57). A partir disso, identifica a necessidade de repensar a possibilidade de autorização de publicidade, considerando que RadCom, assim como as emissoras comerciais, necessitam de faturamento para manutenção de equipamentos e sobrevivência de custos básicos.
- **Restrição a um canal por município (frequência), sem proteção de interferência de outras emissoras e proibição de criação de rede entre emissoras:** De acordo com a legislação, “os limites estabelecidos no novo diploma abrangem a pré-sintonização pela ANATEL (art.24) da frequência, bem como que a emissora operará sem direito a proteção contra eventuais interferências causadas por estações de Serviços de Telecomunicações e de Radiofusão regularmente instaladas (art. 25). E mais: caso uma RadCom provoque “interferência indesejável” nos demais serviços regulares de Telecomunicações e de Radiofusão, a ANTEL determinará a imediata interrupção do seu funcionamento, até a completa eliminação da causa da interferência (art. 27), além de vedar a formação de redes” (BRASIL, 1998, p. 1). A proteção do sinal da RadCom não é assegurada pela lei, porém, o mesmo não ocorre caso seu sinal cause interferência no sinal de uma rádio comercial. Neste caso, a RadCom será penalizada (interrupção do funcionamento), demonstrando, explicitamente, direitos desiguais entre emissoras comerciais e comunitárias. Outra implicação presente na lei, é proibição de criação de rede entre emissoras comunitárias, permitido apenas em situações de emergência, como acontecimentos de calamidade pública. A lei proíbe a união entre emissoras comunitárias que desejam criar programação em rede, inibindo a pluralidade de produção de programas e veiculação em larga escala conforme interesses de comunidades semelhantes.

- **Lei obsoleta:** Para Amarante, “[...] há que se relevar a participação popular, por outro nota-se que a legislação do funcionamento deste meio de comunicação em nada alterou a morosidade do próprio Estado em reconhecer a conquista popular” (AMARANTE, 2012, p. 61).

Conforme os levantamentos apontados, é possível afirmar que a lei que rege o serviço de radiodifusão comunitária no Brasil é obsoleta, aprovada há duas décadas. Por outro lado, não atende aos interesses das associações comunitárias e, pior, dificulta a prática da comunicação comunitária. Para tanto, requer repensar a referida lei frente aos desafios da comunicação em cenário de convergência das mídias e anseios da comunidade e aos desafios enfrentados na luta pela sobrevivência e participação da comunidade.

4 Rádio comunitária Oeste FM

A Oeste FM é formada pela Associação Comunitária de Comunicação e Cultura do Município de Cascavel, oeste do estado do Paraná, e está localizada na Rodovia BR-277, Km 600, bairro Santos Dumont, CEP 85804600. Foi fundada em 13 de julho de 2015, no ano de 2019 comemorou quatro anos no ar, com programação vinte e quatro horas por dia, de segunda a segunda.

A emissora surgiu após o fundador⁶, dono de comércio na cidade, identificar ausência de espaço da região oeste na mídia tradicional de Cascavel. Além disso, incluir os moradores, prestar serviço de utilidade pública e levar aos ouvintes, informação, educação⁷ e cultura, conforme os objetivos de uma RadCom.

O presidente da associação possui empresa no segmento de agropecuária e investe com frequência na Oeste FM, considerando que a mesma não consegue arcar com os custos fixos, pois o que se arrecada com a venda de apoio cultural mensal, é insuficiente, cobre apenas custos básicos de água e luz.

A equipe é formada, além do presidente da associação, pela direção geral, locutora com mais de 10 anos de experiência em comunicação comunitária. Além da direção geral, mais

⁶ Optou-se durante a realização da pesquisa não expor nomes dos integrantes da rádio.

⁷ “[...] é de extrema importância que o sistema de comunicação social exerça verdadeiramente sua função educativa, ajudando a alfabetização a população e cumprindo com seu papel de informa-la adequada e criticamente” (AMARANTE, 2012, p. 35).

quatro profissionais compõe a rádio, todos de modo voluntário. Cabe ressaltar, apenas a direção geral é contratada (regime CLT), os demais pagam comissão sob o valor de vendas de apoio cultural e conciliam outras atividades externas, porém, a rádio não vende espaço de programa, assim como não obriga vender apoio cultural.

A participação oferecida à comunidade é frequente e ocorre principalmente por meio das plataformas virtuais. São disponibilizados aos ouvintes alguns canais de comunicação, como site⁸, telefone fixo e participação presencial no estúdio de transmissão. Além do mais, possui ferramentas como WhatsApp, página de Facebook⁹ e You Tube, que são muito utilizadas nas transmissões ao vivo, as chamadas *lives*.

Foi solicitado mudança de endereço físico no site da ANATEL no ano de 2019. Após elaboração e apresentação do projeto técnico¹⁰, realizado por um engenheiro de telecomunicações, aguarda a aprovação da entidade governamental. A justificativa para mudança, ocorre devido a localização da emissora (dentro Parque de Exposições Celso Garcia Cid - Expovél). Segundo a diretora, embora o espaço do imóvel apresente segurança e custo de aluguel baixo, é pequeno, com pouca visibilidade de acesso.

Outra expectativa da Oeste FM se refere ao projeto de lei (PL) 0637/2018¹¹, que tem por objetivo, algumas alterações na lei 9.612/98 que rege o serviço. Entre as alterações, prevê o aumento de potência de transmissão e quantidade de canais destinados a execução do serviço. Até o momento da realização desta pesquisa, o projeto encontra-se “aguardando o parecer do relator na comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)” (BRASÍLIA, 2017).

Caso aprovado, emissoras poderão se beneficiar, uma vez que a potência de transmissor passa de 25 para 150 watts, aumentando a área de cobertura da emissora. Prevê também, aumento da quantidade de canais destinados ao serviço de RadCom, neste caso, de 01 para 02 canais, com melhor distribuição das frequências de rádios comunitárias próximas, conseqüentemente, menor interferência de sinal.

⁸ www.radiooestefm.com.br

⁹ [facebook.com/radiooeste104](https://www.facebook.com/radiooeste104)

¹⁰ Toda mudança de endereço realizada pela RadCom deve apresentar projeto técnico, realizado por um engenheiro de telecomunicações.

¹¹ Proposta apresentada pelo senador Senado Federal - Hélio José - PROS/DF. Origem: PLS 513/2017.

4.1 Obstáculos enfrentados pela rádio comunitária Oeste FM

Conforme já visto, emissoras comunitárias têm enfrentado dificuldades na sobrevivência diante das restrições da lei. Por outro lado, enfrentam perseguições por parte dos grandes grupos de comunicação, que agem por meio de denúncias à ANTEL e polícia federal.

Como resultado das denúncias, é comum a ANATEL em ação conjunta com polícia federal, tem lacrado e fechado emissoras comunitárias por todo o Brasil. Do mesmo modo, “[...] na maioria dos casos, diante de supostas situações de irregularidades, sem laudos ou maiores informações técnicas, a Anatel e Polícia Federal têm lacrado e apreendido milhares de rádios comunitárias” (COELHO NETO, 2002, p. 126).

No caso da Oeste FM, nos últimos anos pouco consegue arrecadar com a venda de apoio cultural, embora localizada em área próxima a diversas empresas e indústrias. A baixa arrecadação financeira, dificulta os investimentos na parte de estrutura técnica, planejamento e programação.

Diante dessa situação, o presidente da associação contribui com valor financeiro mensal, retirado de sua empresa. Conforme a direção da rádio, caso esse valor não seja disponibilizado, a emissora não se mantém, no que depender apenas com a venda do apoio cultural.

Outras duas emissoras comunitárias estão presentes na cidade de Cascavel¹², sendo que o sinal de uma das rádios interfere diretamente no sinal da Oeste FM, prejudicando a cobertura e audiência. No momento de realização desta pesquisa, conforme a direção, muitos ouvintes estão ligando para relatar a interferência.

Conforme relatado pela direção, a interferência é bem nítida, principalmente nos bairros próximos da região central, pois a outra RádCom está localizada no centro da cidade e em um ponto alto. Estima-se que devido a esse problema, a Oeste FM teve uma perda de aproximadamente 70% de sua audiência nas últimas semanas.

A baixa cobertura contribui para a resistência de empresas a investir em apoio cultural, alegando que o valor do espaço na rádio é elevado, do mesmo modo, a cobertura é inferior a outras emissoras comerciais e não cobre toda a cidade, apenas uma pequena parte da região

¹² Optou-se durante a realização da pesquisa, não expor nomes das outras emissoras comunitárias presentes em Cascavel-PR.

oeste e, ainda, com interferência. De certo modo, são situações que favorecem para que as empresas optem por investir na aquisição de espaço publicitário nas rádios comerciais.

Embora o valor do apoio cultural seja inferior ao espaço publicitário de uma rádio comercial, as empresas preferem investir na segunda opção, pois alcança mais ouvintes e cobre muitos municípios da região. Por essa razão, o apoio cultural nem sempre é visto como investimento pelas empresas, mas como gasto, conforme relata a direção.

De acordo com a lei 9.612/98 é proibido publicidade nas RadCom, ou seja, não pode ter preço, somente anúncios em forma de apoio cultural de empresas localizadas dentro do raio de atuação da RadCom. Essa proibição dificulta a arrecadação financeira e investimentos na programação e contratação de profissionais.

Por último, e não menos importante, outra restrição prevista na lei 9.612/98 se refere à altura máxima do sistema irradiante, não superior a 30 metros e raio de atuação de 01 km a partir da antena de transmissão. Neste caso, a lei não considera a topografia e localização de cada emissora no município, padronizando as emissoras e desconsiderando as especificidades da comunidade.

Considerações finais

Conforme visto neste artigo, as restrições estabelecidas pela lei 9.612/98 dificultam a transmissão e sobrevivência de muitas rádios comunitárias brasileiras. E, apesar da luta pela democratização da comunicação e legalização do referido serviço, pouco se avançou nos últimos anos. Buscou nesta pesquisa, avaliar as implicações da lei 9.612/98, que trata do serviço de radiodifusão comunitária – RadCom, e os obstáculos enfrentados pela Oeste FM na luta pela sobrevivência.

O estudo demonstrou que as restrições dificultam a sobrevivência da emissora pesquisada, uma vez apresenta dificuldades financeiras devido a baixa arrecadação com apoio cultural e perda de audiência em decorrência da interferência do sinal.

Demonstrou também que a emissora pesquisada apresenta estrutura técnica regular, apesar da pouca arrecadação financeira. Por outro lado, destaca-se que a estrutura da rádio se deve aos investimentos realizados pelo presidente da associação, empresário no setor de

agropecuária, que todo mês direciona uma quantia financeira para cobrir custos fixos e investir na compra de equipamentos que por ventura necessitar.

No que se refere a participação, cumpre com o caráter de emissora comunitária de contemplar os interesses da comunidade na participação da programação. Da mesma maneira, os programas são apresentados por voluntários que estão inseridos na comunidade e a programação é elaborada a partir dos interesses dos moradores.

A lei impõe restrições que dificultam a manutenção frente ao mercado competitivo. Nos últimos anos, muitas emissoras encerraram suas atividades devido ao atraso de pagamento de despesas fixas. Do mesmo modo, como forma de superar a falta de apoio financeiro, optam pela ilegalidade, como a venda de publicidade ou apoio cultural para empresas situadas fora do bairro de atuação, convivendo com a possibilidade de serem multadas pela ANATEL a qualquer instante.

É possível afirmar com base nesta pesquisa, que a lei 9.612/98 precisa ser revisada e considerar os aspectos técnicos, culturais e topográficos às demandas de sobrevivência das rádios comunitárias. Problemas simples apontadas neste estudo poderiam ser solucionados com a flexibilização da referida lei, trata-se, pois, de repensar o serviço de radiodifusão comunitária no Brasil.

Referências

AMARANTE, M. I. **Rádio comunitária na escola: adolescentes, dramaturgia e participação cidadã**. São Paulo: Intermeios, 2012.

AMARANTE, M. I. Rádio comunitária na tríplice fronteira: participação étnica e de gênero na Rádio Norte FM. **Revista Observatório**, Palmas, v. 2, n. 3, p. 270-291, mai-ago 2016.

BRASIL. LEI nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998. **Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências**, Brasília, DF, fev 1998.

BRASÍLIA, S. F. **Projeto de Lei do Senado nº 513/2017**. Altera a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências, para alterar o limite de potência de transmissão e a quantidade de canais designados para. Disponível em: , Disponível em: , Acesso em 10 dez. 2019. 2017.

COELHO NETO, A. **Rádio Comunitária não é crime, direito de antena: o espectro eletromagnético como bem difuso**. São Paulo: Ícone, 2002.

GIRARD, I.; JACOBUS, R. **Para fazer rádio comunitária com "C" maiúsculo**. Porto Alegre: Revolução de ideias, 2009.

LUZ, D. A saga das rádios comunitárias no Brasil. **GT de História da Mídia Alternativa**. VIII Encontro nacional de História da Mídia, 2011.

MACHADO, A.; MAGRI, C.; MASAGRÃO, M. **Rádios livres: a reforma agrária no ar**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

NEUBERGER, R. S. A. **O Rádio na Era da Convergência das Mídias**. Cruz das Almas: UFRB, 2012.

NOVAES, T. A gestão dinâmica da Esfera Pública e o Espectro Livre. In: BROCK, N.; MALERBA, J. P. **Rádios comunitárias em tempos digitais**. Rio de Janeiro: AMARC Brasil, 2017. p. 80-91.

ORTRIWANO, G. S. **A informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos**. São Paulo: Summus, 1985.

PERUZZO, C. M. K. Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular. **INTERCOM** – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Brasília, 6 a 9 de setembro 2006.

PERUZZO, C. M. K. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. **Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação**, Universidade Federal de Juiz de Fora / UFJF, v. 1, n. 1, Junho 2007.

PRATA, N. Webradio: novos gêneros, novas formas de interação. **INTERCOM** - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Natal, 2 a 6 setembro 2008.

PRATA, N. Panorama da webradio no Brasil. **INTERCOM** – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Manaus, AM, 4 a 7 de setembro 2013.

RUAS, C. M. S. **Rádio comunitária: uma estratégia para o desenvolvimento local**. Campo Grande: UCDB, 2004.

SANTAELLA, L. **Culturas e artes do pós-humano - da cultura das mídias à cibercultura**. São Paulo: Paulus, 2003.

TAVARES, R. C. **Histórias que o rádio não contou**. 2. ed. São Paulo: Negócio Editora, 1997.

MIGRAÇÕES ANDINAS: EQUADOR E SUA POLÍTICA DE ACOLHIMENTO AOS MIGRANTES VENEZUELANOS

Cristhian Marcelo Gorozabel Pincay¹

Thiago Augusto Lima Alves²

RESUMO: Esta pesquisa tem o objetivo de estudar os movimentos migratórios de venezuelanos no Equador. Segundo a Agência das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e a Organização Internacional para as Migrações (OIM), atualmente existem mais de quatro milhões de refugiados e migrantes venezuelanos no mundo desde o final de 2015, o que torna o assunto extremamente relevante e urgente a ser estudado e debatido. O Equador, país andino, apresenta um aumento maciço de migrantes venezuelanos, desde o início de 2013, ocasionada pela crise política, econômica e social que passa a Venezuela. O fenômeno migratório se faz presente na interação entre os Estados, necessitando cada vez mais da cooperação internacional que ajude no enfrentamento do problema, devendo ser analisado não somente pelo prisma das Relações Internacionais, já que o tema é multifacetado, como também em estudos sociológicos, políticos, entre outras abordagens. No que diz respeito à metodologia, a abordagem é dedutiva; o procedimento metodológico é histórico-comparativo e a técnica de pesquisa é bibliográfica e documental. Dessarte, o presente artigo tem o intuito de saber se e como o Equador tem garantido os direitos humanos aos venezuelanos, perpassando pelos impactos econômicos e sociais enfrentados, entre 2017 e 2019.

Palavras-chave: Equador. Venezuela. Migrações Andinas. Direitos Humanos.

ANDEAN MIGRATION: ECUADOR AND ITS REFUGEE AND ASYLUM POLICY TOWARDS VENEZUELAN IMMIGRANTS

ABSTRACT: This research aims to analyze the migration movement of Venezuelans in Ecuador. According to the United Nations Refugee Agency (UNHCR) and the International Organization for Migration (IOM), there are currently more than four million Venezuelan refugees and immigrants in the world since the end of 2015, which makes the study of this issue extremely relevant and urgent. Ecuador, an Andean country, presented a high increase in the number of Venezuelan immigrants since the beginning of 2013, occasioned by the political, economic and social crisis in Venezuela. The migration phenomenon is present in the interaction between the States, increasingly needing more international cooperation in order to face this problem. This situation must be analyzed not only through the scope of International Relations, since the theme is multifaceted, but also of sociological and political studies, among other approaches. As to what concerns methodology, the approach is deductive; the methodological procedure is historical-comparative and the research technique is documentary. Therefore, the present paper has the purpose of verifying if Ecuador has been assuring the human rights to Venezuelans, in the context of the economic and social impact suffered between 2017 and 2019.

Keywords: Ecuador. Venezuela. Andean Migration. Human Rights.

MIGRACIONES ANDINAS: ECUADOR Y SU POLÍTICA DE ACOGIDA DE MIGRANTES VENEZOLANOS

RESUMEN: Esta investigación tiene como objetivo estudiar los movimientos migratorios de venezolanos en Ecuador. Según la Agencia de las Naciones Unidas para Refugiados (ACNUR) y la Organización Internacional para las Migraciones (OIM), actualmente existen más de cuatro millones de refugiados y emigrantes venezolanos en el mundo desde el final del 2015, lo que tornó el asunto extremadamente relevante y urgente a ser estudiado y debatido. Ecuador, país andino, presenta un aumento masivo de migrantes venezolanos desde el inicio del 2013, ocasionando por la crisis política, económica y social que atraviesa Venezuela. El fenómeno

¹ Mestrando em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Integração Latino-americana. Bolsista do Programa de Demanda Social - UNILA. cristhian_marcelo24@hotmail.com

² Mestrando em Relações Internacionais pela Universidade Federal de la Integração Latino-americana. thiagolimaalves.adv@gmail.com

migratorio se hace presente en la interacción entre los Estados, necesitando cada vez más que la cooperación internacional ayude en el enfrentamiento del problema, debiendo ser analizado no tan solo por las premisas de las relaciones internacionales, ya que el tema es multifacético, como también en estudios sociológicos, políticos, entre otros abordajes. Con relación a la metodología, el abordaje es deductivo; el procedimiento metodológico es histórico-comparativo y la técnica de pesquisa es bibliográfica y documental. Así, el presente artículo tiene el intuito de saber si y como Ecuador ha garantizado los derechos humanos a los venezolanos, pasando por los impactos económicos y sociales enfrentados entre 2017 y 2019.

Palabras Claves: Ecuador; Venezuela; Migraciones Andinas; Derechos Humanos

Introdução

O trabalho pretende estudar sobre a migração contemporânea, com ênfase na migração Sul-Sul, que vem ocorrendo nos países da América Latina, especialmente na Venezuela e no Equador. A migração humana sempre esteve presente na sociedade, uma vez que é da natureza humana procurar melhores lugares para viver. As migrações podem ter vários motivos, como guerras, catástrofes ambientais, aumento da desigualdade social, e quando esses motivos provocam uma maior vulnerabilidade humana é necessário que se tenha um olhar mais cuidadoso. O deslocamento humano durante o século XX, geralmente, se caracterizava por pessoas saindo de países mais pobres do Sul Global e migrando para países mais ricos no Norte, porém os países do Sul passaram por grandes melhoras no seu padrão de vida e isso contribuiu para que as migrações fossem modificadas, intensificando-se entre países do sul.

Lima et al. (2017, p. 19) esclarece que “o tema da mobilidade humana inclui-se na agenda global em face da sua vinculação ao fenômeno da urbanização dos grandes centros e por representar uma realidade econômica e social que desafia as políticas nacionais e internacionais”.

A Organização Internacional para as Migrações (OIM) define o fenômeno da migração humana como sendo o movimento de uma pessoa, ou um grupo de pessoas, por meio de fronteira internacional ou dentro do próprio Estado, abrangendo qualquer movimento da população, seja qual for sua extensão, sua composição e suas causas, incluindo-se a migração de refugiados, deslocados internos, migrantes econômicos, reunificação familiar e asilo, dentre outras finalidades (IOM, 2011, p. 62-63).

Isso reforça a relevância do tema, tendo em vista que o assunto está na agenda de segurança de diversos países, inclusive latino-americanos influenciados por políticas migratórias de países do hemisfério norte. É necessário repensar a temática a partir de uma

abordagem dos direitos humanos no centro dos debates acadêmicos, exigindo uma interdisciplinaridade, pois estes processos envolvem questões econômicas, sociais, culturais e de ordem internacional, o que justifica o estudo a partir das Relações Internacionais.

A incursão metodológica que possibilita a realização desta investigação será direcionada por abordagens de pesquisa qualitativa e de método dedutivo. O procedimento metodológico é bibliográfico e documental, uma vez que será feito a partir do levantamento de referências teóricas e documentos oficiais já analisados e publicados. A pesquisa será de natureza básica, pois objetiva gerar novos conhecimentos que serão úteis para o avanço das discussões sobre o tema. A busca por esses dados e informações será estabelecida a partir, principalmente, dos repositórios institucionais e das bases/plataformas de conteúdo científico, como também por meio de órgãos governamentais.

1. Migrações Sul-Sul

O movimento de pessoas entre países de renda média e baixa, é conhecido como migração Sul-Sul. Esta tendência de migrações tem crescido bastante por vários motivos, como o desenvolvimento desses países, dando mais oportunidades de emprego e renda, como também crises enfrentadas pelos países ricos e desenvolvidos, promovendo a falta de emprego e diminuição da renda.

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) reafirma esse entendimento da migração internacional como sendo um movimento de pessoas entre países circunscrito a regiões do mundo e a esboça à luz do processo de globalização (Cepal, 2002, p.249).

1.1 Migrações contemporâneas Latino Americanas

O movimento migratório é enigmático e tem preocupado países que passam por esses problemas. Assim explica Carolina Moulin (2011, [s.p]) que:

A despeito da ampla e divergente gama de opiniões e debate sobre a dinâmica contemporânea da mobilidade humana, parece haver relativo consenso sobre a sua absoluta relevância para o cenário político internacional. Mais do que isso, parece-nos que as migrações articulam mudanças cruciais sobre o panorama social, político, econômico e cultural

em que vivemos, produzindo assim importantes rearticulações nas formas pelas quais se governam pessoas e, fundamentalmente, nas definições sobre quem e sobre onde se deve dar esse controle.

A citação acima comprova tão urgente é o estudo do tema, possuindo relevância global e exigindo que os Estados criem programas para solucionar da melhor forma possível o fenômeno. Importante esclarecer que a América Latina encontra-se naturalmente, apesar de vários avanços no campo econômico e social, vulnerável a tal fenômeno. As migrações que ocorrem em solo latino americano exigem dos Estados latinos uma demanda de cuidado para assuntos pouco explorados até então.

Os fluxos migratórios atuais são muito distintos daqueles observados nos séculos XIX e XX, porque hoje as situações de precariedade nas regiões de origem são motivo para que as pessoas procurem outros lugares para construir suas vidas. A América Latina antigamente era vista como uma região em que as pessoas saíam e procuravam outros lugares, geralmente ao norte do hemisfério. No século XXI esse fluxo modificou-se, uma vez que, muitos países da América Latina tornaram-se centros dinâmicos e com economias em constante crescimento, favorecendo que os migrantes possam construir suas vidas.

1.2 Venezuela

A Venezuela é um país da América do Sul rico em petróleo e que enfrenta uma crise econômica/política/social na atualidade. A crise atual que vivem os venezuelanos é resultado de uma confusão política - histórica (hoje, discutem quem seria o presidente) uma vez que depois das últimas eleições presidenciais a oposição levantou a suspeita de fraudes. Claro que com toda isso imbróglio que o país vive a crise aumenta e as pessoas são obrigadas a migrarem. O destino dessas pessoas são os países vizinhos, por apresentarem melhores condições de se viver. Explica Souza e Silveira (2018, p. 127):

A este cenário de crise política sem perspectivas de solução no futuro imediato, soma - se a calamitosa situação econômica do país vizinho que a princípios deste ano apresenta índices de hiperinflação estratosféricos (2.350%), falta de abastecimento de produtos básicos para sobrevivência (como alimentos, produtos higiênicos e remédios) tendo em vista que o país há muito tempo depende quase inteiramente das receitas do petróleo para importar a maioria de seus bens consumíveis, o que foi gravemente afetado pela queda dos preços internacionais do produto desde 2014.

É importante mencionar que a Venezuela era um país politicamente estável. Depois da ditadura de Marcos Pérez Jiménez o país passou 40 anos experimentando o revezamento político. Hugo Chávez vence as eleições e chega ao poder em 1999. Através de plebiscito (aprovada por 87,75% dos votantes) proclama a República Bolivariana da Venezuela e uma nova Constituição. Dessa forma, Hugo Chávez representa os anseios da maioria da população, está excluída da sociedade venezuelana e mais empobrecida. Desde então a oposição começa a boicotar as ações da situação. Com a morte de Hugo Chávez em 2013, o então Ministro das Relações Exteriores, Nicolás Maduro, sucede a Chávez e convoca novas eleições. Nestas eleições Maduro vence e continua com a política praticada por Chávez. Em seu governo, Maduro é acusado de corrupção e de governar em interesse próprio pela oposição.

Na última eleição, que foi acompanhada internacionalmente para não haver fraudes, a vitória de Maduro é contestada. Seu principal opositor, Juan Guaidó não o reconhece como presidente e auto proclamou-se presidente. Externamente, alguns países reconhecem a Maduro como presidente, mas outros países não o reconhecem. O Grupo de Lima (Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, Panamá, Paraguai e Peru), Estados Unidos, alguns países europeus reconhecem Guaidó como presidente interino.

2. A rota do Corredor Andino: migrantes venezuelanos rumo ao Equador.

Segundo dados da OMI, entre 2015 a 2017, o número de imigrantes venezuelanos na América Latina aumentou de 89.000 para 900.000 pessoas, representando um aumento de mais de 900% (OIM, 2018). Dados mais recentes oferecida pela Agência das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) em conjunto a OIM revelaram que o número de venezuelanos que deixaram seu país chegou a quatro milhões neste ano, e considera-se o número total de deslocados como um dos maiores grupos de populações deslocadas do mundo (ACNUR, 2019). Entre os países da América Latina que acolhem a uma grande maioria dos imigrantes provenientes da Venezuela encontramos a Colômbia, Peru, Chile e Equador, seguidamente da Argentina e Brasil. Este fluxo migratório de cidadãos venezuelanos a países da região Sul – especificamente os países andinos – foi denominado como a rota migratória *Corredor Andino*.

Começa na ponte internacional Simon Bolívar que comunica a Colômbia com Venezuela, continua em direção à ponte Internacional Rumichaca que atravessa as cidades de Ipiales e Tulcán, fronteira entre a Colômbia e Equador, segue em direção ao sul passando pela fronteira Equador - Peru (Huaquillas - Tumbe), e avança até chegar ao Chile pelo posto de fronteira Santa Rosa - Chacalluta. Finalmente, a denominada rota andina conecta o Chile e Argentina através da passagem do Sistema Transandino Cristo Redentor (OIM, 2019a).

Figura 1. Mapa Corredor Andino



Fonte: OIM - Tendências Migratórias das Américas 2019

No caso equatoriano, em 2017, os migrantes vindos pela rota andina (passando primeiro pela Colômbia) e que entraram no Equador por via terrestre, fizeram seu ingresso pelo norte do país, ponte Internacional Rumichaca. Segundo dados da OIM (2019), em 2017, os venezuelanos que ingressaram ao Equador pela ponte somaram um total de 228.000, enquanto para o ano de 2018, eles adicionaram 800.000, representando um aumento de 250%. Para o 2019, o número de ingresso por Rumichaca foi de 213.028, o que representou um 79% do total de venezuelanos que entraram para ao país andino em todas as passagens oficiais da fronteira período.

Figura 2. Mapa das rotas migratórias de venezuelanos na região Sul³



Fonte: OIM Tendências Migratórias nas Américas 2019.

Em junho de 2019, a OIM, com objetivo de promover uma migração segura, ordenada e regular, com base no respeito pelos direitos dos migrantes, deu início à Matriz de Seguimento de Deslocamento (DTM)⁴. Este reporte realizado por meio de entrevistas espontâneas a cidadãos venezuelanos maiores de 18 anos assentados em sete⁵ cidades do Equador, registrou que 43,5% dos venezuelanos entrevistados na fronteira norte, no setor de Rumichaca, tinha o Peru como destino final da viagem; 45,5% para o Equador e um 9,1% tinham como destino final Chile (OIM, 2019b). Outro dado importante a destacar segundo o informe é, que, 46,5% dos migrantes estavam viajando sozinhos, 41% disseram viajar

³ O presente mapa é o resultado do monitoramento da OMI através de DTM, mediante enquetes realizadas a os migrantes.

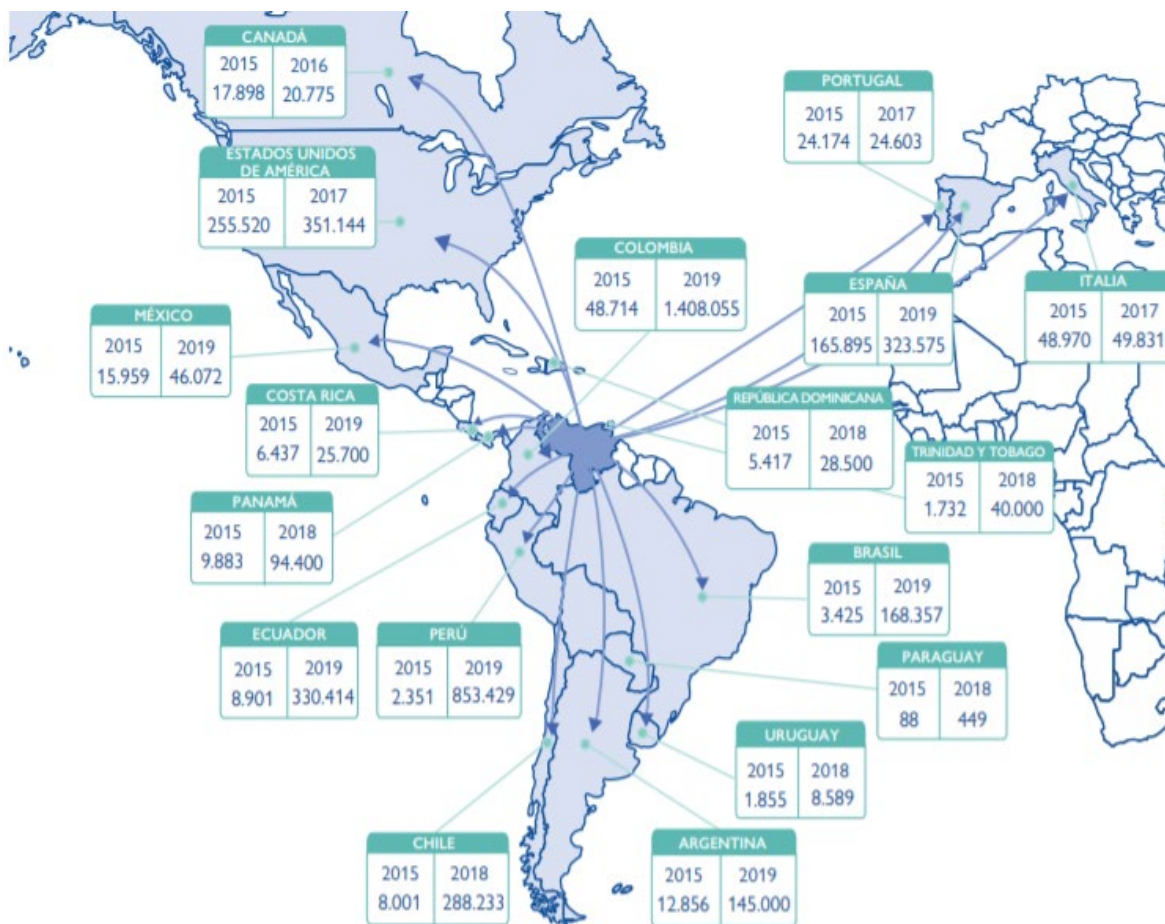
⁴ DTM: Displacement Tracking Matrix. O seu objetivo, monitorar o fluxo da população venezuelana no Equador.

⁵ Nas zonas fronteiriça: Rumichaca, San Miguel, Huaquillas; e nas cidades: Quito, Guayaquil, Manta e Cuenca.

acompanhado por familiares e, finalmente, um 12% fizeram a viagem em um grupo de pessoas desconhecidas.

É importante ter presente que, a pesar de ser a região sul americana a mais transitado pelos migrantes venezuelanos, existe uma diversificação para outros destinos ao redor do mundo que são também de preferência pelos migrantes venezuelanos. Entre os destinos de Centro (incluindo o Caribe) e Norte América encontramos: Panamá, Costa Rica, México, República Dominicana, Trinidad e Tobago, Estados Unidos e Canadá; Europa: Espanha, Itália e Portugal.

Figura 3. Estimaciones destinos destacados 2015-2019.



Fonte: OIM Tendências Migratórias nas Américas 2019.

O Equador é um país que historicamente é lembrado pelo forte fluxo migratório que foi vivenciado ao início do século XXI como consequência de uma forte crise econômica, política e social, onde milhes de equatorianos foram forçados a sair do país como única alternativa ante os acontecimentos da época. Atualmente, a ACNUR em conjunto à OIM, posiciona ao Equador no quarto lugar, entre os países latino-americanos que mais acolhem a migrantes procedentes da Venezuela. Segundo Ramírez, Linárez e Useche (2019), a população venezuelana até 2015 não estava entre os principais grupos de estrangeiros que chegavam ao Equador, mas a partir de 2016 existe um crescimento pronunciado, se dispara em 2017 e continua até 2018⁶.

Del total de venezolanos que entraron al Ecuador en los últimos cuatro años, más de tres cuartas partes lo hicieron por los pasos fronterizos de Rumichaca (75%) y por el puente fronterizo de San Miguel (4%) en la frontera con Colombia. Y del total de salidas en el mismo período, el 72% lo hizo por el paso fronterizo de Huaquillas, localizado en la frontera con

⁶ Em setembro do presente ano, o Presidente Equador Lenín Moreno, mediante o Decreto nº 826, de 26 de julho de 2019, e o Acordo Ministerial nº 103 estabelece que, no país, seja implementado o primeiro censo da população venezuelana em mobilidade humana.

Perú. Estos movimientos por dichos pasos fronterizos se hicieron más notorio en el 2018 cuando el 90% de venezolanos entró por la frontera norte y el 85% salió por la frontera sur. [...] es una migración terrestre donde se observa también un descenso en los últimos dos años de los ingresos por aeropuertos, lo que también da una idea de la condición socio económica de los nuevos migrantes (RAMÍREZ; LINÁREZ; USECHE, 2019, p 12-13).

Durante os últimos tempos (2015 - 2018), foi possível evidenciar que o maior número de ingressos de migrantes procedentes da Venezuela foi realizado por vias terrestres, sendo um número reduzido aqueles ingressos realizados pelos aeroportos, para um maior entendimento revisar a tabela 1. Entre os requisitos e documentos que os habilitava para poder entrar ao território equatoriano, até o terceiro trimestre de 2018, especificamente até meados de agosto, os migrantes venezuelanos podiam ingressar sem maiores complicações ao país, sem necessidade de visto e/o passaporte⁷.

Sendo assim, foi cumprindo com o disposto no artigo 41 da Constituição do Equador, o mesmo que indica que se reconhece às pessoas o direito a migrar, e não se identificara nem se considerara a nenhum ser humano como ilegal por sua condição migratória (ECUADOR, 2008). Por outro lado, também se fazia ênfase na Lei da Mobilidade Humana de 2017, especificamente na seção IV⁸, artigo 131, que diz a respeito do ingresso das pessoas estrangeiras, e estabelece que as pessoas estrangeiras podem ingressar ao Equador previa apresentação de um documento de viagem que comprove a identidade⁹(ECUADOR, 2017). No entanto, a partir da saída do Rafael Correa do poder, e já no governo de Lenin Moreno, mudanças veriam acontecer na política migratória do Equador frente à chegada em massa de venezuelanas.

Tabela 1. Fluxos de venezuelanos segundo o posto de controle

	2	2	2	2
	0	0	0	0
UCM	1	1	1	1
	5	6	7	8

⁷ Os migrantes venezuelanos podiam entrar ao Equador apenas com o documento de identidade (cédula), respeitando os acordos multilaterais estabelecidos no âmbito do Mercosul e a CAN, assim como na Lei da Mobilidade Humana da época.

⁸ Referente ao ingresso, permanência e saída de estrangeiros.

⁹ Neste caso, o passaporte não seria obrigatório para os cidadãos sul-americanos, mas sim para cidadãos de outras nacionalidades.

	ARRIBO	SALIDA	ARRIBO	SALIDA	ARRIBO	SALIDA	ARRIBO	SALIDA
CENTRO NACIONAL DE ATENCIÓN FRONTERIZA RUMICHACA	10 952	6 649	31 506	9 239	227 810	30 151	801 898	81 494
AEROPUERTO INTERNACIONAL MARISCAL SUCRE	47 244	45 431	33 533	28 643	28 969	21 864	18 883	19 576
AEROPUERTO INTERNACIONAL JOSÉ JOAQUÍN DE OLMEDO	11 847	11 657	28 202	18 682	20 486	16 872	23 761	19 232
CENTRO BINACIONAL DE ATENCIÓN FRONTERIZA HUAQUILLAS	4 976	7 290	4 851	17 696	8 832	156 622	56 540	675 748
CENTRO BINACIONAL DE ATENCIÓN FRONTERIZA SAN MIGUEL	219	167	107	83	863	248	52 001	1 744
UNIDAD DE CONTROL MIGRATORIO PUERTO MARÍTIMO MANTA	347	326	360	334	568	468	620	688
OTROS	19 130	18 051	3 810	4 019	47 7	6 4 2	51 4	1 356
TOTAL	94 715	89 571	10 236 9	78 696	28 8 00 5	2 2 6 8 6 7	95 4 21 7	799 838

Fonte: Ramírez; Linárez; Useche, (2019, p. 13)¹⁰

¹⁰ A presente tabela é elaborada pelos autores do artigo “(Geo) políticas migratorias, inserción laboral y xenofobia: Migrantes venezolanos en Ecuador”, tendo de fonte o “Informe técnico de situación flujos migratorios inusuales de ciudadanos venezolanos” realizado em 2018 pelo Ministério do Interior do Ecuador.

3. Medidas adotadas pelo governo de Lenín Moreno frente à chegada de migrantes venezuelanos ao Equador.

Como foi comentado anteriormente, até o terceiro trimestre de 2018 os migrantes de procedência venezuelana conseguiam ingressar ao Equador sem impedimento algum, precisando apenas de um documento de identificação, que pode ser cédula ou passaporte. A partir da mesma trimestre, o governo de Lenín Moreno dá um giro à migratória que até o momento regia no país, e mediante a resolução ministerial nº 152 foi declarado em estado de emergência o setor de mobilidade humana¹¹, compreendendo especificamente as províncias de Carchi, Pichincha y El Oro. A resolução dispõe:

Artículo 2.- DECLARAR la situación de emergencia, durante el mes de agosto de 2018, del sector de movilidad humana en las provincias fronterizas del Carchi, y El Oro y en la provincia de Pichincha referente al flujo migratorio inusual de ciudadanos de la República de Bolivariana de Venezuela, con el objetivo de establecer un plan de Contingencia y las acciones y mecanismos necesarios para la atención humanitaria (ECUADOR, 2018).

Posteriormente, um novo acordo ministerial daria início às mudanças acontecidas na época no setor de mobilidade humana. De acordo com Ramírez, Linárez e Useche (2019), o aumento da entrada em massa de venezuelanos, fez ao ministério do interior de Equador discutir a tendência de ingresso ao país apenas com o documento nacional de identidade (DNI – Cédula), o mesmo, segundo o ministério, não possui dispositivos de segurança que permitam verificar a autenticidade do mesmo. Em base nesta discussão, foi apresentada um novo acordo ministerial, o número 242, o qual acorda:

Establecer como requisito previo al ingreso al territorio ecuatoriano la presentación del pasaporte con una vigencia mínima de seis meses previa a su caducidad a los ciudadanos de la República Bolivariana de Venezuela, a partir del 18 de agosto del 2018 (ECUADOR, 2018b).

A medida adotada pelo governo de Moreno foi questionada por entidades de caráter nacional e internacional. Neste sentido, várias foram as críticas que se apresentaram frente ao reforço do controle migratório que estaria amparado no discurso de precautelar a migração com risco e preservar os direitos humanos.

En un solo día, dieron un giro a las políticas migratorias que se venían construyendo con un enfoque de derechos, violando lo establecido tanto en la Constitución, en la Ley de Movilidad Humana, así como en Acuerdos Multilaterales firmados en el seno de la CAN y MERCOSUR referente al derecho

¹¹ Entre os motivos que levaram ao governo do Equador a emitir aquele decreto foi o ingresso de mais ou menos 4200 cidadãos venezuelanos por dia. Entre os seus objetivos estava a redução do ingresso diário de migrantes especialmente pela fronteira norte.

a migrar, a la ciudadanía suramericana y a la movilidad intrarregional solamente presentando el documento nacional de identidad (RAMÍREZ; LINÁREZ; USECHE, 2019, p 11).

Em vista às medidas cautelares interpostas ao governo, um novo acordo viria a surgir num intento de calmar as reações provocadas. Sendo assim, o acordo ministerial número 244, acorda:

ARTÍCULO PRIMERO. - El ingreso de ciudadanos venezolanos que deseen utilizar no un pasaporte sino una cédula de identidad para entrar en el territorio ecuatoriano a través de los puntos autorizados por la Ley, se verificará cumpliendo con la siguiente validación de dicho documento de identidad por parte de la persona que desee ingresar al Ecuador:

- a) Con la presentación de un certificado de validez de la cédula de identidad, emitido por un organismo regional o internacional reconocido por el Gobierno del Ecuador; o
- b) Con la presentación de un certificado de validez de identidad, emitido por las autoridades autorizadas al efecto por el Gobierno de la República Bolivariana de Venezuela, debidamente apostillado (ECUADOR, 2018c).

No início deste ano, um novo acordo ministerial marcaria o ingresso dos cidadãos venezuelanos ao Equador. Este processo estaria condicionado por múltiplos fatos, em especial, por vários acontecimentos que impactaram à população equatoriana, como foi o caso de vários feminicídios cometidos por cidadãos procedentes da Venezuela. Sendo assim, o governo aplicaria uma política securitista e, neste processo, ordenou a conformação de brigadas para controlar a situação legal dos migrantes venezuelanos nas ruas, lugares de trabalho e na fronteira. Neste momento foi quando surge o acordo número 000001 del 21 de janeiro de 2019, o mesmo que colocou como requisito de ingressar ao país – além dos requisitos do acordo ministerial número 244 – apresentar um certificado de antecedentes criminais (apostilado) do país de residência dos últimos cinco anos, exceto para menores de idade.

Esta nova disposição do governo equatoriano surpreenderia não só aquele que defendem os direitos humanos, mas também, aqueles cidadãos venezuelanos que se encontravam nas fronteiras e que a partir das 00:00 do dia 26 de janeiro¹² não conseguiram ingressar a território equatoriano.

Devido às implicações que teve aquele acordo interministerial, em fevereiro, o Ministério de Relações Exteriores e Mobilidade Humana em conjunto ao Ministério do

¹² O acordo interministerial 000001 entrava em vigor a partir do dia 26 de janeiro de 2019.

Interior, reiteraram o respeito pelos direitos humanos dos cidadãos venezuelanos que entram no Equador em situações vulneráveis – especialmente crianças e adolescentes – e mediante o acordo interministerial 000002 subscrito o 2 de fevereiro, foi decidido não exigir o certificado de antecedentes criminais

ARTICULO 1.- No será exigible el certificado de antecedentes penales previsto en el Acuerdo Interministerial 000001 de 21 de enero de 2019, emitido por el Ministerio de Relaciones Exteriores y Movilidad Humana y el Ministerio del Interior, en los siguientes casos, a más de lo establecido en los artículos 2 y 3 de dicho Acuerdo Interministerial 000001 de 21 de enero de 2019 con respecto a los niños, niñas y adolescentes:

- 1) Personas que acrediten una de las siguientes condiciones:
Mantener vínculos familiares hasta el segundo grado de consanguinidad o de afinidad con ecuatorianos de residencia en el país.
Poseer una visa de residencia en el Ecuador, válida y vigente.
- 2) Los ciudadanos venezolanos de cualquier edad que utilicen el territorio nacional como ruta de tránsito y acrediten poseer una visa o permiso migratorio del país de destino; y.
- 3) Casos excepcionales determinados por la autoridad de control migratorio competente, o a pedido del ente rector de la Movilidad Humana en el país (ECUADOR, 2019a).

Para julho de 2019, outra medida foi aprovada. Um novo requisito para aqueles cidadãos da Venezuela que desejam entrar no Equador. Mediante o acordo N° 826, o presidente Lenín Moreno – considerando os informes emitidos pelo Ministério de Relações exteriores sobre a situação dos migrantes venezuelanos – requer visto¹³;

Artículo 5.- REQUERIR a todo ciudadano venezolano, para su ingreso a la República del Ecuador, la presentación de la visa de residencia temporal de excepción por razones humanitarias establecida en el presente Decreto, la visa consular de turismo o cualquier otra visa prevista en la Ley Orgánica De Movilidad Humana. Esta medida empezará a regir en el plazo de (30) días a partir de la entrada en vigencia del presente Decreto Ejecutivo (ECUADOR, 2019b).

Naquele documento, também foi estabelecido que seja realizado um censo¹⁴ de estrangeiros, e que seja outorgada uma amnistia migratória para aqueles migrantes que já

¹³ Esta decisão ocasionou um caótico momento na fronteira norte do país, pois sentas de pessoas ficaram estagnadas na sua viagem rumo ao Equador e a outros destinos com Peru. No meio do desespero, os migrantes que se encontravam na fronteira sem poder cruzar a ponte internacional Rumichaca suplicavam por uma oportunidade, já que muitos alegavam ter vendido todo para poder viajar.

¹⁴ O governo do Equador iniciou no dia 26 de setembro do presente ano o processo de registro/censo dos venezuelanos que estão no país. É um procedimento exclusivo para todos os membros do grupo familiar de cidadãos venezuelanos, incluindo menores e aqueles que entraram no país sem registrá-lo nas autoridades de migração. Segundo o governo, também incluiria aqueles migrantes que excederam sua autorização para permanecer no Equador.

estavam dentro do país – que tenham ingressado regularmente pelos pontos de controle migratório – no momento que empezou a reger o artículo 5 do decreto.

Considerações Finais

Historicamente, o Equador é lembrado por ser um país que viveu uma alta migração como consequência da crise do início deste século. No entanto, a partir de 2013 houve um aumento na entrada de estrangeiros do que saída de equatorianos. No caso da imigração venezuelana, pode-se perceber que a sua chegada em massa em um curto período limitou a capacidade institucional do Equador, quedando em evidência as deficiências por parte do governo de Lenín Moreno em atender este fenômeno social. Neste sentido, o que se observa é o esforço do atual governo do Equador em reforçar sua lei de mobilidade humana, com uma clara tentativa de impedir a entrada em massas de cidadãos venezuelanos no país. Observa-se a criação de políticas de migração com uma abordagem securitista e não de direitos humanos.

Referências Bibliográficas:

ACNUR. Refugiados y migrantes de Venezuela superan los cuatro millones: ACNUR y OIM. 2019. Disponível em: <<https://www.acnur.org/noticias/press/2019/6/5cfa5eb64/refugiados-y-migrantes-de-venezuela-superan-los-cuatro-millones-acnur-y.html>>. Acesso em: 19 out. 2019.

CEPAL – COMISSÃO ECONOMICA PARA A AMERICA LATINA E O CARIBE. Globalização e desenvolvimento. Brasília: CEPAL, abr. 2002.

ECUADOR. Constitución de la República del Ecuador. 2008. Disponível em: <<https://educacion.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2012/08/Constitucion.pdf>>. Acesso em: 20 de nov. 2019.

ECUADOR Ley Orgánica de Movilidad Humana. 2017. Disponível em: <<https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2017/10973.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2019.

ECUADOR. MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y MOVILIDAD HUMANA. Declaración de Estado de Emergencia. 2018a. disponível em: <https://www.cancilleria.gob.ec/wp-content/uploads/2018/09/resolucion_152_estado_de_emergencia.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2019.

ECUADOR. MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y MOVILIDAD HUMANA. Acuerdo ministerial 000242. 2018b. Disponível em: <https://www.cancilleria.gob.ec/wp-content/uploads/2018/09/acuerdo_ministerial_242_pasaportes_venezolanos.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2019.

ECUADOR. MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y MOVILIDAD HUMANA. Acuerdo Ministerial 00244. 2018c. Disponível em: <https://www.cancilleria.gob.ec/wp-content/uploads/2019/02/acuerdo_ministerial_244_de_documento_de_identidad_venezolanos_2018.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2019.

ECUADOR. MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y MOVILIDAD HUMANA. Acuerdo interministerial 000002. 2019a. Disponível em: <https://www.cancilleria.gob.ec/wp-content/uploads/2019/02/ACUERDO-INTERMINISTERIAL-NUMERADO.pdf>>. Acesso em: 2 dez. 2019.

ECUADOR. MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y MOVILIDAD HUMANA. Acuerdo Ejecutivo 826. 2019b. Disponível em: <https://www.eltelegrafo.com.ec/images/Fotos_ElTelegrafo/Internet/julio-2019_/decreto.pdf>

IMO – INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION. Glossary on migration. International Migration Law Series. 2 ed. n. 25, 2011. 115p.

LIMA, João Brígido Bezerra et al. Refúgio no Brasil: caracterização dos perfis sociodemográficos dos refugiados (1998-2014). Brasília: Ipea, 2017. 234 p.

MOULIN, Carolina. Eppur si muove: mobilidade humana, cidadania e globalização. Contexto Internacional. volume 33, n.º1. Rio de Janeiro jan/jun 2011.

OIM. TENDENCIAS MIGRATORIAS EN LAS AMÉRICAS. 2019a. Disponível em: <<https://robuenosaires.iom.int/sites/default/files/Documentos%20PDFs/Tendencias-Migratorias-en-Americas-Julio-2019.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2019.

OIM. Monitoreo de flujo de población venezolana Ecuador. 2019b. <https://migration.iom.int/system/tdf/reports/REPORTE%20DTM%20R5%20ECUADOR.pdf?file=1&type=node&id=6282>. Disponível em: <<https://migration.iom.int/system/tdf/reports/REPORTE%20DTM%20R5%20ECUADOR.pdf?file=1&type=node&id=6282>>. Acesso em: 19 nov. 2019.

RAMÍREZ, J.; LINÁREZ, Y.; USECHE, E. (Geo) políticas migratorias, inserción laboral y xenofobia: Migrantes venezolanos en Ecuador. 2019. Disponível em: <<https://www.migrante.org.br/wp-content/uploads/2019/04/Migrantes-Venezolanos-en-Ecuador-2019-Jacques-Ram%C3%ADrez-Lin%C3%A1rez.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2019.

SOUZA, Ayrton Ribeiro de; SILVEIRA, Marina de Campos Pinheiro da. O fluxo migratório de venezuelanos para o Brasil (2014-2018). Cadernos Prolam/USP, [s.l.], v. 17, n. 32, p.114-132, 28 ago. 2018. Universidade de São Paulo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBiUSP. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1676-6288.prolam.2018.144270>.

OS INTERESSES PRIVADOS DA COMUNICAÇÃO NA COBERTURA DE PROCESSOS POLÍTICO ELEITORAIS NO BRASIL

Diego Alarcón¹

Resumo: Sendo que a mídia é uma ferramenta fundamental na construção da opinião pública, torna-se estratégico para os detentores do poder econômico adquiri-la e monopolizá-la como um mecanismo para garantir sua hegemonia social. Portanto, é importante ter ciência de que o “Quarto Poder” atua articuladamente com o poder econômico e com o poder político, e todos estes têm interesses em comum. Esta pesquisa bibliográfica se propõe fazer uma análise crítica que permita refletir sobre a influência dos meios de comunicação privados na forma como é realizada a cobertura da comunicação política nos processos eleitorais no Brasil. Em este trabalho mostra-se que a maioria dos meios de comunicação do Brasil são privados e muitos pertencem a empresas ligadas a legisladores da bancada empresarial, isso compromete a qualidade da informação como demonstra-se na forma parcializada como é veiculada a informação antes e durante os processos eleitorais analisados neste trabalho. Pode-se concluir que o conflito de interesses gerado pela monopolização dos meios de comunicação por parte do setor empresarial afeta os processos políticos e eleitorais e a qualidade da democracia.

Palavras chave: Comunicação política; interesses privados; processos eleitorais.

LOS INTERESES PRIVADOS DE LA COMUNICACIÓN EN LA COBERTURA DE PROCESSOS POLÍTICO ELEITORAIS EN BRASIL

Resumen: Dado que los medios de comunicación son una herramienta fundamental en la construcción de la opinión pública, se vuelve estratégico para los detentores del poder económico adquirirla y monopolizarla como un mecanismo que asegura su hegemonía social. Por lo tanto, es importante tener en cuenta que el “Cuarto Poder”, actúa en articulación con el poder económico, y con el poder político, y todos ellos tienen intereses comunes. Esta pesquisa bibliográfica se propone hacer un análisis crítica que permita reflexionar sobre la influencia de los medios privados de comunicación en la forma en que se realiza la cobertura mediática durante los procesos electorales en Brasil. En este artículo se muestra que la mayoría de los medios de comunicación en Brasil son privados y muchos pertenecen a empresas vinculadas a legisladores de la bancada empresarial, eso compromete la calidad de la información como lo demuestra la forma parcializa en que es vehiculada la información antes y durante los procesos electorales analizados en este documento. Se puede concluir que el conflicto de intereses generado por la monopolización de los medios por parte del sector empresarial afecta los procesos políticos y electorales y la calidad de la democracia.

Palabras clave: comunicación política; intereses privados; procesos electorales.

THE PRIVATE INTERESTS OF THE COMMUNICATION IN THE COVERAGE OF ELEITORALS PROCESSES IN BRAZIL

Abstract: Since the media is a fundamental tool in the construction of public opinion, it becomes strategic for the holders of economic power to acquire and monopolize it as a mechanism that ensures its social hegemony. It is therefore important to be aware that the great media power acts in concert with economic power and political power, and they all have common interests. This research aims to make a critical analysis that allows us to reflect on the influence of private media in the way the coverage of political communication in the electoral processes in Brazil is carried out. This paper shows that most of the media in Brazil are private and many belong to companies linked to corporate bench legislators, this compromises the quality of information as shown in the partial way in which information is conveyed before and during the electoral processes analysed in this work. It can be concluded that the conflict of interest generated by the monopolization of the media by the business sector affects political and electoral processes and the quality of democracy.

Keywords: political communication; private interests; electoral processes.

¹ Advogado (UCE). Licenciado em Relações Internacionais (UDC). Licenciado em Ciência Política (UNINTER). Especialista em Direitos Humanos em América Latina (UNILA). Maestreado em Integração Contemporânea da América Latina (PPG -ICAL-UNILA).

INTRODUÇÃO

Atualmente, quando olhamos para os meios de comunicação, vemos que a maioria deles, especialmente os mais importantes em termos de audiência, tanto no Brasil, quanto no resto do mundo, são de caráter privado, quer dizer, sua propriedade está em mãos de umas quantas famílias ou grupos empresariais. O fato em si já se mostra problemático e levanta algumas interrogantes: O serviço social da comunicação está ao serviço de interesses privados? Essa realidade comunicacional chega a condicionar a cobertura da comunicação política afetando os resultados dos processos eleitorais em favor de algum setor? Finalmente, quais os efeitos da ascensão da internet e das redes sociais sobre os processos políticos?

Os meios de comunicação, além de ser os encarregados de veicular a comunicação política à sociedade, são ao mesmo tempo os mais influentes formadores da opinião pública, conseqüentemente, são um fator determinante na conformação do poder político dos países, afetando tanto positiva como negativamente os sistemas democráticos. Nesse sentido, seu estudo se torna relevante tanto para a ciência política como para a ciências sociais em geral.

O procedimento que este trabalho adota para responder as interrogantes planteadas no parágrafo anterior consiste na análise de uma série de fontes bibliográficas secundárias como livros, revistas, jornais, artigos científicos e, dados quantitativos oriundos do Manchetômetro. Por fim, adotando uma perspectiva crítica e com base em algumas idéias de Karl Marx e Antônio Gramsci, na primeira parte do trabalho problematiza-se a acumulação monopólica dos meios de informação e seu uso como ferramenta de dominação da classe possuidora dos meios de produção, convertidos em donos das mega-corporações midiáticas para difundir sua ideologia e manter sua hegemonia sobre as outras classes sociais.

Continua-se com uma reflexão sobre o claro conflito de interesse que se produz quando os meios privados de comunicação têm que resolver o dilema de defender seus interesses empresariais, que implica apoiar determinados políticos e governos e o dever de informar ética e objetivamente à população. Para evidenciar o tratamento diferenciado na cobertura midiática e demonstrar qual interesse prevalece na hora de exercer a comunicação política, apresenta-se uma série de gráficos com uma média de manchetes positivas, negativas e neutras de três dos principais jornais escritos do Brasil, a respeito de dois acontecimentos políticos recentes: a eleição presidencial de 2014 e o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

Para concluir, se faz um breve recorrido pelo aparecimento da internet e as novas possibilidades que esta tecnologia oferece para a comunicação social. Vemos que as redes sociais possibilitaram uma articulação social que permitiu a organização de levantamentos populares que deram início a processos revolucionários, que trouxeram importantes mudanças no sistema político e eleitoral no Oriente Médio, o que ficou conhecido como a Primavera Árabe. Desta maneira, as novas tecnologias da informação oferecem muitas possibilidades à população para se organizar, ter novas fontes de informação e não ficar presos às versões da mídia tradicional.

1. Grupos econômicos e mídia no Brasil

Quando se fala de grupos econômicos e meios de comunicação, imediatamente vem à mente os nomes ou logotipos das grandes empresas privadas da comunicação tanto nacionais como internacionais, como CNN, FOX News, REDE GLOBO, SBT etc. Isso se deve a que o serviço da informação não escapou da lógica do modelo de produção capitalista, na qual todo bem ou serviço passa a ser objeto de mercantilização, transforma-se num produto mais do qual pode-se tirar lucro e, nesse sentido a tendência é tentar monopolizar a propriedade desses bens ou serviços. Desta maneira, a história dos meios de informação, tanto no Brasil como na maioria de países ocidentais organizados sob a lógica do capitalismo, está marcada pela concentração da propriedade dos meios de comunicação por poucos grupos econômicos.

Em consequência, vários coletivos, sindicatos, associações e movimentos da sociedade civil, tem decidido se articular para, lutar pela democratização dos meios de comunicação, denunciar e combater a grave concentração econômica na mídia, e a ausência de pluralidade política e de diversidade social e cultural nas fontes de informação, assim como as inúmeras violações à liberdade de expressão. Desta forma, em 1990 de essa articulação da sociedade civil, nasce o FNDC, (Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação) que, ao respeito dos monopólios da informação afirma que:

Estão a serviço da elite econômica e não tem qualquer compromisso com o interesse público. A chamada grande mídia brasileira reproduz um pensamento único, e que nos últimos anos tem, em muitas ocasiões, disseminado preconceito, discriminação e veiculado um discurso de ódio social e político. (FNDC, 2015).

Hoje em dia, fica cada vez mais evidente essa afirmação, basta analisar as manchetes das principais revistas e jornais do país, especialmente em época eleitoral. Percebe-se um posicionamento midiático político que coincide mais com a ideologia e os interesses dos acionistas das empresas da comunicação que com a intenção de cumprir a função de informar com objetividade à sociedade. Sem dúvida, aquele que muitos autores chamam de “Quarto Poder”², é atualmente um dos poderes mais influentes, porém mais disputado, tanto dentro como fora dos Estados, porque é precisamente através dele que se constrói a opinião pública e se tem a possibilidade de persuadir as massas a adotarem posicionamentos que muitas vezes vão contra seus próprios interesses.

Entretanto, o lucro em si não é o único que se pretende garantir quando se monopoliza a propriedade dos meios de comunicação. O que se disputa também é a propriedade da verdade, a disputa de conteúdos ou representações do mundo. Desta forma, por meio do sistema midiático pode-se construir realidades, selecionando aquilo que deve ser lido, visto ou escutado pelos indivíduos. Assim, a mídia é uma nova instância de poder que impacta na formação da opinião pública (Cervi, 2012, p. 45).

O conceito de hegemonia de Gramsci poderia ser útil para explicar por que é tão importante para as elites econômicas o controle dos meios de informação massivos. Segundo o autor italiano Antônio Gramsci, a hegemonia é entendida como o privilégio na produção simbólica e de sentido, que traduz a busca de uma certa autoridade cultural de uma classe ou estrato social sobre outra que se opõe. Essa produção simbólica, no entanto, está articulada ao conceito de ideologia (conjunto de idéias, crenças e valores) que legitimam a posição social do grupo que as partilha (Correia, 2004, p. 224). Desta maneira, os grupos empresariais donos do capital econômico procuram tornar-se hegemônicos usando os meios de informação de sua propriedade para difundir sua ideologia e construir uma opinião pública favorável a seus interesses. Neste sentido, segundo Marx, desmascarar uma ideologia, significa, expor e descobrir a estrutura de poder por trás dela e as relações de poder que estão na sua base, posto que: “as ideias da classe dominante, são, em todas as épocas, as idéias dominantes, ou seja, a classe que é o poder material dominante, é ao mesmo tempo, o seu poder espiritual dominante” (Marx; Engels, 1992, p. 1077).

² O quarto poder é uma expressão utilizada com conotação positiva de que a Mídia (meios de comunicação de massa) exerce tanto poder e influência em relação à sociedade quanto os Três Poderes nomeados em nosso Estado Democrático (Legislativo, Executivo e Judiciário).

Seguindo a mesma linha de raciocínio, resulta sumamente interessante e necessário transparentar e expor a forte ligação existente entre o setor empresarial brasileiro, financiador tradicional de campanhas políticas, e o papel da mídia nos processos eleitorais, já que estes três setores atuam articuladamente para a manutenção do *status quo*.

No entanto, outra perspectiva interessante para entender a conformação da cultura e sociedade atual, está plasmada nas ideias do marxista britânico Raymond Williamson, quem não coincidia com a noção elitista de cultura, e achava necessária uma democratização da cultura para as classes que tinham sido marginalizadas dela. Desta maneira comprometeu-se com a formação política dos trabalhadores para guiá-los na superação do dilema da educação, tanto como mecanismo de imposição de valores da classe dominante, como um modo de superar esses valores. Claramente vemos em Williamson a um intelectual que tenta demonstrar, por meio de uma análise histórica da cultura, que a produção cultural esteve sempre muito ligada as condições materiais e institucionais, que por sua vez estão diretamente relacionadas ao jornalismo, a comunicação e ao desenvolvimento das forças produtivas da sociedade (Tavares, 2008, 11).

No contexto brasileiro, dois autores ajudam a refletir também esta problemática, Paulo Freire (1970), um intelectual mundialmente respeitado, com sua obra “Pedagogia do Oprimido” por um lado, e por outro, Leonardo Boff, um dos fundadores da “teologia da libertação”. Estes autores nos fazem refletir sobre como o uso das instituições sociais como são a escola e a igreja, podem servir também como mecanismos para a libertação dos oprimidos, e como uma prática liberadora. Neste sentido pode-se estabelecer uma certa semelhança com a noção gramsciana de que por meio da luta intelectual pode-se construir novas hegemonias a partir da luta no campo das ideias. Todos eles de alguma maneira aportam alternativas para a superação das formas de dominação social e cultural próprio das sociedades humanas organizadas sob a lógica do modelo capitalista como é o caso da sociedade brasileira.

2. O conflito de interesse entre lucrar ou informar

Evidentemente, quando o serviço da comunicação social é realizado sob a lógica empresarial, colocando o lucro como seu principal objetivo, o conteúdo da informação pode ser comprometido se ele contradiz os interesses empresariais. A pergunta que parece pertinente é: Quando uma mega-corporação da informação como a REDE GLOBO, que é a número quatro no mundo, tem que informar à sociedade sobre situações econômicas ou políticas que afetam os interesses do seu grupo empresarial, que interesse prevalece? O interesse da sociedade de

ser devidamente informada ou o interesse empresarial? Cada um poderá refletir sua resposta, no entanto, este trabalho coincide com a visão de Ignácio Ramonet (De Moraes, 2013), de que, na prática sempre prevalece o interesse empresarial porque é próprio da natureza do mercado colocar o lucro por cima de qualquer outra consideração.

Por outro lado, uma forma de explicar por que os meios de comunicação deixaram seu papel de informadores para se tornarem atores políticos é, analisar a íntima relação que existe entre o setor empresarial, os meios de comunicação e a classe política no Brasil. Nesse sentido, segundo Israel de Carvalho Bayma, as concessões de rádio e televisão tem-se convertido em moeda de troca entre o Governo Federal e o setor privado, assim:

Entre 1985 e 1988, o então Presidente Sarney concedeu um grande número de licenças de emissoras de rádio e TV para empresas ligadas a parlamentares federais, os quais ajudaram a aprovar a emenda que lhe deu 5 anos. Já na era Fernando Henrique Cardoso, até setembro de 1996, foram autorizadas 1.848 licenças de RTV, repetidoras de televisão, sendo que 268 para entidades ou empresas controladas por 87 políticos, todos favoráveis à emenda da reeleição (Bayma, 2001).

Pode-se evidenciar, por conseguinte, que desde a redemocratização do país há um grande interesse do setor privado em possuir meios de comunicação, e, os governos de turno usavam as concessões como barganha. No entanto, não se trata de qualquer setor empresarial, trata-se de empresas cuja propriedade está ligada a políticos e parlamentares tanto de nível federal, estadual como municipal. Em outras palavras, a maioria dos meios de comunicação do país não só estão nas mãos do setor empresarial privado senão que grande parte desse setor empresarial privado é de propriedade de políticos. Em virtude disso, como poderia a sociedade esperar que a mídia nacional exercesse seu papel de informador objetivo, livre é independente quando a comunicação social está sequestrada por elites econômicas e políticas que por sua vez tem interesses em comum.

Para deixar em evidência essa perniciosa relação entre esses três poderes, o político, o econômico e o midiático, basta analisar a conformação do congresso brasileiro. Segundo o portal “Congresso em foco”, a bancada empresarial eleita em 2010, representa mais de 45% do Congresso Nacional, quer dizer que dos 513 deputados, 246 deputados são empresários, e como se observou anteriormente a maioria das concessões de rádio e televisão são entregues a empresas ligadas a esses parlamentares, que quando não são empresários, estão financiados por empresários (Congresso em foco, 2010).

Parte desse problema, pode ser atribuído à lei dos partidos políticos que até 2014 permitia o financiamento empresarial de campanhas políticas. Os empresários e suas empresas

tratavam as doações eleitorais como um investimento, portanto colocavam seu dinheiro em vários candidatos de diferentes partidos como uma verdadeira bolsa de apostas. Desta forma, o poder político e o sistema eleitoral brasileiro ficam praticamente subjugados ao poder econômico. Esta situação deixava e ainda deixa aos parlamentares totalmente comprometidos com os interesses das empresas, perdendo totalmente sua autonomia como parlamentares. Desta forma, passam a ser defendidas pautas que beneficiam à bancada empresarial, negligenciando e afetando às grandes maiorias, cujos interesses deixam de estar representados no congresso. A nova disposição que impede o financiamento empresarial privado de campanha não pode ser avaliada ainda por ser muito recente, mas, dificilmente mudará o cenário político brasileiro a curto prazo, porque o financiamento privado de campanha é apenas um dos tantos fatores que afetam a qualidade da democracia brasileira.

Finalmente, essa articulação de interesses privados tem transformado os meios de comunicação em meros atores políticos com grandes poderes. Poderes incluso superiores aos outros poderes do Estado, como diz Ignácio Ramonet (De Moraes, 2013), o quarto poder é o único poder que não tem um contra poder, e, quando contestado, apela ao argumento de que se está atentando contra a liberdade de expressão, em outras palavras, não assumem nenhuma responsabilidade ante a sociedade pelas suas opiniões e não admitem ser contestados. Estes meios, segundo o autor, não são nenhum quarto poder, são simplesmente o poder do dinheiro. Cabe lembrar que historicamente, o termo “quarto poder” aparece na Revolução Francesa para designar os meios de comunicação que em conjunto com a sociedade seriam esse poder cidadão que iria controlar aos poderes executivo, legislativo e judiciário. No entanto, no percurso, se distanciou dos seus objetivos iniciais e passou a defender puramente interesses econômicos e políticos. Por consequência, o poder midiático além de não ter um contrapoder, é um poder que não conta com legitimidade democrática, ninguém o elegeu nem votou por ele. Por esse motivo, no Brasil muitos autores o chamam inclusive de “coronelismo informativo” (como é citado em: De Moraes, 2013, p. 547).

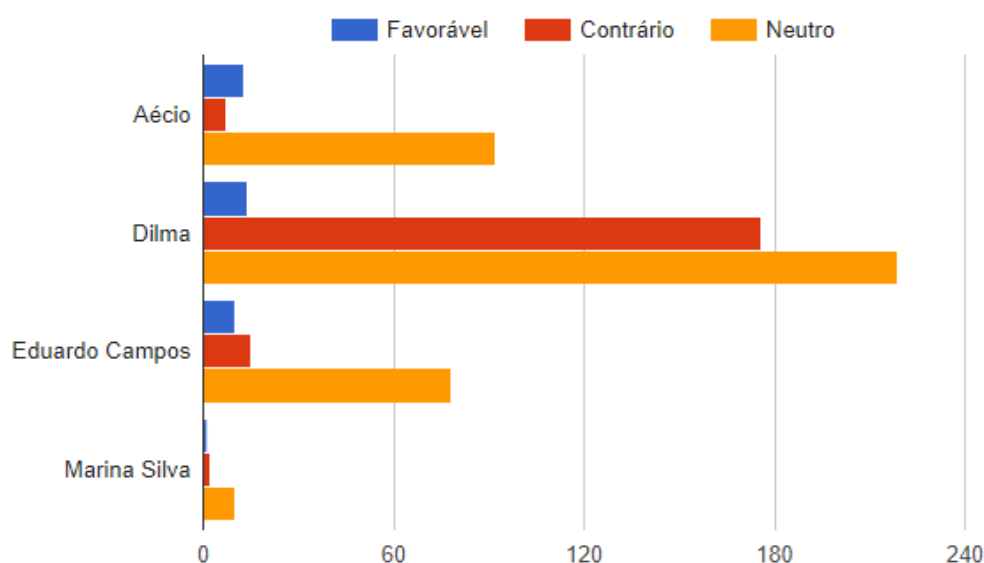
Vale a pena deixar claro que o que se critica neste trabalho não é a existência dos meios de comunicação, ao contrário, os meios de comunicação independentes são indispensáveis para o fortalecimento da democracia, não obstante esses mesmos meios de comunicação quando monopolizados por grupos econômicos podem ser letais para essa mesma democracia. Nesse sentido, se critica a mercantilização e monopolização dos meios de comunicação por grupos econômicos.

3. O tratamento diferenciado na cobertura midiática

Uma vez transluzidas as relações de poder que estão ocultas por trás da propriedade dos meios de comunicação, torna-se importante exemplificar e expor como se dá na prática o tratamento e cobertura da comunicação política tanto em época eleitoral como fora das eleições. Não se pode ignorar que a comunicação política não se limita ao período eleitoral de propaganda política. Fora dos períodos eleitorais a mídia vem fazendo um trabalho constante de propaganda política por meio dos jornais, que de maneira seletiva decidem que personagem político e que partido político deve ser objeto constante de manchetes negativas ou positivas. Isso faz parte do papel de ator político que detém atualmente os meios de comunicação privados que, como vimos, pertence a um grupo de empresários que usam seus empórios da comunicação tanto televisivos, radiais e impressos como ferramenta política para defender seus interesses de classe. Cabe aqui uma frase muito eloquente que o ex-Presidente do Equador, o economista Rafael Correa diz a respeito da objetividade dos meios de comunicação privados, “*Desde que se inventó la imprenta, la libertad de prensa es la voluntad del dueño de la imprenta*” (El mundo.es, 2013). Pode-se discordar dessa afirmação, mas, não se pode negar que essa frase encontra fundamento na realidade brasileira e em geral latino-americana.

A seguir, apresenta-se alguns gráficos que mostram dados estatísticos de algumas manchetes dos principais jornais do Brasil (Folha de S. Paulo, O Globo e Estado de S. Paulo), para demonstrar a forma como se apresenta a informação ao público e a parcialidade dos meios na hora de fazer a comunicação política tanto em períodos eleitorais como fora deles. Poder-se-ia colocar muitos exemplos de manchetes de vários processos eleitorais da última década, no entanto, como não se pretende esgotar o tema neste trabalho, tomaremos apenas dois exemplos para evidenciar o comportamento midiático, primeiro na eleição presidencial de 2014 e segundo, no processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff.

Gráfico-1
Manchetes favoráveis, contrárias e neutras, janeiro a julho de 2014

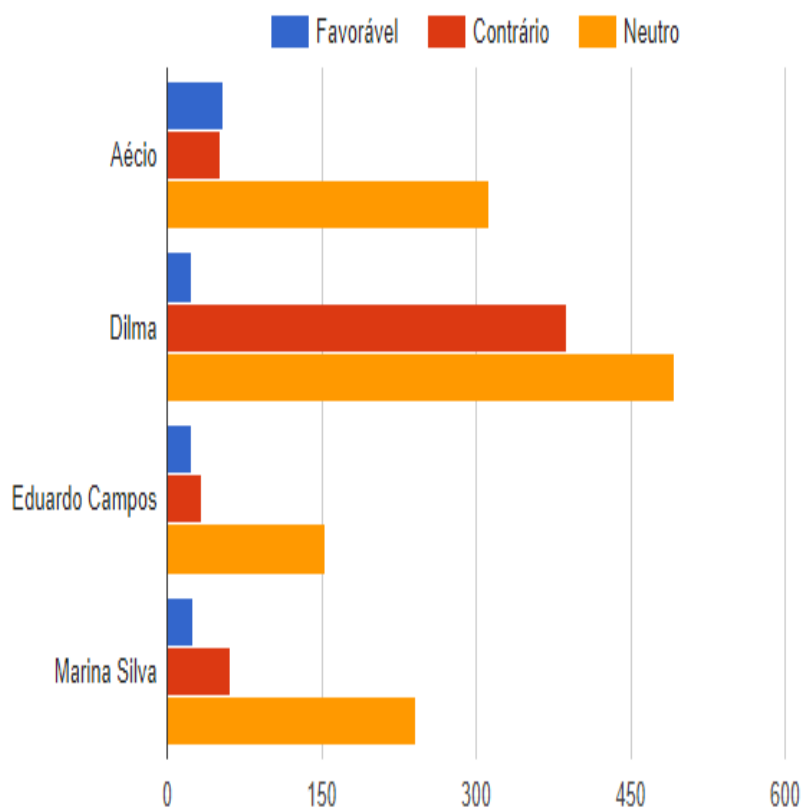


Fonte: Manchetômetro 2014

Como foi mencionado antes, a comunicação política não ocorre somente no período de campanha eleitoral. No gráfico acima, mostra-se o total de manchetes favoráveis, contrárias e neutras de janeiro a julho de 2014, corresponde ao período pré-eleitoral. Pode-se evidenciar claramente a parcialidade dos meios analisados na hora de apresentar notícias negativas ou contrárias. Dilma Rousseff, definitivamente não é a candidata que o setor empresarial apoia através de seus meios de comunicação. De fato, isso explica o nível de ódio e rejeição gerado na sociedade contra a candidata em 2015-2016, o que seria determinante para legitimar o processo de impeachment.

Gráfico-2

Manchetes favoráveis, contrárias e neutras, período eleitoral 2014

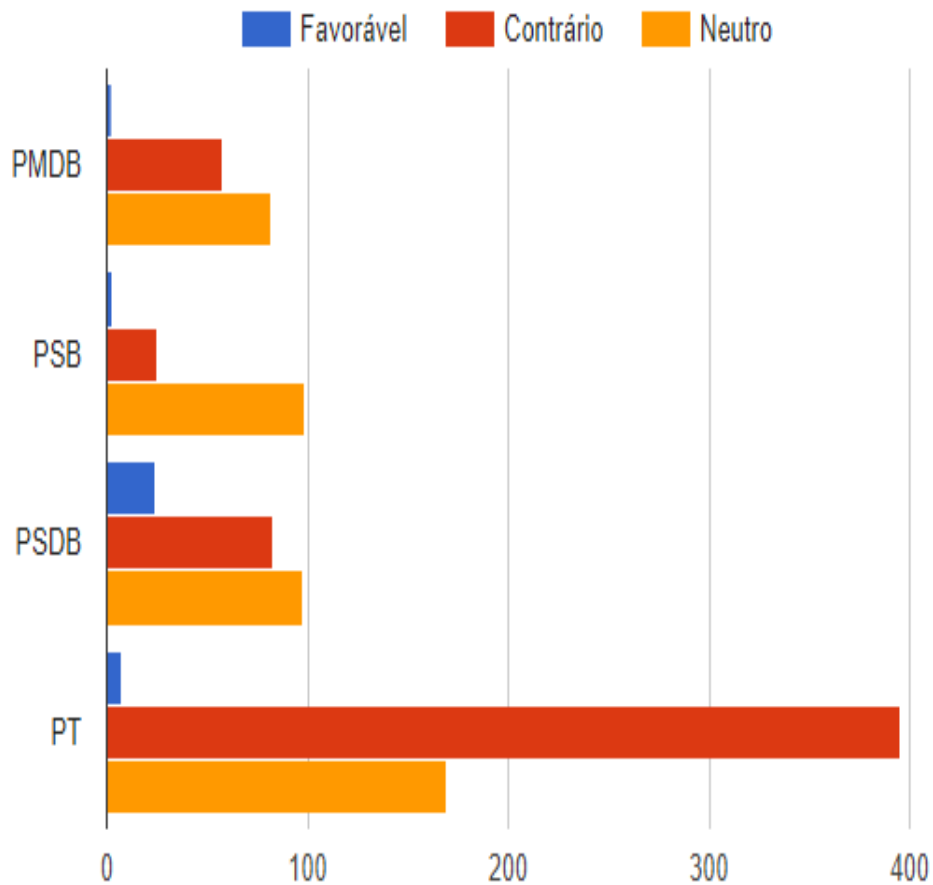


Fonte: Manchetômetro 2014

O gráfico acima corresponde ao período eleitoral de 06 de julho a 25 de outubro 2014, onde se pode evidenciar que a tendência é a mesma, a candidata do PT é a que mais manchetes negativas obtém dos meios impressos analisados, nos televisivos a tendência é a mesma. Essas manchetes por estarem dentro do período eleitoral, podem ser considerados parte da propaganda política para convencer eleitores não em função das propostas dos candidatos e, sim, em função do desprestígio gerado contra a imagem do candidato; os mais críticos qualificariam esse comportamento de linchamento midiático. Segundo Noam Chomsky (2014), a propaganda política está para a democracia assim como o porrete está para um Estado autoritário, e ela serve tanto para derrubar governos democráticos, como no caso da Guatemala em 1954, como para instigar a população a apoiar guerras. (Chomsky, 2014, p. 105-113).

Gráfico-3

Manchetes favoráveis, contrárias e neutras por partido, eleição 2014



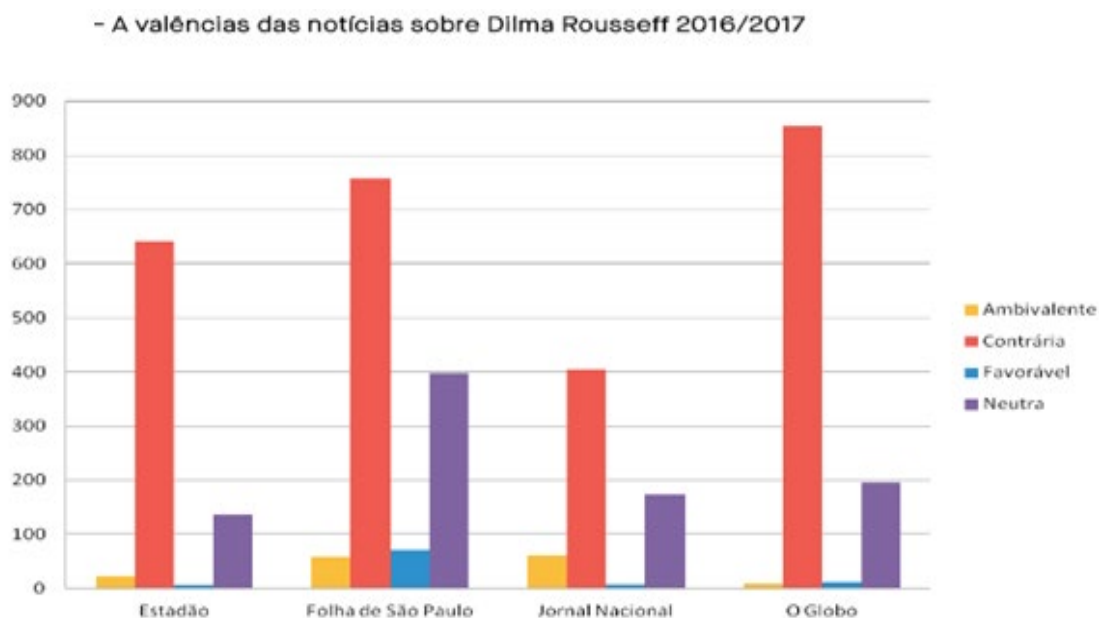
Fonte: Manchetômetro 2014

No gráfico acima, mostra-se o mesmo período eleitoral 06 de julho a 25 de outubro 2014, os meios de comunicação claramente influenciando a opinião pública em favor do candidato da direita Aécio Neves PSDB, por um lado e pelo outro atacando contundentemente ao PT. Neste ponto é importante fazer uma análise do resultado do processo eleitoral: apesar de toda essa parcialidade desproporcional da comunicação política dos meios de comunicação privada, a candidata do PT Dilma Rousseff ganhou as eleições em 2014. Analisando apenas o resultado dessa eleição poderia se pensar que a parcialidade dos meios privados não é determinante nos resultados eleitorais, no entanto, resulta difícil fazer uma afirmação desse tipo já que cada processo eleitoral deve ser analisado em seu respectivo contexto e conjuntura política. Neste caso, foi evidente que o constante bombardeio de manchetes negativas contra o PT, não foi suficiente para que o candidato apoiado pelas grandes empresas comunicacionais ganhe a eleição, mas foi suficiente para desgastar a imagem do partido vencedor e construir uma maioria entorno ao processo de impeachment, desta maneira, neste caso pode-se afirmar que os interesses econômicos por trás dos meios de comunicação conseguem afetar processos políticos e construir consensos a favor dos seus interesses de classe. E mesmo que não tenham

conseguido ganhar a eleição em 2014, conseguiram crescer nas eleições locais em 2016, onde o PT encolheu 59% a nível nacional enquanto o PSDB cresceu 15%.

Gráfico- 4

Notícias, contrárias, favoráveis, neutras e ambivalentes sobre Dilma Rousseff - 2016/2017



Fonte: Manchetômetro 2017

Finalmente, no gráfico acima observa-se novamente o enquadramento³ que os principais meios de comunicação fazem ao noticiar sobre Dilma Rousseff antes, durante e depois do processo de impeachment. Nota-se uma cobertura comunicacional contrária muito mais incisiva que em 2014. Isso pode ter sua explicação no processo de impeachment que estava em andamento, nesse sentido, uma opinião pública favorável ao processo de impeachment resultava indispensável para que o setor empresarial alcançasse os objetivos que foram frustrados na eleição de 2014. O apoio popular e uma opinião pública favorável é indispensável para a legitimação de qualquer processo político.

Olhando este cenário pouco alentador, do poder político sequestrado pelo poder econômico, e do poder midiático sequestrado pelo poder político, formando um círculo vicioso,

³ Enquadramento; modo como as palavras descrevem uma ideia ou uma noção sobre algo na mídia, seja ela verbal ou não-verbal, Para Leal (2007), o conceito de enquadramento noticioso oferece uma sólida alternativa para analisar a mídia nacional, pois trata com a questão de como a mensagem é organizada, ressaltando preferências de um determinado enquadramento em oposição a outros (Leal, 2007)

a tecnologia aparece para dar ao cidadão uma alternativa para se manter informado entre tanta desinformação.

Considerações finais

O presente trabalho pretendeu refletir sobre a propriedade dos meios de comunicação para evidenciar a relação que existe entre estes, os grupos empresariais e o poder político brasileiro, para, desta forma, demonstrar como esse contexto de articulação de interesses privados pode condicionar a maneira como se realiza a cobertura da comunicação política, tanto em época eleitoral como pré e pós-eleitoral afetando o resultado dos processos eleitorais.

Com esse intuito, adotou-se uma abordagem crítica para, baseando-se em algumas ideias marxistas, apresentar a realidade comunicacional brasileira que segundo o FNDC, estaria ao serviço dos interesses da elite econômica brasileira. A monopolização da propriedade da comunicação por parte de poucas empresas e grupos econômicos vinculados a sectores da política nacional, é mais uma demonstração de que os donos do capital financeiro nacional e internacional pretendem legitimar sua dominação hegemônica por meio do controle dos meios de informação para manter o *status quo*, e barrar qualquer possibilidade de mudança estrutural. Control que como evidenciou-se, afeta os resultados tanto dos processos políticos como o processo de impeachment, como processos eleitorais.

Por outro lado, apesar de não ser o foco de este trabalho, seria importante frisar que as novas tecnologias da informação que vieram com a expansão da internet, oferecem inúmeras oportunidades, alternativas e novas expectativas de mudança em todas as áreas, especialmente no espectro político. Basta dar uma olhada em alguns dos movimentos juvenis criados a partir da comunicação por redes sociais como twitter e facebook *Ocuppy Wall Street* nos EUA, os *Indignados* na Espanha, e assim mesmo, outros grupos de jovens exigindo mudanças políticas em lugares como Chile, Grécia, Inglaterra etc. Sem esquecer a revolução social que representou a “Primavera Árabe” (como é citado em: De Moraes, 2013, p, 1246-1267). Sem dúvida as novas tecnologias da informação oferecem uma saudável alternativa, diversificando as fontes de informação, e permitindo ao público não depender apenas das versões oficiais dos meios privados tradicionais que muitas vezes são tendenciosos e parcializados.

O trabalho não pretendeu esgotar a discussão sobre o papel dos meios privados na comunicação política e seus efeitos nos processos políticos e eleitorais, no entanto fez uma

reflexão provocativa para que este tema tão transcendental para a sociedade continue sendo abordado e discutido. Muitas vezes os indivíduos não percebem os interesses que estão por trás das empresas de comunicação e dão total credibilidade às versões dos meios de comunicação tradicionais, formando sua opinião acima de uma visão de mundo que não corresponde a sua realidade nem a seus interesses, ajudando assim a eleger políticos e projetos políticos que beneficiam apenas aos setores empresariais e não a sociedade como um todo.

Referencias bibliográficas

Assange, J. (2012). *CYPHERPUNKS: liberdade e futuro da internet*. Boitempo Editorial: Brasil.

Bayma, I. (2001). *A concentração da propriedade de meios de comunicação e o coronelismo eletrônico no brasil*. 2001. Disponível em: <file:///C:/Users/Diego/Downloads/a-concentracao-da-propriedade-de-meios-de-comunicacao-e-o-coronelismo-eletronico-no-brasil.pdf> acesso em: 06/10/2017.

Cervi, E. (2012). *Opinião Pública e Comportamento Político*. Intersaberes: Curitiba.

Cervi, E; Massuchin, M; Cavassano, F. (org.). (2016). *Internet Eleições no Brasil*. CPOP: Curitiba. Disponível em: <https://blogempublico.files.wordpress.com/2013/02/cervi_cap1_internet_eleicoes.pdf>

Chomsky, N. (2014). *Mídia: Propaganda política e manipulação*. Wmf Martín Fontes: São Paulo.

Congresso em Foco. (2010). *Bancada empresarial será quase metade do Congresso*. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/manchetes-anteriores/bancada-empresarial-sera-quase-metade-do-congresso/>> acesso em: 06/10/2017.

Correia, J (2004) *Ideologia e Hegemonia*. In Albino, A; Rubim, C. (Org). *Comunicação Política: conceitos e abordagens*. P. 223-258. Edufba: Salvador. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/134/4/Comunicacao-Politica_RI.pdf>

De Moraes, D. (2013). *Medios, poder y contrapoder: de la concentración monopólica a la democratización de la información*. Biblos: Buenos Aires.

El Mundo. Es (2013). *Rafael Correa a Ana Pastor: '¿Qué pasó por TVE? ¿No había independencia?'*. Disponível em: <<https://www.elmundo.es/elmundo/2013/04/29/comunicacion/1367236033.html>> acesso em: 04/10/2017

- FNDC-Coordenação Executiva. (2015). *Sem mídia democrática não há democracia*. Disponível em: <<http://www.fndc.org.br/noticias/sem-midia-democratica-nao-ha-democracia-924641/>> acesso em: 04/10/2017
- Freire, P. (1987). *Pedagogia do Oprimido*. 17 Paz e terra: Rio de Janeiro.
- Leal, P. (2007). *Jornalismo Político Brasileiro e a Análise do Enquadramento Noticioso*. II Compolítica - Congresso da Associação Brasileira dos Pesquisadores de Comunicação e Política. Disponível em: <www.periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/.../10195>.
- Manchetômetro. (2014). *Eleições 2014*. Disponível em: <<http://www.manchetometro.com.br/index.php/category/analises/eleicoes-2014/>> acesso em: 20/09/2017.
- Marx, K; Engels, (1992). *Friedrich.L'idéologie allemande*. In Marx, K. Philosophie. Gallimard: Paris.
- Tavares, H. (2008). *Raymond Williams: pensador da cultura*. Revista Ágora, nº8 :Vitória.

ARTIGAS E A PÁTRIA GRANDE - CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS SOBRE A ESTRATÉGIA INTEGRACIONISTA DA *LIGA DE LOS PUEBLOS LIBRES*

por Gabriel Rodrigues Peixoto¹

Resumo: Este artigo propõe a discussão e o resgate de alguns aspectos históricos relacionados à a estratégia geopolítica da Liga de Los Pueblos Libres e suas implicações regionais, tomando em conta também seus aspectos sociais. Neste sentido, de forma incipiente, nos lançamos à recontar e analisar desde uma visão histórico-política a estratégia integracionista que se revela na práxis de José Gervásio Artigas e seu bando.

Palavras Chave: Artigas; Federalismo; Integração Regional.

ARTIGAS Y LA PATRIA GRANDE - CONSIDERACIONES INTRODUCTORIAS SOBRE LA ESTRATEGIA INTEGRACIONISTA DE LA LIGA DE LOS PUEBLOS LIBRES

Resumen: Este artículo propone la discusión y recuperación de algunos aspectos históricos relacionados a la estrategia geopolítica de la Liga de los Pueblos Libres y sus implicaciones regionales, teniendo en cuenta sus aspectos sociales. En este sentido, de manera incipiente, comenzamos a contar y analizar desde una perspectiva histórico-política la estrategia integracionista que se revela en la praxis de José Gervásio Artigas y sus seguidores .

Palavras Clave: Artigas; Federalismo; Integración Regional.

ARTIGAS AND THE PATRIA GRANDE - INTRODUCTORY CONSIDERATIONS ON THE INTEGRATIONIST STRATEGY OF THE *LIGA DE LOS PUEBLOS LIBRES*

Abstract: This article proposes the discussion and rescue of some historical aspects related to the geopolitical strategy of the Los Pueblos Libres League and its regional implications, taking also into account its social aspects. In this sense, in an incipient way, we began to recount and analyze from a historical-political view the integrationist strategy that is revealed in the praxis of José Gervásio Artigas and his followers.

Keywords: Artigas; Federalism; Regional Integration.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Contato: rodriguezpeixoto@yandex.com

Introdução - Fragmentos históricos

José Gervasio Artigas nasceu em 19 de junho de 1764, em San Felipe de Montevideo. Descendente de hidalgos aragoneses, era neto Juan Antonio Artigas, quem por sua vez foi um dos fundadores de Montevideo, membro de seu primeiro *cabildo* e capitão de milícia na cidade. Sua família era de posses e dotava de certo prestígio social. Seu pai e seu avô ostentavam o título de "dom", grau de responsabilidade simbólicas do sistema vigente no mundo colonial ibérico.

Teve uma infância que se dividiu entre a cidade e as terras que pertenciam a sua família. Estudou Letras no convento franciscano de San Bernardino. Aprendeu ler mas ao que consta nunca a escrever para além do mínimo. Desistiu dos estudos formais aos 14 anos. Preferiu se refugiar na campanha (O'DONNELL, 2011, p. 17-20).

Na fronteira norte da banda oriental² junto ao império português, se dedicou a aprender a vida no campo, se tornando um jinete com destreza,. Por algum tempo se tornou abigeatário, participando do contrabando de gado na região fronteira (idem, p. 21). Em 1797. entrou para o Regimento de Lanceiros, tendo atuado na guerra hispano-portuguesa, na defesa de Buenos Aires contra as invasões inglesas e, nos primeiros momentos, contra a sublevação revolucionária que se levantava contra Madrid. Desertou. Logo passaria as fileiras que buscavam a independência do vice-reinado do Prata. As vicissitudes do período independentista o tornaram caudilho, libertador americano, federalista, administrador eficiente. Entrou pra história como Libertador. Ficou famoso por ter se refugiado do elitismo que contaminou outros revolucionários e ter voltado sua mirada para os *mas infelices* que habitavam as ribeiras do Uruguai. O oriental Methol Ferré, em prólogo escrito ao livro *Artigas y el revisionismo en Uruguay* de José Maria Rosa, nos comenta que:

Artigas fue el centro de la lucha nacional en el Río de la Plata en la segunda década del siglo XIX. Baste un hecho elocuente, que relata Zum Felde: en 1883 el senado uruguayo dispuso la erección de una estatua a Artigas y, en lugar de la inscripción proyectada que decía: "La patria agradecida, al fundador de la nacionalidad Oriental del Uruguay", la comisión senatorial estableció en su informe, aprobado por el alto cuerpo: "El general Artigas está reputado como la personalidad política más levantada de nuestro país. Pero la inscripción no armoniza con la tendencia del Prócer a propósito de la Confederación, a favor de la cual luchó hasta que abandonó

² Banda Oriental do Uruguai ou *La Banda Oriental* é como era chamado antigamente o território do império colonial espanhol do Cone Sul localizado a leste rio Uruguai.

el suelo de la Patria (METHOL FERRÉ, 1961).

Puntigliano (2016) aponta que a geopolítica clássica embora esteja conectada ao conflito, também está ligada a ideias, estratégias e políticas que permeiam a dimensão territorial dos estados. Nesse sentido, a integração regional pode irromper como ponto de conexão entre a geopolítica e o desenvolvimento. Como nos comenta Vivian Trias (1978) a integração pode ser tanto libertadora quanto balcanizada, garantidora da soberania do povo ou criadora de dependência:

Las masas populares son la "clase nacional" que se expresa en la acción y el pensamiento de su caudillo. José Artigas no sólo propone una gran nación verdaderamente soberana, sino un desarrollo económico autónomo dirigido por el Estado; justicia social (cabalmente concretada en la reforma agraria que decreta en la Provincia Oriental) y efectiva democracia política (1978, p.4).

Nesse sentido, e de forma incipiente, na continuação do trabalho nos lançamos ao a analisar e recontar a experiência histórica - desde um enfoque histórico-político - da *Liga de Los Pueblos Libres* tendo como norteante recolher fragmentos que tragam luz a sua estratégia integracionista dentro do pensamento estratégico por trás do pensamento de José Gervásio Artigas.

1. A Junta de Maio

A Junta de Mayo de 1810 foi um golpe de estado contra a autoridade Vice-reinal colonial que havia perdido seu lastro econômico-institucional *mientras* a metrópole espanhola se via invadida pelas forças napoleônicas. Para Methol Ferré (1961) tal golpe já encarnava em seu âmago as pretensões da elite de Buenos Aires. Sem a estrutura de poder colonial a cidade-porto poderia se livrar da dependência do restante do território do vice-reinado e consolidar o seu próprio poder, assim que a sanha por tomar o governo diretamente não se fez esperar.

A aquela altura a elite do porto era conformada por “ (...) *una clase dominante en la que se unen la oligarquía de terratenientes corambreros, la burguesía intermediaria que comercia de exportación e importación*” (TRIAS, 1975, p.8). Por outras palavras, uma candente burguesia compradora-mercantil, ilustrada nos cânones do liberalismo e que tinha por interesse estabelecer um sistema *laissez faire* que facilitasse seus vínculos comerciais com a potência industrial à época, a Grã Bretanha (idem., p. 8-9).

Todavia nem Buenos Aires nem sua junta podiam prescindir de um certo grau de consentimento geral ante seu movimento. O enfrentamento ante as forças realistas demandava

homens e recursos e as forças do interior poderiam apresentar uma reação a confirmação do projeto de poder *porteño*. Todavia, o impulso centralista baseado no iluminismo europeísta age como força centrífuga, empurrando para fora tudo aquilo que não encaixasse nas vontades da cidade porto. Mesmo o vasto território se torna um problema, que deve ser resolvido (FAVARO MARTINS, 2016, p. 32) .

Para o bando unitário, o porto e as rendas aduaneiras eram de patrimônio exclusivo da província que abrigava a capital, Buenos Aires. Toda a riqueza do país deveria por ali passar e pagar tributo a cidade-porto portuária. A capital localizada às portas do estuário da Bacia do Prata, se aproveitava de sua localização estratégica pois tinha totais capacidades de cerrar a livre navegação e o acesso aos portos fluviais pelos rios que escorriam das entranhas da América do Sul.

O domínio bonaerense sobre as elites interioranas e sobre a totalidade da economia da bacia do Prata entrava em contradição direta com as configurações de poder no interior que de, maneira ou outra, emulavam o mesmo tipo de relação que Buenos Aires pretendiam ter com o *hinterland platense*. As contradições se exaltam deflagrando o alçamento do interior. A guerra revolucionária passa a se converter paulatinamente em guerra civil platina, que se arrastaria por décadas.

Frente aos interesses unitários, irrompe a insubmissão do interior. Artigas encarna um programa de caráter inegavelmente nacional, telúrico e que se ampara no popular: nacionalizar as rendas alfandegárias, abrir a livre circulação dos rios internos quebrantando a situação mono portuária, impulsar uma política tarifária protecionista que desse sustentação ao setores manufatureiros locais, ainda embrionários, tal como uma reforma agrária que resolvesse modernizasse a estrutura social.

Todavia, para nós, o mais central do pensamento artiguista foi sua concepção visionária de que para que tais reformas se sustentassem era de ordem inevitável a organização que mantivesse a grandeza territorial de - ao menos - o vice-reinado do Prata. Seu federalismo, as autonomias provinciais e um governo comum eram o garante de tal projeto que tomava tintes geopolíticos.

2. As origens do pensamento artiguista

Muito se especulou sobre a influência da revolução independentista das treze colônias norte-americanas e seu impacto nos processos revolucionários do século 19 na América Latina, sobretudo sua influência no pensamento de José Artigas. Todavia, a maior parte dos estudiosos desavisados tem tendência em sobrevalorizar suposta ligação (CAMARGO, 2005).

Cayota (2010) porém assume que as influências constitucionais norte americanas são sobredimensionadas quando se analisa o projeto artiguista, incluindo aquela de Thomas Paine. O amplo aspecto popular - principalmente da ampla importância do componente indígena - do processo revolucionário na banda oriental não encontra paralelo na experiência estadunidense:

En cuanto a la matriz norteamericana y su influencia en las 'Instrucciones', del análisis de éstas se advierte que no son una mera copia textual, y que a las mismas se le incorporan realidades y necesidades propias de la Banda Oriental y la región, como por ejemplo, entre otros, la reivindicación de los siete pueblos de las Misiones Orientales, y el reclamo de igualdad con los demás, de los puertos de Colonia y Maldonado (CAYOTA, 2010, p. 40).

Zorrilla, nos aponta que apesar de estar sim influído pela constituição das treze colônias, Artigas adota mais suas formas do que seu conteúdo:

Pero lo que de este noble comentario de Miranda se desprende es que, si bien Artigas transcribió en sus Instrucciones la Constitución angloamericana, no aprendió en ella el principio; adoptó sólo su forma científica. Lo que es el principio germinal, el derecho de los distintos núcleos sociológicos del Plata a constituirse en núcleos políticos, ese sonó en las entrañas de aquella alma fuerte como una revelación; no lo obtuvo de maestros; lo aprendió en la comunicación consigo mismo, con los hombres y las cosas de su tierra; lo proclamó desde el primer momento de su vida de libertador. Cuando se encontró con la Constitución angloamericana, reconoció en ella la forma entrevista o presentida de su visión interna (ZORRILLA, 1964, p. 12-13).

Camargo (2005), secundando a Cayota, nos comenta que apesar de ter no império espanhol seu principal inimigo, Artigas não deixa de ser uma cria puramente *criolla*, pelo qual não existia maneira que não tivesse influído pelo modelo político e pelos embates que provinham da Metrópole. Há de se recordar que na Espanha dividida por várias nações étnicas a tensão dos seus vários povos contra o poder centralizador da capital Madrid também sempre foi uma constante. Do mesmo modo, na luta guerrilheira que se seguiu após a invasão napoleônica, surgiam as primeiras Juntas Governativas que se lançavam contra o governo títere (p. 313).

Criollo, nascido de uma família de posses, com acesso a uma marcada educação religiosa e criado no campo entre *gauchos* e índios, também certo é que Artigas percorre entre meios libertários e deles absorve novas ideias, sem ser afiliar com radicalidade em nenhuma

delas. Desenvolve um sincretismo ideológico que bebe da tradição dos *derechos forales* espanhóis, é tocado pelos ideais iluministas e lança seu olhar sobre a experiência das treze colônias estadunidenses. Seu pensamento irrompe como uma mescla autóctone entre o *zeitgeist* que abraça a intelectualidade litorânea e o *volkgeist* que emana das classes populares:

El Imperio Español generó, a través de varios siglos, fuerzas unificadoras, centripetas, que contribuyen a explicar la idea de una nación continental, Instituciones comunes, religión, cultura e idiomas comunes, el sentimiento de pertenecer a un vasto Estado nacional. Pese a que algunos de esos factores fueron quebrantados por la revolución, sirvieron de punto de partida a nuevas fuerzas unificadoras derivadas de la guerra por la independencia. Metas e ideales comunes en la lucha contra un mismo enemigo, peripecias comunes, anhelos comunes tejen una trama que vincula a los patriotas desde México al Plata. A lo que se suma la figura convocante, vigorosamente aglutinante de los grandes caudillos carismáticos como Bolívar y Artigas. No hay que olvidar, tampoco, la determinante influencia ideológica de las magnas revoluciones de la época, Eric J. Hobsbwan escribe: "El nacionalismo, como tantas otras características del mundo moderno, es hijo de la doble revolución (revolución industrial en Inglaterra y revolución francesa de 1789) (TRIAS, 1978, p. 2)

José Maria Rosa (1960) afirma que Artigas teve o acerto de buscar seu modelo democrático nos próprios cabildos. Ademais, seu modelo de soberania federal que lastreou no não imiscuimento na política interna das províncias aliadas, acabou por se tornar um princípio político maior, especialmente porque sua práxis política tratava de lidar com outros caudillos.

3. Integração libertadora

As províncias do interior haviam apoiado a Revolução de Maio - em grande parte - para romper com as imposições aduaneiras que lhe eram impostas desde Madrid:

(...) la expectativa de lograr el abatimiento del régimen intencional, restrictivo de sus potestades de gobierno y administración local" (...) y "como productores, obtener la libertad de exportación de sus frutos, sin depender en forma exclusiva del puerto único de Buenos Aires; como consumidores, que la manufactura importada les llegara, en la medida de lo necesario y sin sustituir los productos de su esfuerzo artesanal, sin la forzosa intermediación porteña (REYES, 1967, p. 12).

Todavía, já em 1813, tais expectativas já se viram truncadas pelas imposições da cidade-porto de Buenos Aires. Artigas e seu projeto federal despontava como uma sorte de modelo que garantiria a autonomia provincial. Acompanhando o discurso que buscava manter a independência de cada província, em detrimento a hegemonia de Buenos Aires, Artigas tinha em sua manga também um trunfo geográfico: a banda oriental poderia oferecer o porto de Montevideo como acesso comercial as províncias do interior (MARCHA, 1967, p. 122). A proposta artiguista neste modelo permitiria que as burguesias locais mantenassem sua autonomia, tal como os seus *caudillos*. Também nesse sentido, José Artigas postula o protecionismo das manufaturas nativas, a livre navegação dos rios, a nacionalização dos rendimentos aduaneiros

e um sistema federal que mantivesse as autonomias provinciais.

O ano de 1815 foi o ápice do poder artiguista. A Liga dos Povos Livres se estendia sobre a província Oriental, Misiones, Entre Rios, Corrientes, Santa Fé e Córdoba. Buenos Aires, por sua vez, controlava as províncias de Cuyo, Tucumán, Salta e La Rioja, quando convoca o Congresso monárquico de Tucumán e elege Pueyrredón como Diretor Supremo das Províncias Unidas da União do Sul. Num país dividido, o equilíbrio de poder inclinou-se para a federação artiguista (METHOL FERRÉ, 1961). E foi neste exato momento quando Artigas e seus aliados mais próximos exibem as inclinações de seu pensamento e se utilizam do poder na posição de administradores. Em 10 de setembro 1815, sob a presidência de José Artigas se reuniu o Congresso do Oriente, que votou e promulgou leis que definiriam o que de verdade era o artiguismo.

O caudillo visava a proteger o produto nacional e garantir um comércio mais equilibrado com as pátrias chicas, plasmando seu americanismo. O *Reglamento de Derechos Aduaneros*, de setembro de 1815, fixa impostos para os artigos estrangeiros. Produtos europeus pagavam mais, americanos pagavam menos. Fundamental importância tem a proteção do setor têxtil, com taxas de importação a 40%. O tabaco que proveniente da Europa tinha de pagar 15% enquanto, já o paraguaio era taxado em apenas 4% (CABRAL, 2013, p. 197).

Todavia, em sua regulação alfandegária estão expressas também suas visões sobre o progresso econômico e do papel central do desenvolvimento técnico, enraizadas na perna europeia do seu *weltanschauung*. Máquinas, instrumentos ligados às ciências e a arte, livros, impressas, enxofre, salitre e remédios estavam eximidas de taxaço. Mas isso também era verdade para a pólvora, qualquer tipo de arma - branca ou de fogo - tal como o ouro e a prata (idem.)

Para o líder oriental, a preservação da liberdade conquistada pela revolução não seria possível sem que pessoas livres, dentro dos limites de suas províncias, fizessem o uso da força e da razão para preservar seus direitos, conciliando sua segurança com o progresso (BRUSCHERA, 1971, p. 56)

4. Aspecto social da *Liga de Los Pueblos Libres*

José Artigas ao propor uma nação soberana, tinha por centro que isso dependia de um

desenvolvimento econômico autônomo liderado pelo Estado; de justiça social (totalmente especificada na reforma agrária decretada na Província Oriental) e democracia política efetiva.

As chamadas "*Instrucciones Orientales*" escritas em abril de 1813 nos mostram a plataforma política e o ideário de Artigas antes mesmo que a guerra civil eclodisse de forma aberta. Nelas, o líder oriental já demonstrava sua grande desconfiança em relação à liderança de Buenos Aires e o seu convencimento num sistema confederado e democrático. As instruções³ podem, resumidamente, ser sintetizadas em nove eixos principais: i) Imediata independência absoluta em relação a Espanha; ii) República Democrática e participação popular na eleição de representantes; iii) Autonomia total das províncias (com Constituição e

³ Se tratam das seguintes: "*Primeramente pedirá la declaración de la independencia absoluta de estas colonias, que ellas están absueltas de toda obligación de fidelidad a la corona de España y familia de los Borbones y que toda conexión política entre ellas y el Estado de la España, es y debe ser totalmente disuelta.*" "Art. 2 - No admitirá otro sistema que el de Confederación para el pacto recíproco con las provincias que formen nuestro Estado." "Art. 3 - Promoverá la libertad civil y religiosa en toda su extensión imaginable." "Art. 4 - Como el objeto y fin del Gobierno debe ser conservar la igualdad, libertad y seguridad de los ciudadanos y de los Pueblos, cada Provincia formará su gobierno bajo esas bases, a más del Gobierno Supremo de la Nación." "Art. 5 - Así este como aquel se dividirán en poder legislativo, ejecutivo y judicial." "Art. 6 - Estos tres resortes jamás podrán estar unidos entre sí y serán independientes en sus facultades." "Art. 7 - El Gobierno Supremo entenderá solamente en los negocios generales del Estado. El resto es peculiar al gobierno de cada Provincia." "Art. 8 - El territorio que ocupan estos Pueblos de la costa oriental del Uruguay hasta la fortaleza de Santa Teresa, forma una sola Provincia, dominante: LA PROVINCIA ORIENTAL." "Art. 9 - Que los siete pueblos de Misiones, los de Batovi, San Rafael y Tacuarembó, que hoy ocupan injustamente los portugueses y a su tiempo deben reclamarse, serán en todo tiempo territorio de esta Provincia." "Art. 10 - Que esta Provincia por la presente entra separadamente en una firme liga de amistad con cada una de las otras, para su defensa común, seguridad de su libertad y para su mutua y general felicidad, obligándose a asistir a cada una de las otras contra toda violencia o ataques hechos sobre ellas, o sobre algunas de ellas, por motivo de religión, soberanía, tráfico o algún otro pretexto cualquiera que sea." "Art. 11 - Que esta Provincia retiene su soberanía, libertad e independencia, todo poder, jurisdicción y derecho que no es delegado expresamente por la Confederación a las Provincias Unidas juntas en Congreso." "Art. 12 - Que el puerto de Maldonado sea libre para todos los buques que concurran a la introducción de efectos y exportación de frutos, poniéndose la correspondiente aduana en aquel pueblo; pidiendo al efecto se oficie al comandante de las fuerzas de S.M.B. sobre la apertura de aquel puerto para que proteja la navegación o comercio de su nación." "Art. 13 - Que el puerto de la Colonia sea igualmente habilitado en los términos prescriptos en el artículo anterior." "Art. 14 - Que ninguna tasa o derecho se imponga sobre artículos exportados de una provincia a otra; ni que ninguna preferencia se dé por cualquiera regulación de comercio o renta, a los puertos de una provincia sobre los de otra; ni los barcos destinados de esta provincia a otra serán obligados a entrar, a anclar o pagar derecho en otra." "Art. 15 - No permita se haga ley para esta Provincia sobre bienes de extranjeros que mueren intestados, sobre multas y confiscaciones que se aplicaban antes al Rey y sobre territorios de éste, mientras ella no forma su reglamento y determine a qué fondos deben aplicarse, como única al derecho de hacerlo en lo económico de su jurisdicción." "Art. 16 - Que esta Provincia tendrá su constitución territorial; y que ella tiene el derecho de sancionar la general de las Provincias Unidas que forme la Asamblea Constituyente." "Art. 17 - Que esta Provincia tiene derecho para levantar los regimientos que necesite, nombrar los oficiales de compañía, reglar la milicia de ella para la seguridad de su libertad, por lo que no podrá violarse el derecho de los pueblos para guardar y tener armas." "Art. 18 - El despotismo militar será precisamente aniquilado con trabas constitucionales que aseguren inviolable la soberanía de los Pueblos." "Art. 19 - Que precisa e indispensable sea fuera de Buenos Aires donde resida el sitio del Gobierno de las Provincias Unidas." "Art. 20 - La constitución garantizará a las Provincias Unidas una forma de gobierno republicana y que asegure a cada una de ellas de las violencias domésticas, usurpación de sus derechos, libertad y seguridad de su soberanía, que con la fuerza armada intente alguna de ellas sofocar los principios proclamados. Y así mismo prestará. toda su atención, honor, fidelidad y religiosidad, a todo cuanto crea, o juzgue, necesario para preservar a esta Provincia las ventajas de la libertad, y mantener un gobierno libre, de piedad, justicia, moderación e industria. Para todo lo cual, etc" (ARTIGAS, 1813).

milícias próprias); iv) Organização Confederada mantendo as soberanias provinciais; v) O estabelecimento de uma nova capital localizada fora da cidade de Buenos Aires; vi) Divisão tripartida dos poderes do estado. vii) Liberdade civil e religiosa.

À entidade política que criou, deu-lhe o nome de Protetorado, assumindo para si o título de seu Protetor⁴. Artigas insistiu num modelo de organização social onde a soberania repousaria sobre o povo e as comunidades, um modelo confederativo portanto. O conceito por trás do Protetorado, *de los Pueblos Libres*, tem um carácter multidimensional. Em primeiro lugar estabelece como centro de sua prática política uma democracia de tipo municipal que se organiza no interior de um contexto provincial. A vida social se organiza em volta de *cabildos*⁵ democráticos em cada *pueblo*. Cada província se trataria de um Estado de carácter democrático, portanto, dentro de uma federação que tinha como função maior defender a soberania dos povos que a compunham:

El federalismo artiguista ofrecía, por consiguiente, a estas comunidades," (se refiriendo a las provincias que integran o protectorado) "la primera fórmula de integración útil y práctica y les proporcionaba el instrumento de "gobierno inmediato", capaz de asegurarles el directo particular ejercicio de su soberanía, sin desmedro de la unidad nacional platense, consagrando así, en los hechos, "el dogma de la Revolución (REYES, 1967, p. 12).

Por essa mesmíssima razão, logra conformar um exército tão diverso como era a própria pampa pelo qual avançava. Proprietários de terra, comerciantes, contrabandistas e estancieiros que se alçavam como *caudillos* locais e traziam atrás de si peões do campo. Se somavam religiosos e doutores influídos pelas ideias que provinham da Europa (PIQUE, 2008, p. 178). Atrás de Artigas irrompe uma *milicia criolla* que se converteria em exército:

Proclamé a mis paisanos convidándoles a las armas; ellos prevenían mis deseos, y corrían de todas partes a honrarse con el bello título de soldados de la patria, organizadonse militarmente en los mismos puntos en que se hallaban cercados de enemigos, en términos que en muy poco tiempo se vio un Ejército Nuevo, cuya sola divisa era la Libertad (ARTIGAS, 2000, p. 7).

O *caudillo* oriental identifica nas massas populares sua classe revolucionária - e não uma burguesia local - se aproximando ideário distributista. No dia 10 de setembro de 1815, através da promulgação do *Reglamento Provisorio de la Provincia Oriental para el Fomento*

⁴ Afirou: “¡Ordenarles que sean Libres! Ese es el lenguaje de los grandes. “Ellos sólo tienen el derecho de darse la forma que gusten” – agrega – Formalizarán su Liga preciosa entre sí mismos y con nosotros, declarándome yo su Protector.”” (ARTIGAS apud ROSA, 1961)

⁵ Cabildo era uma corporação municipal instituída na América Espanhola durante o período colonial que se encarregava da administração geral das cidades coloniais. Era o órgão que dava representatividade legal à cidade, através do qual os habitantes resolviam os problemas administrativos, econômicos e políticos do município.

de la Campaña y Seguridad de sus Hacendados, Impulsa a primeira reforma agrária da América Latina (O'DONNELL, 2011, p.133). O Congresso da Banda Oriental resgatou a antiga proposta, do início do século, de “Arreglo de los campos”⁶, impulsionada pelo espanhol Félix de Azara, que já a aquela época se propunha a solucionar o problema da terra na campanha. Propunha-se assentar a independência da Banda Oriental e das províncias da Liga Federal sobre uma ampla divisão das terras entre as massas, em especial aquelas mais pobres.

A terra passa ter valor social onde os “mais infelizes ser[iam] os mais privilegiados”. Sua redistribuição visava a criação de uma sorte de classe média rural, dando cabo ao que chama “maus europeus e piores americanos”, os donos de latifúndios que haviam apropriado da pampa oriental. , dizia. Aos negros, índios e pobre estavam garantidas terras desde que seu trabalho garantisse a felicidade própria e da província. O sistema artiguista, nesse sentido, tal como aponta Cabral, estava exigia que as liberdades individuais fossem garante da liberdade das comunidades (idem, p. 96). Methol Ferré (1961) comenta que:

No hay duda que la reforma agraria artiguista tuvo enormes proyecciones, y puedo apuntar que aún en 1884 a P. Bustamante le sorprendía la osadía de quienes reclamaban derechos invocando “donaciones” de Artigas (METHOL FERRÉ, 1961)

5. Geopolítica *criolla*

Desde o início da Revolução Oriental, dom José Artigas se manteve em contínua comunicação com as demais províncias e com o isolado Paraguai; dando a entender que seu acionar entrevia uma visão integradora da revolução. No confronto com o centralismo bonaerense, a Província Oriental e a proposta confederal artiguista encontrou aliados em províncias que compartilhavam de seus mesmo problemas e aspirações: os confrontos internos, o problema indígena e da posse da terra, e principalmente, a resistência ante o atropelo do livre comércio imposto por Buenos Aires que destroçava as artesanais atividades locais. Não por acaso encontrou nas províncias circundantes seus principais apoiadores. Como assinala Ana Frega (1994), tal situação:

[P]onía de manifiesto la aparición de nuevos centros de poder político y la presión

⁶ Na época colonial se chamou de “*problema del arreglo de los campos*” o problema por parte das autoridades em legalizar a posse da terra na Banda Oriental e incentivar a produção. O “problema” consistia essencialmente nos latifúndios sem demarcação clara e sem dono definido, ocupados por posseiros sem direitos legais ainda que socialmente aceitos.

de los grupos sociales que aspiraban a consolidar su hegemonía regional (...) podría señalarse que los núcleos dirigentes provinciales reprodujeron dentro del espacio que dominaban - o pretendían dominar - las tensiones entre Buenos Aires y las provincias. Claro que aquí ellos se volcaban por el centralismo, y en algunas instancias también el artiguismo tuvo que contener la disolución de la provincia (FREGA, 1994, online).

Todavía é em seus planos com relação ao Paraguai onde Artigas revela sua perspicácia geopolítica. O *caudillo* oriental tinha o território do Paraguai como sendo de ordem estratégica para seu projeto político, tal como era também a província oriental. Ambos estavam nas fronteiras críticas da Pátria Grande proposta, ante o inimigo colonial português que poderia avançar por si próprio ou em conluio com outras forças europeias. Sua defesa era garante em evitar uma possível balcanização:

José Artigas ya se dirige a la Junta de Asunción en su notable oficio del 7 de diciembre de 1811, escrito ante los muros de Montevideo, donde define los fundamentos de la “admirable alarma”. En 1814, como lo prueban irrefutables documentos, se concreta la tesis federal artiguista, y es en ese año en que la demanda de alianza al gobierno paraguayo se torna acuciante. “Tenga V.S. la dignación de penetrarse de mis razones, si la acción general se pierde, si este grande, si este único esfuerzo de los americanos no tiene otro objeto que verter su sangre y hacer con sus cadáveres el monumento a la gloria de sus tiranos, de qué le servirá a la Provincia del Paraguay haberse mantenido a la defensiva? (abril de 1812). En noviembre del mismo año Artigas afirma que ambas provincias “se presentarán en medio de las naciones como dos pueblos destinados a ser depósito de la libertad y de la confederación (TRIAS, 1975, p. 11).

O governo de Assunção, encabeçado por Gaspar de Francia resiste a se aliar ao *caudillo* oriental. Seu líder, amparado por um tradição isolacionista, apesar de enfrentado a Buenos Aires, tinha por visão que a construção de um Estado soberano no território entre as margens dos rios Paraná e Paraguai era o garante de sua autonomia frente a cidade-porto. Irredutível, Francia se negava a aceder os apelos de Artigas.

Como último recurso, o governo da Banda Oriental se lança a pressionar Francia. Envia seu filho adotivo, Andrés Guacurarí, ao território das *Misiones*, imediata fronteira paraguaia. Andres, de origem guarani, se torna comandante de uma força de guerreiros indígenas que atravessam o território de Entre Rios e as Missões, fazendo frente ao mesmo tempo a portugueses, unitários e marcando presença ante o governo paraguaio.

Artigas estabeleceu contatos importante no Paraguai, tendo em Fulgencio Yegros o seu maior e mais graduado aliado. Yegros, quem já havia governado o Paraguai junto a Francia, atento as forças que ameaçavam o solo paraguaio, despontava como partidário como partidário da causa federal. Postulava a conformação de uma confederação que reunisse o Paraguai, Corrientes, Uruguay, Entre Ríos, Santa Fé e Rio Grande do Sul num eixo que resistisse tanto a

Buenos Aires quanto as tropas portuguesas. Em 1829, Yegros, junto a outros, encabeçam um intento de golpe que busca derrocar a Francia e trazer Assunção a aliança Federal. Derrota. Haveria de conhecer a morte no ano seguinte. O tom de Francia contra Artigas aumenta (TRIAS, p. 13).

Por fim, Andresito ocupa a cidade de Candelária e interrompe o fluxo comercial no Rio Paraná num último intento, já desesperado, por parte de seu pai. Embora o apoio popular no Paraguai fosse grande já era demasiado tarde para o artiguismo (idem.).

A visão estratégica de Artigas pouco erraria sobre a concepção das contradições na Bacia do Prata. Há de se recordar que seu bando de fato ganha militarmente a batalha contra o porto, quando os caudillos do litoral adentram a cidade de Buenos Aires após a *Batalla de Cesped*. Todavia, sua vitória também culminaria a derrota de Artigas. Numerosa é a bibliografia⁷ que trata sobre as traições que se acometeram contra Artigas por parte de seus aliados mesopotâmicos e aqui trata-lo seria inadequado. Todavia, nos parece importante citar a José Maria Rosa:

Artigas no triunfó. Tuvo poderosos enemigos que acabaron por arrojarlo fuera de su Banda Oriental, vencido. No son esos enemigos ni Francisco Ramirez, ni Otorgués, ni los directoriales de Buenos Aires que engañaron a Ramirez con el inicuo tratado del Pilar. Artigas no triunfó porque no había llegado su hora: porque se había adelantado a su Hora. Porque la unidad de América hispana con gobiernos populares (sola manera de lograr esa unidad) no se podía hacer ante un enemigo tan poderoso como era Inglaterra entonces. Y con una oligarquía fuerte y sin dismantelar adentro (ROSA, 1960).

No exército vitorioso que adentrou Buenos Aires também se fez marcada a composição social e racial do bando federal demonstrando a envergadura de sua participação nos exércitos que haviam se nucleado ao redor dos exércitos da Liga de los Pueblos Libres:

Curiosa era la composición del ejército vencedor, un ejército muchas veces harapiento que recorrió después la campaña hasta 1820 como expresión pluralista de la cosmovisión de la pradera. El ejército vencedor no era en realidad un ejército. Era una confederación de pueblos armados que fueron poco a poco profundizando en su identidad y su diversidad. En el parte de la batalla, fechado el 18 de mayo de 1811, esta peculiaridad cultural aún no se advierte claramente. El parte parece describir las acciones de dos ejércitos regulares enfrentados. Pero en uno de ellos, el vencedor a sus integrantes e integrantes se los llamaba 'tupamaros'. Quitemos al término 'tupamaros' las asociaciones que podemos hacer desde el siglo XX, y pensemos en la época. Todavía se recordaba vivamente al caudillo andino de sangre

⁷ Ver “Artigas. La Revolución De Mayo y La Unidad Hispanoamericana” de José María Rosa; “Artigas. La Versión Popular de la Revolución de Mayo” de Pacho O’Donnell; “Artigas y La Patria Grande” de Salvador Cabral.

indígena y rebelde llamado Tupac Amaru II. Según parece, las raíces indigenistas de los vencedores de Las Piedras no escapaban a los cronistas de la época. Y quien dice 'indigenista' en el país de los charrúas, dice también guaraní, afroamericano, gaucho orejano, porque la toltería charrúa fue amparo de todos los perseguidos, incluyendo al contrabandista Pepe Artigas unos años antes (ABELLA, 2008, p. 149).

De 1816 a 1820, os apoiadores de Artigas resistiram à invasão lusa, mas o Uruguai acabou sendo anexado ao Império Português e, com a independência do Brasil, em 1822, recebeu o nome de Província Cisplatina. O presidente Francia, ante suas próprias preocupações e concepções de ordem geopolítica, o recebeu, porém todos os seus aliados locais foram exterminados. O Protetor dos Povos Livres se viu obrigado a um exílio silencioso no Paraguai do qual nunca se retirou:

Artigas no fue al Paraguay en exilio, sino para reiniciar la lucha. Pero Paraguay, aislado del mundo por Buenos Aires, se había recluso en sí mismo por completo a través de la Dictadura del Dr. Francia. Este mantuvo una empecinada y suicida neutralidad –que terminara con el arrasamiento de la Triple Alianza–, a pesar de los anteriores e insistentes llamados de Artigas. Y es en 1820 cuando se impone definitivamente la “Pax Francia” con el fusilamiento de los federales paraguayos y su jefe Fulgencio Yegros, amigo de Artigas. Los dados están echados. Artigas quedará prisionero y desterrado treinta años (ROSA, 1960).

Nas décadas seguintes, o Uruguai se tornaria um país independente nas tramas que se fizeram por porteños, brasileiros e britânicos. As terras que deram vida ao mais profundo defensor da unidade das províncias do rio da Prata, foram apartadas do que seria a Argentina.

Todavia a influência artiguista escorreria pelo tempo. A guerra civil argentina, entre unitários e federais se prolongou até a década de 1860 e impactou o pensamento geopolítico argentino por todo o século XX. Seus ideais também ultrapassariam a província do Prata e serviriam de influência na Revolução Farroupilha no território vizinho do Rio Grande do Sul (VARELA, 1915, p. 994). O Paraguai independente se viria destroçado por tropas brasileiras e argentinas na Guerra da Tríplice Aliança cerca de 50 anos mais tarde (TRIAS, 1978, p. 8).

Considerações Finais

A gesta revolucionária artiguista, reação própria e autóctone da região litoral da Bacia do Prata, despontou como reação às pretensões de poder da elite porteña mas evoluiu como uma proposta original, de forte conteúdo americanista. Embebida num sem fim de influências políticas impulsionou uma proposta de configuração estatal que apesar de estar influida por experiências do hemisfério norte - do federalismo norte-americano e do iluminismo francês, principalmente - as mesclou com a realidade interiorana.

Entre *estancieros acaudillados* que concentravam o poder provincial, *gauchos* pobres

e indígenas, interpretou de forma magistral as necessidades de sua época e as introduziu de forma sistemática num projeto de poder que se contrapunha ao domínio da cidade-porto Buenos Aires. Sabia que o apoio dos *caudillos* só viria se respeitados os domínios locais, todavia, tinha por certo que a soberania só poderia ser se fossem cuidadas as questões sociais mais urgentes e se os esforços fossem aglutinados contra os inimigos em comum.

Sua política social visava ao mesmo tempo modernizar a estrutura econômica local ao passo que priorizava a inserção das camadas populares mais desprovidas. Sua visão, que toma um claro impulso geopolítico, é a primeira proposta integracionista da América do Sul, onde propunha uma política aduaneira comum, a proteção industrial e o fomento das capacidades defensivas.

Seu pensamento, junto a de outros revolucionários de sua época, influiria tanto no pensamento integracionista sul-americano do século XX (TRIAS, 1978, p. 14) quanto na gênese pensamento geopolítico sul-americano que se daria no mesmo século (FAVARO MARTINS, 2016).

Referências Bibliográficas

Abella, G. (2008). *Artigas, el Resplendor Desconocido*. Editorial El perro y la Rana: Caracas.

Artigas, J. G. (2000). *Obra Selecta*. Fundación Biblioteca Ayacucho: Caracas.

_____. (1813). *Las Instrucciones Del Año Xiii*. 1813. Disponível em: <http://www.artigas.org.uy/fichas/artigas/artigas_instrucciones_04.html>.

Biblioteca de Marcha. (1967). *Colección Los Nuestros*. Nº1. Montevideo.

Cabral, S. (2013). *Artigas y la Patria Grande*. Ediciones Corregidor: Buenos Aires

Camargo, F. (2005). Artiguismo: Projeto e Mito. In: *Anais da XXV Reunião Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*.

Cayota, M. (2010). Un ciudadano ilustre y su inicuo destierro: José Benito Monterroso. *Cuadernos Franciscanos del Sur, Serie "Raíces"*, 8. Disponível em: <<https://issuu.com/arquimvd/docs/monterroso>>.

Favaro Martins, M. A. (2016). *Terra e mar no pensamento geopolítico argentino: da disputa hegemônica no cenário doméstico a sua influência sobre a Geopolítica do Brasil*. Tese de Doutorado. USP.

Ferré, M. (1961). Artigas O La Esfinge Criolla. In: *Semanario Marcha*: Montevideo,1.058.

_____. (1961). *Artigas Y El Revisionismo En El Uruguay - Prólogo A “Artigas. La Revolución De Mayo Y La Unidad Hispanoamericana” de José María Rosa*. Disponible em: <<http://www.metholferre.com/obras/articulos/capitulos/detalle.php?id=152>>

Frega, A. (1994). La constitución de la Banda Oriental como provincia. In: *Historia y Docencia*: Montevideo.

Miranda, H. (1964). *Las Instrucciones del Año XIII*. Ministerio de Instrucción Pública y Previsión Social / Biblioteca Artigas: Montevideo

O'Donnell, P. (2011). *Artigas - La versión Popular de La Revolución de Mayo*. Aguilar: Buenos Aires.

Piqué, E. (2008). *Artigas Señor del Norte - Entre Franciscanos, Indios, Contrabandistas y Masones*. Arca Editorial: Montevideo.

Puntigliano, A. R. (2016). *21st century geopolitics: integration and development in the age of ‘continental states’*. Territory, Politics, Governance.

Reyes, A. W. (1967). Las raíces de la integración federal. *Cuadernos de Marcha*. 04.

Rosa, J. M. (1960). *Artigas y El Revisionismo Histórico*. Fundación Raúl Scalabrini Ortiz Cuaderno n° 2. Disponible em: <www.lagazeta.com.ar/artigas2.htm>.

Trias, V. (1975). *El Paraguay de Francia El Supremo a La Guerra De La Triple Alianza*. Cuaderno de Crisis N° 19.

Varela, A. (1915). *Revoluções Cisplatinas. A República Riograndense*. Chadron: Porto, Portugal.

Zorrilla De San Martín, J. (1964). *La epopeya de Artigas*. Tomo I. Disponible em: <<https://docplayer.es/amp/57919178-La-epopeya-de-artigas.html>>

PROTAGONISMO FEMININO NOS MOVIMENTOS INDÍGENAS NO BRASIL

Joselaine Raquel da Silva¹

Resumo: Nos últimos anos tem crescido a visibilidade da luta das mulheres indígenas no Brasil, e também o protagonismo dessas lideranças femininas dentro dos movimentos sociais em geral, por isso este trabalho tem o objetivo de sintetizar informações sobre o fenômeno do crescimento do protagonismo feminino no Movimento Indígena através de exemplos de coletivos, lideranças, marchas de mulheres indígenas que têm se formado e conquistado visibilidade nas últimas décadas, com o intuito de compreender as posições que essas mulheres ocupam no movimento indígena, suas perspectivas, demandas e reivindicações, além de refletir sobre a presença feminina nesses espaços como ato de resistência e revolução, considerando que alguns movimentos se apropriam do termo feminismo, enquanto outros o rejeitam. Entre os debates as temáticas priorizadas são de empoderamento e participação política, garantia de direitos das mulheres, saúde indígena, o direito à terra e processos de retomada, e a valorização dos conhecimentos tradicionais.

Palavras-chave: Mulheres indígenas; Protagonismo feminino; Lideranças indígenas femininas;

PROTAGONISMO FEMENINO EN LOS MOVIMIENTOS INDÍGENAS EN BRASIL

Resumen: En los últimos años ha crecido la visibilidad de la lucha de las mujeres indígenas en Brasil, y también el protagonismo de esas lideranzas femeninas dentro de los movimientos sociales en general, por ello este trabajo tiene el objetivo de sintetizar informaciones sobre el fenómeno del crecimiento del protagonismo femenino en el Movimiento Indígena a través de ejemplos de colectivos, lideranzas, marchas de mujeres indígenas que se han formado y conquistado visibilidad en las últimas décadas, con el objetivo de comprender las posiciones que esas mujeres ocupan en el movimiento indígena, sus perspectivas, demandas y reivindicaciones, además de reflexionar sobre la presencia femenina en esos espacios como acto de resistencia y revolución, considerando que algunos movimientos se apropian del término feminismo, mientras otros lo rechazan. Entre los debates las temáticas priorizadas son de empoderamiento y participación política, garantía de derechos de las mujeres, salud indígena, el derecho a la tierra y procesos de recuperación, y la valorización de los conocimientos tradicionales.

Palabras clave: Mujeres indígenas; Protagonismo femenino; Lideranzas indígenas femininas;

FEMALE PROTAGONISM IN INDIGENOUS MOVEMENTS IN BRAZIL

Abstract: In recent years, the visibility of the struggle of indigenous women in Brazil has increased, as well as the protagonism of these female leaders within the social movements in general, so this paper aims to synthesize information about the phenomenon of the growth of female protagonism in brazilian indigenous movement through examples of collectives, leaders, and marches of indigenous women that have been formed and gained visibility in recent decades in order to understand the positions that these women occupy in the indigenous movement, their perspectives, demands and claims, also reflect about the feminine presence in these spaces as an act of resistance and revolution, considering that some movements appropriate the term feminism, while others reject it. Among the debates the priority themes are empowerment and political participation, guarantee of women's rights, indigenous health, the right to land and recovery processes, and the valorization of traditional knowledge.

Keywords: Indigenous women; Female protagonism; Indigenous women leaders;

¹ E-mail: jopereira.sm@gmail.com

1. Introdução

As lutas e reivindicações das mulheres indígenas no Brasil têm conquistado visibilidade dentro de outros movimentos sociais, da política e da mídia nas últimas décadas, além de ser perceptível o crescimento do protagonismo das lideranças femininas indígenas nesses mesmos espaços. No entanto, apesar desses movimentos possuírem organizações quase que exclusivamente de mulheres lutando por pautas que afetam principalmente à elas, a maioria não se declara como feminista, por essa razão optei por não utilizar o conceito de “feminismo indígena”, segundo Francesca Gargallo:

[Son] mujeres que buscan una buena vida para las mujeres de su pueblo en relación con los hombres de su pueblo. Su principal lugar de identificación para la acción política, cultural, educativa se halla en grupos mixtos cuyos miembros, más allá del género, comparten una fuerte discriminación u opresión racista por parte del estado nacional y por las mujeres y hombres blancos y blanquizados. Las mujeres indígenas que se niegan a decirse y a que se les llame feministas, pero actúan en favor de las mujeres de su comunidad, rechazan la ubicación en la cultura hegemónica del feminismo como movimiento político. Son casi todas dirigentes de un movimiento político o cultural que hace de la identidad uno de los ejes de su acción política, junto con la reivindicación de la tierra y una ley y una educación propias. (GARGALLO, Francesca, 2014, p. 125)

Como exemplos do fenômeno do aumento do protagonismo dessas mulheres, temos duas personalidades muito notáveis na política, Sônia Guajajara, candidata à vice-presidência da república pelo PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) nas eleições de 2018, e Joênia Wapichana, a primeira mulher indígena a ser eleita deputada federal em toda a história do país, também no ano de 2018, pelo Partido Rede Sustentabilidade.

O objetivo deste artigo é visibilizar as lutas, reivindicações e conquistas dessas coletivas e dessas mulheres, protagonistas de suas próprias vozes e representantes dos povos indígenas dentro e fora de suas comunidades, lutando por respeito às suas identidades e seus territórios, exemplificando através de alguns coletivos, como o "Coletivo de mulheres indígenas Lutar é resistir", a Articulação de Mulheres indígenas do norte do Maranhão (AMIMA), o Movimento de mulheres do Xingu, e a Plenária Nacional de Mulheres Indígenas, que faz parte da programação oficial do Acampamento Terra Livre (ATL).

Também são de grande visibilidade alguns outros movimentos como Organização das Mulheres Indígenas de Roraima (OMIRR), que realiza eventos como o Encontro Regional "A voz das mulheres indígenas na luta pelos seus direitos", recebendo etnias como Saporá,

Taurepang, Wapichana e Macuxi, e a União das mulheres indígenas da Amazônia brasileira (UMIAB), fundada no ano de 2010, que realiza ações principalmente contra o tráfico de mulheres indígenas para trabalhos domésticos urbanos em condições de semi-escravidão, os quais reconheço que também possuem grande relevância e importância para o tema, mas não serão o foco deste trabalho por questões de tempo e amplitude.

As mulheres indígenas são discriminadas duplamente pela sociedade, por ser indígena e por ser mulher, somando-se muitas vezes a questão de classe para as indígenas urbanas, tornando essa parcela da população uma das que mais sofre vulneração de direitos, além disso, essas mulheres não se vêm reconhecidas nas “leis dos brancos”, como a Lei Maria da Penha, fazendo com que elas prefiram aplicar resoluções e punições que passem pelas lideranças indígenas, muitas vezes não denunciando as ocorrências de agressões, estupros, violência doméstica, psicológica, entre outras. O portal de notícias Huffpost Brasil traz alguns dados sobre os casos notificados dessas violências:

No Mato Grosso do Sul, estado com a segunda maior população indígena do País, com 72 mil pessoas, os casos de violência contra a mulher indígena aumentaram em aproximadamente 495%. Em 2010, o número era de 104 agressões físicas. Já em 2014, foram relatadas 619 agressões. Só em 2016, o levantamento da Secretaria de Segurança Pública do mesmo estado mostrou que o número de denúncias de violência contra a mulher na região cresceu 23,1% no primeiro semestre daquele ano em relação ao mesmo período em 2015. (Huffpost Brasil, 2016)

Dado à esse aumento da violência de gênero - juntamente com outras violências - viu-se a necessidade da criação de movimentos de mulheres indígenas e mobilizações que priorizassem essas pautas, especialmente a interseccionalidade entre o combate à violência de gênero e a demarcação dos territórios ancestrais indígenas, já que elas não eram representadas no movimento indígena, nem no movimento feminista liberal, e ainda menos nas políticas públicas.

O Estado tem que entender que a demarcação de terras é uma pauta de enfrentamento a violência contra as mulheres, porque é a terra que garante uma reestruturação das comunidades indígenas. Sem terras reconhecidas, o que acontece é um efeito cascata de violência e a parte mais vulnerável é a mulher. A demarcação é uma pauta de gênero e de defesa das mulheres indígenas. (GIMENES, 2016, entrevista ao Huffpost Brasil)

2. Coletivo de mulheres indígenas “Lutar é resistir”

O Coletivo de mulheres indígenas “Lutar é resistir” é um movimento de mulheres indígenas da capital do estado de São Paulo, que realiza diversas atividades coletivas, e organiza marchas anualmente desde 2017, em homenagem ao Dia internacional da mulher indígena - comemorado em 5 de setembro em homenagem à Bartolina Sisa, mulher quéchua esquartejada no Alto Peru durante a rebelião de Túpaj Katari. No ano de 2018 realizou-se o Encontro estadual de mulheres indígenas de São Paulo, que ocorreu entre os dias 01 e 03 de setembro na aldeia do Pico do Jaraguá, tendo seu encerramento na marcha de 5 de setembro, e reunindo cerca de 200 mulheres, entre elas mulheres das 5 regiões do estado e de outros estados do Brasil de diversas etnias (Guarani-mbyá, Pataxó, Terena, Wapichana, Guarani Kaiowá, Tapajó, Guarani Nhandeva, Kaingang, Tabajara, Guarani-Canindé, Kaimbé, Pankarare, Kalapalo, Maxacali, Xucuru, Tupy Guarani, Pankará, Tupinambá, Guajajara, Xavante, Xucuru Kariri, Payayá, Pipipã, Pankararu, Bororo, Kariri-Xocó, Kariri, Tikuna e Parintintin) e de outros países de Abya Yala e do mundo, entre elas mulheres Mapuche, Aymará, refugiadas da Síria, Haiti, Palestina e Zulu da África do Sul.

O encontro promoveu trocas de saberes e epistemologias de cura, educação e tradições, e ao final do encontro a coletiva produziu o “Manifesto do Encontro de mulheres indígenas no estado de São Paulo”, no qual foram exigidas algumas reivindicações, como o reconhecimento do direito às terras, à moradia, sustentabilidade, ancestralidade da cultura, respeito aos sábios e sábias e ao desenvolvimento da autonomia dos povos originários, além do repúdio ao Marco Temporal de 1988, e à qualquer forma de machismo patriarcal ocidental, pedindo também a criação de um Conselho Estadual de Mulheres Indígenas, e o reconhecimento do mês de setembro como Mês das mulheres indígenas na agenda nacional. Elas afirmam no manifesto: “Nós mulheres indígenas estamos unidas na luta por nossos direitos e não admitimos a prática do colonialismo, do capitalismo e do patriarcado em nossos modos de vida. Exigimos que nossas demandas sejam atendidas!”.

Imagem 1: Mulher indígena no Encontro estadual de mulheres indígenas no estado de São Paulo



Foto: Tenonderã Ayvu (2018)

3. Articulação de mulheres indígenas do norte do Maranhão (AMIMA)

A Articulação de mulheres indígenas do norte do Maranhão (AMIMA) reúne mulheres para debater acerca de temáticas como direitos humanos e das mulheres em busca de resoluções, as integrantes pertencem às etnias Awá, Guajajara, Ka'apor, Gavião, Krikati, Gamella, Kreniê, Krepum e Kanela. A AMIMA organizou até o presente momento 2 encontros regionais, o I Encontro da Articulação de mulheres indígenas do norte do Maranhão e o II Encontro na Região Norte da AMIMA - Mulheres indígenas pelo bem viver.

O I Encontro foi realizado pela AMIMA em 2017, em parceria com as Guerreiras da Floresta (grupo de 32 mulheres Guajajara que atuam na preservação de seu território e cultura em conjunto com os guardiões), a Associação Indígena Wizaru, com o apoio da FUNAI, do Fundo Socioambiental Casa, do Centro de Trabalho Indigenista e do Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), ocorreu na aldeia Maçaranduba, Terra Indígena Caru, reunindo mais de 200 lideranças, e durante o debate as pautas prioritárias foram de combate à violência contra as mulheres, saúde e educação indígena, usos tradicionais dos alimentos, desafios e impactos no cotidiano das professoras indígenas, ações de proteção territorial e restauração e preservação ambiental e a geração de renda a partir do uso sustentável dos bens naturais.

Já o II Encontro ocorreu entre os dias 23 e 26 de julho de 2018, na aldeia Guajajara “Januária”, localizada na cidade de Bom Jardim (MA), o evento contou com cerca de 150 mulheres das etnias Awá-Guajá, Guajajara, Ka'apor, Gavião, Krikati, Krepym-Katejê e Krenyê, e teve o apoio da FUNAI, da Coordenação Regional do Maranhão, da Coordenação

Geral de Promoção à Cidadania, e de lideranças e caciques da TI Rio Pindará, das Associações Indígenas Mayumy e Wizardu, da Coordenação das Organizações e Articulações dos Povos Indígenas do Maranhão (COAPIMA), do Instituto Makarapy, da Prefeitura de Bom Jardim (MA) e da Companhia Energética do Maranhão (CEMAR).

O tema do evento foi “Mulheres Indígenas pelo Bem Viver”, e as principais pautas a serem debatidas foram, como no evento anterior, violência contra a mulher, saúde, segurança e educação, com algumas pautas novas como a necessidade de mulheres nos espaços de poder e decisão e de gestão ambiental e territorial, além da temática da segurança alimentar. As participantes se comprometeram a levar as discussões e resoluções para as outras mulheres de suas aldeias ou centros urbanos, buscando o fortalecimento da AMIMA e a implementação de políticas públicas que devem ser articuladas com os governos locais, estadual e federal, entre outras organizações.

Imagem 2: Mulheres indígenas no II Encontro na Região Norte da AMIMA



Foto: CR Maranhão (2018)

4. Movimento de mulheres do Xingu

O Movimento de mulheres do Xingu é conformado por mulheres das mais distintas etnias (Mehinako, Yawalapiti, Waurá, Kamayurá, Aweti, Kuikuro, Kalapalo, Nafukuá, Matipu, Kawaiwete, Yudjá, Tapayuna, Kisedje, Ikpeng, Trumai, Narowôto e Munduruku) e se ramifica em outras várias coletivas, por conta da vasta extensão do território considerado como Parque Indígena do Xingu (PIX), demarcado em 1961, com uma área de 2,8 milhões de hectares, que abarca a região norte do estado de Mato Grosso na transição entre os biomas do cerrado e da

floresta amazônica, cortada pelos rios formadores do Xingu, abrigando 8 mil pessoas e 16 povos. No entanto, desde sua homologação o PIX tem sofrido ameaças, principalmente com as taxas de 40% de desmatamento pelos madeireiros ao redor das nascentes do Rio Xingu nos últimos 20 anos (Revista Marie Claire, 2019), até a saída dos médicos cubanos do Programa Mais Médicos em 2019, impulsionada por Bolsonaro, fragilizando a saúde das mulheres, crianças, homens e idosos residentes.

Imagem 3: Mapa do Parque Indígena Xingu (PIX)



Foto: Revista Planeta (2016)

As xinguanas e os xinguanos estão desenvolvendo projetos de autogestão do território desde 2017, e alguns dos que envolvem e são protagonizados por mulheres são:

- Produção e comercialização de variedades de pimentas tradicionais pelas mulheres Wauja;

Imagem 4: Mulheres Wauja participam de oficina sobre boas práticas no manejo de pimentas



Fonte: Socioambiental (2018)

- O plantio de pequi em consórcio com pastagens para a produção de óleo de pequi (Hwĩn Mbê) pelas mulheres Kisêdjê;

Imagem 5: Mulheres Kisêdjê realizam a coleta de pequi para a produção de óleo



Fonte: Socioambiental (2018)

- A coleta de sementes pelas mulheres Ikpeng, as Yarang, usadas para a restauração de áreas degradadas.

Imagem 6: Mulheres Yarang realizam a coleta de sementes no PIX



Fonte: Medium (2019)

As Yarang (formiga cortadeira em língua Ikpeng - representando o trabalho de formiguinha) têm ganhado bastante visibilidade ultimamente por conta da coleta de sementes, que é uma atividade importante para a obtenção de renda e a articulação comunitária, além do fator da reflorestação das nascentes do Rio Xingu, que lhes causa muito orgulho e comoção, a renda adquirida com a comercialização das sementes passa pelo planejamento familiar e se transforma em investimentos, como a compra de barcos, carroças, bicicletas, etc. Enquanto coletam, as Yarang cantam a seguinte canção:

Cantar, beneficiar, armazenar

Vamos convidar as pessoas para ver nosso plantio

Venham ver nosso plantio

Sempre animadas, as mais adoradas

Arayó

Venham ver nosso plantio.

(MULHERES YARANG, 2019, entrevista ao Instituto Socioambiental)

Essas mulheres conformaram um núcleo do Território Indígena do Xingu (TIX) da Associação Rede de Sementes do Xingu, em conjunto com as e os Wauja, Kawaiwete, Matipu

e Yudja (esse trabalho é feito principalmente, mas não somente pelas mulheres), iniciativa que se tornou a maior rede de comercialização de sementes nativas do Brasil. A associação conta com 65 mulheres, completou 10 anos em 2019 e ganhou um vídeo de aniversário e uma festa com 150 convidados. Em entrevista ao Instituto Socioambiental, Koré Ikpeng, liderança Yarang da aldeia Arayó comenta:

Vimos para conversar, trocar ideias. É uma atividade coletiva, de união das mulheres. A gente incentiva, ensina os conhecimentos sobre sementes para os jovens. E não é só as meninas que trabalham. Os meninos também. Meus netos estão aí. A gente orienta, a gente convida, eles vão aprendendo. (IKPENG, Koré, 2019, entrevista ao Instituto Socioambiental)

Watatakalu Yawalapiti, coordenadora do departamento de mulheres da Associação Terra Indígena Xingu (ATIX), também em entrevista ao Instituto Socioambiental, reforça: “Seja com a comercialização de sementes, artesanato, pimenta, sal de aguapé ou pequi, o objetivo é o fortalecimento das mulheres”.

Além disso, as mulheres xinguanas ganharam um filme-manifesto, chamado “Gigantes pela própria natureza”, dirigido por João Unzer e Rogo de Castro, filmado durante o I Encontro de Mulheres do Xingu, organizado pela liderança Watatakalu Yawalapiti, que ocorreu no PIX, no Mato Grosso. O filme teve sua estreia no Memorial dos Povos Indígenas em Brasília, durante o Acampamento Terra Livre de 2019, e o trailer tem sido amplamente divulgado e compartilhado nas redes sociais na tentativa de amplificar as vozes das mulheres do Xingu e arrecadar fundos para o movimento.

5. Acampamento Terra Livre - Plenária nacional das mulheres indígenas

A Plenária nacional das mulheres indígenas integra a programação do Acampamento Terra Livre (ATL) desde 2017, com o apoio e financiamento da ONU Mulheres Brasil. Em 2016, as mulheres indígenas tiveram pela primeira vez um espaço para pensar em pautas nacionais dentro do ATL, daí foi elaborada a Carta das Mulheres Indígenas. Esse financiamento também gerou a produção de um documentário, chamado “Mulheres indígenas: Vozes por direitos e justiça”, desenvolvido através do projeto Vozes das Mulheres Indígenas, e produzido pelo Grupo temático de gênero, raça e etnia da ONU Brasil e Centro de Informações das Nações

Unidas para o Brasil - UNIC Rio, ajudando na divulgação e popularização da causa das mulheres indígenas no Brasil.

Durante a Plenária nacional das mulheres indígenas de 2019, foi decidida a realização da Marcha das mulheres indígenas, que teve sua primeira edição no ano de 2019 durante os dias 9 a 13 de agosto com o tema "Território, nosso corpo, nosso espírito", reunindo cerca de 3.000 mulheres de mais de 130 etnias, que se juntaram à Marcha das Margaridas no dia 14 de agosto, somando aproximadamente 100.000 participantes, autodenominadas mulheres dos campos, das florestas e das águas, que lutam por seus direitos territoriais e de gênero, configurando a maior marcha de mulheres de toda a América Latina.

Imagem 7: Plenária das mulheres indígenas no ATL



Fonte: Mídia Ninja (2019)

Após a I Marcha das mulheres indígenas, foi divulgado o documento final, intitulado “O território é nossa vida”, no qual as indígenas exigem reivindicações e reafirmam sua posição em conjunto com os homens indígenas, em busca de uma coletividade como modo de vida em que ambas as sabedorias, feminina e masculina, sejam valorizadas e complementares:

A Marcha das Mulheres Indígenas foi pensada como um processo, iniciado em 2015, de formação e empoderamento das mulheres indígenas. Ao longo desses anos dialogamos com mulheres de diversos movimentos e nos demos conta de que nosso movimento possui uma especificidade que gostaríamos que fosse compreendida. O movimento produzido por nossa dança de luta, considera a necessidade do retorno à complementaridade entre o feminino e o masculino, sem, no entanto, conferir uma essência para o homem e para a mulher. O machismo é mais uma epidemia trazida pelos europeus. Assim, o que é considerado violência pelas mulheres não indígenas pode não ser considerado violência por nós. Isso não significa que fecharemos nossos olhos para as violências que reconhecemos que acontecem em nossas aldeias, mas sim que precisamos levar em consideração e o intuito é exatamente contrapor, problematizar e trazer reflexões críticas a respeito de práticas cotidianas e formas de organização política contemporâneas entre nós. Precisamos dialogar e fortalecer a

potência das mulheres indígenas, retomando nossos valores e memórias matriarcais para podermos avançar nos nossos pleitos sociais relacionados aos nossos territórios. (O Território é nossa vida, 2019)

Imagem 7: Marcha das mulheres indígenas



Fonte: Huffpost Brasil (2019)

Considerações finais

As mulheres indígenas brasileiras, em conjuntos com os homens indígenas, formaram um grupo de 7 lideranças que realizaram durante os dias 17 de outubro e 20 de novembro de 2019 a Jornada Sangue Indígena: nenhuma gota a mais, o evento foi uma das ações pautadas pela agenda do “Janeiro Vermelho”, em reconhecimento à luta indígena e combate ao genocídio, e consistiu em mobilizações por 12 países da Europa, 18 cidades em 35 dias, encontros com os governos, líderes sociais, universidades, empresas privadas, entre outros, para denunciar a violação dos direitos dos povos indígenas no Brasil, e também o assassinato de inúmeras lideranças indígenas. A jornada se opõe às medidas anti-indígenas tomadas por Jair Bolsonaro, principalmente a MP 870, que transfere da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) a responsabilidade sobre o reconhecimento e a demarcação de terras indígenas, entre as lideranças, as mulheres que estão levando essa mensagem à Europa são Sônia Guajajara, Angela Kaxuyana e Célia Xakriabá.

As mobilizações atuais também incluem o pré evento para a COP 25 (a Conferência das Partes é o órgão de decisão suprema da Convenção Marco das Nações Unidas sobre mudanças climáticas), um encontro no campus da Universidade Federal do Pará (UFPA), na cidade de Altamira (PA), denominado “Amazônia: centro do mundo”, que ocorreu durante os dias 17, 18

e 19 de novembro de 2019, e uniu indígenas, ribeirinhos, pesquisadores, ambientalistas e outros movimentos sociais. A cidade de Altamira já contemplou outro grande evento, no ano de 1989, o 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, e atualmente recebeu ativistas muito conhecidos, como o Cacique Raoni, a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, Antonio Nobre, pesquisador e ativista pelo clima amazônico, e também o Movimento/Coletivo de Mulheres do Xingu, que ajudou na organização do evento, os presentes dialogaram em busca de soluções sustentáveis para o equilíbrio climático.

Além disso, as mulheres indígenas do Brasil e de toda Abya Yala lançaram um chamado através do link na rede social Facebook, no perfil de Sônia Guajajara: <<https://www.facebook.com/GuajajaraSonia/videos/2115566352072515/?v=2115566352072515>> convocando a participação de todas as mulheres indígenas que pudessem comparecer na COP 25, que aconteceria no Chile de 2 a 13 de dezembro de 2019, para uma ação global em defesa do clima, que culminaria em uma marcha na capital Santiago do Chile, no dia 7 de dezembro. Infelizmente, devido à situação caótica em que o Chile se encontra por causa da violência policial nos protestos contra o neoliberalismo e a desigualdade social, o presidente Piñera pediu a mudança da sede do evento, que passará a ocorrer em Madrid, dificultando a presença das mulheres indígenas brasileiras e latinoamericanas. É importante mencionar também que os protestos no Chile são apenas uma parte de um grande levante popular latinoamericano de manifestações e tomada de poder pelo povo insatisfeito no segundo semestre de 2019 em diversos países além do Chile, como Haiti, Bolívia, Equador e Colômbia, nos quais as mulheres, e especialmente as mulheres indígenas, estão tendo um papel fundamental.

No Chile, os protestos começaram depois do aumento de cerca de R\$0,15 da passagem do ônibus, mas também são contra o neoliberalismo instaurado desde a ditadura de Pinochet com medidas como a privatização da saúde, educação e previdência social, gerando cada vez mais desigualdade social, as principais reivindicações do povo chileno são a revogação do aumento da passagem do transporte público, a renúncia de Andrés Chadwick, ministro do Interior e de Segurança Pública (que já foi atendida, na reforma do dia 25 de outubro de 2019, na qual o presidente mudou 8 nomes do gabinete de ministros) e a convocação de uma nova Assembleia Constituinte - já que a antiga vigora desde a ditadura militar - para isso será realizado um plebiscito de consulta em Abril de 2020. Piñera tomou a decisão de instalar estado de emergência e toque de recolher, medidas que não eram utilizadas desde a redemocratização, além disso, outro fator alarmante foi a violência policial contra os manifestantes, que deixou

até o presente momento 23 mortos, 2500 feridos, 6300 detidos e 230 pessoas cegas e que perderam um olho, atingidas por balas de borracha ou chumbo.

Contudo, comprova-se que as mulheres indígenas e seus movimentos ganharam muita força, visibilidade e apoio nas últimas décadas, e apesar de ainda sofrerem muito preconceito, discriminação e violências interseccionais de diversos tipos dentro e fora de suas comunidades, não deixam de lutar por seus direitos e de seus descendentes, especialmente à equidade de gênero e à retomada territorial, sendo esta uma parcela importantíssima da população nas mobilizações contra o Estado, o capitalismo e o patriarcado, por sempre terem vivido às suas margens, como temos visto nas mobilizações no Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, entre tantos outros.

REFERÊNCIAS

¿QUÉ es la COP?. COP 25. 2019. Disponível em: <https://www.cop25.cl/#/equipo-y-presidencia>. Acesso em: 18 nov. 2019.

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?**. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2018.

AMIMA realiza I Encontro de Articulação de mulheres indígenas do Norte do Maranhão. **Fundação Nacional do Índio**. 2017. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/4678-amima-realiza-i-encontro-de-articulacao-de-mulheres-indigenas-do-maranhao?highlight=WyJwcm90ZVx1MDBIN1x1MDBIM28iLCJ0ZXJyaXRvcmlhbCIsInBvb3RlXHUwMGU3XHUwMGUzbyB0ZXJyaXRvcmlhbCJd>. Acesso em: 17 nov. 2019.

ANTES da COP 25, evento quer colocar a Amazônia no centro do mundo. **Movimento Xingu Vivo para sempre**. 2019. Disponível em: <http://www.xinguvivo.org.br/2019/11/08/antes-da-cop-25-evento-quer-colocar-a-%EF%BB%BFamazonia-centro-do-mundo/>. Acesso em: 17 nov. 2019.

AS Guerreiras da Floresta: coragem e luta das Guajajara. **Amazônia Real**. 2019. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/as-guerreiras-da-floresta-coragem-e-luta-das-guajajara/> . Acesso em: 17 nov. 2019.

AS histórias das mulheres líderes do território Xingu. **Revista Marie Claire**. 2019. Disponível em: <https://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2019/08/historias-das-mulheres-lideres-do-territorio-xingu.html>. Acesso em: 17 nov. 2019.

ATL 2019: Mulheres indígenas forte na luta. **Mobilização nacional indígena**. 2019. Disponível em: <https://mobilizacao nacionalindigena.wordpress.com/2019/04/26/atl-2019-mulheres-indigenas-fortes-na-luta/>. Acesso em: 17 nov. 2019.

ELAS nunca vão andar sozinhas. **Medium**. 2019. Disponível em: <https://medium.com/@socioambiental/elas-nunca-v%C3%A3o-andar-sozinhas-79e08853f35c>. Acesso em: 17 nov. 2019.

CMNUCC confirma la realización COP25 en Madrid. **COP 25**. 2019. Disponível em: https://www.cop25.cl/?fbclid=IwAR0sGQ-bLN8u1hmTMB0gadUdNo-K4NcJ0qpqWSwIibV6_xTqNsLGKpd_71E#/cop-news/8fQXDkVIaIJLHJT5Rje1. Acesso em: 18 nov. 2019.

ELAS nunca vão andar sozinhas. **Realização: Movimento das Mulheres Yarang, Associação Rede de Sementes do Xingu, Associação Indígena Moygu Comunidade Ikpeng**. Parceiro: Associação Terra Indígena do Xingu. Produção local: Dannyel Sá e Oreme Ikpeng. Apoio na produção local: Tatiane Ribeiro. Reportagem: Roberto Almeida. Vídeo: Fernanda Libague. Parque Indígena Xingu. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=V9NjWUTKvho>. Acesso em: 17 nov. 2019.

GARGALLO, Francesca. **Feminismos desde Abya Yala**: ideas y proposiciones de las mujeres de 607 pueblos en nuestra América. Ciudad de México: Editorial Corde y Confección. 2014. 271p.

GUERREIRAS da Floresta. **Direção: Erisvan Guajajara**. Produção: Amazônia Real. Maçaraduba - Terra Indígena Caru (MA). Coordenação: Kátia Brasil. Edição: Erisvan Guajajara e Mídia Índia. Roteiro e reportagem: Erisvan Guajajara. Música: Guajajara. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=i72eHKFozdU>. Acesso em: 17 nov. 2019.

II ENCONTRO na Região Norte da AMIMA - mulheres indígenas pelo bem viver. **Fundação Nacional do Índio**. 2018. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/4992-ii-encontro-na-regiao-norte-da-amima-mulheres-indigenas-pelo-bem-viver>. Acesso em: 17 nov. 2019.

MAIS de 200 pessoas perderam visão em protestos no Chile. **G1**. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/11/15/mais-de-200-pessoas-perderam-visao-em-protestos-no-chile.ghtml>. Acesso em: 18 nov. 2019

MANIFESTO do Encontro de mulheres indígenas no estado de São Paulo. **Rádio Yandê**. 2018. Disponível em: http://radioyande.com/default.php?pagina=blog.php&site_id=975&pagina_id=21862&tipo=post&post_id=850 . Acesso em: 17 nov. 2019.

MARCHA das mulheres indígenas divulga documento final: “O território é nossa vida”. **Brasil de fato**. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/08/15/mulheres-indigenas-o-territorio-e-nossa-vida-nosso-corpo-e-nosso-espírito/>. Acesso em: 17 nov. 2019.

MOVIMENTO Mulheres do Xingu ganha filme-manifesto. **Grandes nomes da propaganda**. 2019. Disponível em: <https://grandesnombresdapropaganda.com.br/produtora/movimento-mulheres-do-xingu-ganha-filme-manifesto/>. Acesso em: 17 nov. 2019.

MULHERES indígenas encerram encontro em São Paulo. **SP Bancários**. 2018. Disponível em: <https://spbancarios.com.br/09/2018/mulheres-indigenas-encerram-encontro-em-sao-paulo>. Acesso em: 17 nov. 2019.

MULHERES indígenas lançam chamado global por Ação pelo Clima. **Facebook**. 2019. Disponível em: <https://www.facebook.com/GuajajaraSonia/videos/2115566352072515/?v=2115566352072515>. Acesso em: 17 nov. 2019.

MULHERES indígenas. **ONU Mulheres**. 2018. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/mulheres-indigenas/>. Acesso em: 17 nov. 2019.

MULHERES indígenas organizam plenária na programação oficial do Acampamento Terra Livre. **ONU Mulheres**. 2017. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/mulheres-indigenas-organizam-plenaria-na-programacao-oficial-do-acampamento-terra-livre/>. Acesso em: 17 nov. 2019.

MULHERES Indígenas: Vozes por Direitos e Justiça. **Direção: ONU Brasil**. Produção: Grupo temático de gênero, raça e etnia da ONU Brasil. Centro de Informações das Nações Unidas para o Brasil - UNIC Rio. Brasília (DF). 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JzCGYrzdX3g>. Acesso em: 3 mai. 2019.

PARQUE indígena do Xingu comemora 57 anos. **Instituto Socioambiental**. 2018. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-xingu/parque-indigena-do-xingu-comemora-57-anos>. Acesso em: 17 nov. 2019.

PINTO, Alejandra Aguilar. **Reinventando o feminismo**: as mulheres indígenas e suas demandas de gênero. In: Fazendo Gênero 9 Diásporas, Diversidades e Deslocamentos, Florianópolis, Ago 2010.

POR que a violência contra as mulheres indígenas é tão difícil de ser combatida no Brasil. **Huffpost Brasil**. 2016. Disponível em: https://www.huffpostbrasil.com/2016/11/25/por-que-a-violencia-contra-mulheres-indigenas-e-tao-dificil-de-s_a_21700429/ . Acesso em: 17 nov. 2019.

PROTESTOS no Chile: o que está acontecendo?. **Politize**. 2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/protestos-no-chile/>. Acesso em: 18 nov. 2019.

SACCHI, Ângela; GRAMKOW, Márcia Maria. (Orgs.). **Gênero e povos indígenas**: coletânea de textos produzidos para o "Fazendo Gênero 9" e para a "27ª Reunião Brasileira de Antropologia". - Rio de Janeiro, Brasília: Museu do Índio/ GIZ / FUNAI, 2012.

SACCHI, Angela. (2014). **Violências e Mulheres Indígenas**: justiça comunitária, eficácia das leis e agência feminina. Patrimônio e memória (UNESP), v. 10, p. 62-74, 2014.

SANGUE indígena: nenhuma gota mais. **Articulação dos povos indígenas do Brasil**. 2019. Disponível em: <http://apib.info/2019/01/10/sangue-indigena-nenhuma-gota-a-mais/?fbclid=IwAR14Ui9FopAut0TKBFJZBcpDFdAGhMWny6zqX9JRE3XAMsj-KJwar4Nh8xM>. Acesso em: 18 nov. 2019.

SEGATO, Rita. **Género y colonialidad**: en busca de claves de lectura y de un vocabulario estratégico descolonial. Young, Iris Marion, 2000. Inclusion and democracy. New York: Oxford University Press.

MÃES NOS MOVIMENTOS SOCIAIS: UM ESTUDO COMPARADO SOBRE AS MÃES DA PRAÇA DE MAIO E OS CLUBES DE MÃES DA ZONA SUL DE SÃO PAULO

Juddy Garcez Moron¹

Resumo: O período ditatorial no Brasil e na Argentina foi marcado tanto pela opressão, quanto pela resistência. Muitos movimentos sociais surgiram nesse contexto, destacando-se, dentro deles, os agrupamentos de mães. Pensando especificamente nesses grupos, o objetivo desse trabalho é, então, fazer uma análise das Mães da Praça de Maio e os Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo através de um estudo comparado, onde serão observados os perfis dessas mães, o surgimento desses grupos e a caracterização das demandas dessas mulheres. O presente texto é fruto de uma pesquisa ainda em desenvolvimento e justifica-se ser estudado devido a necessidade que há em se debater onde estão as mães nos movimentos sociais. Para tanto, como caminho metodológico, realizou-se a leitura crítica do surgimento desses grupos a partir do período ditatorial, tanto na Argentina como no Brasil, através de fontes secundários e de auxílio bibliográfico, fragmentando-se o artigo em três seções: contextualização histórica, perfil das mães e formação dos grupos e natureza das reivindicações e formas de atuação.

Palavras-chave: Movimentos sociais; grupos de mães; Mães da Praça de Maio; Clube de Mães da Zona Sul de São Paulo.

MADRES EN MOVIMIENTOS SOCIALES: UN ESTUDIO COMPARATIVO DE LAS MADRES DE LA PRAÇA DE MAIO Y LOS CLUBES DE MADRES DE LA ZONA SUR DE SÃO PAULO

Resumen: El período dictatorial en Brasil y Argentina estuvo marcado por la opresión y la resistencia. Muchos movimientos sociales surgieron en este contexto, destacando dentro de ellos las agrupaciones de madres. Pensando específicamente en estos grupos, el objetivo de este trabajo es, entonces, hacer un análisis de las Madres de Plaza de Mayo y los Clubes de Madres de la Zona Sur de São Paulo a través de un estudio comparativo, donde se observarán los perfiles de estas madres, el surgimiento de estos grupos de madres y la caracterización de las demandas de estas mujeres. Este texto es el resultado de una investigación aún en desarrollo y está justificado para ser estudiado debido a la necesidad de discutir dónde están las madres en los movimientos sociales. Por lo tanto, como camino metodológico será hecho la lectura crítica de la aparición de estos grupos desde el período dictatorial, tanto en Argentina como en Brasil, a través de fuentes secundarias y ayuda bibliográfica, dividió el artículo en tres secciones: contextualización histórica, perfil de las madres y formación de grupos y naturaleza de los reclamos y formas de actuar.

Palabras clave: Movimientos Sociales; Grupos de madres; Madres de la Plaza de Mayo; Club de Madres de la Zona Sur de São Paulo

MOTHERS IN SOCIAL MOVEMENTS: A COMPARATIVE STUDY OF THE MOTHERS OF PRAÇA DE MAIO AND THE MOTHERS CLUBS OF THE SOUTH ZONE OF SÃO PAULO

Abstract: The dictatorial period in Brazil and Argentina was marked by both oppression and resistance. Many social movements emerged in this context, among them the groupings of mothers. Thinking specifically about

¹ Graduada em Relações Internacionais pela Faculdade do Instituto Nacional de Pós-Graduação (INPG). Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI) pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Email: juddygarcez@hotmail.com

these groups, the objective of this work is, then, to make an analysis of the Mothers of May Square and the Mothers Clubs of the South Zone of São Paulo through a comparative study, where it will be observed the profiles of these mothers, the emergence of these groups of mothers and the characterization of the demands of these women. This text is the result of a research still under development and is justified to be studied due to the need to discuss where mothers are in social movements. Therefore, as a methodological path, the critical reading of the emergence of these groups from the dictatorial period was carried out, both in Argentina and Brazil, through secondary sources and bibliographic help, breaking the article into three sections: historical contextualization, profile of mothers and formation of groups, nature of claims and ways of acting.

Keywords: Social movements; Groups of mothers; Mothers of May Square; Mothers Club of the South Zone of São Paulo

1. Introdução

Muito se fala acerca das ditaduras brasileira e argentina. Os estudos acerca dos regimes ditatoriais e até mesmo dos grupos de resistência são vastos. Entretanto, nesse mesmo contexto há outros grupos menos ou quase nada explorados. Movimentos de mulheres, em sua maioria, que foram pouco abordados se comparados aos grupos de resistência e guerrilha de forma mais ampla.

No que tange aos movimentos de mulheres, há uma grande variedade deles. A maioria militava, nesse cenário e ainda hoje, em uma luta feminista, trazendo questionamentos sobre uma multiplicidade de assuntos. Nesse contexto, a queda do regime ditatorial, o fim da tortura e do desaparecimento e morte de opositores do governo, bem como a restauração da democracia figuravam como pauta essencial desses movimentos.

Contudo, outras mulheres, em diferentes realidades, ainda que inseridas nesse mesmo momento histórico, formavam grupos que exigiam, frente ao Estado, serem ouvidas. Essas mulheres são mães que organizavam encontros e que, posteriormente, associaram-se em diferentes movimentos. No presente estudo, os dois grupos de mães escolhidos para uma análise comparada são os Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo e as Mães da Praça de Maio.

O presente artigo é fruto de uma pesquisa em andamento, portanto não objetiva esgotar o assunto, mas antes fazer uma breve discussão acerca das diferenças e semelhanças entre as mulheres que faziam e/ou fazem parte dos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo e das Mães da Praça de Maio. A principal justificativa dessa análise se dá na necessidade de há de se debater o lugar das mães nos movimentos sociais, bem como a compreensão dessa luta, tendo em vista que ainda hoje a maternidade é vista como uma sina da mulher e abordada de maneira acrítica em diferentes estudos.

Para cumprir com o objetivo, o método escolhido foi a leitura crítica sobre os grupos aqui estudados, pautada na bibliografia do tema e em fontes secundárias. O artigo está dividido em três seções, sendo a primeira uma breve contextualização histórica; a segunda uma análise acerca da formação dos grupos e perfil das mulheres dos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo e das Mães da Praça de Maio; e a terceira, observações acerca da caracterização das demandas e atuação das mulheres partes desses dois grupos.

2. Contextualização histórica

A América Latina foi marcada por um período ditatorial nas décadas de 60 e 70, concomitantemente a um cenário internacional marcado pela Guerra Fria. Com o final da Segunda Guerra Mundial, o mundo foi dividido em duas grandes zonas de influência: a estadunidense e a soviética. Nessa ordem bipolar, alguns fatores foram determinantes para a atitude dos Estados Unidos com relação a América Latina: a necessidade de manutenção de sua influência na área, a vitória da Revolução Cubana e a derrota sofrida na Guerra do Vietnã. (MARCOS, 2008)

Conforme apontado por Rapoport e Laufer (2000), o cenário internacional foi marcado, nessa conjuntura, pelo crescente protagonismo dos países “terceiro-mundistas” através de um amplo movimento anti-imperialista, anticolonialista e pela formação do Movimento dos Países Não-Alinhados. Simultaneamente a esses acontecimentos, os blocos estadunidense e soviético enxergavam em si fissuras profundas e de difícil remediação.

O território latino-americano configurava um ponto específico da disputa dicotômica entre as forças estadunidenses e russas. A economia atrasada e a disparidade entre as relações econômicas firmadas com as grandes potências resultaram, já na década anterior, na eclosão de uma ampla mobilização social em vários países dessa região. Propostas políticas que abordavam o nacionalismo e o populismo, em maior ou menor escala, questionavam o subdesenvolvimento e a dependência, oferecendo novos caminhos na busca por avanços econômicos e sociais. (RAPOPORT; LAUFER, 2000)

A Revolução Cubana de 1959, que teve como resultado a vitória de um modelo contrário ao estadunidense, causou grandes impactos na América Latina. A partir desse momento a atenção de Washington voltou-se de forma mais intensa para região, que cada vez mais demonstrava a presença de insurreições sociais heterogêneas, com grupos reformistas ou revolucionários. A propensão ao nacionalismo econômico de alguns governantes também figurava como cerne da preocupação dos Estados Unidos, tendo alguns dirigentes relacionado essas tendências latino-americanas a uma penetração soviética no território, identificando o acontecimento como uma “infiltração comunista”. (RAPOPORT; LAUFER, 2000)

A política externa estadunidense foi, então, endurecida. Tendo como base sua doutrina ideológica, os Estados Unidos firmaram pactos bilaterais de assistência que serviram para

financiar operações de golpes encobertos no Brasil e na Argentina. Com a intensificação da escalada militar norte-americana no Vietnã e com o aprofundamento do confronto bipolar, os países latino-americanos se viram ainda mais cativos da Guerra Fria. (RAPOPORT; LAUFER, 2000)

A dimensão continental das políticas norte-americanas para os países do Cone Sul se traduziu em uma generalizada adoção por suas Forças Armadas da doutrina militar propugnada a partir do National War College, centrada no combate ao “inimigo interno”. Os Exércitos latino-americanos deveriam reforçar sua função de garantes da ordem econômica e social. A “defesa do mundo ocidental” – sob a coordenação dos E.U. A – substituiu o princípio da defesa nacional, cujos interesses eram identificados com os da potência líder do “mundo livre”. (RAPOPORT; LAUFER, 2000, p.71)

Os Estados Unidos criaram, então, uma espécie de ideologia, a Doutrina da Segurança Nacional (DSN). As ditaduras militares foram inseridas, então, nesse cenário: ligavam-se a um modelo econômico político, social e cultural verticalizado, que visava suprimir a participação popular nas decisões políticas. Segundo Marcos (2008, p.89, tradução minha) “Para implantação desse modelo foram utilizados os exércitos latino-americanos, que o impôs através do uso do terrorismo de Estado.”

Foi possível, através da DSN, redefinir quem era o inimigo passível de perseguição e eliminação. A ideia de um “inimigo interno” foi amplamente difundida, sendo apreendida no imaginário social como a busca pelo fim do “fantasma do comunismo”. No Brasil, Argentina, Chile e Uruguai passou-se, então, a busca por expurgar determinados indivíduos e grupos sociais que maculavam os “valores tradicionais”, a serem entendidos como família, religião, propriedade privada e a própria ordem instituída. (MARCOS, 2008).

Segundo Azevedo e Sanjurjo (2013), as Doutrinas de Segurança Nacional eram voltadas para o combate à oposição política. Esses grupos opositivos relacionavam-se e/ou eram relacionados a “esquerda internacional”. Esses movimentos, por vezes considerados subversivos e/ou esquerdistas, eram também compreendidos para além de adversários: eram inimigos internos. Diferentes e irrestritos métodos de repressão foram empregados ao longo de toda a América Latina, sendo a violência a principal ferramenta de despersuasão de conflitos políticos.

Os regimes ditatoriais latino-americanos utilizaram-se de práticas de tortura, assassinato, desaparecimento forçado e prisão arbitrária e ilegal. O caso argentino ficou marcado pelo uso sistemático do “desaparecimento” como forma repressiva. “Documentação

produzida pelos sistemas de segurança e informação desses países também confirma a existência de uma aliança militar transnacional na região desde o início da década de 1970, que trocou informações e realizou ações repressivas conjuntas.” (AZEVEDO; SANJURJO, 2013, p.308, tradução minha)

Observando os casos brasileiro e argentino, para além das suas especificidades nacionais históricas, políticas, sociais e econômicas, é possível perceber que há uma base comum nos dois regimes ditatoriais: a influência da diplomacia e da inteligência estadunidenses nos processos que levaram aos golpes de Estado em 1964 e 1966 no Brasil e na Argentina respectivamente. (RAPOPORT; LAUFER, 2000)

Ainda que os casos tenham alguns pontos em comum, é preciso examiná-los separadamente. No Brasil, o cenário político mudou drasticamente após a renúncia do presidente Jânio Quadros e a consequente entrada de João Goulart, o sucessor, no poder. As reformas de base, prometidas por Goulart, deram força para a atuação de grupos sociais e organizações sindicais. No contexto econômico, apesar da alta inflação, as centrais sindicais conquistaram um importante aumento no salário dos trabalhadores. Enquanto isso, no campo, foram criadas as Ligas Camponesas, responsáveis por disseminar a luta por melhores condições no âmbito rural, almejando a Reforma Agrária. (DINIZ, 2018)

Contudo, um golpe era gestado no país. Descontente com a possibilidade de reformas que Goulart fomentava em seu governo, os militares, derrubaram o presidente. “A instauração da ditadura militar, em abril de 1964, acarretou radical mudança na política. A repressão atingiu as forças populares organizadas (...) Presídios foram inaugurados para colocar os que se opunham a ‘Revolução de 64’.” (TELES, 1993, p.55).

Uma parcela do grupo de intelectuais, cientistas e até membros do governo deposto optaram pelo exílio ou pela clandestinidade. A maior parte das pessoas atingidas pela repressão política foi processada por participação em atividades entendidas pelo governo como clandestinas em organização partidárias. (TELES, 1993) A ditadura brasileira foi caracterizada pela censura, perseguição, prisão e tortura de pessoas que eram consideradas pelo governo como rebeldes e opostas ao regime. (DINIZ, 2018)

Já no que diz respeito ao caso argentino, a tomada de poder se deu em junho de 1966. Com a queda do então presidente Arturo Illia e a subida de Juan Carlos Onganía ao poder, o regime militar foi estabelecido no país. Esse governo durou quatro anos, mas, após intensa

oposição popular, teve seu fim com a ascensão de Roberto Levingston a presidência. A pressão do povo continuou crescendo, forçando uma nova mudança presidencial. O general Alejandro Lanusse, então, subiu ao poder um ano depois da tomada de posse de Levingston, tendo ali ficado até 1973, quando a revolta da sociedade argentina se mostrava ainda mais intensa e ele se viu forçado a convocar novas eleições. (MACHADO; NÓBREGA, 2016)

Apesar da proibição da candidatura de Juan Perón, o candidato vencedor abdicou do cargo e, com isso, abriu espaço para um novo pleito, cuja vitória foi dada a Perón. Contudo, oito meses após assumir o cargo, Perón morre e sua vice, María Estela Martínez de Perón assume o poder, sendo destituída da presidência após um novo golpe em março de 1976. Esse novo sistema ditatorial diferenciava-se do outro a partir da sua gestão: era coordenado por uma junta militar formada por membros dos três setores das Forças Armadas. Quatro juntas assumiram o poder entre 1976 e 1983. (MACHADO; NÓBREGA, 2016)

O período ditatorial argentino é tido como um dos mais violentos entre aqueles estabelecidos na América Latina. Milhares de pessoas, consideradas opositoras ao regime, foram presas, exiladas, torturadas e executadas. (MACHADO; NÓBREGA, 2016). “Ao contrário de ocultar a repressão — como aconteceu no Brasil —, os militares argentinos pareciam seguros de que obteriam o apoio da sociedade à repressão.” (FICO, 2013, p.244) No Brasil, os militares tentaram ocultar a repressão utilizando-se da tática de censura, causando um problema de percepção, de experiência social, onde foi ocultada da sociedade a luta armada e a profunda violência cometida pelo Estado. (FICO, 2013)

É preciso pontuar que, muito embora os períodos ditatoriais no Brasil e na Argentina tenham ocorrido de forma quase que simultânea e extremamente violenta, conforme já demonstrado, as configurações se deram de formas distintas. Ou seja, ainda que os golpes tenham sido fomentados por grupos análogos, a aplicação – e a sua consequente resposta popular – ocorreram de diversas maneiras.

As movimentações sociais e as revoltas de determinados grupos que marcaram o cenário político opositor da época, tanto no Brasil quanto na Argentina, foram articulados por diferentes grupos de pessoas. Formações de mulheres, grupos sindicais e estudantis permearam esse contexto. Dentre esses agrupamentos, é possível destacar aqueles formados por mães, que são o foco do presente estudo. Foi durante o regime militar no Brasil e na Argentina que foram criados os Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo e o movimento das Mães da Praça de Maio. A fim de compreender as principais semelhanças e diferenças entre os dois grupos, nas

próximas seções serão examinadas as formações desses movimentos, bem como suas reivindicações.

3. Formação dos grupos e perfil das mulheres dos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo e das Mães da Praça de Maio

Conforme visto na seção anterior, o surgimento dos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo e das Mães da Praça de Maio se deu em um momento extremamente conturbado e marcado por forte repressão estatal. No contexto mais amplo, Brasil e Argentina viviam regimes ditatoriais, sistemas esses que serviam não apenas para corroborar a opressão social feminina, como para acentuá-la.

Muitos estudos tratam acerca da luta feminista nesse cenário. Segundo Veiga (2007), no contexto pós-golpe, feministas brasileiras e argentinas buscaram estratégias de atuação a fim de evitar o desaparecimento de suas lutas e de causas pelas quais elas militavam, que iam além daquele momento específico onde os governos de direita se encontravam no poder em quase toda a região latino-americana.

Entretanto, outras mulheres, que não necessariamente se identificavam com o feminismo, participaram da formação de movimentos sociais na época. Dois grandes exemplos de luta das mulheres que não militavam por demandas especificamente feministas são os Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo e as Mães da Praça de Maio.

Analisando o caso brasileiro, é preciso notar que os Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo tiveram seu surgimento na periferia. De acordo com Taschner e Bógus (2001), o padrão de crescimento do município de São Paulo tem sido, desde a década de 40, o expansionismo daqueles considerados como “feridas” urbanas rumo a periferia. A periferia é associada, portanto, a um ambiente de carências, a loteamentos irregulares ou ilegais e a casas feitas à mão pela própria população.

Esse movimento que veio da periferia paulistana surgiu principalmente a partir da não conformação dessas mulheres com o silêncio perante as situações que ocorriam naquele momento. É preciso ressaltar, contudo, que a iniciativa dos clubes surgiu de senhoras de classe média que foram morar na região de Taboão da Serra, Zona Sul de São Paulo. Elas desejavam

capacitar a mão-de-obra para afazeres da casa frente a nova realidade dos eletrodomésticos. (AZEVEDO; BARLETTA, 2011)

Observo que o Clube de Mães surgiu tendo por princípio uma perspectiva assistencialista de senhoras da classe média que eram associadas do Lions Clube. Mas com o tempo ele acabou se dinamizando, extrapolando as funções pensadas inicialmente, criando um movimento de cunho social, político, religioso e contestatório em relação à realidade excludente das famílias dessas mulheres. (DINIZ, 2018, p.19)

Essas mulheres, percebendo que não faziam parte de uma elite de mulheres brancas que compunham, dentre outras pessoas, a classe média paulistana, passaram a enxergar as problemáticas que permeavam suas vidas. (DINIZ, 2018) Em um processo de mobilização política e religiosa, grupos de mães e donas de casa, que se organizavam em clubes de mães, associações ou sociedades de amigos de bairro, começaram a formar, através de questionários e abaixo-assinados, um movimento que objetivava o levantamento de seus principais problemas, bem como a decisão de encaminhá-los. “Suas primeiras preocupações foram manifestadas em cartas públicas, lidas primeiramente em algumas paróquias, durante as missas de domingo.” (TELES, 1993, p.75)

Com relação exclusivamente aos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo, as mulheres que participavam dessas movimentações sofriam opressões similares, sendo muitas delas violentadas pelos maridos. Outros fatores que marcavam esses grupos eram a pobreza e a falta de perspectiva devido ao papel social a eles impostos, principalmente no que tange a família, o racismo e a classe, bem como relegação das mulheres a funções domésticas. (DINIZ, 2018)

Partindo agora para a nomeação dessas mulheres, e sabendo que a presente pesquisa não pretende esgotar o assunto, algumas figuras de destaque dentro do movimento serão abordadas. Dentre os principais nomes do movimento, destacam-se Odete Marques, integrante do Clube de Mães da Vila Remo; Cecília Hansen, uma religiosa belga; Irmã Rosseto Passon; Maria de Souza Reis, uma das fundadoras, posteriormente, do Partido dos Trabalhadores (PT) na região sul de São Paulo; Maria Cecília Luna, conhecida como Dona Lurdes; Benedita Evangelista; Neide de Fátima Martins, enfermeira e militante do Clube de Mães; Ana Dias, esposa do operário Santo Dias (assassinado pela polícia em um piquete de greve em outubro de 1979). (DINIZ, 2018)

Conforme apontado por Azevedo e Barletta (2011), a partir da década de 1970, essas mulheres – e muitas outras – formaram os clubes de mães, integrando-se ao todo do trabalho comunitário da Igreja Católica nos bairros populares. Com o passar do tempo e a divulgação

das reuniões, que muitas vezes ocorria oralmente na própria comunidade paroquial, os grupos foram crescendo e se articulando. As mulheres, que vivenciavam experiências comuns tanto por partilharem a condição da maternidade quanto da presença periférica, passaram a ter uma coordenação regional, permitindo e fomentando o surgimento de outros clubes.

Se por um lado a formação dos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo se deu com base nas vivências de classe, raça e gênero dessas mulheres, o surgimento das Mães da Praça de Maio, anda que no mesmo contexto histórico, ocorreu de forma diferente. Em um regime ditatorial marcado por um número significativo de desaparecimentos, as Mães da Praça de Maio protagonizaram a primeira manifestação pública contra a ditadura militar na Argentina. (CASTELLI, 2012)

As Mães da Praça de Maio eram compostas, principais, por mulheres cujos filhos haviam sido presos por órgãos da repressão ditatorial e se encontravam desaparecidos. Alguns nomes de destaque na formação inicial do grupo de 14 mulheres são Azucena Villaflor de De Vicenti, Maria Adela Gard de Antokoletz, María Ponce de Bianco, Beatriz Aicardi de Nauhaus e María del Rosario Carballeda Cerruti. A primeira manifestação dessas mães ocorreu no dia 30 de abril de 1977, um domingo, na Praça de Maio, em prol da reclamação de seus filhos desaparecidos. A partir de então, os encontros passaram a ocorrer às quintas-feiras e o grupo aumentou ainda mais. Mulheres como Hebe Pastor de Bonafini, Nora de Cortiñas, María Esther de Careaga, Juana Meller de Pargament e Angélica Sosa Mignone juntaram-se aos atos, auxiliando na constituição e consolidação do movimento. (DE PAULA, 2016)

De acordo com Castelli (2012), o grupo original era formado por mulheres vindas de diferentes classes socioeconômicas, que, a partir dessas distintas camadas sociais, deixavam suas casas para ir à luta na praça. Em uma análise que a autora faz do texto de Gorini (2006), é possível observar que Maria Adela vinha de uma família tradicional, bem-educada, enquanto Hebe de Bonafini cresceu em um bairro de operários, tendo sua infância marcada por afazeres domésticos. “Há diferença entre os dois exemplos, por mais que careça de maiores informações e detalhes, é possível demonstrar dois universos distintos, duas mulheres advindas de classes diferentes que acabaram em circunstâncias parecidas perdendo seus filhos” (CASTELLI, 2012, p.8)

As Mães da Praça de Maio contavam com donas de casa, costureiras e secretárias, pertencentes, em sua maioria, às famílias de trabalhadores, mas também advindas de classe média. “Mulheres que viveram em um contexto caracterizado pela ascensão de duas forças

político-partidárias, o radicalismo e o peronismo, entre as décadas de 1920 e 1970, e pela hegemonia da Igreja Católica.” (DE PAULA, 2016, p. 5) A religiosidade se fazia intimamente presente, sendo a maioria das mães assumidamente devotas. (CASTELLI, 2012)

É pertinente notar que, em um primeiro momento, as Mães da Praça de Maio buscaram se afastar do reconhecimento de seu movimento como político. Não se enxergando como atrizes políticas, elas entendiam que buscavam apenas uma resposta imediata para o desaparecimento de seus filhos, uma forma de resistência diferenciada e pautada na própria socialização da maternidade. Ainda no início, essas mães recebiam a reunião com grupos políticos e partidários, temendo a reversão do foco da luta, a sua politização e possível influência comunista, o que, nesse momento, parecia ser capaz de desvirtuar a real busca pelos seus filhos (CASTELLI, 2012)

É válido pontuar, também, que conforme as diferenças internas apareceram no grupo, houve uma cisão em 1985, tendo as Mães da Praça de Maio se dividido entre “Mães da Praça de Maio Linha Fundadora” e “Associação Mães da Praça de Maio”. De acordo com o último grupo, a separação se deu com base em uma disputa de classes. “Segundo essas, as mães que se retiraram do grupo inicial reproduziam lutas da burguesia, e a divisão do grupo era explicada de forma mais fiel, se interpretada pelo viés da luta de classes.” (CASTELLI, 2012, p.4)

Já no processo de “caracterização” do grupo através do perfil, é bastante interessante analisar como as mães pertencentes à Asociación se denominam (com orgulho e inclusive utilizam esta característica em prol das bandeiras de luta do grupo) mulheres de classes sociais inferiores. Em seus depoimentos, entrevistas e declarações públicas é notória a ênfase aos cuidados “maternos” com setores fragilizados pela sociedade, os grupos de minorias marginalizados pelo sistema capitalista. (...) Associação e Linha Fundadora, advém de uma ruptura socioeconômica, uma possível luta de classes, como em alguns momentos o grupo da Associação sugere. Entretanto, há a possibilidade de afirmar que de fato nem todas eram de classe baixa, média ou alta, e sim que correspondiam a diferentes meios. (CASTELLI, 2012, p.9)

Ao observarmos a formação e o perfil das membras dos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo e das Mães da Praça de Maio, é possível inferir que o vínculo que essas mulheres possuíam era, portanto, a maternidade de forma mais ampla. No primeiro caso, outros conectores eram as opressões e mazelas com as quais sofriam, e no segundo, o desaparecimento de seus filhos. Assim, a maternidade figurava como ponto central na formação e atuação de ambos os grupos, o fio condutor que pautava suas reivindicações, ainda que essas últimas configurassem diferentes demandas e se dessem através de múltiplas formas de atuação, conforme será visto na seção seguinte.

4. Caracterização das demandas e atuação das mulheres dos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo e das Mães da Praça de Maio

De acordo com o que já foi exposto, o fio condutor que liga a formação de ambos os grupos é a maternidade. Segundo Santiago (2019, p.10) “A categoria “mãe” se apresenta como um atributo muito peculiar a essa luta, pois possui um peso ontológico que garante a essas mulheres um caráter político em um processo de subjetivação e visibilização de seus corpos no domínio público.”

É imprescindível ressaltar que a maternidade não é aqui entendida como sendo um “destino” único e final das mulheres. Ela é uma condição pré-existente na vida das mulheres desse grupo que passam a utilizá-la como forma de criação de laços e conquista de legitimidade pública. “A imagem da mãe e das suas dores (a figura tradicional da *mater dolorosa*) funcionou como um agente eficaz nessa busca de solidariedade.” (FREITAS, 2002)

Para Freitas (2002), a identidade dessas mulheres enquanto mães não se sobrepõe as outras, mas coexiste com elas. Essa identidade reside na busca por uma convivência mais solidária, no esforço para a criação de uma ampla rede de apoio mútuo. Ela consiste em uma forma de sobrevivência fundamental da existência dessas mulheres, uma vivência marcada por diferentes formas de violência e opressão e que, em cada um dos grupos, despontou de forma a uni-las.

No contexto em questão, a maternidade é o elemento sobre o qual se apoia toda a legitimidade da luta e, segundo Rita Freitas (2002), é por intermédio da maternidade que as mães se fazem sujeitos visíveis na política. Elas conferem à maternidade outro significado que lhes possibilita a inclusão no mundo público. Historicamente, a maternidade é atrelada a um bem maior em nossa sociedade, um valor supremo e que traz consigo a ideia de uma mãe sofredora (...) (SANTIAGO, 2019, p.11)

Em ambos os casos aqui estudados, é possível observar que as mulheres operacionalizaram a maternidade como forma de união, de organização coletiva em prol de mudanças políticas e/ou do alcance de determinado objetivo. Para entender quais eram as demandas das mulheres dos grupos aqui estudados, é preciso retomar o período histórico onde elas surgiram.

No que tange aos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo, “as demandas sociais desse período eram muitas, não só em relação aos direitos humanos e políticos, mas também no que se referia às necessidades básicas, como alimentação e moradia.” (DINIZ, 2018, p.79). No início, esses grupos de mães serviam apenas como centro de oficinas de artesanato, onde as

mulheres aprendiam crochê, pintura de guardanapo, corte e costura e outras tarefas domésticas. Consoante com o que foi exposto na seção anterior, mulheres de classe média, advindas do Lions Clube, também promoviam nessas oficinas orientações sobre higiene, não passando desses tópicos para a real problematização da desigualdade vivida por essas mulheres. (DINIZ, 2018)

Para entender a luta dos Clubes de Mães é fundamental problematizar a questão da maternidade entre as classes populares, porque é principalmente por meio da preocupação com os filhos e com o bem-estar da família que nascem as pautas sociais comuns a todas as mulheres. (DINIZ, 2018, p.91).

Assim, tão logo houve a ruptura dos grupos de mulheres da periferia com as “ações solidárias” das senhoras de classe média, passou-se a debater, no âmbito desses encontros, a precariedade das habitações, a falta de infraestrutura urbana, o transporte público de má qualidade, baixas condições sanitárias, relacionamentos entre casais e saúde infantil. Os assuntos perpassaram, com o tempo, questões acerca dos baixos salários, da falta de equipamento de saúde nos bairros, água não encanada e ausência de escolas e creches, culminando, por fim, na percepção de que o que ocorria na esfera privada era, também, parte do público: esses temas eram sociais e políticos. (AZEVEDO; BARLETTA, 2011)

As reuniões ocorriam dentro das Igrejas, que eram espaços considerados um pouco mais seguros e menos passíveis de invasão praticada por oficiais do regime. Com esses encontros, essas mulheres deixaram de reproduzir os valores e papéis estabelecidos para as mães a partir daquilo que mulheres brancas, católicas e de classe média definiam. “Nesse sentido, é necessário entender que os enfrentamentos políticos que elas vivenciaram abrangeu perspectivas de classe, gênero e raça, rompendo com o modelo tradicional de formação para mães até então.” (DINIZ, 2018, p.90)

Conforme os debates foram avançando, reflexões acerca do trabalho doméstico, da dupla jornada de trabalho e da frágil inserção feminina no mercado de trabalho foram surgindo. O aprofundamento dessas e de outras discussões já mencionadas anteriormente desvelou a necessidade de ação. A carência de mais escolas, de creche, de melhora no transporte, de um sistema de saneamento básica, entre outras, pautaram a mobilização dessas mulheres. Surgiram, então, o Movimento do Custo de Vida e o Movimento da Luta por Creches. (AZEVEDO; BARLETTA, 2011)

Com relação ao Movimento do Custo de Vida, uma primeira carta-apelo foi lida pelas mulheres dos Clubes de Mães, que passaram a pensar como o problema dos altos custos de vida e dos baixos salários poderiam ser tratados. Através de abaixo-assinados, recolhidos porta-a-porta por essas mulheres, elas conseguiram gerar uma grande mobilização. Essa carta-apelo embasava-se em dados obtidos através de um questionário sobre as condições de vida na periferia. (AZEVEDO; BARLETTA, 2011)

A atuação dessas mães se dava, portanto, a partir da coleta de dados nas comunidades, do recolhimento de assinaturas em abaixo-assinados e da entrega de cartas e dos abaixo-assinados a políticos e governantes, que, por vezes, recusavam-se a receber tal material. No que tange especificamente a luta por creches, com o passar do tempo ela foi organizada em coordenações por bairros, regiões e uma direção central. Com isso, essas mulheres exerceram pressão sobre os órgãos públicos, até que esses criaram um plano para a instalação de creches na capital paulista. (AZEVEDO; BARLETTA, 2011)

Diferentemente da luta das mulheres dos Clubes de Mães da Zona Sul, as Mães da Praça de Maio tiveram como base de sua luta não as reivindicações por políticas públicas que atendessem as demandas sociais da comunidade, mas a busca por seus filhos desaparecidos. A falta de respostas suficientes e aceitáveis por parte das autoridades motivou Azucena Villaflor de Vicenti a propor a um grupo de mães um encontro, uma reunião na Praça de Maio em Buenos Aires. “Elas elaboraram um abaixo assinado em que pediam “a verdade”, como a única maneira de “saber se os seus filhos estão vivos ou mortos e onde estão?”.” (DE PAULA, 2016, p.3)

O encontro aconteceu, então, em 30 de abril de 1977, em decorrência da falta de notícias de seus filhos desaparecidos. Elas se reuniram nesse espaço a fim de entregarem uma carta ao General Jorge Videla. Havia esperança de se conseguir informações dessas pessoas desaparecidas que, para elas, estavam detidas. (PONZIO, 2007)

“Nós não fazemos manifestações, viemos testemunhar nossa dor, tiraram nossos filhos, pedimos ao governo que nos digam onde estão, o que lhes passou.” (BOUSQUET, 1983, p.48) Os encontros, que eram semanais, passaram a contar com cada vez mais mulheres, partindo de um grupo de 14 para mais de 200 mulheres conforme as reuniões foram acontecendo. Contudo, suas demandas não eram atendidas. (PONZIO, 2007)

Ao longo desse processo de busca por seus filhos, as mães foram capazes de obter indicações sobre os métodos utilizados na repressão estatal. Esses indícios, somados ao silêncio

do governo, motivaram a busca pela exigência da verdade. Essa verdade, entretanto, mudou conforme a percepção dessas mulheres de que muitos de seus filhos estavam presos, e não somente desaparecidos. (DE PAULA, 2016)

Conforme apontado por Gorini (2006), a abordagem das mães passou a ser a de reconstruir a sequência da detenção, passando pelo cativo clandestino e até mesmo pela tortura. Nessa abordagem era possível “compreender os desaparecimentos como parte integrante do método de repressão, implicando, assim, o uso do termo preso-desaparecido, em vez de apenas desaparecido, e a cobrança de responsabilidade do Estado.” (DE PAULA, 2016, p.3)

É pertinente notar que as marchas desse grupo de mães muitas vezes se davam no âmbito de caminhadas religiosas, onde essas mulheres utilizavam a reza para escapar das investidas dos policiais para passar informações a outras mulheres sobre os próximos encontros. A incorporação da religiosidade no movimento também foi uma forma encontrada por essas mulheres para se destacarem de outros movimentos de direitos humanos. (DE PAULA, 2016)

Outra maneira de se destacarem foi a utilização do Prego de Cristo, preso em suas roupas. Posteriormente houve a adoção das fraldas brancas, que eram usadas como lenços, amarradas na cabeça, representando, portanto, o elo entre as mães e os filhos desaparecidos. (DE PAULA, 2016).

Após o sequestro de algumas mães, as mulheres desse movimento optaram por institucionalizar o movimento e, com isso, posicionarem-se ainda mais visivelmente contra o regime opressor. A formalização passava uma ideia de proteção, de possibilidade de documentação dos encontros e fornecia mais legitimidade ao grupo, especialmente nos aspectos jurídicos e burocráticos. “Criar uma associação civil que compartilhasse com outros grupos resistência, informações e lutas, que tivesse maior visibilidade nacional, e até mesmo, internacional, era uma chance de recorrer às Comissões de Direitos Humanos no exterior.” (CASTELLI, 2012, p.3)

A luta dessas mulheres pauta-se, ainda hoje, nos encontros na Praça de Maio, em Buenos Aires, feitos todas as quintas-feiras. Ao longo dos anos, essas mulheres utilizaram-se principalmente da visita de figuras importantes ao local, visibilizando ainda mais, com isso, a sua luta. Diferentemente das mulheres dos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo, que foram silenciadas mesmo dentro dos movimentos nos quais participaram ativamente da construção,

das Mães da Praça de Maio seguem sendo referência na militância a favor do Direitos Humanos e seguem buscando respostas acerca do desaparecimento – e dos corpos – de seus filhos.

Considerações Finais

O período ditatorial no Brasil e na Argentina foi palco de diferentes formas de insurgências populares, sendo a maioria delas a favor dos direitos humanos e contra as opressões feitas pelos regimes. Entretanto, outros movimentos também floresceram, pautando suas ações políticas em questões menos relacionadas diretamente a ditadura, e mais as políticas estatais de forma mais ampla.

Dois exemplos que figuram nesse cenário são os dos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo, que se encaixam no modelo de militância pró políticas públicas que atendessem as demandas da comunidade; e as Mães da Praça de Maio, que fazem parte de um movimento mais amplo em favor dos direitos humanos e contra o regime militar.

Há, entre os dois movimentos estudados, semelhanças e diferenças. Após analisar uma pequena parte da literatura sobre o assunto, é possível observar que as semelhanças entre as mulheres dos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo e as Mães da Praça de Maio se dão principalmente através de uma das formas de atuação, que é a coleta de assinaturas e a entrega de abaixo-assinados às autoridades; no perfil dessas mulheres, que não é homogêneo: nele há mulheres de diferentes classes (ainda que, no caso das mães de São Paulo, as mulheres sejam da periferia paulistana, em sua maioria); e na própria formação de uma coletividade com base nas vivências da maternidade, que é o principal elo entre essas mulheres dentro de suas associações.

Com relação as diferenças, a mais básica delas se dá nas características de suas reivindicações. Enquanto as mulheres paulistanas aqui estudadas militavam por acesso a escolas e creches para seus filhos, pela redução do custo de vida e até mesmo por melhorias estruturais e no transporte público, as mães argentinas pautavam a sua luta na busca por informações acerca de seus filhos desaparecidos. Outra diferença pode ser observada, também, na própria formação desses movimentos. Se por um lado os Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo emergiram de encontros feitos dentro da Igreja, as Mães da Praça de Maio surgiram quase que espontaneamente, em resposta ao desaparecimento de algumas pessoas e a consequente indagação das mães desses desaparecidos.

Em suma, é possível concluir que, apesar das semelhanças e diferenças, ambos os grupos possuem grande relevância não apenas para a historiografia dos movimentos sociais, mas também para todos aqueles que hoje desfrutam de melhores políticas públicas na cidade de São Paulo, no caso brasileiro, e para todas as pessoas que foram impactadas, direta ou indiretamente, pelo regime ditatorial argentino, no outro caso.

Referências Bibliográficas

Azevedo, J; Barletta, J. (2011) O Cedem e os documentos dos Clubes de Mães da Região Sul (SP). *Cadernos Cedem*, v.2, n.2, 201

Azevedo, D.; Sanjurjo, L. (2013) Between dictatorships and revolutions: narratives of Argentine and Brazilian exiles. *Revista Vibrant*, 10(2), 305-338

Bousquet, J. P. (1983) *Las locas de Plaza de Mayo*. Buenos Aires: El Cid.

Castelli, N. D. (2012) *Conhecendo as Mães da Praça de Maio*: ensaio do perfil da associação. Anais eletrônicos do XI Encontro Estadual de História. Universidade Federal do Rio Grande (FURG) – Rio Grande – RS – Brasil.

De Paula, A. das G. (2016) *Os Movimentos de Mulheres na Ditadura*: uma análise sobre as Mães da Praça de Maio (Argentina) e o Movimento Feminino pela Anistia (Brasil). Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina.

Diniz, C. A. N. (2017) *Gênero e a História social das mulheres*; o surgimento do Clube de Mães da Zona Sul de São Paulo sob a influência da teologia da libertação no início da década de 1970. Anais do V Simpósio Internacional em Educação Social.

Diniz, C. A. N. (2018) O protagonismo das mulheres nos movimentos sociais de periferia: memórias e experiências dos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo (1972-1988). Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras de Assis.

Fico, C. (2013) Violência, trauma e frustração no Brasil e na Argentina: o papel do historiador. *Topoi* (Rio de Janeiro), 14 (27), 239-261

Freitas, R. de C. S. (2002) Famílias e Violência: Reflexões Sobre as Mães de Acari. *Psicologia USP*, 13 (2), 69-103.

Gorini, U. (2006) *La Rebelión de las Madres*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma.

Machado, A. J. P.; Nóbrega, N. C. F. (2016) *Plata o plomo?* Desempenho econômico dos países sul-americanos pós-regimes autoritários. Anais do 40º Encontro Anual da ANPOCS.

Marcos, N. C. (2008) La memoria insurgente de las Madres de Plaza de Mayo en la lucha por los Derechos Humanos. *Anuario de Acción Humanitaria y Derechos Humanos*, Universidad de Deusto, 87-100.

Ponzio, M. F. G. de A. (2007). A Praça da Memória: o cenário das Madres de Plaza de Mayo. *Revista Palimpsesto*, 6(6), 1-7

Rapoport, M.; Laufer, R. (2000) Os Estados Unidos diante do Brasil e da Argentina: os golpes militares da década de 1960. *Revista Brasileira Política Internacional*. 43 (1), 69-98.

Santiago, V. (2019) A maternidade como resistência a violência de Estado. *Cadernos Pagu* (55).

Taschner, S. P.; Bógus, L. M. M. (2001) São Paulo: o caleidoscópio urbano. *Revista São Paulo em Perspectiva*, 15(1)

Teles, M. A. de A. (1999) *Breve História do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.

Veiga, A. M. (2007) Memórias do feminismo: repressão e invisibilidade (Brasil e Argentina pós-1968). *Revista História Oral*, 10, (1), 93-112

PENSAR DESDE A UNILA: APORTES CONTRA-HEGEMÔNICOS PARA PENSAR AS REALIDADES LATINOAMERICANAS

Lina Sofia Mora Rios¹

Resumo: Diante dos desafios para pensar desde e para América Latina como um conjunto de territórios introduzidos em dinâmicas e narrativas de dependência e violência tanto física como epistêmica e em contraposição a diferentes graus de lutas e resistências que nutriram a acumulação histórica de inconformidades e aportes ao pensamento *Nuestroamericano* e contra-hegemônico, o presente trabalho tem o objetivo de entrelaçar desde um pensamento situado o que considero como as influências e aportes que atravessaram as eleições teóricas e metodológicas para pensar formas de investigar interdisciplinares, onde os processos de acumulação, os fluxos migratórios e os horizontes patriarcais e coloniais configuram o prisma para interpretar as realidades Latino-americanas que neste caso conformam os interesses fundamentais que sustentam e nomeiam um projeto de investigação em processo: *Colectivos de Mujeres migrantes Latinoamericanas: oralidad, memoria y resistencia en la ciudad de São Paulo*.

Palabras clave: Latinoamérica, memória, contrahegemonía.

PENSAR DESDE LA UNILA: APORTES CONTRA-HEGEMÓNICOS PARA PENSAR LAS REALIDADES LATINOAMERICANAS

Resumen: Ante los desafíos para pensar desde y para latinoamérica como un conjunto de territorios introducidos en dinámicas y narrativas de dependencia y violencia tanto física como epistémica y en contraposición a diferentes grados de luchas y resistencias que han nutrido la acumulación histórica de inconformidades y aportes al pensamiento *Nuestroamericano* y contra-hegemónico, el presente trabajo tiene el objetivo de entretrejer desde un pensamiento situado lo que considero como las influencias y aportes que atravesaron las elecciones teóricas y metodológicas para pensar en formas de investigar interdisciplinares, en donde los procesos de acumulación, los flujos migratorios y los horizontes patriarcales y coloniales configuran el prisma para interpretar las realidades Latinoamericanas que en este caso conforman los intereses fundamentales que sostienen y dan nombre a un proyecto de investigación en proceso: *Colectivos de Mujeres migrantes Latinoamericanas: oralidad, memoria y resistencia en la ciudad de São Paulo*.

Palabras clave: Latinoamérica, memoria, contrahegemonía.

THINK FROM UNILA: COUNTERHEGEMONIC CONTRIBUTIONS TO THINK LATIN AMERICAN REALITIES

Abstract: Given the challenges to think from and for Latin America as a set of territories introduced in dynamics and narratives of dependence and violence both physical and epistemic and in contrast to different degrees of struggles and resistance that have nourished the historical accumulation of nonconformities and contributions to Our American and counter-hegemonic thinking, the present work has the objective of interweaving from a situated thought what I consider as the influences and contributions that crossed the theoretical and methodological choices to think about interdisciplinary ways of investigating, where the accumulation processes, the Migratory flows and the patriarchal and colonial horizons configure the prism to interpret the Latin American realities that in this case conform the fundamental interests that sustain and give name to a research project in progress: *Collectives of Latin American Migrant Women: orality, memory and resistance in the city of São Paulo*.

Keywords: Latin America, memory, counterhegemony.

¹ Bacharel em Ciência Política e Sociologia- Sociedade, Estado e Política na América Latina pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), mestranda no Programa Interdisciplinar de Estudos Latino-americanos IELA- Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). E-mail: linasofiamorarios@gmail.com

Introducción

Lo que entendemos como *integración Latinoamericana* configura una combinación de luchas, disputas y debates que retumban en nuestra memoria histórica especialmente en los albores de las independencias con sus reflejos históricos de larga duración tanto en el siglo XX como en el XXI, y que a pesar de estar generalmente atravesados por los visores de mundo eurocéntricos, también eran y son permeados e influenciados (aunque con distintos niveles de racismos estructurales) por las uniones interétnicas y las luchas desde siempre anticoloniales de los pueblos que han resistido a los yugos imperiales.

Así, tras las constantes invasiones y los encubrimientos coloniales, se configura la actividad del pensar-actuar, del sentipensar², desde lugares de enunciación trazados por las disputas del pasado-presente que han querido ocultar y transfigurar nuestras identidades a servicio del capital. Es allí, donde se comienza a entramar la complejidad de los desafíos para pensar desde y para latinoamérica como un conjunto de territorios introducidos en dinámicas y narrativas de dependencia y violencia tanto física como epistémica.

A partir de lo anterior, el objetivo del presente artículo es entretrejer desde un pensamiento situado lo que considero como los principales aportes que el proyecto UNILA a pesar de sus contradicciones, me ha otorgado para hacer una lectura crítica de la realidad latinoamericana que a su vez no se separa de una constante búsqueda de un lugar de enunciación que no es sólo individual, sino colectivo.

Para ello, dividiré el escrito en tres partes que se interconectan entre sí. La primera parte pretende contextualizar desde donde y a partir de cuáles inconformidades se llega a la caracterización de las categorías centrales que luego darán forma a los siguientes tres bloques. La segunda parte, denominada: Colectivos de mujeres migrantes latinoamericanas, pretende analizar la importancia del patriarcado capitalista como categoría de análisis en su articulación con el colonialismo y el capitalismo dependiente, en donde los aportes de feministas materialistas-marxistas y otros feminismos Latinoamericanos como el autónomo y comunitario han sido esenciales. Y en la tercera parte, denominada: oralidad, memoria y resistencia en la

² El sociólogo colombiano Orlando Fals Borda (1984) indica que los términos sentipensar y sentipensamiento constituyen el principio de vida de las comunidades de la costa caribeña colombiana que viven en cuencas de río y pantanos. Implican el arte de vivir y pensar con el corazón y con la mente. El escritor uruguayo Eduardo Galeano popularizó el término sentipensamiento como la capacidad de las clases populares de no separar la mente del cuerpo, y la razón de la emoción (ver por ejemplo, <http://www.youtube.com/watch?v=wUGVz8wATIs>) (ESCOBAR, 2015)

Ciudad de Sao Paulo, se explicará el papel de la memoria y la oralidad en términos de fuentes históricas contrahegemónicas para una investigación desde y para Latinoamérica como respuesta y resistencia, lo que finalmente conforma el proyecto que adelanto para la maestría interdisciplinar en estudios Latinoamericanos inicialmente llamada: Colectivos de Mujeres migrantes Latinoamericanas: oralidad, memoria y resistencia en la ciudad de São Paulo.

1. Nuestra América

Ver los problemas desde las personas que ocupan estos territorios a partir de un carácter histórico y de la articulación entre economía, historia, política y el papel del conocimiento-epistememes, la infraestructura, las tecnologías, las divisiones del trabajo, entre otros, configura el deseo y el trabajo emprendido por esta universidad -UNILA- cuya localización fue pensada estratégicamente en la triple frontera entre Brasil, Argentina y Paraguay.

En el presente texto no pretendo hacer una descripción minuciosa o cronológica de la universidad- UNILA, ni de hacer un análisis en términos de su contexto histórico específico; sin embargo, es muy importante recordar que se configuró como un proyecto de ley ubicado en pleno gobierno de Luiz Inacio Lula Da Silva, propuesta materializada en 2007 y sancionada en el 2010³, en un momento en donde los objetivos de la región estaban alineados.

También vale la pena resaltar que mi reflexión está más dirigida a desglosar lo que he considerado las bases para pensar diversas formas de investigación que trabajen a través de la lectura crítica a las censuras coloniales, neo-coloniales y patriarcales que caracterizan las formas de la educación y la investigación oficialista y actualmente neoliberalizada para nuestra región.

En otras palabras, pretendo trazar los fundamentos o las bases que explican mis elecciones epistemológicas y metodológicas que han sido escogidas en medio de mucha dificultad, pues a pesar de sus contradicciones, gracias a la influencia de toda la experiencia en la UNILA y de su esfuerzo por la reflexión nuestroamericana, se intentará describir el impacto

³ Para más información: <https://portal.unila.edu.br/institucional>

de lo que iré señalando como *los aportes que desde la UNILA* se han generado en mi práctica para la investigación y en consecuencia para la vida.

Esta reflexión nuestroamericana que no es más que muchas combinaciones de reflexiones pasadas, una acumulación de rebeldías faltas y deseos que se han gestado gracias a los esfuerzos y resistencias de quienes nunca se conformaron ni aceptaron el mundo al revés en el que existían, se ha convertido también en un código ético que hace un fuerte llamado a un pensamiento situado, cosa que ya desde 1891 nos recordaba Martí

Estos países se salvarán porque, con el genio de la moderación que parece imperar, por la armonía serena de la Naturaleza, en el continente de la luz, y por el influjo de la lectura crítica que ha sucedido en Europa a la lectura de tanteo y falansterio en que se empapó la generación anterior, le está naciendo a América, en estos tiempos reales, el hombre real. Éramos una visión, con el pecho de atleta, las manos de petimetre y la frente de niño. Éramos una máscara, con los calzones de Inglaterra, el chaleco parisiense, el chaquetón de Norteamérica y la montera de España. El indio, mudo, nos daba vueltas alrededor, y se iba al monte, a la cumbre del monte, a bautizar a sus hijos. El negro, oteado, cantaba en la noche la música de su corazón, solo y desconocido, entre las olas y las fieras.

El campesino, el creador, se revolvía, ciego de indignación, contra la ciudad desdeñosa, contra su criatura. Éramos charreteras y, en países que venían al mundo con la alpargata en los pies y la vincha en la cabeza. El genio hubiera estado en hermanar, con la caridad del corazón y con el atrevimiento de los fundadores, la vincha y la toga; en desestancar al indio; en ir haciendo lado al negro suficiente; en ajustar la libertad al cuerpo de los que se alzaron y vencieron por ella [...] Ni el libro europeo, ni el libro yanqui, daban la clave del enigma hispanoamericano. Se probó el odio, y los países venían cada año a menos. Cansados del odio inútil de la resistencia del libro contra la lanza, de la razón contra el cirial, de la ciudad contra el campo, del imperio imposible de las castas urbanas divididas sobre la nación natural, tempestuosa e inerte, se empieza, como sin saberlo, a probar el amor. Se ponen en pie los pueblos, y se saludan. “¿Cómo somos?” se preguntan; y unos a otros se van diciendo cómo son. (MARTÍ, 1891, P. 136-137).

Así, existen muchas reflexiones y cuestionamientos que ante dichos deseos de pensar desde y para nuestra américa se interconectan entre sí, por ejemplo las preguntas sobre el quiénes y cómo somos y su relación con las fuentes a usar, el carácter colonial del saber y de la información como un monopolio atravesado por dinámicas económicas y estructuras de poder capitalistas, las realidades de los cuerpos y los territorios, las consecuencias concretas del colonialismo, los patriarcados y el capitalismo, la filosofía y los sistemas de pensamiento hegemónicos (en donde ahora juegan un papel muy importante los medios de difusión de la información y de comunicación como las redes sociales) entre otros.

Ello, nos hace acercarnos a intelectuales quizás marginales o más bien marginalizados por las estructuras de poder de los saberes hegemónicos y eurocéntricos, ya que han sido

intérpretes de una forma dinámica y no pasiva de momentos claves de nuestra historia, así sea fuera de la escritura, que finalmente configura una fuente de legitimación también eurocéntrica.

Guamán Poma (Sxvii) es uno de los intelectuales -un intérprete de la sociedad colonial en el territorio que ahora conocemos como Perú- que para varios investigadores Latinoamericanos es esencial para comprender algunos fundamentos necesarios para analizar el horizonte histórico colonial, tanto por el carácter político y sociológico de su carta como por la pedagogía que atravesaba su narrativa fundamentalmente icónica.

Para la socióloga Boliviana Silvia Cusicanqui puede ser leído y analizado tanto en su sentido lingüístico y semántico por la mezcla dinámica del quechua y el castellano, en el carácter semiótico de sus dibujos y por las categorías con las cuales tejía su narrativa y su forma de ver el mundo e interpretarlo marcado por el mundo indio y el mundo blanco-invasor. Dentro de las categorías que Guamán Poma aporta para la comprensión de sus condiciones, la autora (Cusicanqui) rescata una que me parece especialmente interesante, el *mundo al revés*, una figura que reaparece en el pintor Melchor María Mercado

El “Mundo al revés” es una noción que se repite en el Primer Nueva Corónica y Buen Gobierno, una carta dirigida al al rey de España que escribió y dibujó Guamán Poma de Ayala en 1613. En la carta, con más de mil páginas Guamán Poma espera “abrir los ojos al soberano sobre las penurias impuestas a las sociedades andinas por el mal gobierno de virreyes, corregidores y doctrineros”. La noción se repite en las obras de un pintor Boliviano llamado Melchor María Mercado, que sin conocer la obra de Guaman Poma, trae esta noción como crítica a la hipocresía de la joven república Boliviana (1841-1869). (CUSICANQUI, 2015, P. 74)

Me parece importante contemplar la noción de “*mundo al revés*” como una mirada crítica a las aristas y configuraciones del poder del pasado-presente, ya que las jerarquías perviven bajo formas ilegítimas y segregadoras, por lo que mantener la noción de “mundo al revés” nos ayuda a entender en un nivel histórico y colectivo los problemas de nuestra actualidad con la mirada al pasado rescantando voces de resistencia. Guamán Poma configura uno de los ejemplos de intelectuales a ser estudiados y analizados de forma interdisciplinar, como muchos otros y otras que se acercan más a nuestros lugares de enunciación atravesados por nuestros territorios y nuestra genealogía.

Esa relación y cuestionamientos de los lugares de enunciación y la búsqueda de narrativas propias fue configurándose como un deseo muy presente tanto desde las utopías que se gestaban en la academia - con una fijación en aportes de movimientos sociales y revoluciones como las rebeliones cimarronas e indígenas anticoloniales, la revolución cubana,

Chilena y zapatista, por ejemplo- como por el contacto con los profesores que también han sido de varias regiones del territorio Latinoamericano, y por lo tanto, marcado por realidades complejas que interactúan y se diferencian al mismo tiempo, lo que siempre hizo muy enriquecedor nuestro aprendizaje.

Otro factor muy importante ha sido la convivencia cotidiana en la interculturalidad, que fue en un primer momento en moradías estudiantiles y luego en casas compartidas, lo que llamamos de “repúblicas”. Dinámicas que generan constantemente muchas preguntas, insatisfacciones e interrogantes que articulan de una forma dialéctica y contenciosa realidades individuales y colectivas en diversas dinámicas e interacciones interseccionales entre nuestras realidades en términos de sexo, raza, clase y sus implicaciones a nivel educativo, filosófico y práctico, además tensionados por realidades diferenciadas en términos de especificidades históricas de los Estados- Nación.

Ante el panorama anterior, se iban consolidando a partir de reflexiones sobre la división sexual e internacional del trabajo las preguntas y reflexiones sobre la configuración del *conocimiento/información como campo de disputa*. Reflexión que no es obvia para las generaciones más atravesadas por el dogma de la ciencia moderna como única legitimadora del saber con su carácter universalista y actualmente también articuladas por los sistemas neocoloniales articulados por EE.UU y su industria del entretenimiento.

Así, al comprender los sistemas de pensamiento como campos de disputa y la gran tendencia a despojar la memoria de toda fuerza de resistencia al tergiversar el pasado para efectuar la dominación, se despierta la necesidad de organizar formas para historiar nuestra memoria filosófica entendiendo la complejidad de las relaciones epistémicas con occidente y sus tendencias totalizantes y des-historizantes.

Para historiar nuestra memoria filosófica, el autor Horacio Cerutti (2000, P. 8) traza 3 momentos decisivos: en primer lugar, los aportes de Ortega y Gasset (1883- 1955) en lo que respecta a la relación indisoluble entre reflexión filosófica y la historia de la filosofía, en segundo lugar, los aportes de José Gaos (1900- 1969) que con la introducción del concepto “imperialismo de categorías” traza la necesidad de definir el objeto de una historia de la filosofía latinoamericana, y en tercer lugar, un especial enfoque en los aportes de Salazar Bondy, filósofo Peruano que a partir de tradiciones teóricas como el historicismo, el existencialismo, la fenomenología, la filosofía analítica y el marxismo le otorga al debate filosófico de la región categorías como alienación, dependencia, dominación y transformación estructural, además de

una pregunta fundamental sobre el carácter inauténtico de la filosofía latinoamericana y la necesidad de una liberación para una filosofía auténtica nuestroamericana, reflexiones desarrolladas especialmente en su texto: *Existe una filosofía en América Latina?* Publicado en 1968, como afirma Cerutti

Entre las tradiciones teóricas: historicismo, existencialismo, fenomenología, filosofía analítica y marxismo. Entre las facetas reconoció como parte de la discusión filosófica no solamente las relaciones entre la filosofía y su historia, sino también diferentes contextos de tipo económico, cultural e histórico-político, además de los indispensables aspectos metodológicos, de delimitación de objeto y de lenguajes apropiados para dirimir el interrogante central de su obra, expreso en el mismo título. A partir de esa colocación del problema, le quitó todo fundamento a la pretensión de eludir en la discusión filosófica regional lo contextual, descalificándolo como extrafilosófico. Alienación, dependencia con dominación o transformación estructural aparecieron como ingredientes inherentes a la discusión filosófica, al menos al nivel regional latinoamericano. Por supuesto, este parteaguas que aquí señalo debe ser cuidadosamente distinguido del propio parteaguas que el filósofo peruano postuló entre la filosofía inauténtica vigente y la filosofía auténtica que vendría después de liberarse de la situación de dependencia diagnóstica para Nuestra América, (CERUTTI, 2000, P. 12)

Lo anterior, se refleja en el esfuerzo de la Unila por pensar a partir de autores Latinoamericanos y sus conexiones, fricciones, encuentros y desencuentros con sistemas de pensamiento occidentales y no occidentales en muchas de las disciplinas que nortean los cursos de la universidad. A partir de ello, es inevitable pasar por diversas crisis de sentido en donde se hacen profundas preguntas como desde dónde, para qué y para quién interpreto el mundo? Quién me ha otorgado las herramientas para interpretarlo?Cuál es mi papel social como interpretadora-intelectual? De quien he sido funcionaria?

Cuando intento pensar nuestro lugar como intelectuales, entonces, no sólo hago referencia a “los hombres/mujeres de letras”, sino que se plantea que también son intelectuales “[...] toda masa social que ejerce funciones organizativas en sentido lato, tanto en el campo de la producción como en el de la cultura y en el político administrativo” (GRAMSCI, V; 412). Por lo cual, lo que define a los intelectuales sería más bien el lugar y la función que ocupan en la estructura social, configurándose como los funcionarios del conjunto de superestructuras que funcionan como mediadoras con respecto a la relación entre las y los intelectuales y el mundo de la producción y la reproducción⁴.

⁴ La figura de los intelectuales también corresponde a la jerarquización de los saberes y a la división entre trabajo productivo y reproductivo, pues existe una noción tradicional y hegemónica y es a partir de ella que su figura de poder y sus discursos dentro de las jerarquías obtienen el consenso. Dicho consenso es dado históricamente por la confianza obtenida de acuerdo a la posición y función de dichos intelectuales en el mundo de la producción. A

Entonces, cómo puedo interpretar e investigar las realidades de algún territorio siendo una mujer Latinoamericana en términos históricos y sociales y por lo tanto atravesada por dinámicas de subalternidad en términos de clase y muchas veces en en términos de sexo-género y raza?

La respuesta no la tengo. Lo que me gustaría resaltar del asunto es que la propia pregunta se hace urgente ante los atropellos y la represión generada por las clases dominantes a partir de las legitimaciones sin sentido que hacen pseudo-profesionales avalados por el sistema, (por la validez de su título) así sus conocimientos hayan sido tecnificados y des-historizados.

Para ello, muchos aportes de algunos feminismos materialistas y clasistas e incluso su conexión con feminismos negros, autónomos y comunitarios han ocupado un lugar central para comprender y entretejer de forma histórica un lugar de enunciación silenciado y neutralizado por las políticas del mestizaje y del neoliberalismo, lo que quiero reflejar tanto en mis elecciones para investigar como en las metodologías y categorías escogidas para estructurar las preguntas que guían las dudas centrales de mis intereses intelectuales y prácticos.

2. Colectivos de mujeres migrantes Latinoamericanas

Para entender la red de interrelaciones sociales en los territorios latinoamericanos a partir del lugar histórico y social de las mujeres como cuerpos feminizados y colonizados, ha sido muy importante para mí intentar pensarlo desde los vínculos entre las condiciones materiales de existencia y las relaciones con las subjetividades que interpelan y son interpeladas en una dinámica contenciosa con esas propias condiciones materiales que a su vez son atravesadas por dinámicas históricas de poder. Así, el materialismo histórico y la dialéctica aplicada a la economía política que aporta Marx para el entendimiento de las relaciones sociales serán una base importante para comprender las relaciones capitalistas de producción y por ende las implicaciones de la división sexual e internacional del trabajo.

partir de la noción de intelectual orgánico, Gramsci le quita esa superioridad para evocar el carácter funcional del saber y ubicarlo en términos políticos-ideológicos. Si somos intelectuales, mujeres, ¿de quién y de qué somos funcionarias?

El materialismo fue un eje de rompimiento con el idealismo hegeliano para Marx, lo que consecuentemente lo llevó a hacer de la dialéctica un método más profundo conectado al estudio de lo concreto de la historia, la materia como elemento con el que trabaja el proletariado y por fin las interacciones económicas como un fenómeno social a ser estudiado

En cuanto materialista, Marx se opone a Hegel en esta cuestión. El materialismo le da la posibilidad de tener una visión más profunda sobre la dialéctica misma en este orden de cosas. Esto es lo más interesante. Para Marx, la esfera de las interacciones económicas de los hombres es enteramente una esfera concreta de la vida social, que posee sus propias leyes de movimiento inmanentes (ILIENKOV, 1977, P. 8)

Por ello, si lo pensamos desde las historias de las mujeres, en un análisis de clase, se vuelve importante rescatar todos los aportes de las feministas materialistas desde finales del siglo XIX y de otras experiencias de colectivización del trabajo reproductivo y del análisis a partir del patriarcado como categoría dentro de las relaciones materiales

Para ello, debemos incluir en la agenda política la puesta en común/colectivización del trabajo doméstico, reviviendo la rica tradición feminista existente en Estados Unidos, que abarca desde los experimentos de los socialismos utópicos de mediados del siglo XIX hasta los intentos que las «feministas materialistas» llevaron a cabo, desde finales del siglo XIX hasta mediados del siglo XX, para reorganizar, socializar el trabajo doméstico y en consecuencia el hogar y el vecindario, mediante una labor doméstica colectiva —esfuerzos que continuaron hasta 1920 cuando la «caza de brujas anticomunista» acabó con ellos. Estas prácticas y la capacidad que tuvieron las feministas en el pasado para identificar el trabajo reproductivo como una esfera importante de la actividad humana, (FEDERICI, 2012, P. 255)

Pero entonces ¿A qué nos referimos cuando hablamos de patriarcado, de patriarcados? La raíz lingüística de la palabra viene del griego pater (padre) y arkhe (origen y comando), pero la palabra pater (padre) en sánscrito, latín o griego no tiene el sentido que le damos en la actualidad, se aplicaba en la lengua del derecho a “todo hombre que no dependía de ningún otro y que tenía autoridad sobre una familia” (Fustel de Colanges, 1864, en Delphy, 2009) porque se asigna a nociones de autoridad y no a vínculos biológicos.

Es a partir de los aportes que quedaron escritos como los de Kollontai o Beauvoir dentro de la historia occidental del feminismo que se tienen los primeros análisis de las condiciones sociales de las mujeres y es por las feministas materialistas durante los años 70, que patriarcado se adopta como categoría analítica para entender estructuralmente las condiciones de la dominación masculina.

Si partimos de que patriarcado va a ser una categoría que nos va a ayudar a hacer análisis sociales y políticos, el patriarcado no puede tomarse desde una visión única y lineal, sino que hará referencia a un sistema de opresiones en donde se han construido y se construyen todas las jerarquías sociales fundadas en privilegios masculinos que pueden verse en la economía, la política, la cultura, la religión, los sistemas militares, en lo simbólico cotidiano y en la historia. Es entonces el articulador de toda una serie de opresiones, como nos dice Galindo (2010)

Quando hablamos de patriarcado estamos hablando de la base donde se sustentan todas las opresiones; es un conjunto complejo de jerarquías sociales expresadas en relaciones económicas, culturales, religiosas, militares, simbólicas cotidianas e históricas [...] funciona como articulador de una serie de más opresiones, por lo cual es imposible dismantelar una sin dismantelar el eje principal [...] cuando hablamos de patriarcado no estamos hablando de una cuestión aparte sino de un eje de la forma de organización social, económica, cultural y política de cualquier sociedad; no es una discusión periférica, ni específica, ni particular, sino que es una cuestión central e ineludible (GALINDO, 2010, P. 92)

Si entendemos lo anterior a partir de la realidad y actualidad latinoamericana para la mujeres no podemos dejar de pensar en los impactos del neoliberalismo en nuestros cuerpos y territorios, lo que nos conecta y genera la necesidad de entender el papel del trabajo reproductivo y los trabajos del cuidado como un eje central de los sistemas de acumulación capitalista neoliberal.

Con esas premisas se ha intentado hacer lecturas de las realidades de estos territorios desde algunos visores materialistas- marxistas como crisis, fetichismo, plusvalía absoluta y relativa, acumulación originaria e inclusive de forma crítica ampliando la teoría del valor para el análisis del trabajo reproductivo y su papel en el capitalismo, todo ello a partir de las características propias en términos históricos que han marcado las dinámicas estructurantes y estructuradas para un territorio atravesado por el colonialismo, los entronques patriarcales, la inserción a un capitalismo dependiente, la marca histórica de la esclavitud como dispositivo económico y racista, el colonialismo interno y las implicaciones en las clases dominantes y las formaciones Estado-nacionales, entre otras especificidades.

A partir de lo anterior, en mi caso considero que problematizar específicamente la migración de mujeres en América Latina a partir de la óptica de los procesos de resistencia y en una Ciudad como São Paulo, puede traer herramientas y reflexiones que permitan pensar de forma interdisciplinar y multidisciplinar la relaciones micro y macro sociales, colocando en el centro a las protagonistas de las transformaciones; en ese sentido, las tramas históricas,

económicas, políticas y sociales como un todo en la región, y por lo tanto, permeadas por la división internacional y sexual del trabajo, por el capitalismo dependiente y los Estados nacionales, muestran las contradicciones, pero también las contrapropuestas – en este caso levantadas por las bases- que se desarrollan en contraposición a las lógicas de la primacía del capital y su consecuente crisis planetaria marcada por la extrema precarización de la vida.

Citando a Sayad (1984) la migración puede entenderse como un “hecho social total”, es decir, no existe inmigración sin emigración, lo que en términos prácticos significa considerar la historia de las personas que migramos y por lo tanto la relación de dicha historia personal/colectiva con las dinámicas políticas, sociales, económicas y ambientales, tanto del lugar de salida como del lugar de llegada.

En términos de análisis, la consideración de la migración como un hecho social total permitiría ver el fenómeno de una manera no reductora, multidisciplinar y crítica, con el reto de entender entramados sociohistóricos tanto de panoramas locales y regionales como globales. Lo que en el mundo contemporáneo, marcado por el capitalismo neoliberal y sus dinámicas en términos de división internacional y sexual del trabajo, de dinámicas “nacionales-transnacionales”, entre otros, resulta supremamente importante para comprender las tendencias y los ciclos micro y macro sociales.

Así, tras la migración sería posible revisar y resignificar varios elementos de nuestros pasados históricos, siempre en tensión con el presente, y además siempre en tensión con los otros, generando conflictos especialmente en la lógica individualista que tanto nos moldea a quienes somos atravesados por el auge neoliberal y la extrema comercialización y privatización de todos los ámbitos de la vida.

Esas dos características, (la lógica individualista y la extrema comercialización de todos los ámbitos de la vida), generadoras de tantas desigualdades y que dan paso a diferentes formas de explotación y opresión; a su vez, han generado una crisis de sentido, en donde varios aspectos de la vida social están siendo cuestionados desde diferentes lugares, y es desde los lugares de las y los oprimidos y explotados, de los censurados, de donde se “propone” a partir de prácticas contestarias, alternativas a las diferentes lógicas patriarcales, coloniales, imperiales, y de expansión capitalista-neoliberal, que lejos de ser procesos del pasado, son procesos en marcha que siguen configurando nuestras realidades a partir de las estructuras que sostienen las relaciones de opresión propias de la modernidad; tales como, la explotación

capitalista, patriarcal y racista que se apoyan en las distintas fases de acumulación originaria en el marco de expansiones del capitalismo, (FEDERICCI, 2018, P. 107).

Es allí, donde el patriarcado capitalista, entendido como un sistema de jerarquización y opresión dentro de los márgenes de las relaciones de producción capitalistas salariales y no-salariales que nos cobijan hoy, tiene un desarrollo específico en los territorios que han sido atravesados por la colonización y donde se yuxtaponen diferentes relaciones de poder tanto internamente, como con los países “centrales” en relación a la división internacional y sexual del trabajo.

Planteado de otra forma, el patriarcado como sistema de opresión se desarrolla de forma articulada con el sistema de producción -en este caso el capitalista- acentuando los antagonismos de clase, pero con especificidades de acuerdo a las relaciones sociales, culturales, políticas y económicas de cada lugar.

En ese sentido, dicho patriarcado estaría atravesado también por el horizonte histórico colonial, donde la idea de raza y la jerarquía etno-racial atraviesa las relaciones epistemológicas, de clase y de sexo, lo que finalmente se deriva en un tipo de “entronque patriarcal”; es decir, la combinación de características del “patriarcado local” con un patriarcado propio de los colonizadores, (PAREDES, GUZMAN, 2014), que pretende ser global, por lo que se logra entender al patriarcado como una base articuladora de diversas opresiones, (GALINDO, 2014, P. 92), y por lo tanto, genera la necesidad de analizar esas articulaciones sin separarlas unas de las otras. Finalmente, la idea es entretejer las manifestaciones de dicho patriarcado capitalista y sus características coloniales, dentro de la noción de un tipo de producción capitalista específico: con peculiaridades, como en el caso de Latinoamérica; es decir, desde la inserción en el capitalismo internacional de forma dependiente, (MARINI, 1973), para identificar las tensiones e imbricaciones con la crisis migratoria encabezada por mujeres empobrecidas de todas las razas y personas racializadas de todos los sexos, (FALQUET; 2016), que conforman un nuevo “proletariado global”, necesario para la producción de grandes excedentes al capital.

En ese orden de ideas se vinculan los análisis desde horizontes históricos patriarcales/coloniales/capitalistas en términos de dos contradicciones: por un lado la explotación de fuerza de trabajo flexible (Harvey, 1989), y por otro lado los reconocimientos interculturales como potencia (que se articulan con los panoramas migratorios) para pensar luchas por lo común más allá de los efectos totalizantes del Estado nación y articulando el

movimiento entre identidad y alteridad con los procesos de reconocimiento y las culturas como motores de las memorias largas y cortas. Ya que las luchas por lo común (como afirma Federici, 2012, P. 243) configuran un mecanismo esencial en el que se crea interés colectivo y lazos de apoyo mutuo como resistencia ante los ataques capitalistas-neoliberales

La primera lección que tenemos que aprender de estas luchas es el hecho de que el «bien común» es la puesta en común de los medios materiales y supone el mecanismo primordial por el cual se crea el interés colectivo y los lazos de apoyo mutuo. También supone la primera línea de resistencia frente a una vida de esclavitud, ya sea en los ejércitos, los prostíbulos o los talleres clandestinos (FEDERICCI, 2012; p. 253)

3. Oralidad, memoria y resistencia en la ciudad de Sao Paulo

Siguiendo un mismo orden de ideas, en términos de considerar a las luchas por lo común tanto como categoría de análisis como perspectivas de acciones concretas ante nuestra actualidad atravesada por las depredaciones neoliberales en donde la historia y la memoria también deben ser vistas como bienes comunes ante su mercantilización y apropiación en la sociedad del espectáculo, (Debord, 1967) será la cultura articulada a los procesos de producción y reproducción la que también jugará un papel importante, en especial si lo pensamos desde los medios de comunicación como otra variable de las configuraciones del poder que se articula a la hegemonía y a las dinámicas de producción del capitalismo y con el colonialismo interno que siempre han usado sus mecanismos de encubrimiento, por lo que insisto en la articulación entre cultura memoria y resistencia como una forma de trabajar y luchar por la historia como bien común, al saber que es un campo de disputa articulado a narrativas de poder en donde el espectáculo es una de ellas.

La sociedad del espectáculo, como fenómeno, es un resultado de la sociedad capitalista que representa a la economía desarrollándose por sí misma, produciendo las cosas y objetivando infielmente los productores, es una organización de la apariencia, un tipo de sub-comunicación atravesado por los modelos de vida socialmente dominantes, lo que finalmente la convierte en un mecanismo capitalista/neoliberal de apropiación ya no sólo del trabajo sino también de la historia (DEBORD, 1967).

La relación entre mercancía y fetichismo se cumple fielmente en el espectáculo, las narrativas mismas son fetiches y mercancías al mismo tiempo, por lo cual es absolutamente dogmático al mismo tiempo que no puede reposar en argumentos sólidos. Ello puede explicarse ante la relación dialéctica entre mercancía del mundo y el mundo de la mercancía y

fundamentalmente en la separación entre producción y consumo, lo que crea tipos de alienación en forma de sucesión de fragmentos

La brecha abierta entre producción, reproducción y consumo nos conduce a ignorar las condiciones bajo las cuales han sido producidas las mercancías que comemos, con las que nos vestimos o trabajamos, además de su coste social y medioambiental y el destino de las poblaciones sobre las que se arrojan todos los desperdicios que producimos. (FEDERICI, 2018, P. 254)

Ello nos hace preguntarnos sobre las negaciones e irresponsabilidades de nuestras acciones dentro de las estructuras depredadoras que sostienen las divisiones sociales del trabajo que organiza el capitalismo, en donde cada vez se ensancha más la brecha entre lo que es producido y lo que es consumido (que aplica para el entretenimiento) y por tanto aumenta la alienación o ceguera ante la muerte (inclusive para la historia-memoria) que cubre los productos que aceptamos consumir

En otras palabras, necesitamos superar el estado de negación constante y de irresponsabilidad en relación a las consecuencias de nuestras acciones, resultado de las estructuras destructivas sobre las que se organiza la división social del trabajo dentro del capitalismo; sin eso, la producción de nuestra vida se transforma, inevitablemente, en la producción de muerte para otros. Como señala Mies, la globalización ha empeorado esta crisis, ensanchando la distancia entre lo que es producido y lo que es consumido intensificando de esta manera, pese al aumento en apariencia de la interconectividad global, nuestra ceguera frente a la sangre que cubre los alimentos que consumimos, las ropas que vestimos, y los ordenadores con los que nos comunicamos, (FEDERICI, 2018, P. 254)

Finalmente el espectáculo como sustitución del pasado-memoria, se articula a formas de la vida individual-cotidiana, sin lenguaje, sin conceptos y sin acceso crítico al pasado (DEBORD, 1967); dinámicas, ya articuladas por varias formas del colonialismo.

Así, cuando pensamos en nuestros presentes, en donde es evidente la falta de sentido de muchos discursos y en donde la distancia entre las palabras y los hechos son política oficial, se hace necesario hurgar en el pasado, especialmente, si nos paramos desde nuestros territorios marcados por la colonización y sus correspondientes estrategias de dominación, como lo ha sido el colonialismo en sus diferentes manifestaciones perpetuándose hasta la contemporaneidad. Para Cusicanqui el colonialismo tiene una función muy específica para las palabras; la de encubrir:

Hay en el colonialismo una función muy peculiar para las palabras: las palabras no designan, sino encubren, y esto es particularmente evidente en la fase republicana, cuando se tuvieron que adoptar ideologías igualitarias y al mismo tiempo escamotear los derechos ciudadanos a una mayoría de la población. De este modo, ¿las palabras se convirtieron en un registro ficcional, plagado de eufemismos que velan la realidad en lugar de designarla? [...] Los discursos públicos se convirtieron en formas de no decir. Y este universo de significados y nociones no-dichas, de creencias en la jerarquía racial y en la desigualdad inherente de los seres humanos, van incubándose en el sentido común y estallan de vez en cuando de modo catártico e irracional. (CUSICANQUI, 2010, P. 19).

Así, entendemos el colonialismo interno como un horizonte de larga duración que opera como una forma de dominación que se incrusta en la subjetividad, un tipo de interiorización del pensamiento del opresor, de las elites dominantes, que opera en nuestra forma de ver el mundo legitimando y ampliando las relaciones desiguales y sobretodo operando en contra de nuestra propia dignidad a partir de los encubrimientos. Actualmente, por ejemplo, se le llama democracia a los fraudes electorales que no solo son fraudes por manipular directamente los datos, sino también por todos los intentos de posicionarse ideológicamente jugando con los medios de comunicación a su favor. Es así que podemos ver y entender la continuidad del colonialismo interno como dispositivo que ha atravesado varios de los ciclos de transformaciones y reformas emprendidas en nuestros territorios:

Con cada ciclo de reformas culturales/políticas emprendidas por las elites dominantes —comenzando por las reformas borbónicas del siglo xviii—, se reconstituía, remozada, la estructura vertical y depredadora del colonialismo y se renovaban sus mecanismos de justificación y encubrimiento (CUSICANQUI, 2010, P. 26)

Para dialogar con lo anterior, los aportes de Gramsci con conceptos como hegemonía, Estado ampliado e intelectual orgánico, pero pensados desde los encubrimientos propios del colonialismo y sus discursos oficiales legitimadores, nos ayudan a pensar de una manera más amplia y conectada la relación dialéctica de actores sociales con la estructura y la superestructura⁵, un aporte que al florecer durante el auge del fascismo y de la razón instrumental como maquinaria genocida, nos da herramientas para entender y descifrar las distorsiones de la realidad que articulan las clases dominantes a través de sus discursos

⁵ A partir de Marx, cuando me refiero a la estructura hablo de las condiciones materiales de producción como las herramientas, infraestructura tecnológica y la fuerza de trabajo. La superestructura hace referencia al nivel ideológico, cultural y jurídico/político.

despojados de sentido concreto y legitimados a partir de sus redes de comunicación y de sus intelectuales.

A partir de lo anterior, si nos ubicamos históricamente ante la configuración de los Estados nacionales y los auges de la sociedad liberal-capitalista, la noción de hegemonía corresponde a la dimensión ideológica de la dominación burguesa⁶, a la imposición gradual de la visión del mundo de quienes pertenecen a la clase dominante y, por lo tanto, en el predominio en el campo intelectual y moral de las ideas que establecen esas mismas clases. Las clases dominantes y por extensión, su red de intelectuales y los medios de comunicación, se encuentran dentro y fuera del Estado repartiendo su visión de mundo a partir de sus medios de comunicación y de la explosión publicitaria mezclándose dentro de las clases subalternas para llegar a dirigir a todas las clases sociales de forma completa.

Este tipo de hegemonía es reproducida y se desarrolla por un tipo de estado específico, el ESTADO AMPLIADO. En ese sentido, el Estado ampliado sería la suma de la sociedad política y la sociedad civil, (notas sobre Maquiavelo), lo que quiere decir que el Estado está incorporado en la sociedad civil y ejerce una hegemonía acorazada de coerción, pues ya el Estado no sólo va a hacer referencia a lo jurídico, sino también, a lo que Marx denominaba: los medios de producción ideológica; y junto con él, las clases dominantes y la iglesia, los partidos políticos, y los sindicatos, que son quienes finalmente reparten la visión de mundo que sostiene las clases dominantes.

No es en vano que a partir del pensamiento crítico desde Latinoamérica se haga evidente lo que Silvia Cusicanqui (2018) entiende como: crisis de las palabras, en donde nociones que pueden pensarse en términos de reivindicación y que son usados con tanta seguridad como “movimiento social” o “sindicatos” dentro de la izquierda, o de “derechos” dentro de la derecha, muestran sus incoherencias, se desvanecen y sirven más como camisas de fuerza ante la diversidad de descontentos, rabias y luchas, o como tipos de encubrimiento; lo que genera un tipo de estancamiento e incapacidad para el entendimiento crítico de lo que realmente hay, pues dichas nociones terminan desvaneciéndose ante sus contradicciones y cooptaciones por parte de la maquinaria neoliberal o los Estados y su hegemonía como ya hablaba Gramsci.

Así, Cusicanqui (2018), describe que nuestro tiempo ya no estaría totalmente marcado por luchas para el “acceso al poder”, ciudadanía, derechos, sino que coexiste con luchas en

⁶ Formas de encubrimiento del horizonte liberal

donde se respeta una alteridad tan radical, que entran en disputa con la noción de desarrollo. Por tanto, la disputa de la cual hacemos parte es ante el enfrentamiento entre el capital y la vida y no sólo del capital y el trabajo, lo que finalmente pone en el centro los debates acerca del trabajo reproductivo y las mujeres como foco (FEDERICCI, 2015), como ciclos de luchas por territorio, justicia y libertad (CUSICANQUI, 2018).

Dicho lo anterior, es posible entrever el hecho de que sea tan difícil pensar fuera de la maquinaria ideológica del Estado, somos educados por él, vemos el mundo con sus variables y como resultados obtenemos diversas piezas que encajan en sus lógicas, hablamos con sus palabras: ciudadanía, derechos. El punto es que también, es un campo de disputa por lo que el papel de quienes han-hemos vivido la exterioridad es fundamental, ya que, las y los intelectuales de nuestras trincheras, con varias otras visiones de mundo y formas de organización y autogestión, también articulan otras formas de vida posibles⁷

Como vimos, las alienaciones capitalistas/neoliberales hacen difícil para el trabajador reconocer y nombrar su propia existencia; sin embargo, si seguimos a Gramsci, a través de la cultura como mediadora en la relación entre economía y política se pueden generar procesos profundos de combates culturales, una otra manera de enfrentamientos ideológicos y de guerras de posiciones.

Cuando hablo de cultura, siguiendo a Concone (2011), hago referencia al dispositivo que es mediador de la realidad, en donde la otredad será una parte fundamental del análisis, pues *somos el otro del otro*, ello significa, que existen y coexisten diversas formas de concebir y de expresar la realidad por una multiplicidad de razones que se han manifestado en distintas formas de codificar diferentes aspectos de las sociedades, por lo que se le llama cultura a un intento conceptual de abstracción (por su utilidad analítica) para referirnos a una multiplicidad de culturas, en plural. Dicho análisis vincula necesariamente a la sociedad y la cultura, por lo que finalmente la autora adopta el concepto: sociocultural.

Hay especialmente dos reflexiones que hace Concone (2011) que a mi juicio potencian y complementan sus argumentos. La primera es la citación de Sacks y la diferenciación que el autor hace entre *ver* y *mirar* en su libro “un antropólogo en marte”, pues podría contribuir a discusiones acerca de la otredad y del encuentro con diferentes epistemes, colocando en tensión

⁷ Ello no es una realidad inexistente o simplemente una utopía abstracta, basta acercarse al movimiento zapatista, por ejemplo, como una puesta en marcha concreta, de ese otro mundo posible a pesar de sus contradicciones.

el lugar del observador e interpretador y también cuestionando el carácter universalista y por lo tanto hegemónico del conocimiento. Por esa misma línea, pero quizás de una forma más radical las contribuciones del antropólogo E. Morin que cita la autora acerca de la importancia de los mitos/ritos en la interpretación de las realidades y por lo tanto de considerar a la especie humana como *homo sapiens-demens* y no como *homo sapiens-sapiens* me parece una buena oportunidad para cuestionar la esencialización de la razón en términos instrumentales que ha marcado la historia de occidente, pues considero que podría ser un eje en contra del eurocentrismo.

Otra autora que trabaja discusiones acerca de la cultura es Jerusa Ferreira (1994), ella a través de los aportes de la semiótica colocará discusiones que profundizan los análisis culturales y los vinculará a procesos históricos y de memoria.

La autora, entrelaza tres categorías principales: *Cultura, texto*⁸, y *memória* como una relación dinámica de sistemas semióticos que se han formalizado de manera histórica y que consecuentemente pueden desmembrarse y relacionarse con conceptos como *información, signos* y *duración/longevidade* (memoria colectiva, memoria selectiva) principalmente; y en un sentido más abarcativo con la noción de *semiosfera* desarrollada por Lotman como un “*espacio semiótico de los desarrollos de lo simbólico y de la trama en un espacio geográfico y social*”.

En ese orden de ideas, el planteamiento central de la autora es que la cultura puede ser analizada a partir de su relación con la noción de información, siendo que la cultura-información puede entenderse como un espacio conflictivo y de disputa que depende de la transmisión-conservación (*texto*), lo que significa que no puede desvincularse de la *memoria*. *Cultura* como un dispositivo complejo que se mueve a través de las informaciones y elaborando distintos procedimientos para codificar y decodificar mensajes en diferentes sistemas de signos, texto como una unidad generadora de nuevos significados y condensadora de la *memória* cultural, es decir que será definido en términos de las *memórias* que necesita para ser entendido, y *memória* como un dispositivo icónico y dinámico del cual se desprende la noción de duración (longevidade) y por tanto la distinción entre memoria colectiva y memoria selectiva.

⁸ *Texto* en un sentido más amplio del que nos solemos referir, pues contempla un sistema de signos y codificaciones interpretables.

Finalmente la autora concluye que la cultura es la memoria colectiva, por lo cual, para entender la noción de cultura hay que tener en cuenta la cantidad de conocimientos, su redistribución, y también la mutación de conceptos de lo que se disputa como “memorizable” lo que conlleva a su vez a distintas valoraciones jerárquicas de los registros de la memoria.

A partir de lo anterior, quisiera enfocarme en las potencialidades y aportes que considero, serán de gran importancia para mi proceso de aprendizaje e investigativo. En ese sentido, me parece importante detenerme en la paradoja de la memoria/olvido (Lotman, Zumthor) e incluso en el propio hecho y el peso interpretativo de vincular la memoria con la información (como lo hace la autora), pues pone en cuestión y en tensión problemas como la linealidad, la pretensión de neutralidad y la universalidad de la historia, pero sobre todo pone al descubierto en términos metodológicos la consideración de las relaciones de poder como un eje fundamental para ampliar el espectro analítico, pues los “olvidos obligatorios” ya sean bajo maquinarias de los sistemas político-estatales o bajo los medios de comunicación de masas propios de la globalización, pueden convertirse en un dato fundamental, lo que genera una relación dialéctica entre la omisión-destrucción y la creación de nuevos textos culturales, que a su vez es potencial para disputar la lucha por la memoria como una construcción colectiva-individual (también en términos dialécticos) de narrativas permeadas por dinámicas de poder.

Así, la semiótica y específicamente la semiótica de la cultura aparece en mi horizonte analítico como una herramienta práctica ante un deseo investigativo-libertario que pretende poner en práctica la interdisciplinariedad, porque pensar desde los territorios y los cuerpos colonizados no es nada fácil, especialmente en un momento histórico en donde la información-articulada a la historia de los pueblos y de sus disputas en formas de memoria- es un fetiche cuyos dueños leen, re-organizan y coordinan las interpretaciones del mundo instrumentalmente a partir de sus intereses para imponerse (cada vez con más tecnologías) y por mantener las mismas relaciones de poder, en donde se espera que las y los subalternos introyectemos las visiones de mundo que legitiman la propia opresión. Porqué lo leo → Como me llegó esa información y porqué (el carácter del acceso a la información y el poder). Desde donde lo leo, → quien lo escribo, para quien lo leo → a partir de qué herramientas. Cómo lo leo → lugar de enunciación/historia-memoria.

Dicho esfuerzo podría configurar prácticas concretas de descolonización que sobretodo estimulen el pensamiento crítico que pueda desvendar los encubrimientos que nos oprimen. Descolonizar implicaría un proceso, una lucha que sque nuestra parte india en lugar de ocultarla

e infertilizarla con los discursos de la hibridación y el racismo estructural que nos atraviesa como forma de dominación y autorepresión.

Finalmente, si tomamos dichas reflexiones para entender las dinámicas de la ciudad de Sao Paulo para comprenderla como un foco de desarrollo capitalista articulado a las dinámicas migratorias y las transformaciones del trabajo, podríamos encontrar en ella las contradicciones y los vínculos entre la fuerza de trabajo flexible y el desarrollo capitalista atravesado por dinámicas históricamente patriarcales y racistas.

REFERENCIAS

A. SALAZAR BONDY. *Existe una filosofía de nuestra América?* Siglo XXI editores S.A. Primera edición, 1968.

CERUTTI, Horacio. *Historia de la filosofía en contextos postcoloniales*. Presentación y discusión subsecuente en el encuentro sobre "*Historia de la filosofía, neoliberalismo y democracia*" en Tultenango del 7 al 9 de noviembre de 1997.

E ILIENKOV. *De lo abstracto a lo concreto*. En: "El Capital, teoría, estructura y método". Tomo 1. Ediciones de cultura popular, 1977.

FALS BORDA, O. (1984). *Resistencia en el San Jorge*. Bogotá: Carlos Valencia Editores. Fry, T. (2012). *Becoming Human by Design*. London: Berg.

FALQUET, JULES. *De la cama a la calle*. Edición Ochy curiel y Jules Falquet, Bogotá, 2006. FEDERICI, SILVIA. *Patriarcado del salario. Traficantes de sueños*, 2018.

FEDERICI, SILVIA. *Revolución en punto cero: trabajo doméstico reproducción y luchas feministas*. España: traficantes de sueños, 2013.

FEDERICI, Silvia. *Calibán y la Bruja: Mujeres, Cuerpo y Acumulación originaria*. Ediciones tinta limón, 2015.

GALINDO, María. *No se puede descolonizar sin despatriarcalizar: teoría y propuesta de la despatriarcalización*. Bolivia: Mujeres Creando, 2010.

GROSGOUEL: CASTRO-GOMEZ: *El giro descolonial; Prólogo*, 9-24, 2008.

GUY DEBORD. *La sociedad del espectáculo*, 1967.

VILLAS CONCONE, MARIA HELENA. *A noção de cultura*. Revista Kairós, v. 14, p. 01-16, 2011.

PIRES, FERREIRA JERUSA. *Cultura é memória*. En: Revista USP. São Paulo (24): 114- 120. dezembro/fevereiro. 1994/95

MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica de la dependencia*. México: Era, 1973.

MARTÍ, José. *Nuestra América*. Publicado en La Revista Ilustrada de Nueva York, Estados Unidos, el 10 de enero de 1891, y en El Partido Liberal, México, el 30 de enero de 1891

MORA, Lina. Luchas por lo común: trayectorias de vida y colectivos de mujeres migrantes en la ciudad de Sao Paulo, Trabajo para obtener el título en ciencia política y sociología, UNILA, 2018.

PAREDES, Julieta C.; GUZMÁN, Adriana. Qué es el Feminismo Comunitario? Comunidad Mujeres creando comunidad. Bolivia: El Tejido de la Rebeldía, 2014 Revista digital opinión, edición, 2013.

RIVERA CUSICANQUI, S. Sociología de la imagen. Buenos Aires: Tinta Limón. 2015.

RIVERA CUSICANQUI, S. . Ch'ixinakax utxiwa. Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. Buenos Aires: Tinta Limón. 2010.

RIVERA CUSICANQUI, S. (2016) Entrevista a Silvia Rivera Cusicanqui: “Seguir mirando a Europ...” RIVERA CUSICANQUI, S. (2005).

SAFFIOTI, HELEIETH. Gênero patriarcado e violência. São Paulo: F. Perseu Abramo, 2004.
SAYAD, ABDELMALEK. La doble ausencia: de las ilusiones del emigrado a los padecimientos del inmigrado, 2010.

AVANÇOS E RETROCESSOS DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL DO MERCOSUL: PARA ALÉM DE UMA INSTITUCIONALIZAÇÃO VAZIA

Lucas Gonçalves de Oliveira Ferreira¹(UNILA)

Resumo: Esse trabalho se propõe a discutir o processo de institucionalização do Mercosul, da sua origem até o período pós 2003, com especial atenção ao nível de adequação desse processo de institucionalização e ao debate teórico que o cerca. Para tanto o trabalho é dividido em três momentos de análise, um primeiro momento onde são discutidas e analisadas questões ligadas as origens dos processos de integração regional na América Latina, assim como as nuances da inserção do Mercosul nesse contexto histórico de proliferação de blocos de integração regional. Em um segundo momento são trabalhadas, de maneira breve, as principais teorias clássicas da integração regional, que permearam as bases teóricas de criação dos processos de integração regional na década de 80 e 90, bem como a transversalidade e importância do conceito de institucionalização para o desenvolvimento teórico clássico do conceito de integração e suas repercussões na estrutura institucional do Mercado Comum do Sul. E por fim em um terceiro e último momento intenta-se analisar as fases do processo de institucionalização do Mercosul, bem como discutir à luz dessas informações se o processo de institucionalização do bloco tem conseguido gerar consolidação e avanços significativos para a iniciativa de integração do Mercosul, ou se tal processo tem se mostrado como um esforço estéril na busca de um ideal de integração inalcançável.

Palavras chaves: Institucionalização; Mercosul; Integração Regional.

AVANCES Y DEVOLUCIONES DEL PROCESO DE INTEGRACIÓN REGIONAL DEL MERCOSUR: MÁS ALLÁ DE LA INSTITUCIONALIZACIÓN VACÍA

Resumen: Este documento tiene como objetivo discutir el proceso de institucionalización del Mercosur, desde su origen hasta el período posterior a 2003, con especial atención al nivel de adecuación de este proceso de institucionalización y el debate teórico que lo rodea. Para este fin, el trabajo se divide en tres momentos de análisis, un primer momento en el que se discuten y analizan cuestiones relacionadas con los orígenes de los procesos de integración regional en América Latina, así como los matices de la inserción del Mercosur en este contexto histórico de proliferación de bloques de integración regional. En segundo lugar, se exploran las principales teorías clásicas de integración regional, que impregnaron las bases teóricas para la creación de procesos de integración regional en los años ochenta y noventa, así como la transversalidad e importancia del concepto de institucionalización para la región. desarrollo teórico clásico del concepto de integración y sus repercusiones en la estructura institucional del Mercado Común del Sur. Y finalmente, en un tercer y último momento, pretendemos analizar las fases del proceso de institucionalización del Mercosur, así como debatir a la luz de esta información si el proceso de institucionalización del bloque ha sido capaz de generar consolidación y un progreso significativo para la iniciativa de integración del Mercosur, o si dicho proceso ha resultado ser un esfuerzo estéril en la búsqueda de un ideal de integración inalcanzable.

Palabras claves: Institucionalización; Mercosur; Integración Regional.

AVANCES Y DEVOLUCIONES DEL PROCESO DE INTEGRACIÓN REGIONAL DEL MERCOSUR: MÁS ALLÁ DE LA INSTITUCIONALIZACIÓN VACÍA

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Integração Latino-Americana (PPGICAL) da UNILA, e-mails: lucas.ferreira@unila.edu.br e lucas.ferrs@gmail.com.

Abstract: This paper intends to discuss the process of institutionalization of Mercosur, from its origin until the post 2003 period, with special attention to the level of adequacy of this process of institutionalization and the theoretical debate that surrounds it. To this end, the work is divided into three moments of analysis, a first moment where issues related to the origins of regional integration processes in Latin America are discussed and analyzed, as well as the nuances of the insertion of Mercosur in this historical context of proliferation of integration blocks. regional. Secondly, the main classical theories of regional integration are explored, which permeated the theoretical basis for the creation of regional integration processes in the 1980s and 1990s, as well as the transversality and importance of the concept of institutionalization for the region. classic theoretical development of the concept of integration and its repercussions on the institutional structure of the Southern Common Market. And finally, in a third and last moment, we intend to analyze the phases of the process of institutionalization of Mercosur, as well as to discuss in the light of this information whether the bloc's institutionalization process has been able to generate consolidation and significant progress for the Mercosur integration initiative, or if such a process has proved to be a sterile effort in pursuit of an unreachable integration ideal.

Keywords: Institutionalization, Mercosur, Regional Integration.

Introdução

Muito se produziu sobre o processo de integração europeia, sendo até os dias atuais o foco de intensos estudos e considerado o modelo de integração a ser paradigmático na elaboração de uma ainda distante teoria geral da integração.

Contudo, esses diversos estudos deram origem a diversas abordagens a cerca da Integração Regional, algumas com viés político, outras económico, entre outros muitos enfoques, mas um aspecto, todas essas abordagens detém em comum, a especificidade de serem pensadas exclusivamente para explicar o processo de integração europeu, sendo pouco aplicáveis a processos de integração regional diversos do referido processo.

Assim, a opção observada por boa parte dos teóricos, que se dedicam ao estudo dos demais processos de integração regional ao redor do mundo, foi a aplicação de abordagens teorias híbridas, emprestando conceitos de diversas teorias da integração, esforçando-se para dar sentido lógico a uma série de retalhos teóricos, para produzir algo minimamente capaz de explicar os processos de integração diferentes dos quais tais teorias foram criadas para explicar.

Nesse contexto, um ponto pode ser visto como transversal a maioria das teorias da integração: a importância da estrutura institucional, seja fortalecendo a própria existência do processo, seja influenciando os Estados membros a decidir em pró de interesses regionais e não necessariamente apenas considerando interesses nacionais.

Todavia, mesmo diante da relevância das instituições para o processo de integração, tal fator não se faz, por si só, capaz de indicar o êxito de um processo de integração, em especial nos moldes propostos pelo paradigma institucionalista.

Destarte esse trabalho se propõe, em linhas sucintas, a responder a seguinte pergunta: “O processo de institucionalização do Mercosul tem conseguido gerar consolidação do bloco ou apenas criando uma estrutura de instituições vazias e desprovidas de utilidade prática?”.

Visando por fim, aportar um diagnóstico breve do processo de institucionalização do Mercosul e como tem afetado a consolidação do bloco, que a cada dia vê seu futuro mais incerto.

1. O processo de integração na América Latina e o Mercosul.

A partir da década de 1950, o mundo começou a assistir a uma multiplicação de Acordos Preferenciais de Comércio (APC) que alteraram o panorama internacional (Reis; Azevedo; Lelis, 2014, p. 352). Essa conjuntura de mudança está diretamente ligada a uma nova onda de regionalismo, distinta da ocorrida em 1950 e 1960, onde, segundo Prebisch (2012), às políticas econômicas não lograram atender as necessidades de crescimento, fazendo com que os países subdesenvolvidos, em especial os países latino-americanos, não conseguissem competir em igualdade de armas com os países ricos, sendo necessários incentivos especiais para desenvolvimento de seus processos de industrialização interna.

Esse novo regionalismo, que surge a partir de 1990, tem como premissa fundante a promoção e inserção dos países na economia mundial e a implantação de políticas de atração de investimento com objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social de seus integrantes (Reis; Azevedo; Lelis, 2014, p. 352-354).

Sem embargo, percebe-se que a dificuldade de se fazer avançar as negociações no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), em geral resultado da criação de um número crescente de barreiras protecionistas tarifárias e não-tarifárias, têm feito com que o papel antes exercido pela OMC, seja paulatinamente substituído por regras regionais negociadas pelos APC's (Bhagwati & Panagariya, 1996).

Considerando-se ainda que com o fim da Guerra-Fria e com a aceleração do processo de globalização, muito se intensificou a estruturação de projetos regionais de integração, e que tal processo resultou na evidenciação das incapacidades dos Estados de lidarem com seus problemas dentro de seu âmbito doméstico.

O que faz com que as buscas de soluções para tais problemas comecem não mais a respeitar os limites fronteiriços. Começando a exigir a ação conjunta de diferentes Estados na tentativa de implementar políticas públicas transnacionais para solução de problemas que até então eram tratados somente no âmbito doméstico (Silva & Costa, 2013).

Destacando que é nesse contexto de importante inflexão no cenário internacional, que surgem blocos regionais como a União Europeia e mais tarde na América do Sul, a União das Nações Sul-Americanas (Unasul) e o Mercado Comum do Sul (Mercosul).

Nesse contexto as discussões teóricas sobre a integração regional mais comuns no estudo das relações internacionais não se mostraram totalmente capazes de elucidar o fenômeno da integração em nas várias regiões do mundo. Tais teorias, via de regra, tem caráter norteador do debate da integração, mas não são passíveis utilização autônoma, afinal os processos de integração são diferentes em cada região do globo e demandam abordagens compostas por um híbrido de justificativas e motivações das inúmeras teorias de integração, sem adotá-las como modelo suficiente e único.

Assim segundo Corazza (2006), foi com a criação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) que a longa jornada pela integração se iniciou na América Latina, em especial considerando-se que as iniciativas de integração ocorridas na região nos anos 60 e 90 tiveram via de regra influência do pensamento Cepalino, fundadas em um viés econômico comum a todos os projetos integracionistas apresentados nesse interstício de tempo.

No contexto de integração impulsionada sob os auspícios da Cepal, constata-se uma alteração no papel do Estado, que deixa de ter a função de indutor do desenvolvimento para ter a função de promover a abertura de suas economias (Corazza, 2006, p. 148-150).

Neste novo cenário, o Mercosul se mostra como exemplo do regionalismo aberto (principal aporte teórico da Cepal quanto a integração), onde o papel do Estado contrai-se e o livre comércio é incentivado objetivando - se alcançar inserção econômica global para a região.

Contudo tal aporte, de caráter meramente comercialista, desde dos anos 2000 vem sendo superando, aposentando definitivamente os resquícios do pensamento cepalino difundido no “regionalismo aberto”, e buscando privilegiar a cooperação em detrimento da competição, na busca de um processo de integração real, profundo, permanente e pautado em lógica de ganhos mútuos.

2. Teorias da integração e a transversalidade do paradigma institucionalista

Lançadas as bases do processo histórico que culminou com o surgimento do Mercosul, necessário adentrar ao real problema proposto nesse artigo, a saber os reflexos do paradigma institucionalista clássico na construção do Mercosul como processo de integração, o que não se mostra tarefa fácil, pois como já tratado no início da sessão anterior as teorias, via de regra, tem caráter norteador do debate da integração, mas não contemplam de forma completa e suficiente as respostas a todos os aspectos de um processo de integração, especialmente processos complexos como os existentes na América Latina, sendo sempre necessária a busca de abordagens compostas por inúmeras teorias, sendo pouco indicado adotá-las como modelo auto suficientes e únicos.

Assim, o primeiro grande grupo de teorias da integração, são as chamadas clássicas, onde podemos encontrar teorias como o Federalismo; o Funcionalismo; o Neofuncionalismo; o Transacionismo ou Transnacionalismo e o Intergovernamentalismo.

Introdutoriamente cumpre destacar que mesmo vários autores considerem que o início das teorias da integração, tenha se dado com o surgimento da corrente funcionalista (Candeas, 2010), é oportuno considerar o federalismo como uma proto-teoria que tentam lidar com o fenômeno da integração regional.

Dessa forma, deve-se considerar que o federalismo, não é ao pé da letra uma teoria científica em busca de explicações acerca do processo de integração, estando mais corretamente definida com uma estratégia de integração, com objetivos claros de manutenção da paz, provavelmente decorrência dos traumáticos eventos ocorridos durante as duas guerras mundiais (Ramos, Marques, & Jesus, 2009, p. 60-62).

O federalismo concentra-se, não na interpretação científica do fenômeno da integração, e sim nas práxis políticas, ocupando-se com a elaboração de estratégias políticas necessárias para que se atinja os fins desejados, não sendo relevante a forma ou os meios usados para tal.

Em meados da década de 50, surge o funcionalismo teoria essa que busca reinterpretar o movimento de reordenação política internacional existente no período do pós 2ª Guerra Mundial. Assim para Mitrany (1943;1966), principal autor do funcionalismo, a teoria funcionalista deveria ser entendida considerando dois espectros distintos, ora como uma teoria da integração que buscava compreender como se dava o processo de integração na Europa, ora

como uma estratégia de integração, na medida que detinha fortes elementos normativos na tentativa de levar a cabo a reconstrução de uma Europa pacífica.

O argumento central do funcionalismo é a ideia de que a cooperação internacional em áreas ou tarefas específicas deveria ser incumbência de organizações internacionais autônomas, e tais instituições levaria ao desenvolvimento de um sistema internacional mais próspero e pacífico (Ramos, Marques, & Jesus, 2009, p. 61).

Dessa maneira, percebe-se que para o raciocínio funcionalista é extremamente importante, a separação entre as áreas políticas e as áreas técnicas, ou em outras palavras, a separação entre a “alta política” e a “baixa política”, sendo assim os atores técnicos, estariam acima dos interesses nacionais defendidos pelos atores políticos, estando em posição de operacionalizar um ambiente de cooperação para a pacificação da relações internacionais e difusão do bem-estar em escalas globais.

Contudo essa base tecnocrata, cerne do pensamento funcionalista, também é sua grande fraqueza, haja vista que a separação dos aspectos técnicos cooperativos e dos aspectos políticos se mostra algo artificial. De modo que possui seus limites na exata proporção em que negligência a interação constante existente na dinâmica entre alta e baixa política.

No decorrer dos anos 1950 e 1960, surgem teorias de integração com um maior grau de comprometimento científico, como o neofuncionalismo, baseado nas obras de Ernst B. Haas (1961;1976) e Philippe C. Schmitter (1969), que através da fusão entre conceitos funcionalistas e do federalistas, passou a “afirmar que a integração regional pode ser promovida pela interação gradual de áreas setoriais específicas e “transbordar” – *spillover* -, das áreas integradas para outras áreas” (Ramos, Marques, & Jesus, 2009, p. 62).

Dessa forma, é possível sintetizar o cerne teórico do neofuncionalismo da seguinte forma: a teoria neofuncionalista se funda primeiramente no conceito de “transbordamento” ou *spillover* funcional, que nada mais é do que a ideia de que ao haver iniciativas de integração setorial exitosas, essas levarão, via de regra, as novas iniciativas de integração em outras áreas.

Outro ponto a se considerar, é que o transbordamento ainda pode comportar um aspecto político ou *spillover* político, onde a premissa é a de que a integração em áreas específicas resultará no apoio das novas autoridades políticas que surgirem a partir da integração.

O destaque dado pelo neofuncionalismo de Ernst Haas (1958) as estruturas institucionais regionais autônomas, que atribuí papel central dessas estruturas institucionais na promoção e consolidação da integração, de forma que:

[...] essa nova institucionalidade estimularia expectativas positivas nos atores em relação à integração regional e promoveria uma transferência de lealdades para as instâncias comunitárias, permitindo que interesses coletivos transnacionais pudessem ser considerados sem os entraves das lógicas nacionalistas dos governos que muitas vezes priorizam interesses de curto prazo, em detrimento de projetos de longa duração. Esse fortalecimento institucional e aumento de expectativas positivas em relação à integração não se verificaram nas experiências integracionistas da América Latina. (Bressan & Luciano, 2018, p.2)

Em suma, o neofuncionalismo seria uma teoria centrada nos atores não estatais para a promoção da integração, sendo a integração um processo esporádico que pouco a pouco criaria pressões regionais sobre os Estados nacionais, que acabariam por ceder paulatinamente mais autoridade as organizações regionais por eles criadas no interior do processo de integração.

Nesse mesmo período, também desponta o transacionismo ou transnacionalismo (Deutsch,1957;1967;1978), que basicamente se difere das demais abordagens clássicas já descritas, pelo fato de enfatizar aos aspectos socioculturais e econômicos da integração em detrimento de seus aspectos políticos.

Onde se cunha o conceito de “mobilização social” que seria o processo no qual os indivíduos se desvinculariam de suas tradições e vínculos nacionais e se tornariam disponíveis a novos padrões de comunicação e de comportamento, sendo tal processo primordial a compreensão da integração regional, em especial em regiões onde os indivíduos já compartilha certo grau de tradições e instituições básicas (Ramos, Marques, & Jesus, 2009, p. 65-66).

Ainda na égide das teorias clássicas da integração temos o intergovernamentalismo, onde ao contrário do neofuncionalismo, quem assume o papel de preponderância é o Estado e a participação deste é pautada pela busca de poder e impulsionada pela busca dos interesses nacionais.

De modo que o intergovernamentalismo comunga diretamente do corolário das teorias realistas das relações internacionais, sendo a análise intergovernamentalista baseada em negociações e barganhas promovidas pelo Estado que só busca atingir seus objetivos e interesses.

Pare essa vertente, o Estado teria interesses na integração regional por causa de objetivos puramente econômicos (Mariano & Mariano, 2002, p.60-62). Em suma os Estados só

cooperariam na medida em que esta cooperação atenda aos seus interesses (Ramos, Marques, & Jesus, 2009, p. 68).

Vale ressaltar que o Mercosul tem suas bases firmadas sobre os já expostos corolário teórico clássico, em especial o paradigma intergovernamentalista e influenciado sobretudo pelas ideias de fases para a integração econômica de Bela Balassa (1980), tem em sua essência incrustado o precípua objetivo econômico-comercial.

Interessante ainda salientar, que tais teorias não esgotaram a discussões muito menos foram capazes de explicar apropriadamente a dinâmica dos intensos e complexos processos de mudança nas relações entre Estados soberanos cada vez mais interdependentes econômica, social e politicamente quanto se percebe nas últimas décadas (Malamud & Schmitter, 2006, p.4).

Assim um ponto ainda que deve ser considerado mais detidamente, é a transversalidade do tema institucionalização dentro das teorias da integração, mesmo que sua ocorrência tenha níveis variados de intensidade e importância nas diversas abordagens teóricas.

A relevância do tema perpassa pela noção de importância das instituições internacionais e sua capacidade de influenciar os interesses dos Estados, promovendo ações que alterem o custo de alternativas autônomas de ação, em última análise as tornando desvantajosas em comparação das iniciativas conjuntas do bloco (Mariano & Mariano, 2002, p.60-62).

Tornando-se assim as instituições imprescindíveis, pois para o ideário institucionalista:

[...] a habilidade dos Estados em se comunicar e cooperar depende das instituições elaboradas pelos homens, que variam historicamente e tematicamente na sua natureza (com respeito às políticas por elas incorporadas) e na sua força (em termos do grau em que suas regras estão claramente especificadas e rotineiramente obedecidas. (Keohane, 1989, p.2 apud Mariano & Mariano, 2002, p.60)

Resultando na concepção onde a base para a integração se estabelece quando presentes duas condições, a primeira é de que os atores do processo de integração possuam algum interesse em comum, havendo perspectiva de ganhos com a cooperação, e a segunda diz respeito a quanto a variação no grau de institucionalização se reflete no comportamento desses Estados.

Sendo que as premissas básicas do institucionalismo, ao se considerar o grau de institucionalização como fator preponderante na definição do comportamento dos Estados, transferem-se para as instituições o protagonismo das decisões, afinal uma vez estabelecidas,

essas instituições podem influenciar ou constranger o comportamento dos autores que criaram (Pollack, 2008 e Pierson, 1996).

Dessa forma, conforme ressalta Paul Pierson (1996, p.4), “As instituições sobrevivem invariavelmente às constelações de interesses que as criaram”, e tais estruturas burocráticas, ao começarem a coordenar e participar dos processos de integração assumem papel decisivo ao influenciando decisões não apenas pautadas nos interesses nacionais, mais sim em seus próprios interesses como instituição, o que em maior ou menor grau, é considerado em quase a totalidade das teorias da integração.

3. Mercosul: um panorama do processo de institucionalização do bloco.

Institucionalização pode ser definida como a maneira que se atribui valor e estabilidade às instituições e processos (Huntington, 1975, p.24). Podendo ainda a institucionalização ser pensada como o processo onde uma “*práxis*” ou uma organização adquire o status de estabelecida, conhecida e amplamente aceita (Mainwaring & Torcal, 2005, p. 254).

Desse modo, um bloco de integração institucionalizado é onde os atores podem esperar respeito mínimo as regras e práticas instituídas no bloco. Tal processo de institucionalização, no entanto pode variar conforme o âmbito da integração que está sendo analisado, fazendo-se necessário um conjunto de critérios para mensurar cada âmbito da integração (Botelho, 2014, p. 232-233).

Os âmbitos de análise da integração com maior prevalência na literatura são os políticos-institucionais e os econômicos, tendo sido com o passar do tempo introduzidas novas perspectivas e âmbitos de análise, como o âmbito social, cultural e da representação externa (Mohammeddinov, 2005, p. 171).

Para fins de racionalização de esforços tratar-se-á apenas da dimensão político-institucional da integração, deixando os demais âmbitos para uma futura análise. Feita a ressalva é oportuno definir alguns pontos relevante acerca da referida dimensão.

No que se refere aos indicadores político-institucionais, um primeiro grupo de indicadores, e que aqui serão usados como parâmetro principal de análise, são os relativos ao desenho institucional do bloco. Essas características determinam em grande medida o perfil do bloco como intergovernamental ou supranacional. Essas características, no entanto, não são percebidas como imutáveis ao longo do tempo. A partir de uma visão dinâmica da

intergovernabilidade-supranacionalidade, pode-se compreender que um processo de integração regional pode ter caráter intergovernamentais e supranacionais simultaneamente, e que esses atributos possam ser alterados com o passar do tempo por meio de práticas informais e reformas das estruturas institucionais. No caso do Mercosul, as decisões em todos os órgãos e áreas temáticas se dá por consenso, mas esta regra pode mudar se assim se entender conveniente para o bloco (Hoffmann, Coutinho, & Kfuri, 2008, p. 101).

3.1. As fases de institucionalização do Mercosul.

Em uma breve análise histórica do processo de integração do Mercosul é possível identificar períodos de certa similaridade, podendo tal processo ser agrupado em três fases. Uma primeira pode ser denominada de fase de constituição, e compreende os períodos entre 1991 e 1997, onde são lançados os fundamentos institucionais do bloco. A segunda fase, compreendida entre os anos de 1998 e 2002, é marcada como uma fase de crise, embora boa parte dessa crise fosse reflexo do momento econômico conturbado dos países membros do bloco (Hoffmann, Coutinho, & Kfuri, 2008, p. 103).

A partir de 2003 se inicia um movimento de retomada do processo de integração no Mercosul, surgindo assim uma terceira fase, agora de revitalização do projeto de integração do Mercosul, tendo tal fase coincidido com a mudança a esquerda dos governos do Brasil, Argentina e no Uruguai, e com uma “mudança de paradigma: aos poucos a ideia de um Mercosul puramente comercial vai dando lugar a uma preocupação maior com a integração física e social, e a institucionalização.”(Hoffmann, Coutinho, & Kfuri, 2008, p. 103).

É possível se cogitar o surgimento de uma quarta fase a partir dos eventos políticos iniciados em 2016, onde iniciou-se uma guinada neoliberal a direita nos governos de alguns países do bloco, iniciando um período incerto para quanto a manutenção das políticas de integração regional, contudo tal possibilidade não será alvo de considerações nesse artigo, passando a seguir a análise de cada uma das três apresentadas aqui.

3.1.1 Fase de Constituição do Mercosul (1991-1997)

Quando da criação do Mercosul no ano de 1991, os participantes do bloco fizeram opção por um arranjo institucional intergovernamental, compondo os órgãos do Mercosul com representantes dos poderes executivos dos Estados-membros e sob um sistema de tomada de decisão por consenso (Hoffmann, Coutinho, & Kfuri, 2008, p. 104).

Em um primeiro momento o Mercosul, segundo Hoffmann, Coutinho e Kfuri (2008, p. 104) e conforme disposto no Tratado de Assunção², contaria com dois órgãos, o Conselho do Mercado Comum (CMC) e o Grupo Mercado Comum (GMC). O primeiro com status órgão superior do Mercosul, composto pelos ministros de Relações Exteriores e pelos ministros de Economia de cada um dos Países-membros, além da participação dos presidentes dos Estados membros em pelo menos uma reunião anual.

Já o segundo ficaria responsável pela condução política do bloco e a tomada de decisões para a institucionalização do Mercosul, tendo sido instituído como um órgão executivo, formado por representantes dos ministérios das Relações Exteriores e da Economia e dos Bancos Centrais, com a incumbência de zelar pela observância do Tratado, além de tomar as providências necessárias para o cumprimento das decisões adotadas pelo Conselho, ou seja, “propor medidas concretas para a aplicação do Programa de Liberação Comercial, com a coordenação de políticas macroeconômicas e a negociação de acordos frente a terceiros e fixar o programa de trabalho que assegure o avanço para a constituição do Mercado Comum”(Hoffmann, Coutinho, & Kfuri, 2008, p. 104). Para a operacionalização tais funções, foram criados subgrupos de trabalho no âmbito do GMC.

Tal estrutura institucional do Mercosul, seria a responsável pelo período de transição para o estabelecimento do Mercado Comum, previsto para 31 de dezembro de 1994.

No início do ano de 1994, por meio do Protocolo de Ouro Preto³, a estrutura institucional do bloco foi ampliada, tendo sido criados mais quatro órgãos, a Comissão de Comércio do Mercosul (CCM); a Comissão Parlamentar Conjunta (CPC); o Foro Consultivo Econômico-Social (FCES) e a Secretaria Administrativa do Mercosul (SAM).

A CCM foi criada como um órgão auxiliar ao GMC, coordenado pelos ministérios das Relações Exteriores, encarregado da aplicação e revisão dos instrumentos de política comercial comum para o correto funcionamento da união aduaneira, do comércio intra-Mercosul e com terceiros países.

² Tratado de Assunção – Tratado para a constituição de um mercado comum. 30 de outubro de 1991. Disponível em: < http://www.mre.gov.py/tratados/public_web/DetallesTratado.aspx?id=0GXnoF+V0qWCz+EoiVAdUg==&em=lc4aLYHVB0dF+kNrtEvsmZ96BovjLlz0mcrZruYPcn8=>

³ Protocolo de Ouro Preto – Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a estrutura institucional do Mercosul. 17 de dezembro de 1994. Disponível em: < http://www.mre.gov.py/tratados/public_web/ConsultaMercosur.aspx>

Outro órgão criado foi a CPC, a qual foi atribuído caráter consultivo, como representação dos Parlamentos dos Estados-Partes no âmbito do Mercosul, sendo integrada por um número igual de parlamentares representantes de cada Estado-parte. Vale ressaltar que a CPC tinha como uma de suas principais funções acelerar os procedimentos internos correspondentes nos Estados-Partes de internalização das normas exaradas no âmbito do Mercosul.

Já o FCES foi concebido para representar os interesses e anseios de setores econômicos e sociais, tendo apenas função consultiva e estando submetido ao GMC.

Por fim, a SAM com a função de prestar apoio operacional aos demais órgãos do Mercosul e teve sua sede permanente fixada em Montevideu. Entre suas funções originais, estavam a organização das reuniões do GMC, do CMC e da CCM, a publicação das decisões adotadas no âmbito do Mercosul e o acompanhamento e informação sobre as normas emanadas dos órgãos do Mercosul incorporadas pelos Estados-partes aos seus ordenamentos jurídicos nacionais. (Hoffmann, Coutinho, & Kfuri, 2008, p. 104-105)

No entanto mesmo com o crescimento da estrutura institucional do Mercosul, o bloco manteve seu padrão decisório inalterado, dando continuidade ao modelo baseado em decisões consensuais, obrigatórias, mas pendentes de internalização no ordenamento jurídico de cada Estado-membro, e não tendo aplicação direta.

Nesse período de 1991-1997 é prudente ressaltar que “O aspecto comercial é a tônica do projeto de integração e orienta a estruturação institucional do bloco neste período” (Hoffmann, Coutinho, & Kfuri, 2008, p. 104).

Outro ponto que deve ser ressaltado nesse período, que tange o processo de institucionalização do Mercosul, é a criação do sistema de solução de controvérsias o qual foi trazido pelo Protocolo de Brasília⁴, em abril de 1993. O protocolo previa que as disputas deveriam, prioritariamente, ser negociadas diretamente entre as partes, sendo que se a auto composição não fosse possível o caso poderia ser submetido à consideração do GMC, podendo em última instância, caso nenhuma solução fosse alcançada, acionar os tribunais arbitrais *ad hoc* para a solução da contenda.

⁴ Protocolo de Brasília para a solução de controvérsias. 17 de dezembro de 1991. Disponível em: <http://www.mre.gov.py/tratados/public_web/ConsultaMercosur.aspx>

3.1.2 Fase de Crise no processo de Integração (1998-2002)

Do ano de 1998 até o ano de 2002, a estrutura institucional já consolidada no bloco continuou operando, mesmo em tempos de crise econômica e comercial. Uma prova disso está no número de diretivas da Comissão de Comércio que entraram em vigor nesse período.

Segundo Hoffmann; Coutinho e Kfuri (2008, p. 106-107) é possível constatar que muitas das diretivas criadas entre 1994 e 1997 foram internalizadas pelos países-membros nesse período, tendo nos anos de 1998 e 2002 entrado em vigor 51 normas emanadas da Comissão, sendo 14 delas normas que haviam sido criadas no período anterior.

O único acréscimo a estrutura institucional do Mercosul nesse período foi a criação do Foro de Consulta e Concertação Política, em 1998, sendo o referido fórum composto por funcionários das chancelarias dos países componentes do Mercosul, tendo por qualificar e intensificar o diálogo entre os membros do Mercosul em temas de política externa e da agenda política comum através de recomendações ao CMC.

Um episódio que deve ser considerado nesse período da história do Mercosul, são os esforços de fortalecimento do bloco que ocorreram nos anos de 2000 e 2002. Em 2000, uma série de normas foram criadas e foram chamadas de "Relançamento do Mercosul", que foi composta de decisões em diversas áreas, em tentativas pontuais de destravar o funcionamento do bloco.

Outra iniciativa na direção do fortalecimento institucional do bloco foi realizada em 2002, com a aprovação dos símbolos do Mercosul, por decisão do CMC, sob a justificativa de que essa iniciativa ajudaria a consolidar a identidade e a imagem do processo de integração.

3.1.3 Fase de revitalização do projeto Mercosul (2003-2018)

A partir de 2003, o Mercosul sofreu novas mudanças em sua estrutura institucional, com uma significativa expansão da agenda do processo de integração. Nesse contexto foram criados novos órgãos, com destaque para criação de instituições para tratar de questões sociais, direitos humanos e defesa da democracia.

Esse processo coincidiu com as mudanças nos governos regionais nesse período, onde:

No Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, que tomou posse em janeiro de 2003, defendia em seu programa de governo a necessidade de revigorar o Mercosul. Na Argentina, Néstor Kirchner assumiu o poder em maio, com um posicionamento favorável ao fortalecimento do Mercosul, às expensas da Área de Livre Comércio das Américas

(Alca). No Uruguai. Tabaré Vázquez foi eleito em 2004, por uma coligação de esquerda, com a proposta de trabalhar pelo relançamento do Mercosul e sua reforma institucional. (Hoffmann, Coutinho, & Kfuri, 2008, p. 110)

Hoffmann; Coutinho e Kfuri (2008, p. 104) ainda apontam que entre as novas estruturas criada no bloco estão a Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul (CRPM), criada no ano de 2003, com sede em Montevideu. Tendo como suas principais funções prestar assistência ao Conselho do Mercado Comum e a Presidência Pro-Tempore do Mercosul em todas as atividades que sejam requeridas por qualquer deles; apresentar iniciativas ao Conselho do Mercado Comum sobre matérias relativas ao processo de integração do Mercosul, às negociações externas e à conformação do Mercado Comum; fortalecer as relações econômicas, sociais e parlamentares no Mercosul, estabelecendo vínculos com a Comissão Parlamentar Conjunta e o Foro Consultivo Econômico e Social, assim como com as Reuniões Especializadas do Mercosul.

No ano seguinte foram criadas, a Reunião das Altas Autoridades nas Áreas de Direitos Humanos e o Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul, ambos atrelados ao CMC. No mesmo ano de 2004 foi criado o Centro Mercosul de Promoção do Estado de Direito e o designado um Grupo de Alto Nível para a elaboração de uma Estratégia Mercosul de Crescimento do Emprego.

É também nesse momento em que o assunto das assimetrias no Mercosul começa a ser considerado. Resultado disso é a criação do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), encarregado de promover a competitividade e a coesão social dos Estados Partes, reduzir as assimetrias, sendo uma demanda especialmente defendida pelo Paraguai e Uruguai.

No final de 2005, o CMC aprovou o Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul, sendo que o Parlamento foi efetivamente inaugurado apenas em dezembro de 2006. Em sua primeira legislatura (2007-2010), está formado por representantes dos parlamentos dos Estados-Partes, devendo a partir de 2011, ter seus integrantes eleitos por sufrágio direto, universal e secreto.

Ainda que a criação do Parlamento do Mercosul possa significar um avanço na estruturação institucional do bloco, o Parlamento do Mercosul galgou pouco êxito em relação ao que já vinha sendo realizado pela CPC e continuando a ter caráter meramente consultivo, sem nenhuma competência legislativa.

O ano de 2006, foi marcado por uma série de novas criações na estrutura institucional do Mercosul, tendo o CMC proposto a criação de duas novas instituições: o Observatório da Democracia no Mercosul (ODM) e o Instituto Social do Mercosul (ISM), as quais foram ambas criadas no início de 2007. O primeiro tinha a função de acompanhar o desenvolvimento social e democrático de seus Estados-membros, já segundo visava trazer para a estrutura institucional do bloco uma atenção especial sobre temas sociais no Mercosul

Em meados de 2007 foi criado também o Instituto Mercosul de Formação (IMEF), com o objetivo de programa de natureza acadêmica para a capacitação e especialização dos funcionários públicos em temas ligados à integração regional.

Por fim, ao se fazer um balanço desse período fértil do processo de integração do Mercosul, se constata a criação de diversos órgãos, o que demonstra uma preocupação com a ampliação do escopo do projeto de integração, em especial com a inclusão mais contundente de temas como democracia, direitos humanos e questões sociais nas discussões do bloco, assim como a incorporação de atores subnacionais como participantes do processo.

No entanto, boa parte desses órgãos restaram como instâncias unicamente consultivas, não tendo mecanismos reais de atuação nas políticas do bloco o que dá indícios da existência de uma institucionalização vazia, ou seja, instituições que formalmente existem e desempenham suas atribuições, mas na prática tem pouca ou nenhuma representatividade na defesa dos assuntos a elas atribuídas.

Considerações finais

Ao largo desse breve trabalho é possível constatar a existência de um ascendente processo de institucionalização do Mercosul, com a criação paulatina de instituições para suprir as demandas que se apresentaram ao passo que as atividades do bloco foram se consolidando.

Conforme exposto o Mercosul viu seu crescimento institucional acontecer em ondas, sendo gradativo e levado ao sabor dos humores políticos dos governantes dos Estados - membros, consequência da estrutura eminentemente construída sobre uma perspectiva intergovernamentalista.

Tal fato leva a reflexão acerca da pergunta central proposta neste trabalho, se o processo de institucionalização do Mercosul tem conseguido gerar consolidação do bloco ou apenas criando uma estrutura de instituições vazias e desprovidas de utilidade prática?

E o que se pode inferir é que sim a institucionalização do Mercosul conseguiu gerar consideráveis resultados rumo a consolidação permanente do bloco, criando instituições operacionais e representativas tecnicamente adequadas e um sistema de controvérsias operacional.

Dessa análise dos aspectos da institucionalização do Mercosul também foi possível constatar que o bloco viveu dois momentos muito próprios, um primeiro que foi do ano de sua criação até meados de 2002, onde o bloco foi aparelhado no intuito de desempenhar apenas suas funções precípuas de processo de integração unicamente econômico, haja vista a pretensão inicial de se criar um mercado comum no cone sul da América Latina.

O segundo momento, que se inicia a partir de 2003, marca uma ruptura paradigmática dos objetivos centrais do processo de integração conduzido até aquele momento, havendo uma considerável ampliação da agenda do processo de integração, que agora passa a abordar assuntos mais diversos do que os comerciais e econômicos, com os aspectos sociais e de direitos humanos, a defesa da democracia, cultura e a questão relacionadas as assimetrias entre os Estados-membros do bloco.

Essa mudança paradigmática conseguiu além de ampliar a agenda de integração para um processo mais integral, e ainda possibilitou lidar com um problema central e antigo do bloco, pois a constituição do Mercosul se deu através de uma concepção liberal acerca do processo de integração o qual fez com que todas as disparidades entre os países membros não recebessem a atenção devida e se mantivesse à margem de todo processo de integralização. (Souza et al, 2010, p. 13), o que ao longo do tempo poderia gerar a desintegração do bloco.

Dessa forma, mesmo entre idas e vindas o Mercosul se manteve relativamente estável, pois já tomou proporções institucionais para além do ponto crítico que permitiria retrocessos e desmantelamento do bloco, o que pode ser considerado como um processo de institucionalização que tem garantindo a consolidação do bloco.

Vale rememorar ainda que boa parte das iniciativas de fomento a integração foi conduzidas pelos governos progressistas que estiveram no poder a partir de 2003, na maioria dos países componentes do Mercosul.

Contudo outro ponto deve ser considerado na análise, o que na verdade se mostra mais como um alerta, desde o início do processo de criação do Mercosul, diversos órgãos foram criados, alguns com função executiva outros consultivos e ainda alguns com função de coleta

de dados e desenvolvimento de conhecimento, gerando representatividade de inúmeras agendas dentro da estrutura institucional do bloco. Entretanto, tais órgão nem sempre alcançaram concretizar suas funções dando margem a uma espécie de institucionalização vazia, onde o órgão é formalmente constituído, mas não consegue desempenhar relevantemente o papel que lhe foi atribuído.

Esse mal tem assolado a estrutura do Mercosul ao longo dos anos, em grande parte devido aos efeitos da típica instabilidade políticas dos países latino americanos, assim conforme identificado por Deutsch (*apud* Braillard, 1990, p. 363-384) é fundamental garantir que os desdobramentos da integração, que são via de regra altamente vulneráveis à instabilidade política, não fique a mercê dessas instabilidades que subtrai capacidade de resposta aos estados as necessidades de desenvolvimento do processo integrador, dêsarte que a qualidade da integração dependa apenas da natureza das políticas implementadas e de se são apropriadas e não necessariamente dos países envolvidos e sua política doméstica (Lawrence, 1996).

Exemplo do fenômeno descrito acima são os órgãos de representação que mesmo já institucionalizados, a exemplo do parlamento do Mercosul, tem suas deliberações dotadas de pouca ou nenhuma relevância prática para o bloco, fato esse em boa parte devido ao formato eminentemente intergovernamentalista do bloco e do modelo presidencialista dos países membros, nesse sentido Malamud e Sousa (2005, p.403-404) asseveram que:

Se a reforma dos Parlamentos regionais é para ser tomada seriamente, a distinção entre funções constitutivas e complementares não pode ser negligenciada. Como ensina a história, embarcar em propostas pouco realistas, sejam elas baseadas na emulação acrítica, sejam resultantes de uma compreensão insuficiente do contexto, condenará qualquer empresa ao fracasso ou, na melhor das hipóteses, à irrelevância.

Assim em síntese, é possível afirmar que o processo de institucionalização do Mercosul tem alcançado êxito em consolidar o projeto de integração entre os países do Cone-Sul, na medida que tem conseguido se manter ao longo de quase três décadas, porém certos órgãos do Mercosul hoje se encontram abandonados ou reduzidos a situação de insignificância, em especial os órgãos ligados a questões sociais.

De forma que o sucesso do processo de integração do Mercosul perpassa pela recuperação da relevância e operacionalidade de certas estruturas institucionais e de que a integração não seja alvo dos reflexos e disparates advindos do cenário da política interna dos Estados membros. Criando assim um ambiente fecundo para que o bloco se desenvolva sem ter que enfrentar entraves além daqueles naturais ao crescimento da integração.

Referências bibliográficas

Balassa, B. (1980). **Teoria de la Integración Económica**. Ciudad de México: Hispano Americano.

Bhagwati, J., Panagariya, A. (1996) Preferential trade areas and multilateralism: strangers, friends or foes? **The Economics of Preferential Trade Agreements**, p. 1-78. Washington, Estados Unidos, AEI Press.

Botelho, J. C. A. (2014). A institucionalização de blocos de integração: uma proposta de critérios de medição. **Contexto int.**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p. 229-259, June. Recuperado em 05 de julho, 2019, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292014000100008&lng=en&nrm=iso.

Bressan, R. N.; Luciano, B. T. (2014). A Comunidade Andina no século XXI: entre bolivarianos e a Aliança do Pacífico. In: 38º Encontro Anual da ANPOCS, 2014. Recuperado em 12 de julho, 2019, de <https://www.anpocs.com/index.php/papers-38-encontro/gt-1/gt24-1/9045-a-comunidade-andina-no-seculo-xxi-entre-bolivarianos-e-a-alianca-do-pacifico/file>.

Candeas, A. (2010). A integração Brasil-Argentina: história de uma ideia na “visão do outro”. Brasília: FUNAG.

Corazza, G. (2006) O “regionalismo aberto” da CEPAL e a inserção da América Latina na globalização. In: Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 135-152, maio.

Deutsch, K. W. *et al.* (1957). **Political community and the North Atlantic área: International organization in the light of historical experience**. Princeton: Princeton University Press.

Deutsch, K. W. (1967). **France, Germany, and the Western Alliance: A Study of Elite Attitudes on European Integration and World Politics**. New York: Scribner's sons.

Deutsch, K. W. (1978). **Análise das relações internacionais**. Brasília: UnB.

Deutsch, K. W. (1990). A integração política: condições fundamentais e processos. In: Braillard, Philippe. **Teorias das relações internacionais**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, p. 363-384.

Haas, E. B. (1958). **The Uniting of Europe: Political, Social, and Economic Forces (1950-57)**. Stanford: Stanford University Press.

Haas, E. B. (1961). International integration: The European and the universal process. In: **International Organization**, Cambridge: Cambridge University Press, v. 15, n. 3, p. 366-392. Recuperado em 21 de julho, 2019, de <https://www.cambridge.org/core/journals/international-organization/article/international-integration-the-european-and-the-universal-process>.

Haas, Ernest B. (1976). Turbulent fields and the theory of regional integration. In: **International Organization**, Cambridge: Cambridge University Press, v. 30, n. 2, p. 173-212. Recuperado em 26 de julho, 2019, de <https://www.cambridge.org/core/journals/international-organization/article/turbulent-fields-and-the-theory-of-regional-integration>

Hoffmann, A. R., Coutinho, M., Kfuri, R. (2008). Indicadores e Análise Multidimensional do Processo de Integração do Cone Sul. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 51, n. 2, p. 98-116, dez.

Recuperado em 08 de julho, 2019, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003473292008000200007&lng=pt&nrm=iso.

Huntington, S. P. (1975) **A ordem política nas sociedades em mudança**. São Paulo: Edusp.

Lawrence, R. Z. (1996) **Regionalism, Multilateralism, and Deeper Integration**, Washington: Brookings Institution.

Mainwaring, S., Torcal, M. (2005). Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização. **Opin. Publica**, Campinas, v. 11, n. 2, p. 249-286, Oct. Recuperado em 26 de julho, 2019, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010462762005000200001&lng=en&nrm=iso.

Malamud, A.; Sousa, L. de. (2005). Parlamentos supranacionais na Europa e na América Latina: entre o fortalecimento e a irrelevância. **Contexto int.**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 369-409, Dec. Recuperado em 24 de julho, 2019, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010285292005000200005&lng=en&nrm=iso.

Malamud, A., Schmitter, P. C. (2006). La experiencia de integración europea y el potencial de integración del Mercosur. In: **Desarrollo Económico**, Buenos Aires: IDES, n. 46 (181), p. 3-31. Recuperado em 22 de julho, 2019, de <https://eulacfoundation.org/es/system/files/LA%20EXPERIENCIA%20DE%20INTEGRACION%20EUROPEA.pdf>.

Mansani, R. de S., Reis, R. P. (2014) As teorias das relações internacionais nos estudos de política externa: um breve olhar a partir das perspectivas realista e liberal. **Revista Andina de Estudios Políticos**, v. 4, n. 1, p. 20-29. Recuperado em 11 de julho, 2019, de <http://iepa.org.pe/raep/index.php/ojs/article/view/47>.

Mariano, M. P., Mariano, K. P. (2002). As teorias de integração regional e os Estados subnacionais. In: **Revista Impulso**, Piracicaba: Ed. UNIMEP v. 13, n. 31, p. 47-69, Mai/Ago. Recuperado em 26 de julho, 2019, de https://www.researchgate.net/publication/242226207_As_teorias_de_integracao_regional_e_os_Estados_Subnacionais.

Mitrany, D. (1943). **A working peace system: An argument for the functional development of international organization**. London: Royal institute of International Affairs.

Mitrany, D. (1966). The prospect of integration: Federal or functional. In: **Jornal of common market studies**, Birmingham: John Wiley& Sons, v. 4, n. 2, p. 119-149. Recuperado em 21 de julho, 2019, de <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1111/j.1468-5965.1965.tb01124.x>.

Mohammeddinov, M. (2005). El Mercosur y la Unión Europea: variación entre los factores de cohesión regional. **Polis**, México, v. 1, n. 2, p. 169-204, dec. Recuperado em 15 de julho, 2019, de http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-23332005000200169&lng=es&nrm=iso.

Oliveira, A. C. de. (2013). Do velho ao novo regionalismo: evolução das políticas conjuntas para o desenvolvimento da América Latina. In: **Seminário sobre Neostructuralismo y Economía Heterodoxa**, n. 1, Santiago, Chile. Convocatoria a las jornadas de planificación –

ILPES CEPAL. Recuperado em 04 de julho, 2019, <http://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/36664-velho-novo-regionalismo-evolusao-politicas-conjuntas-o-desenvolvimento-planejado>.

Pierson, P. (1996). **The Path to European Integration: A Historical Institutional Perspective**. *Comparative Political Studies*, v. 29, n. 2, p. 123-163. Recuperado em 18 de julho, 2019, de <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0010414096029002001>.

Prebisch, R. (2012). **El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas (1949)**. 1ª ed. Santiago: CEPAL.

Pollack, M. A. (2008). The new institucionalisms and European Integration. **ConWEB – webpapers on Constitutionalism and Governance beyond the State**, n. 1, p. 1-25, Recuperado em 18 de julho, 2019, de https://www.researchgate.net/publication/5014887_The_New_Institutionalisms_and_European_Integration.

Ramos, L.; Marques, S. F.; Jesus, D. S. V. de. (2009). **A União Europeia e os estudos de integração regional**. Belo Horizonte: Del Rey.

Reis, M. dos; Azevedo, A. F. Z. de; Lelis, M. T. C. (2014). Os efeitos do novo regionalismo sobre o comércio. **Estud. Econ.**, São Paulo, v. 44, n. 2, p. 351-381, June. Recuperado em 05 de julho, 2019, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010141612014000200005&lng=en&nrm=iso.

Schmitter, Phillippe C. (1969). Three neofunctional hypotheses about international integration. In: **International Organization**, Cambrige: Cambrige University Press, v. 23, n. 1, p. 161-166. Recuperado em 18 de julho, 2019, de <https://www.cambridge.org/core/journals/international-organization/article/three-neofunctional-hypotheses-about-international-integration>.

Silva, K. de S., Costa, R. A. da. (2013). **Organizações internacionais de integração regional: União Européia, Mercosul e Unasul**. Editora UFSC: Florianópolis.

Souza, André de Mello et al. (2010). **Integrando Desiguais: assimetrias estruturais e políticas de integração no Mercosul**. Brasília: Texto para discussão do IPEA, nº 1477.

Torres, F.; Maior, P. V. (2013). A contribuição da teoria das relações internacionais para a explicação do processo de integração monetária europeia. **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 39, p. 101-112, set. Recuperado em 08 de julho, 2019, de http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S164591992013000300011&lng=pt&nrm=iso

UM GIRO DECOLONIAL À METODOLOGIA CIENTÍFICA: APONTAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS PARA METODOLOGIAS DESDE E PARA A AMÉRICA LATINA

Tereza Maria Spyer Dulci¹
Mariana Rocha Malheiros²

Resumo: O pensamento decolonial tem contribuído para pensar a América Latina numa ruptura epistêmica com a retórica da modernidade e a lógica da "colonialidade do poder" e suas derivações. Para a pesquisa que propõe ser decolonial, é preciso pensar não só as bases epistemológicas das teorias em que se baseiam as pesquisas, mas também os métodos em que as mesmas pretendem se elaborar. O presente trabalho não tem a pretensão de propor um método universal para pesquisa decolonial – o que seria uma contradição na proposta – mas apontar possibilidades epistemológicas nas metodologias que os(as) investigadores(as) pretendem utilizar. Busca-se pensar a relação entre sujeito e objeto entendendo que o objeto de estudo não pode ser do interesse do/a pesquisador/a – individual, mas deve ser construído no coletivo, com comunidades e povos que as pesquisas visam alcançar. Os objetivos que se pretendem alcançar devem ser comunitários, antes de serem científicos. Já as justificativas devem partir das necessidades que se apresentam, pois não se trata de uma ciência que busca a “verdade”, mas que transforma a realidade e também se transforma. Da mesma forma, dentro da construção de metodologias decoloniais, procura-se partir da suspeita sobre o que pretende ser universal e neutro, apontando que não há neutralidade na produção do pensamento científico, existindo uma orientação política nas perguntas e marcos teóricos utilizados por pesquisadores/as, que podem ter na “desobediência epistêmica”, na “antropologia por demanda” e no “sentipensar” e “corazonar” possíveis caminhos de construção metodológica. Por fim, o horizonte decolonial se apresenta como um conhecimento que responde às realidades e demandas locais/regionais. Por isso, para além de responder um problema, as metodologias utilizadas em pesquisas decoloniais devem ser propositivas a essas demandas. Nesse sentido, buscamos fazer um estudo de caso utilizando ferramentas que emergem do *Buen Vivir*: a "interculturalidade" e os "bens relacionais".

Palavras-chave: Metodologia científica; giro decolonial; metodologias decoloniais; Buen Vivir.

UN GIRO DECOLONIAL A LA METODOLOGÍA CIENTÍFICA: NOTAS EPISTEMOLÓGICAS PARA METODOLOGÍAS DESDE Y PARA AMÉRICA LATINA

¹ Professora da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) no Ciclo Comum de Estudos, no curso de Relações Internacionais e Integração e no Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea na América Latina (PPGICAL). Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em História Social e Bacharel/Licenciada em História pela mesma instituição. Possui Pós-Doutorado desenvolvido no Centro de Investigaciones sobre América Latina y el Caribe (CIALC), da Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Participa do grupo de pesquisa ¡DALE! - Decolonizar a América Latina e seus Espaços. E-mail: terezaspier@gmail.com.

² Advogada. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea na América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (PPGICAL-UNILA). Especialista em Perspectivas Decoloniais e Educação pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO), bacharela em Direito pela Faculdades Guarapuava. Participa do grupo de pesquisa ¡DALE! - Decolonizar a América Latina e seus Espaços. E-mail: mariana.malheiros.62678@gmail.com.

Resumen: El pensamiento decolonial ha contribuido a pensar a América Latina en una ruptura epistémica con la retórica de la modernidad y la lógica de la "colonialidad del poder" y sus derivaciones. Para la investigación que se propone decolonial, es necesario pensar no solo las bases epistemológicas de las teorías en las que se basa la investigación, sino también los métodos en los que pretenden ser elaborados. El presente trabajo no objetiva proponer un método universal para la investigación decolonial, lo que sería una contradicción en la propuesta, sino señalar las posibilidades epistemológicas en las metodologías que los investigadores pretenden utilizar. Busca pensar la relación entre sujeto y objeto, entendiendo que el objeto de estudio no puede ser de interés para el investigador individual, sino que debe construirse en el colectivo, con las comunidades y los pueblos que la investigación pretende alcanzar. Los objetivos que se pretende alcanzar deben ser comunitarios, antes de ser científicos. Las justificaciones, por otro lado, deben partir de las necesidades que emergen, ya que no es una ciencia que busca la "verdad", sino que transforma la realidad y también transforma a sí misma. Asimismo, dentro de la construcción de metodologías decoloniales, se busca partir de la sospecha sobre lo que se pretende que sea universal y neutral, señalando que no existe neutralidad en la producción de pensamiento científico, con una orientación política en las preguntas y marcos teóricos utilizados por los investigadores que pueden tener en la "desobediencia epistémica", "antropología bajo demanda" y "sentipensar" y "corazonar" posibles formas de construcción metodológica. Finalmente, el horizonte decolonial se presenta como un conocimiento que responde a las realidades y demandas locales / regionales. Por lo tanto, además de responder a un problema, las metodologías utilizadas en las investigaciones decoloniales deben ser proposicionales a estas demandas. En este sentido, buscamos hacer un estudio de caso utilizando herramientas que emergen del Buen Vivir: "interculturalidad" y "bienes relacionales".

Palabras-clave: Metodología científica; giro decolonial; metodologías decoloniales; Buen-Vivir.

A DECOLONIAL TURN TO SCIENTIFIC METHODOLOGY: EPISTEMOLOGICAL NOTES FOR METHODOLOGIES SINCE AND FOR LATIN AMERICA

Abstract: Decolonial thinking has contributed to the thinking of Latin America in an epistemic break with the rhetoric of modernity and the logic of "coloniality of power" and its derivations. For the research that proposes to be decolonial, it is necessary to think not only the epistemological bases of the theories on which the research is based, but also the methods on which they intend to be elaborated. The present work does not intend to propose a universal method for decolonial research - which would be a contradiction in the proposal - but to point out epistemological possibilities in the methodologies that the researchers intend to use. It seeks to think about the relationship between subject and object, understanding that the object of study cannot be of interest to the individual researcher, but must be built in the collective, with communities and peoples that the research aims to reach. The objectives that are intended to be achieved must be community, before being scientific. Arguments, on the other hand, must start from the needs that present themselves, as it is not a science that seeks the "truth", but that transforms reality and also transforms itself. Likewise, within the construction of decolonial methodologies, one seeks to start from the suspicion about what is intended to be universal and neutral, pointing out that there is no neutrality in the production of scientific thought, with a political orientation in the questions and theoretical frameworks used by researchers, which may have in "epistemic disobedience", "anthropology on demand" and "sentipensar" and "corazonar" possible ways of methodological construction. Finally, the decolonial horizon presents itself as knowledge that responds to local / regional realities and demands. Therefore, in addition to answering a problem, the methodologies used in decolonial research must be propositional to these demands. In this sense, we seek to make a case study using tools that emerge from Buen Vivir: "interculturality" and "relational goods".

Keywords: Scientific methodology; decolonial turn; decolonial methodologies; Buen Vivir.

Introdução

Os(as) teóricos(as) do pensamento decolonial têm dado centralidade política e analítica à América Latina. Desde o final dos anos 90, autores(as) do “Grupo Modernidade/Colonialidade” se dedicam a tratar de um dos conceitos-chave do “giro decolonial”, qual seja, a “colonialidade”, bem como suas derivações, especialmente “colonialidade do poder”, “colonialidade do ser” e “colonialidade do saber” (Castro-Gómez; Grosfoguel, 2007).

O conceito-matriz “colonialidade do poder” diz respeito às várias dimensões de poder constitutivas do colonialismo e de seus legados que permanecem na contemporaneidade (Quijano, 1992, 2005). Para Aníbal Quijano, o mundo “que começou a formar-se com a América, tem em comum três elementos centrais que afetam a vida cotidiana da totalidade da população mundial: *a colonialidade do poder, o capitalismo e o eurocentrismo*” (Quijano, 2005, p.123).

Já a “colonialidade do saber” é fruto da colonização das perspectivas cognitivas, dos sentidos, dos imaginários e das subjetividades. Segundo Quijano, “Todo esse acidentado processo implicou no longo prazo uma colonização das perspectivas cognitivas, dos modos de produzir ou outorgar sentido aos resultados da experiência material ou intersubjetiva, do imaginário, do universo de relações intersubjetivas do mundo; em suma, da cultura (Quijano, 2005, p. 111). Ou seja, a “colonialidade do saber” é resultado de “um legado epistemológico do eurocentrismo que nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhes são próprias” (Porto-Gonçalves, 2005, p.4).

Por sua vez, a “colonialidade do ser” é um conceito criado por Walter Dignolo (2003, 2014), que foi desenvolvido por Néelson Maldonado-Torres (2007, 2009), fruto da “colonialidade do poder” e da “colonialidade do saber” e procura tratar dos efeitos da colonialidade vivenciada pelos sujeitos subalternos. Nesse sentido, a “colonialidade do ser” refere-se à experiência vivida dos seres tomados como inferiores, processo que naturaliza as violências físicas e simbólicas.

Vários autores(as) do “giro decolonial” já destacaram o quanto as epistemologias criadas pelo Norte Global são hegemônicas e geraram diversos processos de epistemicídios. Além disso, as epistemologias e metodologias nortecêntricas estão baseadas na lógica cartesiana, eurocentrada, racializada, localizada e generificada.

Cada vez mais os(as) pesquisadores(as) buscam a teoria decolonial para embasamento teórico e se propõem a produzir rompendo com a "colonialidade do saber" e seus métodos coloniais, que se apresentam como: primeiro, a criação de um sujeito que protagoniza a condução da pesquisa e um objeto que deve ser estudado; segundo, objetivos científicos a serem alcançados; terceiro, justificativas que mostram a relevância da pesquisa para a ciência; quarto, buscas por neutralidade que procuram separar a produção do pesquisador de suas influências políticas, religiosas, idealistas, artísticas, pessoais e tudo o que prejudicasse a isenção da pesquisa; por último, respostas para um problema com pretensão universal (Segato, 2015).

Conforme já afirmamos, o pensamento decolonial tem contribuído para pensar a América Latina desde a América Latina, numa ruptura com a retórica da modernidade e a lógica da "colonialidade" e suas diversas derivações. Para a pesquisa que se propõe ser decolonial, é preciso pensar não só os pressupostos epistemológicos das teorias em que se baseiam, mas também os métodos em que as mesmas pretendem se elaborar.

Assim, o presente trabalho não tem a pretensão de elaborar um método universal para a pesquisa decolonial – o que seria uma contradição na proposta - mas apontar possibilidades epistemológicas nas metodologias que os(as) investigadores(as) pretendem utilizar. Entretanto, é importante ressaltar que as metodologias decoloniais não são neutras, mas apresentam sensibilidade às demandas dos corpos colonizados, que estão dentro das zonas do “não ser” da modernidade, e, ao assumir esse lugar epistemológico, se propõem a elaborar um caminho, conforme cada pesquisa, para decolonizar esses corpos e suas realidades, que não são pretensamente universais, mas reais, e estão dentro da América Latina.

Nesse sentido, em uma primeira seção, procuramos arrolar alguns conceitos-chave que podem contribuir para o trabalho de pesquisa decolonial e para pensar metodologias outras: “desobediência epistêmica”, “antropologia por demanda”, “sentipensar” e “corazonar”. Já na segunda seção, buscamos fazer um estudo de caso utilizando ferramentas que emergem do *Buen Vivir*: a "interculturalidade" e os "bens relacionais".

1. Outras metodologias: alguns aportes conceituais

O "giro decolonial", se comparado às demais "escolas de pensamento", é bastante recente e boa parte da sua produção mais significativa sobre outras metodologias surgiu nos

últimos anos. Esses caminhos metodológicos alternativos têm estreita relação com as experiências "localizadas", tal como a dos zapatistas e dos povos andinos. Assim, os(as) autores(as) decoloniais vêm pensando e discutindo propostas teórico-metodológicas a partir das suas próprias experiências junto aos movimentos sociais e em função das vivências propiciadas pelo trabalho de campo. Portanto, aqui nesta seção nos valem de alguns conceitos-chave fruto exatamente das experiências de teóricos(as) decoloniais para pensarmos algumas alternativas metodológicas para as pesquisas que se propõem seguir os pressupostos decoloniais.

1.1. Desobediência Epistêmica e Antropologia por Demanda

Uma vez que o saber científico não é "deslocalizado", "descontextualizado" e "desincorporado", muito pelo contrário, o conceito de "geopolítica do conhecimento" – o conjunto de movimentos com vistas a conceber, produzir, transmitir e disputar saberes na modernidade-colonialidade (Mignolo, 2002) – se torna bastante pertinente para este trabalho. Para entendermos como se configura o que chamamos de "colonialidade metodológica", este conceito nos ajuda a compreender que o conhecimento situado "não tem a ver apenas com valores sociais na produção de conhecimento nem com o fato de o nosso conhecimento ser sempre parcial. O essencial aqui é o *locus* da enunciação, ou seja, o lugar geopolítico e corpopolítico do sujeito que fala" (Grosfoguel, 2009, p.386).

Segundo Mignolo, a história do conhecimento, tal como a conhecemos, sempre esteve marcada "geo-historicamente", tendo claros seu valor e lugar. Partindo do pressuposto de que o conhecimento "não é abstrato e des-localizado" (...) La trampa es que el discurso de la modernidad creó la ilusión de que el conocimiento es des-incorporado y des-localizado y que es necesario, desde todas las regiones del planeta, 'subir' a la epistemología de la modernidad" (Mignolo, 2001, p. 51). Assim, tendo como objetivo um processo de descolonização epistêmica que combata o "diseño colonial":

(...) la noción de las geopolíticas de conocimiento forma un eje crucial, tanto en la elaboración de una comprensión crítica de la diferencia epistémica colonial en la formación y transformación del sistema-mundo moderno/colonial en zonas periféricas como América Latina, como en la de establecer la relación entre historias locales y la producción de conocimiento (Walsh, 2001, p. 49).

Este conhecimento geopolítico que foi ao mesmo tempo fabricado e imposto pela modernidade têm sido denunciado e combatido pelos teóricos(as) decoloniais, em especial a partir da proposta da "desobediência epistêmica" (Mignolo, 2010). Para Mignolo, é necessário

superar "a lógica da colonialidade por trás da retórica da modernidade". No entanto, isso só é possível se esse processo for feito desde as demandas dos movimentos sociais: "Escusado será dizer que nenhum livro sobre a descolonialidade fará diferença, se nós (intelectuais, estudiosos, jornalistas) não seguirmos a vanguarda da sociedade política global emergente (os denominados "movimentos sociais") (Mignolo, 2017, p.6).

Nesse sentido, Rita Segato, baseada no trabalho etnográfico, propõe, em alguns de seus textos, uma "antropologia por demanda". Tal proposta advém das suas experiências, tais como aquelas vividas com comunidades indígenas no Brasil e com os movimentos sociais que lutam contra os feminicídios, como o *Ni Una Menos*.

Segato afirma que "la antropología, como *ciencia del otro*, sería el campo del conocimiento destinado a contribuir para el desarrollo de la sensibilidad ética". No entanto, o papel da antropologia deveria ser outro, "no sería la de dirigir nuestra mirada hacia el otro con la finalidad de conocerlo, sino la de posibilitar que nos conozcamos en la mirada del otro, permitir que su mirada nos alcance (...) e inclusive que abra juicio sobre nosotros (Segato, 2015, p. 12). Para ela, esse exercício só é possível a partir de uma antropologia "litigante" e "contenciosa":

(...) una antropología supeditada a la demanda de los que anteriormente habían sido objeto de nuestra observación; una antropología atenta e interpelada por lo que esos sujetos nos solicitan como conocimiento válido que pueda servirles para acceder a un bienestar mayor, a recursos y, sobre todo, a la comprensión de sus propios problemas (Segato, 2015, p. 13).

De acordo com Segato, o antropólogo não pode ficar enclausurado, buscando escrever apenas para ser lido por seus pares, reduzindo seu trabalho a uma mera tarefa técnica, ele deve "dirigirse al mundo, a los temas epocales, y utilizar su *caja de herramientas, su oficio de etnógrafo*, para responder a las preguntas de su tiempo y frecuentar los debates de su mundo" (Segato, 2015, p.16), pois "O estudo de *outras culturas* não garante a interculturalidade, a exposição radical à transformação demandada pelo *outro*" (Segato, 2006, p.228).

Desse modo, tendo como procedimento a "escuta" etnográfica (Segato, 2012, p. 107), Segato afirma que as comunidades devem interpelar o antropólogo em campo. Na busca por justiça, elas precisam demandar que os conhecimentos com os quais lida o etnógrafo busquem contribuir com suas "metas históricas":

Lo que propongo es que nuestro antiguo "objeto" clásico sea hoy el que nos interpele,

nos diga quien somos y que espera de nosotros, y nos demande el uso de nuestra “caja de herramientas” para responder sus preguntas y contribuir con su proyecto histórico. Es por esta disponibilidad para con la solicitud de comunidades y pueblos que esta práctica disciplinar es también una *antropología litigante, al servicio, interpelada*. (...) Su *caja de herramientas, el oficio de etnógrafo*, sirven para darles uso en la búsqueda de respuestas que activamente nos solicitan aquellos que hemos construido como nuestros “nativos”, interpretaciones y datos que necesiten para diseñar sus proyectos (Segato, 2013, p.15).

1.2. Sentipensar e Corazonar

Orlando Fals Borda (1978, 1987, 2015), conhecido entre outras coisas pelo método da "Investigação Ação Participativa" (IAP), fez uma ardorosa defesa por uma sociologia "comprometida", "da libertação" e "sentipensante", uma vez que para ele o investigador não deveria manter uma relação de distância com o objeto, pelo contrário, as pesquisas deveriam ter um caráter intrinsecamente militante.

Sua proposta de metodologia de pesquisa está baseada na ideia de que deve ocorrer uma construção coletiva do conhecimento, na qual os pesquisadores devem estar predispostos a desaprender e a reaprender. Para Fals Borda (2015), devemos nos afastar dos pressupostos da ciência eurocêntrica para construirmos conhecimentos a partir da realidade latino-americana. Ademais, argumenta a existência de um "ser sentipensante" como parte da sua proposta filosófica-política-pedagógica. O próprio vocábulo “sentipensante” foi tomado emprestado por Fals Borda dos trabalhadores da região do Sinú, na Costa Atlântica da Colômbia. Assim, o autor recomenda uma "pesquisa sentipensante" que deve combinar a razão e o amor com o corpo e o coração, como fazem os povos originários a partir das sabedorias das suas práticas ancestrais. Dessa forma, propõe uma compreensão dialética da relação sujeito-objeto, parte de uma descentralização epistemológica, pois "Un paradigma emergente para nosotros produciría una articulación de la ciencia con la conciencia y del corazón al ritmo con la razón" (Fals Borda, 2015, p.336).

Essa postura epistemológica, que podemos relacionar ao conceito de "geopolítica do conhecimento", permite pensar que práticas metodológicas pautadas por uma prática decolonizadora devem ter como cerne o reconhecimento da dimensão do "ser sentipensante", o que propicia, nas palavras de Fals Borda, uma geração "ativa e sentipensante":

A diferencia de aquellas viejas generaciones centristas acomodadas, la generación activa y sentipensante actual ha logrado acumular prácticas y conocimientos superiores sobre la realidad nacional y puede actuar mejor en consecuencia. No ha

temido salir al terreno a pesar de los peligros e incompreensiones, y volver a aprender con gusto y ánimo sobre nuestro especial entorno tropical, combatiendo el tradicional colonialismo intelectual y político ante los nortños, y redescubriendo las culturas y tradiciones regionales y provinciales de nuestros pueblos de origen: los aborígenes, los afrocolombianos, los campesinos antiseñoriales provenientes de España, y los colonos internos (Fals Borda, 2015, p. 428).

Arturo Escobar, inspirado no conceito de “sentipensamento” de Fals Borda, argumenta em favor de "sentipensar con el territorio", ou seja, “pensar desde el corazón y desde la mente". O autor defende a necessidade de que "la lectora o el lector sentipiense con los territorios, culturas y conocimientos de sus pueblos —con sus ontologías—, más que con los conocimientos descontextualizados que subyacen a las nociones de 'desarrollo', 'crecimiento' y, hasta, 'economía' (Escobar, 2014, p. 16).

Por sua vez, Patricio Guerrero Arias, também inspirado nas "comunidades sentipensantes" de Fals Borda (Arias, 2010b, p.41), afirma que as "metodologías instrumentales que han objetivado a los otros y los han transformado en objetos de estudio e informantes" (Arias, 2010a, p.12), estão ligadas a colonização do saber, do poder e do ser, bem como da alteridade e da vida. Estas devem passar por um processo de descolonização e descentralização que o autor denomina “corazonar”, ou seja, agir desde a sabedoria do coração, num processo de integração entre afetividade e racionalidade, que conforma outros horizontes de existência. Isso porque o fundamentalismo racionalista cartesiano "euro-gringo-cêntrico", que tem lugar, cor e gênero, nos fez acreditar no império da razão que opera desde perspectivas logocêntricas e epistemocêntricas (Arias, 2010b, p.23). Segundo Arias "una de las formas más perversas de la colonialidad del ser es la colonialidad de la afectividad, la colonialidad del corazón" (Arias, 2010a, p. 9).

Ainda de acordo com este autor, para estabelecer um diálogo de "seres, saberes y sentires", a partir de uma "geopolítica del conocimiento desde la subalterniad, desde las epistemologías fronterizas, desde las 'sabidurías insurgentes'" (Arias, 2010b, p.37), é necessário "(...) empezar a corazonar como respuesta espiritual y política insurgente, puesto que el corazonar reintegra la dimensión de totalidad de nuestra humanidad al mostrar que somos la conjunción entre afectividad e inteligencia" (Arias, 2011, p. 29). Ademais, nas sabedorias insurgentes o conhecimento é "corporeizado" e se dá destaque para a "dimensão espiritual da existência" (Arias, 2010b, p.67).

Para aqueles que criticam o "giro decolonial" e os seus neologismos, Airas responde afirmando que os sentimentos, emoções e sensibilidades não formaram parte do saber

hegemônico e, portanto, não são, de fato, consideradas fontes de conhecimento legítimo, por isso a necessidade de "corazonar" para lutar contra a "colonialidade das afetividades":

CORAZONAR no es simplemente un neologismo, sino que implica pensar un modo de romper la fragmentación que de la condición humana hizo la colonialidad del poder, pues, desde la racionalidad colonial de occidente, *RAZONAR* ha sido el centro de la constitución de lo humano, ya desde un punto de vista semántico la sola palabra connota la ausencia de lo afectivo, la *RAZÓN* es el centro, y en ella la afectividad no aparece ni siquiera en la periferia (Arias, 2010b, p.40).

Nesse sentido, a partir do "corazonar", Arias nos apresenta uma questão-chave de cunho metodológico que nos parece fundamental neste trabalho: "¿Es posible corazonar las metodologías desde las sabidurías insurgentes?" (Arias, 2012, p. 211). A partir da sabedoria zapatista e andina o autor afirma que sim, argumentando que podemos estabelecer alguns referentes para "sentipensar propuestas metodológicas ‘otras’" (Arias, 2012, p. 212), tendo o método como caminho e os princípios da "totalidad" (espacialidade, temporalidade e sentido), "complementariedad y reciprocidad" e "enfoque comparativo" como exemplos de "sabedorias insurgentes" que "nos ofrecen referentes no solo teóricos, y metodológicos sino sobre todo éticos, estéticos y políticos para la construcción de sentidos ‘otros’ distintos del vivir (Arias, 2012, p.201).

Desse modo, Arias defende que para construirmos um efetivo "repesamiento crítico decolonial" é necessário interpelar, ao mesmo tempo, as teorias e as metodologias a partir de um enfoque decolonizador baseado na "pluridiversidad" e no "calor de las sabidurías del corazón" (Arias, 2012, p.224) e este novo caminho metodológico deve ser construído:

(...) en un continuo diálogo y escucha de y con los otros; y se los caminos hay que construirlos; y se a caminar sólo se aprende caminando; a investigar sólo se aprende investigando; la investigación lo aparece así como un acto de alteridad que permite el encuentro dialógico de nosotros con los otros (Arias, 2010b, p. 492).

2. Metodologias Decoloniais e o Buen Vivir

Nesta seção pretende-se apresentar ferramentas que emergem a partir do pensamento decolonial e se constituem chave de leitura para análises epistemológicas, bem como alguns caminhos metodológicos. São possibilidades que se manifestam na *práxis* dos(as) subalternizados(as) da América Latina e que estão encontrando eco entre as produções intelectuais com o marco decolonial. Primeiramente, se apresentará a proposta da interculturalidade, uma resposta à "colonialidade do saber", como uma possibilidade metodológica e depois um estudo de caso a partir da pesquisa que estamos desenvolvendo

conjuntamente sobre o *Buen-Vivir*: nossas dúvidas, avanços e limitações encontradas ao uso de uma metodologia decolonial para esse trabalho.

2.1. Interculturalidade como uma possibilidade integradora para metodologias decoloniais

A “colonialidade do poder”, a “colonialidade do ser” e a “colonialidade do saber” se refletem nas produções acadêmicas e nas suas metodologias para a investigação científica. Pensar metodologias decoloniais é reconhecer que “Toda metodología de la investigación es colonizante. Todo investigador es colonizador. La investigación fue asumida en/desde Abya Yala como un proceso deshumanizante, un conjunto de acciones colonizantes que causaron dolor y sufrimiento” (Ocaña; Lopez & Conedo, 2018, p.174). É colonizante porque as propostas quantitativas e qualitativas de investigação, que emergem do eurocentrismo, apontam o(a) outro(a) como um objeto a ser estudado, e entendido, negando as possibilidades do(a) outro(a) ser e contribuir com esse processo. Para decolonizar las prácticas investigativas, es necesario situar la investigación en un contexto cultural más amplio y hacer la autocrítica desde dentro del mismo proceso de investigación, reconociendo a cada sujeto participante como el otro-yo (Ocaña; Lopez & Conedo, 2018, p. 182).

Um dos elementos fundamentais para a construção de metodologias que não sejam eurocêntricas é o reconhecimento do(a) investigador(a) que sua pesquisa parte de um ponto colonizador. É o olhar de um(a) sobre o(a) outro(a), que não é a única verdade. Por isso, é preciso “reconocer con humildad que nuestras concepciones epistemológicas metodológicas no constituyen un sistema de reglas, no son una configuración normativa, no representan un saber universal, no constituyen una verdad absoluta” (Ocaña; Lopez & Conedo, 2018, p, 175).

Por isso, esse *re-conhecer*, um caminho que emerge desde o pensamento decolonial como uma utopia, mas também como uma prática que se constrói nas diversas realidades da América Latina/*Abya Yala* é a "interculturalidade". Entretanto, para entender a emergência da "interculturalidade" desde as práticas e pensamento latino-americanos, é preciso entender também o "multiculturalismo".

Catherine Walsh aponta o multiculturalismo como “(...) un relativismo cultural; es decir, una separación o segregación entre culturas demarcadas y cerradas sobre sí mismas, sin aspecto relacional” (Walsh, 2009, p.41). Na abordagem multicultural, as várias culturas convivem num determinado espaço ou território, respeitando-se mutuamente, mas sem interações que

provoquem alterações nas estruturas do sistema capitalista. É incluir o exótico e o diferente, mas sempre apontando que são exóticos e diferentes. Numa análise a partir das colonialidades do poder e do saber, é o incluir hierarquizando, porque não há alterações no padrão universal que continua eurocêntrico. Por isso, no "multiculturalismo", não é possível trazer elementos para decolonizar a investigação científica porque a relação entre sujeito e objeto permanece pois a "interculturalidade" emerge em outro lugar epistêmico:

(...) es implosionar –desde la diferencia– las estructuras coloniales del poder (incluyendo a aquéllas que intentan controlar el saber, el ser y las relaciones complejas en torno a la madre naturaleza), como reto, propuesta, proceso y proyecto; es re-conceptualizar y re-fundar estructuras sociales, epistémicas y de existencias, que ponen en escena y en relación equitativa lógicas, prácticas y modos culturales diversos de pensar, actuar y vivir. Por eso, la interculturalidad no es un hecho dado sino algo en permanente camino y construcción (Walsh, 2009, p. 43 e 44).

Ao contrário do "multiculturalismo", a "interculturalidade" busca nas diferenças culturais, sociais e econômicas dos povos, caminhos para pensar além do eurocentrismo que promove os interesses do capitalismo. Não se trata, portanto, da inclusão dos subalternizados(as) (negros(as), indígenas, deficientes, etc.) na lógica capitalista do Estado. Outrossim, não é o mero reconhecimento, ou convívio, ou mesmo a tolerância a partir de suas diferenças. "Se trata de impulsar activamente procesos de intercambio que, por medio de mediaciones sociales, políticas y comunicativas, permitan construir espacios de encuentro, diálogo, articulación y asociación entre seres y saberes, sentidos y prácticas (...)" (Walsh, 2009, p.45) propiciando que o objeto de investigação não seja um objeto, mas um sujeito, com a possibilidade, inclusive, de intervenção no processo de investigação. Não há hierarquia entre pesquisador(a) e pesquisado(a). É uma construção conjunta. É a possibilidade de que o(a) pesquisado(a) questione a finalidade e caminhos do(a) pesquisador(a). Assim, a partir do que se propõe, é necessário buscar outros caminhos e outras práticas para a pesquisa com "otras formas de hacer ciencia sin subalternizar, sin dominar las acciones humanas ni los ideales de una comunidad. Implica vivir en/por/para la propia comunidad que pretende decolonizarse. Es por ello que todo proceso decolonizante es una autodecolonización" (Ocaña; Lopez & Conedo, 2018, p.182).

Nesse sentido, os métodos decoloniais não podem existir somente para responder os objetivos do(a) pesquisador(a), mas, principalmente do(a) pesquisado(a). A teoria decolonial se coloca como para além de uma teoria, é uma *práxis*. Pensar a construção de metodologias decoloniais é procurar respostas para as questões que emergem desde os(as) oprimidos(as),

subalternizados(as), desde a colonialidade do poder, saber e ser, e não meramente responder questões acadêmicas que se encontram no topo da “geopolítica do conhecimento”:

El proceso decolonizante debe ser guiado por principios democráticos. Debe estar implicado dialógicamente con la comunidad participante, respetar la autonomía cultural y el derecho a la autodeterminación. Debe ser honesto y orientarse a cumplir objetivos de equidad, dignidad y justicia social. Debe estar encaminado a satisfacer las necesidades de los actores participantes. No debe limitarse solamente a un enfoque científico, paradigma epistemológico o estrategia metodológica. Debe ser armónico y coherente, pero puede combinar modalidades investigativas, métodos y técnicas. Debe ser creativo, crítico, reflexivo, disruptivo y configuracional (Ocaña; López & Canedo, 2018, p. 182).

Portanto, na perspectiva das metodologias decoloniais, o que justifica as pesquisas não é a possibilidade de encontrar respostas, mas a possibilidade de "interculturalidade" na relação entre pesquisador(a) e pesquisado(a).

2.2. Problemas que emergem das nossas pesquisas: bens relacionais como possibilidade metodológica para estudar o Buen-Vivir

Previamente, é importante relatar a dificuldade na construção deste tópico. Somos ensinadas, na perspectiva metodológica racional, a separarmos o sujeito do objeto de estudo. E falar do nosso objeto de estudo comum é falar também de “nós”, pesquisadoras, autoras deste artigo, com nossas ferramentas acadêmicas, mas também nossas fragilidades e incertezas ao percebermos que somos marcadas pela "colonialidade do saber" pois temos uma relação orientadora/orientanda na Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Integração Contemporânea na América Latina (PPGICAL), na Linha de Pesquisa "Cultura, Colonialidade/Decolonialidade e Movimentos Sociais" e nossa pesquisa está focada nos impactos do Bem-Viver na vida das mulheres bolivianas. Entretanto, não pretendemos aqui esmiuçar percepções da pesquisa, que se encontra em andamento, mas buscamos apresentar neste artigo algumas dificuldades encontradas dentro das ferramentas metodológicas.

O que é o *Buen-Vivir*? “Suma Qamaña” em aymara e “Sumak Kawsay” em quéchua “(...) al ser parte de una colectividad con una plataforma amplia y plural, es parte de las epistemologías del Sur. Es fundamental señalar que son autores indígenas y cosmovisiones indígenas las que en parte han tejido el Buen Vivir” (Zaragocin, 2017, p.22). Emerge desde a realidade dos povos latino-americanos subalternizados. “Ha surgido de luchas sociales y que ha sido plasmada en un marco constitucional. En este marco, no pretende ser una teoría

clarividente universal” (Ramírez, 2019, p.01). Os marcos referidos são as Constituições Equatoriana (2008) e Boliviana (2009), esta última sendo uma das principais fontes de nosso estudo para compreensão do *Buen-Vivir* na Bolívia. “Se trata de un proceso de constante construcción, hibridación, basado en conceptualizaciones que no tienen autoría individual sino colectiva y que surgen en este espacio poscolonial y decolonial del Abya Yala que es posible” (Zaragocin, 2017, p.22).

O que distingue esse processo de outros processos constitucionais vividos na América Latina é sua mudança epistemológica. Ao tratar do processo vivido pelo Equador, o ex-secretário de Educação Superior, Ciência e Tecnologia e Inovação do Equador, René Ramírez apontou que “es la recuperación de la mirada y el sentido del ‘otro’ (...). Y, en la disputa por recuperar la mirada de ‘el otro’ se rompe con el logos antropocéntrico al colocar a la naturaleza como sujeto de derechos” (Ramírez, 2019, p. 01).

Na atual configuração do que se entende por *Buen-Vivir* não é possível desconsiderar o que significa o *Buen-Vivir* nas relações ser humano/natureza. Ainda, dentro da percepção de Ramírez, “El paradigma del sumak kawsay rompe la dicotomía sociedad-naturaleza, ya que las dos forman un sistema (el cosmos). Por lo tanto, el sumak kawsay es imposible sin un sistema ecológico saludable” (Ramírez, 2019, p. 08). Para o autor, a sociedade capitalista é marcada pelo individualismo e competição entre indivíduos, que não se importam com os(as) outros(as) (Ramírez, 2019). Partindo do fato de que a sociedade capitalista é individualista e encontra no mercado a satisfação de seus indivíduos, o autor propõe pensar a proposta de bens relacionais como um caminho para a construção do *Buen-Vivir*.

Ramírez afirma que os bens relacionais “han sido mal denominados inmateriales dentro de la literatura especializada por no tener usualmente precio de mercado” (Ramírez, 2019, p. 03). São os bens que usualmente denominamos sentimentos, como amor, carinho, gratidão. Todavia “Los bienes relacionales pueden ser disfrutados en la medida que involucren potencial de reciprocidad (incluido el ser humano con naturaleza). En este marco, los bienes relacionales jamás podrán ser considerados una mercancía” (Ramírez, 2019, p. 04). Neste contexto, a perspectiva do *Buen-Vivir* nos desafia a enxergar seres humanos, animais e natureza para além da lógica do mercado, buscando uma relação que não seja de mero consumo, mas uma relação que “no puede florecer si uno no tiene capacidad de contemplar su entorno, reflexionar sobre el otro y conocerse a sí mismo” (Ramírez, 2019, p. 03).

Entendemos que analisar o *Buen-Vivir* dentro dos métodos que nós temos na universidade, marcados pelo universalismo, racionalismo e suposta neutralidade, é percebê-lo utilizando as ferramentas do colonizador, colocando-o numa lógica multicultural, em que é “excêntrico” e “exótico” falar de outras formas de construção de outros saberes e mundos, uma vez que temos ainda como principal parâmetro a construção das ciências sociais europeias. Nessa lógica, nossos estudos se reduziram a objetificar o *Buen-Vivir*, no mesmo marco colonial. “La única forma de ser decolonial es vivir sin supuestos, sin aprioris, sin expectativas, sin condiciones, sin exigências” (Ocaña; Lopez & Conedo, 2018, p. 186).

No que temos construído na nossa metodologia, isso significa que nosso “objeto” de estudo é sujeito que contribui na construção da dissertação, não somente com sua *práxis* mas com suas cosmologias, o que se tornou menos abstrato ao elencarmos o roteiro de elaboração da dissertação, com um primeiro capítulo dedicado à base teórica, um segundo capítulo dedicado à análise quantitativa (tendo como fonte os índices de medição de pobreza, analfabetismo, inclusão de minorias) dos impactos do *Buen-Vivir* na Bolívia e o terceiro capítulo dedicado a uma análise qualitativa a partir das realidades das mulheres bolivianas (com entrevistas e análise, a partir das produções de mulheres bolivianas, sobre o *Buen-Vivir*). Todavia, percebemos que esse olhar ainda era colonial.

No solo la investigación cuantitativa, generada desde un enfoque empírico analítico, es colonizadora. La investigación cualitativa también es colonizante. Al pretenderse científica, imita determinados rasgos y características de la ciencia moderna/colonial, y se cree con el derecho de proporcionar el cimiento de las configuraciones psicosociales del sujeto investigado. El “otro” es colonizado, queda representado por el investigador, quien se convierte en un colonizador, cercenando así las más nobles aspiraciones del ser humano de vivir en una sociedad más justa y equitativa (Ocaña; Lopez & Conedo, 2018, p. 177 e 178).

Entretanto, é bom enfatizar que mesmo utilizando as teorias decoloniais como base teórica, isso não transformava a pesquisa em uma pesquisa intercultural sobre o *Buen-Vivir*, porque predominava o olhar de pesquisadoras sobre essas ferramentas numa evolução linear da pesquisa científica. Assim, nos indagamos: como trazer essas ferramentas para que sejam parte do caminho traçado para os objetivos da pesquisa? “El proceso decolonizante es una necesidad de reconocimiento, de visibilización, de autovaloración a nivel epistémico, epistemológico, ético y político, sobre todo para las ciencias sociales de Abya Yala” (Ocaña; Lopez & Conedo, 2018, p. 179). Nesse sentido, entendemos que para decolonizar nosso método sobre o *Buen-Vivir* era necessário que a “interculturalidade” não fosse parte do processo, mas estivesse em

todo o processo, da introdução às considerações finais, passando por análises quantitativas e qualitativas.

Percebemos, igualmente, que tínhamos um caminho a trilhar se desenhando. A questão passou a ser: qual o meio para trilhar esse caminho? Novamente, a proposta de “bens relacionais” se mostrou um instrumento relevante, principalmente na sua perspectiva de trazer outro olhar à memória. “No puede haber buen vivir sin historia, sin memoria o sin recuerdos. En las culturas indígenas de la región, más doloroso que la muerte resulta el olvido (...). La memoria desde el marco de análisis señalado rompe con la temporalidad lineal propia de Occidente” (Ramírez, 2019, p.08).

Sendo o *Buen-Vivir* uma emergência desde o Sul Global, sua presença na pesquisa não é meramente como objeto de estudo em que há um tópico especificado. Sua presença é uma constante, com relações a partir da "interculturalidade" e uso dos métodos já existentes. Portanto, na prática, não houve uma grande alteração no roteiro de pesquisa. Todavia, houve um deslocamento do olhar, da *mirada* sobre o trabalho. “La era de la aceleración genera datos y en el mejor de los casos información, pero no historias, acontecimientos. Por lo tanto es una duración y tiempo vacío. Así no se puede construir el recuerdo ni la esperanza. Todo es efímero” (Ramírez, 2019, p.08).

Dialogando também com as propostas metodológicas de “desobediência epistêmica”, “antropologia por demanda”, “sentipensar” e “corazonar”, um elemento para que emerja a "interculturalidade" é que essa pesquisa seja fonte de esperança e não meramente de dados para pensar o *Buen-Vivir*. Mais que possibilitar a nossos(as) interlocutores(as) um pensamento racional, se deseja um processo de *experenciar*, pois buscamos pensar outras possibilidades a partir de caminhos locais e cenários especificados. “La utopía de configurar una sociedad libre y democrática exige a la ciencia y a los procesos investigativos que se interesen, preocupen y ocupen de los anhelos, aspiraciones, esperanzas, metas, necesidades y sueños humanos” (Ocaña; Lopez & Conedo, 2018, p. 178).

Todavia, longe de celebrarmos o encontro de possibilidades metodológicas para nossos estudos, nos deparamos com três problemas para a aplicação desse método. O primeiro é o lugar geográfico em que estamos, porque fazemos uma pesquisa sobre uma experiência andina a partir de uma universidade na tríplice fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai, em Foz do Iguaçu. O segundo é o lugar político que ocupamos: duas mulheres brancas que realizam pesquisa com uma experiência de povos indígenas na Bolívia, e estão em uma universidade

federal no Sul do Brasil. Nos encontramos mais ao centro da "geopolítica do conhecimento" do que essas experiências, e somos marcadas por uma instituição que, ainda que tenha características mais acessíveis que outras instituições de ensino superior, está dentro da "colonialidade do saber".

Assim, nos indagamos: como pode emergir "interculturalidade" nesse espaço? Talvez pelo fato de estarmos nos aproximando e dialogando com as experiências do *Buen-Vivir* na Bolívia, experiências que nos questionam e ao mesmo tempo nos permitem pensar novos caminhos para que essa pesquisa não seja reflexo do "multiculturalismo". Reconhecemos que é pouco, e mesmo com uma pesquisa de campo sabemos que será pouco. Percebemos cada vez mais que os caminhos que emergem com a academia não permitem o diálogo intercultural. É um problema, mas também um passo para o diálogo intercultural: não desejamos salvar almas, nem colonizar, nem mostrar a superioridade da nossa civilização. Desejamos, primeiramente, dialogar.

Já o terceiro e último problema é o risco de que, na avaliação acadêmica, nossos estudos sejam vistos como infantis ou essencialistas. Falar em esperança e amor é falar uma linguagem abstrata, que só encontra sentido metodológico dentro do pensamento decolonial que, por sua vez, apresenta “limitaciones provienen del carácter estrictamente teórico y de la escasez de investigaciones empíricas de índole preferentemente –aunque no exclusivamente- cualitativa que ayuden a complejizar el horizonte de posibilidades y a ampliar el marco de referencias” (Puentes, 2014, p.06). Assim, o pensamento decolonial não é suficiente para ser o único marco para a metodologia do nosso trabalho e, ainda que apresente ferramentas interessantes, essas ferramentas também encontram outros marcos, fora de teorizações.

Percebemos que o *Buen-Vivir*, antes de ser teorizado, é uma *práxis* que emerge dos povos andinos, marcados pelo colonialismo e, nos últimos anos, neoliberalismo, mas que também carrega suas próprias contradições e violências (Puentes, 2014). Além disso, nos perguntamos: uma corrente que emergiu do centro da "geopolítica do conhecimento", formada por intelectuais que em sua maioria são homens brancos de classe média, pode dar conta de pensar métodos decoloniais para analisar o *Buen-Vivir*? Ainda que não tenhamos uma resposta clara para esta pergunta, vislumbramos algumas possibilidades de caminhos. Ao mesmo tempo que precisamos olhar com desconfiança para produções contraditórias, também necessitamos de ferramentas que possibilitam que na nossa pesquisa existam outros olhares, sem a hierarquia sujeito/objeto, espaços que permitam historicizar e marcar os lugares dos setores

subalternizados. “Ello nos permitirá descencializar tanto a los sectores subalternizados, como a nuestras formas de proceder cuando nos encontramos realizando investigaciones” (Puentes, 2014, p. 8).

Nesse sentido, essas ferramentas possibilitam a presença das epistemologias subalternizados(as) nos espaços centrais que constituem a "geopolítica do conhecimento", mas nos fica a pergunta: elas possibilitam a fala dos(as) subalternizados(as)? Na perspectiva espiral dos marcos do Bem-Viver, é preciso demarcar por todo o tempo esses lugares e contradições.

Considerações Finais:

Antes de apresentarmos nossas considerações, previamente queremos destacar que estamos acompanhando o processo de golpe de Estado vivenciado na Bolívia durante a construção deste artigo. Como ainda estamos encontrando chaves de leitura para entender esse processo, optamos por não abordar este que, sim, é um problema político e investigativo não só para nossa pesquisa, mas também para outros(as) investigadores(as) que estudam temas relacionados, com metodologias decoloniais ou não. Mas, como não temos a pretensão da neutralidade, o uso do termo “golpe de Estado” aponta para onde nossa pesquisa está caminhando.

Neste trabalho, apresentamos possibilidades para pensar além da “colonialidade metodológica” presente em nossas pesquisas. Reafirmamos: não tínhamos (nem temos) a pretensão de criar metodologias decoloniais que sejam universais, mas partimos de experiências locais que podem dialogar com outras experiências locais, tal como as experiências dos Fóruns Sociais. Aqui estão também nossas experiências.

Na primeira parte deste artigo trouxemos propostas teóricas de autores(as) decoloniais para repensarmos as metodologias usadas em pesquisas: a “geopolítica do conhecimento” nos aponta que nenhum saber é neutro, e que o saber emerge de corpos que estão situados geográfica e politicamente no mundo. Logo, se a produção do saber não é neutra, tampouco representa uma verdade universal. Por isso, Mignolo propõe a “desobediência epistêmica” para investigadores(as) que partem do marco decolonial. Igualmente, Rita Segatto, com uma “antropologia por demanda”, que não responda somente às questões da pesquisa, mas que emerja da necessidade dos povos que são objeto de estudo da antropologia tem eco neste trabalho. Ainda, como possibilidade teórica, o “sentipensar” e “corazonar” de Fals Borda e Arias

nos interpelam a não usar somente a racionalidade nas nossas pesquisas, mas também a emoção, o coração, o sentir. Já na segunda parte do trabalho, após as provocações teóricas, partimos para uma proposta prática às metodologias decoloniais: a “interculturalidade”, como um caminho de troca não hierárquica entre os saberes dos pesquisador(a)/pesquisados(as); e os “bens relacionais”, proposta que estamos usando na nossa pesquisa sobre o *Buen-Vivir*.

Pensar metodologias decoloniais é pensar outras ferramentas além das que hierarquizam e objetificam povos e vozes subalternizados e silenciados. Não por acaso, por todo o tempo, reafirmamos que as pesquisas não são neutras e que o conhecimento está hierarquizado a partir da “colonialidade do poder”. Esta é uma tentativa de tornar presente os caminhos do conhecimento que estão à margem, e questionar por todo o tempo, as metodologias nortecêntricas e suas linearidades.

Duas pesquisadoras podem pensar interculturalmente com o que os métodos tradicionais chamam de “objeto” e construir um estudo que possa colaborar com as construções de subalternizados(as)? Ainda: podemos colaborar com as construções subalternizadas e provocar a universidade com sua hierarquização dos saberes? Esses são os grandes desafios. É pretensioso pensar que nossa pesquisa pode servir aos povos andinos. São eles que nos ensinam, diariamente, e nos deslocam para fora de nosso espaço na colonialidade do saber. Por isso, percebemos que nesse deslocamento, nosso papel não é pensar interculturalidade com quem já a constrói a um longo tempo (Puentes, 2014), é necessário pensar interculturalidade com quem ainda não a constrói. Logo, reconhecemos que o lugar que ocupamos na “geopolítica do conhecimento” está hierarquicamente acima dos povos que estudamos, tal como pesquisadores homens em universidades centrais estão em posições melhores que a nossa nesse cenário. Imaginar que essa pesquisa vai provocar um giro decolonial nas metodologias construídas e sacramentadas em cinco séculos de modernidade, é ser ingênuo. Todavia, pesquisas - e não só a nossa - que se colocam como desobedientes em uma proposta de produção do conhecimento que se faz universal (sem o ser) nos questionam e provocam a sentir, experimentar *posibilidades otras*.

Por isso, percebemos que nós também somos uma “caixa de ferramentas” pelo que somos: uma possibilidade de iniciar um caminho intercultural com outros(as) interlocutores(as), sabendo das nossas limitações e sem pretensões idealistas ou salvacionistas, mas, meramente, como possibilidade que se faz.

Referências

- Arias, P. G. (2010a). Corazonar el sentido de las epistemologías dominantes desde las sabidurías insurgentes, para construir sentidos otros de la existencia (primera parte). *Calle 14 Revista De investigación En El Campo Del Arte*, 4(5), 80-95. <https://doi.org/10.14483/21450706.1205>
- Arias, P. G. (2010b). Corazonar. Una Antropología Comprometida Con La Vida. Miradas otras desde Abya-Yala para la decolonización del poder, del saber y del ser. Quito: Universidad Politécnica Salesiana.
- Arias, P. G. (2011). Corazonar la dimensión política de la espiritualidad y la dimensión espiritual de la política. *Alteridad 10. Revista de Ciencias Humanas, Sociales y Educación*, No 10. <https://doi.org/10.17163/alt.v6n1.2011.02>
- Arias, P. G. (2012). Corazonar desde el calor de las sabidurías insurgentes, la frialdad de la teoría y la metodología. *Sophia: Colección de Filosofía de la Educación: Universidad Politécnica Salesiana del Ecuador*, 13, 199-228. <https://www.redalyc.org/pdf/4418/441846102009.pdf>
- Castro-Gómez, S., Grosfogel, R. (coords.). (2007). El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre, Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar.
- Dussel, E. (2005). Europa, modernidade e eurocentrismo. In: Lander, E. (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas.*, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Colección Sur Sur, CLACSO. <https://www.ufrb.edu.br/educacaodocampocfp/images/Edgardo-Lander-org-A-Colonialidade-do-Saber-eurocentrismo-e-ci3AAncias-sociais-perspectivas-latinoamericanas-LIVRO.pdf>
- Escobar, A. (2003). Mundos y conocimientos de otro modo: el programa de investigación modernidad/colonialidad latinoamericano. *Tabula Rasa*, 1, 58-86. <http://www.revistatabularasa.org/numero-1/escobar.pdf>
- Escobar, A. (2014). *Sentipensar con la tierra: nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia*. Medellín: Ediciones UNAULA. http://biblioteca.clacso.edu.ar/Colombia/escpos-unaula/20170802050253/pdf_460.pdf
- Fals Borda, O. (1978). *Por la praxis: el problema de cómo investigar la realidad para transformarla*. Bogotá: Federación para el Análisis de la Realidad Colombiana (FUNDARCO).
- Fals Borda, O. (1987). *Ciencia Propia y Colonialismo Intelectual*. Bogotá: Carlos Valencia Editores.
- Fals Borda, O. (2015). *Una sociología sentipensante para América Latina*. México, D. F.: Siglo XXI Editores; Buenos Aires: CLACSO. <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/coedicion/fborda/>
- Lander, E. (org.). (2005). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso. <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lander/pt/lander.html>
- Lander, E. (org). (2000). *Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso/UNESCO. <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100708034410/lander.pdf>
- Maldonado-Torres, N. (2007). Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: Castro-Gómez, S., Grosfoguel, R. *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá. Siglo del Hombre Editores; Universidad Central; Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana; Instituto Pensar.
- Maldonado-Torres, N. (2009) “A Topologia do Ser e a Geopolítica do Conhecimento: modernidade, império e colonialidade”. In: Santos, B.; Meneses, M. (orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina.

- Mignolo, W. (2002). The geopolitics of knowledge and the colonial difference. *The South Atlantic Quarterly*, 101, (1), 57-95. http://www.unice.fr/crookall-cours/iup_geopoli/docs/Geopolitics.pdf
- Mignolo, W. (2007). *La idea de América Latina. La herida colonial y la opción decolonial*. Barcelona: Gedisa.
- Mignolo, W. (2010). *Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad*. Argentina: Ediciones del Signo.
- Mignolo, W. (2017). Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 32(94), e329402. Epub June 22, 2017. <https://dx.doi.org/10.17666/329402/2017>
- Ocaña, A. O., López, M. I. A., Conedo, Z. P. (2018). Metodología ‘otra’ en la investigación social, humana y educativa. El hacer decolonial como proceso decolonizante. *Faia*, 07, (30), 172-200. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6575303>
- Porto-Gonçalves, C. W. (2005). Apresentação da edição em português. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. <https://www.ufrb.edu.br/educacaodocampocfp/images/Edgardo-Lander-org-A-Colonialidade-do-Saber-eurocentrismo-e-ci%C3%A2ncias-sociais-perspectivas-latinoamericanas-LIVRO.pdf>
- Puentes, J. P. (2014). La investigación decolonial y sus límites. *Analectica Revista Electrónica de Pensamiento Actual*, 3, 01-11. https://ri.conicet.gov.ar/bitstream/handle/11336/45208/CONICET_Digital_Nro.17dba74d-ded6-43b3-9935-ed47488ea853_A.pdf?sequence=2&isAllowed=y
- Quijano, A. (1992). Colonialidad y modernidade-racionalidad. In: Bonília, Heraclio (Compilador). *Los conquistados. 1492 y la población indígena de las Américas*. Bogotá: Tercer Mundo Editores, 1992.
- Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: *A colonialidade do saber, Eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas Latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO. http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf
- Ramírez, R. (2019). Los bienes relacionales en la socioecología política de la vida buena. *Revista Crisol*, n. 06, Université Paris Nanterre: Paris.
- Segato, R. L. (2006). Antropología e direitos humanos: alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos universais. *Mana*, 12(1), 207-236. <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132006000100008>
- Segato, R. L. (2012). Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *E-cadernos CES* [Online], 18 <http://journals.openedition.org/eces/1533>; DOI : 10.4000/eces.1533
- Segato, R. L. (2015). *La crítica de la decolonialidad en 8 ensayos y una antropología por demanda*. Prometeo Libros: Buenos Aires.
- Walsh, C. (2001). Entrevista a Walter Mignolo sobre "Las geopolíticas del conocimiento en relación a América Latina. *Comentario Internacional. Revista Del Centro Andino De Estudios Internacionales*, (2), 49-64. <https://revistas.uasb.edu.ec/index.php/comentario/article/view/241>
- Walsh, C. (2009). *Interculturalidad, Estado, Sociedad: Luchas (De)coloniales de Nuestra Época*. Universidad Andina Simon Bolivar: Quito.
- Zaragocin, S. (2017). “Feminismo y Buen Vivir”. In: Varea, Soledad; Zaragocin, Sofía (compiladoras). *Feminismo y Buen Vivir: utopías decoloniales*. Pydlos Ediciones - Universidad de Cuenca: Cuenca. [http://dspace.ucuenca.edu.ec/bitstream/123456789/27831/1/feminismo%20y%20buen%20vivir%20pdf%20PARA%20IMPRESION%20\(1\).pdf](http://dspace.ucuenca.edu.ec/bitstream/123456789/27831/1/feminismo%20y%20buen%20vivir%20pdf%20PARA%20IMPRESION%20(1).pdf)

CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E O PAPEL DAS POLÍCIAS NA MANUTENÇÃO DA ORDEM SOCIAL NO BRASIL, ARGENTINA E CHILE

Júlia de Mattos Araújo Alves¹

Raissa do Vale Vieira²

Resumo: O presente trabalho busca analisar como nos últimos anos os processos de criminalização e o uso de instrumentos de repressão vêm se expandindo para restringir ou impedir protestos populares urbanos especialmente no Brasil, na Argentina e no Chile, ainda que em níveis diferenciados. Na América do Sul, as polícias do tipo gendarmeria, altamente hierarquizadas e militarizadas, são os principais atores na garantia da segurança, que é entendida a partir da manutenção de uma dada ordem social que quando perturbada, pela atuação dos movimentos sociais, por exemplo, gera respostas violentas por parte dessas forças de segurança e do Estado nacional. Para melhor compreender tais processos, optou-se por primeiro realizar uma breve conceitualização e análise histórica do papel dos movimentos sociais e sua relevante atuação como meio de reivindicação social, imprescindíveis para o avanço de uma sociedade democrática. Em seguida, é analisada a atuação das polícias nacionais em cada um desses países a partir do conceito de ‘ordem social de acesso fechado’ apresentado por North, Wallis e Weingast no livro *Violence and Social Orders*. Por fim, são abordados os aspectos que levaram ao processo de criminalização e repressão dos movimentos e de seus integrantes.

Palavras-chave: movimentos sociais; criminalização; ordem social; polícias nacionais; América do Sul.

CRIMINALIZACIÓN DE LOS MOVIMIENTOS SOCIALES Y EL PAPEL DE LAS POLICÍAS EN EL MANTENIMIENTO DE LAS ORDENES SOCIALES EN BRASIL, ARGENTINA Y CHILE

Resumen: El presente trabajo busca analizar cómo en los últimos años los procesos de criminalización y mayor uso de instrumentos de represión se han expandiendo para restringir o impedir protestas populares urbanas en especial en Brasil, Argentina y Chile, aunque en niveles diferentes. En América del Sur, las policías del tipo gendarmería, altamente jerarquizadas y militarizadas, son los principales actores en la garantía de la seguridad, que es entendida a partir de la mantención de una dada orden social que cuando perturbada, por la actuación de los movimientos sociales, por ejemplo, genera respuestas violentas por parte de esas fuerzas de seguridad y de los Estados nacionales. Para mejor comprender estos procesos, en primer lugar es hecha una corta conceptualización y análisis histórico del rol del movimientos sociales y su relevante actuación como medio de reivindicación social, imprescindible para el avance de una sociedad democrática. A continuación, es analizada la actuación de las policías nacionales en cada un destes países a partir del concepto de ‘orden social de acceso cerrado’ presentado por North, Wallis y Weingast en el libro *Violence and Social Orders*. Por fin, son abordados los aspectos que llevarán a un proceso de criminalización de los movimientos y sus integrantes.

Palabras clave: movimientos sociales; criminalización; orden social; polícias nacionales; América del Sur

CRIMINALIZATION OF SOCIAL MOVEMENTS AND THE ROLE OF POLICIES IN THE MAINTENANCE OF SOCIAL ORDER IN BRAZIL, ARGENTINA AND CHILE

Abstract: This paper seeks to analyze how, in recent years, a criminalization processes and the increasing use of instruments of repression have been expanding and acting to restrict or prevent urban popular protests especially in Brazil, Argentina and Chile, albeit at different levels. In South America, the main actor entailed to ensuring

¹ Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: juliademattos.alves@gmail.com

² Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: raissavalevieira@gmail.com

security is the highly hierarchized and militarized gendarmerie-type police. That said, security is usually understood as the maintenance of a given 'social order' that once disturbed by the actions of organized social movements, for example, generates violent responses from these security forces and the national state. To better understand the situation, this paper makes a brief conceptualization and historical analysis of the role played by social movements and their relevance as a way of popular manifestation, essential for the advancement of a democratic society. Then, considering the concept of 'closed social order', by North, Wallis and Weingast in the book 'Violence and Social Orders', follows an analysis regarding the performance of the national police in each of these countries. All things considered, in the end, the paper seeks to explore the aspects that led to the process of criminalization and repression of the movements and their members.

Key words: social movements; criminalization; social order; national police; South America.

Introdução

Por mais diversos que sejam os movimentos sociais e os seus integrantes, essas formas de ação coletiva buscam, em essência, a consolidação de um Estado Democrático de Direito que respeite e garanta o acesso aos direitos básicos aos seus cidadãos. Além disso, é válido ressaltar o caráter transformador dos movimentos sociais que promovem novos saberes e conhecimentos permitindo assim repensar e modificar a sociedade e a política, por exemplo.

No entanto, apesar dessas importantes definições, o que se percebe a nível mundial, e por limitações deste trabalho, particularmente no Brasil, Argentina e Chile, é uma crescente repressão e criminalização das formas de atuação dos movimentos e manifestações populares, com destaque para os protestos e passeatas, que passam a ser tratados como “casos de polícia” e, portanto, como uma ameaça à segurança pública, quando na verdade deveriam ser encarados apenas como fontes de expressão legítima da sociedade civil. Nesses casos, a manifestação de características remanescentes das raízes autoritárias desses países torna claro como a ordem social sul-americana ainda permanece caracterizada como uma ordem de acesso fechado, dominada por uma elite que se beneficia de privilégios políticos, e que restringe o acesso aos bens sociais, regulando e limitando o acesso aos canais institucionais por parte da sociedade civil organizada (NORTH; WALLIS; WEINGAST. 2009).

Considerando o papel dos movimentos sociais na formação de uma democracia mais participativa e com busca de reparação das desigualdades no continente sul-americano, surge o questionamento sobre como tem se dado o processo de criminalização e repressão destes por parte dos Estados caracterizados por essa ordem social de acesso fechado. E a hipótese trabalhada neste artigo é que na relação, em geral, conflitante entre os Estados e os movimentos sociais, vêm se multiplicando as tentativas de limitar a participação popular tanto pelo braço repressivo estatal, representado pelas Forças de Segurança, como as gendarmerias,

quanto pelo seu aparato legal com a atuação do Judiciário. Assim, estabelece-se uma relação dicotômica entre os que querem manter a ordem social de acesso fechado e os que buscam uma transição para um sistema mais aberto. Desse modo, o objetivo geral deste trabalho não é analisar movimentos sociais particulares, mas sim entender de forma mais ampla como nos últimos anos se deu esse processo que busca inibir a sua atuação.

Para tanto, o presente artigo divide-se em três partes. Na primeira seção é feita uma breve conceituação e análise do papel dos movimentos e sua relevante atuação como meios de reivindicação social. Em seguida, analisa-se a atuação das polícias nacionais no papel fundamental da manutenção da ordem e o seu consequente papel repressivo em cada um desses países anteriormente mencionados a partir do conceito de ordem social de acesso aberto e fechado apresentado por North, Wallis e Weingast no livro *Violence and Social Orders* (2009). E na última seção é abordado o processo de criminalização dos movimentos e de seus integrantes que se expressa por meio de determinadas práticas como a criação de leis, ou ao menos a utilização das leis já existentes de modo intensificado, buscando enquadrar toda e qualquer ação dos movimentos como criminosa e potencialmente perigosa.

A pesquisa tem caráter exploratório, fazendo uso da revisão bibliográfica como o meio mais adequado para a sua confecção. O trabalho está, portanto, baseada em análise de fontes primárias, como documentos oficiais, e fontes secundárias por meio do uso de trabalhos acadêmicos, artigos, livros e afins, que foram aqui selecionados de acordo com a adequação com o tema em questão.

1. Movimentos sociais – breve histórico e conceituação

São muitas as definições para o conceito de movimento social, no entanto, por mais diversos que possam ser os movimentos organizados da sociedade civil e apesar de todos guardarem as suas particularidades, de forma geral, esses podem ser compreendidos como uma forma de organização, manifestação, formal ou não, que por meio de uma ação coletiva busca reivindicar junto ao Estado ou até mesmo aos demais segmentos da própria sociedade, aqueles seus direitos que lhes são usualmente negados, e que muitas das vezes estão assegurados por leis tanto nacionais quanto internacionais. Além disso, de acordo com a socióloga e cientista política Maria da Glória Gohn, “Uma das premissas básicas a respeito

dos movimentos sociais é: são fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes. Entretanto, não se trata de um processo isolado, mas de caráter político-social.” (2011, pg.333)

Alain Touraine (1985), um importante sociólogo francês com vasta publicação dedicada à análise dos movimentos sociais, os entende como atores fundamentais na produção e transformação da sociedade, possuindo uma grande capacidade de influenciar a política, transformar a cultura e a vida cotidiana, produzindo conhecimento e abrindo novos cenários para a atuação da sociedade.

Na definição de Gohn, os movimentos sociais são:

ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até as pressões indiretas. Na atualidade, os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais ou transnacionais, e utilizam-se muito dos novos meios de comunicação e informação, como a internet. (GOHN, 2011, p.335).

Essas forças organizadas da sociedade civil acompanham de perto a realidade social, não só identificando os problemas, mas principalmente contribuindo para a formulação de propostas que possam auxiliar a solucioná-los. Por meio de sua atuação em rede, esses movimentos servem como meios de resistência à exclusão e de luta pela garantia de direitos e inclusão social. Além disso, os movimentos promovem ainda o empoderamento de diversos atores da sociedade civil que antes não possuíam voz ou visibilidade e que por meio dessa organização se fortalecem enquanto sujeitos sociais. Desse modo, alguns segmentos da sociedade que antes não se organizavam têm a oportunidade de se unir e buscar maior representação uma vez que os movimentos permitem ainda que haja a criação de uma identidade para esses grupos e participantes que desenvolvem um sentimento e uma noção de pertencimento social que antes poderia não haver.

Maria da Glória Gohn sintetiza bem algumas importantes características e definições básicas sobre os movimentos sociais, ao analisar que:

Na atualidade, apresentam um ideário civilizatório que coloca como horizonte a construção de uma sociedade democrática. (...) Há neles uma ressignificação dos ideais clássicos de igualdade, fraternidade e liberdade. A igualdade é ressignificada com a tematização da justiça social; a fraternidade se retraduz em solidariedade; a liberdade associa-se ao princípio da autonomia – da constituição do sujeito, não

individual, mas autonomia de inserção na sociedade, de inclusão social, de autodeterminação com soberania. Finalmente, os movimentos sociais tematizam e redefinem a esfera pública, realizam parcerias com outras entidades da sociedade civil e política, têm grande poder de controle social e constroem modelos de inovações sociais (GOHN, 2011, p.336).

Na América Latina dos anos 1970 e 1980 especialmente, os movimentos sociais populares se configuraram majoritariamente como grupos de oposição aos regimes militares que governavam a região. E, uma vez findos os regimes ditatoriais, os movimentos sociais continuaram a ser indispensáveis, já que diante do complexo cenário político e social regional, a luta para que os direitos civis fossem garantidos era constante.

No início do século XXI, os movimentos sociais ganharam um caráter cada vez mais internacional, ultrapassando as fronteiras, e contaram para isso com o impulso dos movimentos antiglobalização que tiveram o seu alcance ampliado em virtude do uso dos novos meios tecnológicos de comunicação e informação à época, notadamente a internet. Essa disseminação de informações por meio de plataformas digitais proporcionaram a entrada em cena de novos atores, temas e problemas sociais contemporâneos, o que tornou os movimentos cada vez menos homogêneos e cada vez mais diversos. Entretanto, é importante destacarmos que, apesar de todas as mudanças e novidades trazidas por esses movimentos transnacionais, as críticas à miséria, ao desemprego, a exclusão e aos conflitos sociais, não foram de modo algum deixadas de lado, mas sim incorporadas aos movimentos e manifestações na busca de uma solução.

Desde o início da década de 2010, porém, uma nova onda de movimentos e protestos populares como o da Primavera Árabe, no Oriente Médio e Norte da África, no Parque Taksim Gezi, em Istambul, na Turquia, o *Occupy Wall Street*, nos EUA, os Indignados na Espanha, as Jornadas de Junho de 2013 no Brasil, os protestos no Chile em 2011 e na Argentina em 2015, deram novo fôlego ao interesse de pesquisadores e ativistas que buscavam então compreender e analisar as particularidades que permeiam a atuação dos movimentos sociais e o recurso aos protestos de rua e assembleias públicas, analisando assim as diferentes conotações que essas carregam, podendo ser identificadas tanto como fonte de esperança quanto de medo.

Breno Bringel (2017) identifica nessa segunda década do século XXI o que chamou de “uma nova geopolítica da indignação global”. Assim, segundo o autor:

As mobilizações de indignação inicialmente representavam protestos difusos e polarizados, com uma base social heterogênea, marcada por um transbordamento social. Os participantes, muitos deles com quase nenhuma experiência militante anterior, se reuniram nos espaços públicos de várias cidades do mundo, carregando demandas e mobilizando significados muito diferentes. (BRINGEL, 2017, pg. 33) [tradução própria]

Ainda segundo Bringel, as ações coletivas sofreram alteração, havendo um maior destaque para a atuação dos indivíduos e preferência pelos locais públicos. Desse modo, o espaço público se transforma em protagonista tanto como canalizador de mobilizações e reivindicações sociais bem como em função de demandas próprias (BRINGEL, 2017, p. 34).

Judith Butler (2018), uma influente filósofa estadunidense também trata sobre esse assunto, buscando apreender as formas, efeitos, funções e como essas “reuniões de corpos” ocorrem de maneira repentina, tendo um aspecto, de transitoriedade que segundo a autora está intimamente ligado a sua função crítica.

De acordo com Butler (2018, pg.07) “as teorias democráticas sempre temeram “a multidão”, mesmo quando afirmam a importância das expressões da vontade popular, inclusive em sua forma de desobediência.” As assembleias públicas são uma demonstração da soberania popular e, portanto são consideradas como constantes lembretes de como a legitimidade de um governo democrático se sustenta, tanto na prática como na teoria.

Um dos pontos que a autora ressalta diz respeito à diferença entre liberdade de expressão e liberdade de assembleia. Desse modo, segundo Butler (2018, pg.09):

Se considerarmos por que a liberdade de assembleia é diferente da liberdade de expressão, veremos que é precisamente porque o poder que as pessoas têm de se reunir é ele mesmo uma importante prerrogativa política, bastante distinta do direito de dizer o que quer que tenham a dizer uma vez que as pessoas estejam reunidas. A reunião significa para além do que é dito, e esse modo de significação é uma representação corpórea concertada, uma forma plural de performatividade.

Na América do Sul, os movimentos populares que resultaram do fracasso do modelo neoliberal, como os piqueteros, as assembleias de bairro e as fábricas ocupadas, funcionaram como laboratórios e anteciparam muitos dos debates e formas de lutas que marcariam a década de 2010. (PLEYERS, 2018, pg. 27) A importância da dimensão nacional é uma característica de muitas mobilizações nesta década na região. No entanto, a relação entre as mobilizações sociais e os governantes é preocupante, uma vez que dominam as tendências autoritárias de muitos desses regimes que respondem com violência à atuação dos

movimentos sociais e seus integrantes como forma de tentar contê-los. (PLEYERS, 2018, pg.42)

Nesse novo século a atuação dos movimentos sociais iniciada com o objetivo de buscar mais dignidade, igualdade e justiça social acabou levando ao endurecimento do processo de criminalização, controle social e repressão. Assim, levando em consideração que os movimentos sociais apontam as falhas do Estado, e que em termos weberianos, o Estado detém o monopólio legítimo do uso da força, percebe-se, na atuação do mesmo, uma tendência forte e crescente em tratar os movimentos sociais como “casos de polícia”, utilizando-se de mecanismos como a securitização e a militarização das questões de segurança de modo a institucionalizar mecanismos de controle social. Em países como Brasil, Argentina e Chile, essa resposta estatal não se deu de forma diferente e será mais bem abordado nos próximos capítulos. Uma vez que a existência dos movimentos sociais é de fundamental importância para a sociedade civil enquanto meio de manifestação e reivindicação, a sua criminalização deve ser vista como uma ameaça pungente a democracia e aos direitos individuais.

2. Contestação à ordem e a resposta repressiva

Na América do Sul, é amplamente discutido que as fronteiras entre segurança e defesa são difusas, assim como as atribuições das Forças Armadas e as de polícia se sobrepõem, reforçando a ideia de inimigo como pertencente à própria população. Dentre essas funções, a questão da manutenção da ordem social ou pública exerce um papel central no entendimento mais aprofundado do setor de segurança na região.

Em primeiro lugar, para entender ordem social é necessário compreender as diferentes concepções de ordem pública. Ordem, em seu sentido mais banal é associada a formas de organização ou de comando. Assim, sua definição jurídica é:

organização necessária para o bom funcionamento da sociedade, por meio de ideias sociais, políticas, morais, religiosas etc, que o legislador considera como fundamentais para a existência do seu ideal de nação (SANTOS, 2001, pg.175).

Já para o Glossário brasileiro das Forças Armadas, ordem constitui o:

Conjunto de regras formais que emanam do ordenamento jurídico da nação, com objetivo de regular as relações sociais de todos os níveis do interesse público e estabelecer um clima de convivência harmoniosa e pacífica, fiscalizado pelo poder

de polícia, para o alcance do bem comum (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2007, pg.185).

Na obra *Violence and social orders: A Conceptual Framework for Interpreting Recorded Human History*, de North, Wallis e Weingast, ordem social é conceitualizada a partir da oposição entre ordem social de acesso aberto e de acesso fechado, também chamado de estado natural.

A ordem social de acesso aberto é um arranjo social que prioriza as interações impessoais entre os indivíduos, que sem identidade pessoal reconhecida, necessitam, portanto, participar de organizações. Estas são de amplo acesso a todos os cidadãos. As organizações permitem um maior desenvolvimento político e econômico dessas sociedades, além de uma maior difusão dos princípios de igualdade, direitos de propriedade e justiça. Assim, segundo a obra:

Nas ordens sociais de acesso aberto, (...) relações pessoais ainda importam, mas categorias impessoais de indivíduos, muitas vezes chamados de cidadãos, interagem sobre muitas áreas do comportamento social sem a necessidade do reconhecimento da identidade individual de seus parceiros. Identidade, na qual nos estados naturais é inerentemente pessoal, passa a ser definida pelas características impessoais nas ordens de acesso aberto. A habilidade de formar organizações que a maioria da sociedade apoia é aberta à todos que obedecem a um critério impessoal mínimo. Ambas ordens sociais possuem organizações públicas e privadas, mas estados naturais limitam seu acesso, enquanto as sociedades de acesso aberto não. (NORTH, WALLIS & WEINGAST, 2009, pg.2) [tradução própria]

Já a ordem social fechada é um tipo de arranjo social organizado a partir das relações a nível pessoal, limitando os indivíduos de criarem organizações. O acesso a essas organizações é limitado às elites, formando uma sociedade civil restrita, que formula políticas sem o geral consentimento dos governados e com predominância de privilégios e hierarquias. Visto isso, os autores North, Wallis e Weingast caracterizam a ordem social fechada (ou estado natural) a partir de:

Relações pessoais, quem a pessoa é ou quem ela conhece forma a base da organização social e constitui a arena para interação individual, particularmente relações pessoais entre indivíduos poderosos. Estados naturais limitam a possibilidade dos indivíduos de formarem organizações. (NORTH, WALLIS & WEINGAST, 2009, pg.2) [tradução própria]

Desse modo, apesar de ambas ordens sociais aberta e fechada serem capazes de formar instituições, elas possuem uma diferença primordial. O acesso a essas instituições são dadas de forma irrestrita ou restrita, respectivamente. Sendo assim, é possível compreender que as sociedades sul-americanas se encaixam na ordem social fechada, uma vez que grande parte de

suas instituições, assim como a formulação de políticas públicas por parte delas são comandadas pelas relações pessoais de um pequeno grupo das elites, que não permitem uma ampla participação da população nos processos políticos.

A partir da lógica de ordem social de acesso fechado, a maioria dos países da América do Sul, incluindo o Brasil, a Argentina e o Chile, apresentam as polícias do tipo gendarmeria (nacionais, em geral, mas podendo ser também estaduais, como no Brasil) como os principais órgãos responsáveis pela garantia da segurança. Segundo o documento *SSR backgrounder: gendarmeries and constabulary-type - Roles and responsibilities of police with mixed military and civilian characteristics*, de um dos maiores órgãos de estudo do setor de segurança, o *Geneva Center For Security Sector Governance*, essas polícias possuem as seguintes características: 1) status militar: sob a autoridade do ministério de defesa possuem missão de defesa nacional subsidiária ou residual, pela qual respondem ao poder executivo; 2) é estruturada como organização militar, sendo mais centralizadas e hierarquizadas; 3) utilizam armas e táticas militares: maior capacidade de repressão que a polícia civil, com equipamentos como veículos blindados, pequenos aviões, helicópteros e armas de infantaria leve; 4) autoridade de polícia civil: possuem funções domésticas de imposição da lei e podem responder a outros ministérios, como o do interior e da justiça. (DCAF, 2019, p. 4)

Uma vez considerada que as polícias são o principal instrumento de garantia da segurança na América do Sul é necessária uma análise aprofundada de cada uma das gendarmarias enquanto mantenedoras da ordem pública. Assim, no presente artigo, são abordadas as polícias militares brasileiras, em especial do Rio de Janeiro, as Gendarmarias Argentinas e os Carabineros do Chile.

As polícias militares estaduais são uns dos principais órgãos de segurança brasileiros, em termos investigativos e de presença policial ostensiva nas cidades do país. A partir da análise de seus estatutos é possível compreender que essa segurança é entendida como manutenção da ordem social vigente, uma vez que nesses textos esta aparece como a primeira e principal função desta instituição. Considerando como exemplo o estatuto da Polícia Militar do Rio de Janeiro, a manutenção da ordem não só é uma atribuição, mas também é considerada, segundo o Título II, Cap. I, seção I, Art 6º, como parte do ethos do profissional, a partir do que a legislação estabelece como a “manifestação essencial do valor do policial militar”, que para ela deve possuir “o patriotismo, traduzido pela vontade inabalável de

cumprir o dever policial-militar e pelo solene juramento de fidelidade Pátria e integral devotamento à manutenção da ordem pública, até com o sacrifício da própria vida” (PMERJ, 1981, pg.5)

A lei nº19.349 de 1971 sanciona e promulga a lei da Gendarmería Nacional, que estabelece essa instituição como uma força de segurança militarizada sob o comando do Chefe do Exército, com caráter altamente e hierarquizado e centralizador, e que deve cumprir missões principalmente nas fronteiras, mas também para outros lugares determinados. Apesar de não ser a primeira função citada nessa legislação, há de se destacar a possibilidade de intervenção quando há alteração ou subversão da ordem pública, quando essa perturbação excede as possibilidades do controle policial provincial ou quando essa perturbação assume características de guerrilha (MINISTERIO DE SEGURIDAD, 1971) Assim, apesar dessa lei delimitar mais explicitamente o emprego da polícia nacional para questões fronteiriças, seu uso tem sido flexibilizado para questões internas nos últimos anos, incluindo repressão a protestos em meio urbano.

A polícia nacional chilena, chamada de Carabineros do Chile se regula a partir de dois grandes marcos jurídicos, sua Constituição vigente, de 1980, e a Lei Orgânica Constitucional dos Carabineros do Chile (Lei nº 18961 de 1990). Segundo sua Constituição, Art. 101, inciso 2, as forças de ordem e segurança pública são formadas pelos Carabineros e Polícia de Investigações, que são uma força pública que existem para garantir a ordem pública e a segurança interior. Já a lei de formação dessa polícia, a caracteriza como:

Artículo 1º: Carabineros de Chile es una Institución policial técnica y de carácter militar, que integra la fuerza pública y existe para dar eficacia al derecho; su finalidad es garantizar y mantener el orden público y la seguridad pública interior en todo el territorio de la República y cumplir las demás funciones que le encomiendan la Constitución y la ley (MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL, 1990).

Sendo assim, é possível compreender que os movimentos sociais são os principais meios de contestação da ordem social vigente, por meio da tentativa de ampliação da participação da sociedade civil no processo de construção política democrática. Entretanto, a partir dos documentos de formação das gendarmerias brasileira, argentina e chilena - no caso, a PMERJ, Gendarmeria Argentina e Carabineros do Chile - é possível concluir que essas instituições são os principais instrumentos de segurança nesses países e que a segurança é entendida como a manutenção de uma dada ordem social, que nesses países é de acesso

fechado e mantém os privilégios das elites.

Logo, as manifestações de rua e a consequente resposta repressiva por parte das polícias são o momento mais explícito da materialidade das relações em geral conflituosas entre as Forças de Segurança e os movimentos sociais, uma vez que os primeiros querem manter a ordem social fechada, enquanto os últimos buscam um regime mais aberto e participativo.

3. A criminalização dos movimentos sociais

Como já abordado em seção anterior deste trabalho, os movimentos sociais são construídos por meio da atuação de grupos sociais que em razão de uma insatisfação e a partir de um senso de pertencimento e de objetivos compartilhados se mobiliza, externalizando assim as suas reivindicações através de protestos e manifestações populares. A repressão aos movimentos sociais, portanto, pode ser considerada como uma violência contra o próprio Estado Democrático de Direito, uma vez que com a justificativa de punir ‘atos de vandalismo’, os Estados vêm criminalizando os movimentos sociais e desrespeitando previsões constitucionais e valores basilares de qualquer regime democrático como o direito à liberdade de expressão e de manifestação, exercida dentro da legalidade.

Todavia, antes de dar prosseguimento às discussões acerca desse processo, é importante que abordemos alguns conceitos que são centrais e caros a nossa análise, como, por exemplo, o próprio conceito de ‘criminalização’. De modo bem simples e direto, criminalizar refere-se ao ato, processo ou efeito de tornar determinada ação em uma ação criminosa, ou seja, um crime é um ato contra a legislação vigente. Dessa forma, entendemos que:

a criminalização dos movimentos sociais significa tornar crime determinadas ações realizadas por eles. Os exemplos de ações de movimentos sociais que podem ser consideradas crimes são vários: ocupações (de prédios públicos, terras privadas, etc.), atos de depredação, bloqueio de vias públicas (VIANA, 2018, pg.128).

O sociólogo Nildo Viana (2018) distingue a criminalização dos movimentos sociais em duas formas – a criminalização derivada e a criminalização direcionada. Em relação à primeira forma,

A criminalização derivada é o que ocorre quando uma ramificação de um movimento social (organização, por exemplo) realiza um ato que é considerado crime por ser contrário a alguma expressão das relações sociais dessa sociedade que foi cristalizada na lei e que possui uma não-relação direta com as lutas sociais. (VIANA,2018, p..129).

Já a criminalização direcionada é voltada diretamente para o processo de criminalização dos movimentos sociais e ocorre quando a partir da maior ocorrência de protestos e manifestações de rua, por exemplo, além das legislações que já estão em vigor, novas leis são criadas, ou ao menos aplicadas com mais rigor, como forma de impedir e gerar receio aos manifestantes que queiram ocupar os espaços públicos para apresentar as suas demandas.

Como já tratado anteriormente, por estar garantido por lei e ser um modo de demonstração da soberania popular, o direito à liberdade de assembleia é uma forma fundamental de liberdade que, em tese, requer a proteção do governo. Porém, Butler critica a incoerência dessa prerrogativa, pois isso significa que de modo paradoxal “os governos devem proteger a liberdade de assembleia contra a interferência governamental” (2018, pg.69). Ou seja, é justamente o governo que na ampla maioria dos casos está sendo contestado pela assembleia que deve garantir a proteção e a ocorrência da mesma “o que é uma maneira de dizer que os governos têm a obrigação estrita de não atacar os direitos de assembleia por meio do uso ilegítimo da polícia e dos poderes judiciais para deter, prender, assediar, ameaçar, censurar, encarcerar, causar dano ou matar” (2018, pg.69) Esse ponto é importante, pois as relações entre o Estado e os movimentos ou manifestações populares são notadamente complexas e em momentos de crise do governo, o Estado apela para o seu outro recurso - a repressão.

Assim, Butler ressalta que existe um fator, ou uma possibilidade, que assombra a liberdade de assembleia - a prisão, o limite da esfera pública. Esse poder de confinamento que o Estado detém “é uma maneira de definir, produzir e controlar o que vai ser a esfera pública e quem vai ser admitido na assembleia pública.” (2018, pg.74) Desse modo, quando se fala sobre as assembleias públicas, é necessário ainda levar em consideração também a atuação da força policial, que tem o poder de deixar acontecer ou impedir a realização dessas manifestações populares. O que por sua vez ressalta a importância de se estar atento para “o

momento no qual o Estado começa a atacar as pessoas que deveria representar, momento no qual se estabelece uma passagem forçada do espaço público à prisão.” (2018, pg.79)

A repressão estatal pode atingir os movimentos sociais populares, o movimento dos estudantes, os protestos, as manifestações de rua e de modo mais amplo todas as demais formas de expressão de diversos grupos sociais. Porém, o recurso à repressão precisa ser considerado justo e legítimo, caso contrário poderá não gerar o efeito desejado, como a insatisfação, indignação e até mesmo o apoio amplo popular àqueles que foram reprimidos. (VIANA, 2018, pg.132) É imprescindível, portanto, que a repressão seja considerada legítima, e a criminalização é uma forma também de legitimação, ainda que limitada. Desse modo, associada ao processo de criminalização deve estar à iniciativa de deslegitimação das formas de ação coletivas que de forma geral tende a ser disseminada por meio de discursos oficiais bem como pela narrativa negativa ou positiva que é criada pela mídia.

Em vista disso, de acordo com Nildo Viana é importante estarmos atentos ao fato de que:

A criminalização é uma ação estatal, mas a deslegitimação e incriminação são produzidas tanto pelo aparato estatal quanto pelo capital comunicacional (meios oligopolistas de comunicação), instituições, intelectuais, etc. O processo de deslegitimação e incriminação é produzido no âmbito estatal e também da sociedade civil. Esse processo visa constituir uma corrente de opinião favorável ao processo de criminalização, o que impediria o efeito colateral negativo da indignação da população e possíveis reações coletivas (2018, pg. 134).

Levando em consideração essa perspectiva, Judith Butler destaca um outro importante papel da mídia, que podendo hoje ser reproduzida em larga escala por meio de aparelhos portáteis, se apresentam como uma relevante forma de “contravigilância” das ações policiais e militares. Assim, a possibilidade de filmagem das ações policiais se tornou uma “maneira-chave de expor a coerção patrocinada pelo Estado sob a qual opera atualmente a liberdade de assembleia.” (2018, pg.13) Portanto, se a mídia pode ser usada para deslegitimar, também pode servir como ferramenta de legitimação e de monitoramento.

Partindo para a análise dos casos particulares de criminalização nos países previamente selecionados, no Brasil, particularmente a partir de 2013, foi possível percebermos que o processo de criminalização dos movimentos sociais não ocorreu de modo

aleatório ou ao acaso, mas ganhou impulso por meio do uso político de instrumentos legais repressivos. Um exemplo claro de criminalização direcionada foi a aprovação da Lei Estadual 6.538/2013 no Rio de Janeiro, que proibiu o uso de máscaras por parte dos manifestantes. Além disso, diversos manifestantes foram também enquadrados na Lei nº 7.170, conhecida como Lei de Segurança Nacional, que aprovada no ano de 1983, prevê dentre as suas prerrogativas como crime a perturbação da ordem ou sua incitação.

O que se viu no Brasil nas Jornadas de Junho de 2013 e em anos posteriores como 2016, 2018 e 2019 foi a utilização dos mais variados tipos penais para enquadrar e processar manifestantes que foram presos durante protestos que eram em sua maioria pacíficos. Assim, diversos são os casos de manifestantes que foram enquadrados em crimes como formação de quadrilha, desacato, incêndio, dano ao patrimônio público, além da aplicação de leis e tipos penais claramente inadequados ao contexto das manifestações populares.

A segurança pública, de maneira geral, é tratada pelo Estado brasileiro de forma militarizada, o que aponta para um movimento de securitização direcionado aos movimentos sociais. Assim, em dezembro de 2013, o Ministério da Defesa lançava o Manual da Garantia da Lei e da Ordem, que concedia às Forças Armadas a permissão de atuar internamente, no papel de polícia, em caso de ineficiência das forças de segurança nacional. Ficando desse modo, a cargo então das Forças Armadas, o poder de suspender a ordem jurídica, sendo possível a ação por vias inconstitucionais e ilegais, em uma espécie de estado de exceção.

Além disso, a Lei Nº 12.850, também conhecida como Lei da Organização Criminosa, que entrou em vigor no ano de 2013, também vem sendo amplamente utilizada para incriminar integrantes de movimentos sociais equiparando os manifestantes que cometem delitos de baixa lesão a criminosos comuns. A essa lei se soma ainda a Lei Nº 13.260, ou Lei Antiterrorismo, que aprovada em fevereiro de 2016 recebeu críticas inclusive das Nações Unidas em virtude da sua ampla definição do que são “atos de terrorismo”, permitindo que essa lei seja facilmente utilizada para enquadrar os movimentos sociais e os manifestantes. Dessa forma, como se pode notar, por meio de uma articulação político-jurídica, promoveu-se uma ofensiva contra os movimentos sociais através de um aparato jurídico que se justifica do ponto de vista legal, chegando até aos mecanismos repressores de fato, a criminalização e a contenção dos movimentos organizados da sociedade civil.

No caso da Argentina, após os massivos protestos de 2001, com a marcada atuação do movimento dos piqueteros que cobravam melhores condições de vida e oportunidades de emprego tendo em vista a grave crise econômica pela qual passava o país e em contrapartida a resposta violenta do Estado, que causou inclusive a morte de manifestantes, houve um esforço realizado com o objetivo de defender a existência do direito de protesto e também de deixar as claras as responsabilidades do Estado, que tem a obrigação de proteger os manifestantes e garantir o pleno exercício dos direitos de expressão para os movimentos sociais.

Durante a era Kirchner houve uma preocupação em relação à abordagem estatal para com as manifestações sociais, buscou-se assim manter uma posição de intervenção não violenta em geral. No entanto, no ano de 2015, com a mudança de governo, ocorreram também alterações no entendimento que se tinha do papel dos movimentos sociais e principalmente em relação aos protestos de rua. Assim, abriu-se espaço para que protocolos e normas que tratavam sobre a perseguição de manifestantes e a intervenção da polícia em protestos entrasse novamente em discussão. Nesse sentido, a atuação da polícia passou a ser mais violenta, sendo permitido aos agentes de segurança portar armas de fogo para conter as manifestações populares, prática que havia sido limitada nos anos anteriores. (CELS, 2017, pg.07)

O *Centro de Estudios Sociales y Legales* (CELS) da Argentina produz relatórios anuais sobre as violações de direitos humanos cometidas pelo Estado, dedicando inclusive grupos de trabalho especiais para acompanhar os movimentos sociais. Assim, em relatório recente, o CELS destaca que nos últimos vinte anos “O uso de ruas e espaços públicos para protestar e exigir é um código social e político tão incorporado à cultura argentina que é usado por atores altamente institucionalizados (sindicatos, partidos, empresas), além de grupos inorgânicos ou uma organização incipiente. (2017, pg.12)”. No país, os bloqueios de ruas e os piquetes se tornaram o principal meio pelo qual os manifestantes dos mais diversos movimentos buscam sinalizar a urgência de suas reivindicações, já que ao fazê-lo obtêm a atenção quase que imediata das principais autoridades do país e também dos meios de comunicação.

Ao final de 2015, as propostas e o discurso oficial no que diz respeito à atuação dos movimentos sociais e aos protestos, “se concentraram nos limites do que os manifestantes

podem fazer, em detrimento do peso que havia sido colocado anteriormente para regular a ação policial.” (CELS, 2017, pg.23)

Na Argentina, os artigos do Código Penal mais utilizados são aqueles que penalizam a obstrução de vias e a ocupação de terras. No entanto, os manifestantes também são enquadrados em tipos penais mais graves que possuem penas mais altas e que permitem inclusive que o “acusado seja mantido em custódia durante o processo; entre eles, coerção agravada, privação ilegítima de liberdade agravada, obstrução da atividade industrial, associação ilícita e, em casos excepcionais, a "lei antiterrorismo".” (2017, pg.62) Muitas dessas leis estão sujeitas a controvérsias uma vez que são muito imprecisas quando utilizadas para criminalizar manifestantes.

No entanto, ainda assim o artigo 194 do Código Penal argentino é amplamente utilizado para processar manifestantes por bloqueios de vias, dando clara prioridade ao direito de circulação sobre a liberdade de expressão assegurada constitucionalmente. O artigo 181 do Código Penal trata sobre ocupações de terras e permanência em praças ou espaços públicos, o que tende a ser considerado pelo Judiciário como “ato de usurpação” ainda que essa seja uma típica forma de protesto. Já o artigo 210 estabelece pena de até dez anos para associação criminosa que, tal qual no Brasil, pode ter uma aplicação bem ampla sendo recorrente o seu uso para criminalizar membros de movimentos sociais pelo simples fato de pertencerem a um grupo. Imprecisa também é a lei antiterrorista sancionada no ano de 2011, que em anos mais recentes passou a ser utilizada para a criminalização de protestos sociais. (2017, pg.64)

Desse modo, nota-se que ademais da resposta violenta por parte da polícia, o Judiciário também contribui para criminalizar e intimidar os manifestantes. Durante os anos de 2016, 2017, 2018 e início de 2019, o mais recente relatório do CELS ressalta que “a perseguição criminal (...) a militantes e ativistas foi acentuada por eventos ou situações relacionadas ao exercício dos direitos humanos”, assim se multiplicaram casos de detenção, condenação e encerramentos de organizações sociais, por exemplo. (2019, pg.09)

Já no caso do Chile, em 2011, durante o governo Piñera, o país foi marcado por protestos sociais contra o modelo de ensino privado organizado pela lógica do lucro desenvolvido durante a ditadura militar (1973-1990) e continuada pelos governos democráticos. (CELS, 2019, p.28). Assim, os estudantes secundaristas e universitários foram

às ruas pedindo o fim desse modelo que aumentava as desigualdades, buscando por uma educação pública, gratuita e de qualidade, além de pedir a reforma da Constituição de modo que ficasse garantido esse direito. Esse movimento, devido a sua alta aderência, com marchas, greves, ocupações e bloqueios de trânsito e intervenções artísticas, foi um marco na história recente dos movimentos sociais urbanos no país. A partir daí houve um aumento no esforço de tentar criar arcabouços legais mais fortes para a criminalização desses atores sociais, em um processo pouco linear e muito influenciado pelas trocas de governo entre Piñera e Bachelet.

Após esses protestos, ainda no governo Piñera, ocorreram várias tentativas de aprovação de projetos de leis de criminalização pelo Congresso. A proposta de 27 de setembro de 2011 previa o reforço da ordem pública, baseada na modificação penal de desordens públicas, na agravação de pena caso houvesse a atuação de manifestantes encapuzados, e o fortalecimento da proteção das autoridades, como as Forças de Segurança, no trato da ordem pública e a facilitação dos meios de prova. (LEIVA, 2013 apud RIVERA-AGUILERA, MORALEZ e PAVEZ, 2016, pg. 6) Já em 2013, houve o projeto de lei anti-encapuzados, que previa de modo mais específico penas mais pesadas para pessoas que portassem algo que dificultasse sua identificação. Nesse texto, o elemento-chave está na tentativa de construção da diferença entre manifestantes bons e ruins, legítimos e ilegítimos, sendo os últimos os encapuzados, que gerariam a desordem. (RIVERA-AGUILERA, MORALEZ e PAVEZ, 2016, pg.16). Ambos os projetos não foram aprovados pelo Congresso.

Durante os governos Bachelet, os esforços de criminalização aos movimentos sociais diminuíram. Entretanto, com a volta do governo Piñera, em 2018, esse processo de construção de um enquadramento legal retorna com mais força. Em agosto de 2019, houve a aprovação da atualização da Lei Antiterrorista chilena, que foi denominada de “Ley Corta” Antiterrorista, que passa a permitir o uso de técnicas especiais de investigação e perseguição de delitos considerados terroristas, permitindo assim intervenções telefônicas, gravações, fotografias e agentes disfarçados, por exemplo. Já em novembro de 2019, novos projetos de lei, como o anti-saques e um novo anti-encapuzados, já em um contexto de alta tensão e no ápice dos protestos de rua, evidenciam um endurecimento dos aparatos legais e repressivos no trato aos manifestantes.

Considerações Finais

Apesar da importância e relevância dos movimentos sociais, o que se percebeu com esse trabalho foi um crescente processo de criação de todo um aparato legal, que juntamente com a atuação repressiva das forças de segurança, no caso as polícias, vem buscando restringir ou impedir as manifestações e os protestos populares urbanos especialmente nos casos aqui abordados de Brasil, Argentina e Chile.

Cada um desses países seguiu caminhos específicos no processo complementar entre repressão e criminalização dos movimentos sociais. Entretanto, é possível ressaltar que os três casos, dentro da lógica de ordem social de acesso fechado vigente na América do Sul compreendem segurança como a manutenção da ordem social vigente, e esta como contingenciamento das vontades populares por meio da atuação de suas gendarmerias.

O que se viu nessa última década em especial na Argentina e no Brasil foi que além da atuação violenta das forças de segurança, houve um grande esforço desses governos voltado à criação de leis e a utilização de diversos tipos penais para enquadrar e processar manifestantes. Já o Chile, até 2011 foi marcado por um processo de alta repressão e pouca criminalização via marcos legais. Entretanto, após as manifestações educacionais desse ano há uma mudança por parte do Estado chileno, que inicia um esforço para a construção de dispositivos legais que criminalizem os manifestantes, com tentativas ineficazes, no entanto, até o ano de 2019, quando a lei antiterrorismo foi aprovada pelo Congresso.

Referências Bibliográficas:

ARGENTINA. Poder Ejecutivo Nacional, **Ley nº 19349**, de 25 de novembro de 1971. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/ley-19349-38871>. Acesso em 21 de nov. de 2019.

BRASIL. **Lei Nº 7.170**, de 14 de Dezembro de 1983. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7170.htm. Acesso em: 30 de jun. 2018

BRASIL. **Lei N° 12.850**, de 2 de Agosto de 2013. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112850.htm Acesso em: 30 de jun. 2018

BRASIL. **Lei N° 13.260**, de 16 de Março de 2016. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13260.htm. Acesso em: 20 de jul. 2019

BRASIL. Ministério da Defesa. **Manual de Garantia da Lei e da Ordem**, 2013. Brasília, DF. Disponível em: https://www.defesa.gov.br/arquivos/File/doutrinamilitar/listadepublicacoesEMD/md33_m_10_glo_1_ed2013.pdf. Acesso em: 20 de jul. 2019

BRINGEL, Breno. Movimientos sociales y la nueva geopolítica de la indignación global. In: BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey (eds). **Protesta e indignación global: Los movimientos sociales en el nuevo orden mundial**. 1a ed. Buenos Aires: CLACSO; Río de Janeiro: FAPERJ, 2017. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20181101011041/Movimientos_sociales_siglo_XXI.pdf. Acesso em: 08 de out. de 2019.

BUTLER, Judith. **Corpos em Aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Tradução Fernanda Siqueira Miguens. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CELS. **Los Estados latinoamericanos frente a la protesta social**. 1a ed. Buenos Aires: CELS, 2016. Disponível em: https://www.cels.org.ar/protestasocial_AL/pdf/protesta_social.pdf. Acesso em: 10 de out. de 2019.

CELS. **El derecho a la protesta social en la Argentina**. 1a ed. Buenos Aires: CELS, 2017. Disponível em: https://www.cels.org.ar/protestasocial/pdf/CELS_Protesta_Arg.pdf. Acesso em: 10 out. de 2019.

CELS. **Argentina: el derecho a la protesta en riesgo**. Buenos Aires: CELS, 2019. Disponível em: <https://www.cels.org.ar/web/wp-content/uploads/2018/11/2019-El-derecho-a-la-protesta-en-riesgo.pdf>. Acesso em: 10 de out. de 2019.

CHILE. Ministerio de Defensa Nacional, **Ley no.18.961**, de 07 de março de 1990. Disponível em: <https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=30329>. Acesso em: 21 de nov. de 2019.

FREIXO, Adriano. Tudo à frente, nada à frente: protestos de rua e crise política no Brasil (2013-2016) In: FREIXO, A. (org.). **Manifestações no Brasil: as ruas em disputas**, Rio de Janeiro. Oficina Raquel, 2016.

GOHN, Maria da Glória. Pluralidade da representação na América Latina. **Sociedade e Estado**, vol.29, n.1, janeiro/abril 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v29n1/05.pdf>. Acesso em: 15 de jul. de 2019

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, maio-ago. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>. Acesso em: 16 de jul. de 2019

GENEVA CENTRE FOR THE DEMOCRATIC CONTROL OF ARMED FORCES. **Gendarmeries and constabulary-type police**, SSR Backgrounder Series. Geneva: DCAF, 2019

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Glossário das Forças Armadas**. 2007

NORTH, D. C.; WALLIS, J. J.; WEINGAST, B. R.. **Violence and social orders: a conceptual framework for interpreting recorded human history**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

PLEYERS, Geoffrey. **Movimientos sociales en el siglo XXI : perspectivas y herramientas analíticas**. 1a ed. Buenos Aires: CLACSO, 2018. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20181101011041/Movimientos_sociales_siglo_XXI.pdf. Acesso em: 08 de out. de 2019.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Lei 443**, de 01 de julho de 1981, ALERJ. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/c8aa0900025feef6032564ec0060dfff/b491b877b18a3c79032565a6005def48?OpenDocument>. Acesso em: 21 de nov. de 2019.

RIVERA-AGUILERA, Guillermo & MORALES, Karol & PAVEZ, Mena Javiera. (2016). **La criminalización de los movimientos sociales: un análisis discursivo que construye la Ley antiencapuchados en Chile**. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/329555100_La_criminalizacion_de_los_movimientos_sociales_un_analisis_discursivo_que_construye_la_Ley_antiencapuchados_en_Chile. Acesso em: 21 de nov. de 2019.

SANTOS, W. **Dicionário jurídico brasileiro**. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

TOURAINÉ, Alain. An Introduction to the Study of Social Movements. **Social Research**, Vol. 52, No. 4, 1985.

VIANA, Nildo. A criminalização dos movimentos sociais. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 17, nº 202, março de 2018/mensal. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/40241>. Acesso em: 20 de jul. de 2019

CONSTRUINDO EPISTEMOLOGIAS DO SUL: CONCEITOS LATINO-AMERICANOS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Leticia Diniz Nogueira¹
Raissa Lorena Malcher Sena²

“Pero aquí abajo abajo el hambre disponible recorre el fruto amargo de lo que otros deciden” (Mario Benedetti).

Resumo: Este artigo busca recuperar conceitos de autores latino-americanos que foram esquecidos ou muitas vezes nem sequer abordados para entender as relações internacionais e criar nossas epistemologias do Sul. O artigo está dividido em duas partes: em primeiro lugar, propõe-se a demonstrar a impossibilidade de criar uma teoria universal que possa abarcar e interpretar todas as realidades mundiais; e, em segundo lugar, recuperar conceitos elaborados por autores latino-americanos, pois estes, quando aplicados às relações internacionais, interpretam de forma mais fidedigna nossa realidade. Para complementar o debate sobre a superação da dependência latino-americana, o presente trabalho nasce com o intuito de ajudar a superar também a nossa dependência mental, para que possamos fazer ciência de uma forma mais decolonial e menos subserviente.

Palavras-chave: Conceitos latino-americanos; América Latina; Relações Internacionais; Ciência; Decolonialidade.

CONSTRUYENDO EPISTEMOLOGÍAS DEL SUR: CONCEPTOS LATINOAMERICANOS DE RELACIONES INTERNACIONALES

Resumen: Este artículo busca recuperar conceptos de autores latinoamericanos que han sido olvidados o que a menudo ni siquiera se han abordado para entender las relaciones internacionales y crear nuestras epistemologías del Sur. El artículo se divide en dos partes: en primer lugar, propone demostrar la imposibilidad para crear una teoría universal que pueda abarcar e interpretar todas las realidades del mundo; y, en segundo lugar, recuperar conceptos elaborados por autores latinoamericanos que, cuando se aplican a las relaciones internacionales, interpretan nuestra realidad de una manera más confiable. Para complementar el debate sobre la superación de la dependencia latinoamericana, el presente trabajo nace con la intención de ayudar a superar nuestra dependencia mental, de modo que podamos hacer ciencia de una manera más decolonial y menos servil.

Palabras clave: Conceptos latinoamericanos; América Latina; Relaciones Internacionales; Ciencia; Decolonialidad.

BUILDING EPISTEMOLOGIES OF THE SOUTH: LATIN AMERICAN CONCEPTS OF INTERNATIONAL RELATIONS

Abstract: This article seeks to recover concepts from Latin American authors who have been forgotten or often not even approached to understand international relations and create our southern epistemologies. The article is divided into two parts: firstly, it proposes to demonstrate the impossibility to create a universal theory that can embrace and interpret all world realities; and, secondly, to retrieve concepts elaborated by Latin American authors, as these, when applied to international relations, more faithfully interpret our reality. To complement the debate on overcoming Latin American dependency, the present paper is born to help overcome our mental dependency, so that we can make science more decolonial and less subservient.

Key-words: Latin American concepts; Latin America; International relations; Science; Decoloniality.

¹ Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestranda do Programa de Pós-graduação em Integração Contemporânea da América Latina (PPG-ICAL) na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). E-mail: leticia_dn@live.com

² Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), mestranda do Programa de Pós-graduação em Integração Contemporânea da América Latina (PPG-ICAL) na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). E-mail: raissa_sena@outlook.com

Introdução

Sabemos que as teorias do Estado, do Poder e das Relações Internacionais foram elaboradas principalmente na Europa e nos Estados Unidos. Somente a partir da abordagem da Economia Política Internacional vemos teorias menos coloniais - como é o caso do marxismo aplicado às relações internacionais - bem como debates paradigmáticos alternativos de gênero e pós-modernidade que permitem (re) interpretar e rever conceitos enraizados na política internacional.

O presente artigo nasce para enfatizar conhecimentos que devem ser recuperados, reflexões que devem ser feitas e provocações que devem ser pensadas. Colocamos o seguinte questionamento: o que ganharíamos com conceitos latino-americanos aplicados às relações internacionais? Isto é, teorias realizadas por e para latino-americanos, no sentido de reinterpretar a realidade internacional, a partir de conceitos intrinsecamente nossos.

E apesar de não ter uma grande expressão no âmbito acadêmico, temos renomados autores e autoras que pensaram as relações internacionais e a integração regional latino-americana, antes mesmo de serem consolidadas as teorias que hoje são clássicas na área de estudo.

Por isso, entendemos que é uma área das ciências carregada de conceitos e teorias ocidentais. No entanto, para entender os fenômenos contemporâneos precisamos de novas lentes e os conceitos latino-americanos podem contribuir como referência de análise dos novos cenários das relações internacionais.

Sendo assim, o artigo está dividido da seguinte forma: em primeiro lugar, abordaremos a validade de teorias que são ditas supostamente como internacionais e que são utilizadas por analistas de relações internacionais para fazer análises de conjuntura. Nesta seção iremos propor escrever nossas epistemologias do Sul para analisar o cenário internacional, fugindo de lógicas

dicotômicas e apostando na ideia de que a diversidade epistemológica do mundo está ainda por ser construída.

Em segundo lugar, iremos expor autores latino-americanos e seus conceitos, para que possamos analisar sua contribuição para a interpretação das relações internacionais. Devemos ressaltar que não iremos exaurir o tema, mas entendemos que é um trabalho essencial que pode servir como o pontapé para o início de pesquisas decoloniais e criativas.

1. *Clinamen* para interpretar a realidade latino-americana

Neste trabalho tomaremos ideias de autores que propuseram pensar a realidade das relações internacionais de forma mais autônoma e decolonial. Para isso, devemos entender, em primeiro lugar, como existe globalmente uma normatização do que é considerado conhecimento científico e não científico. Esta dicotomia nasce com o pensamento moderno que é colocado como algo universal. Isto é, as teorias científicas produzidas no Ocidente são consideradas “legítimas” para explicar os fenômenos universalmente.

Santos (2009, p.70) argumenta que esta cartografia moderna dual nos âmbitos epistemológicos foi construída historicamente a partir da visibilidade de formas de conhecimento ocidentais que está sustentada na base da invisibilidade de formas de conhecimento que não se encaixam em nenhuma das modalidades institucionais, que atravessa essa linha do pensamento abissal, de um lado a ciência e do outro a filosofia e a teologia. Ao falar em conhecimentos populares estamos referindo-nos aos plebeus, leigos, camponeses ou indígenas, como se estes não fossem conhecimentos, mas sim crenças, opiniões, magias, idolatria, entendimentos intuitivos e subjetivos, que se tornam no máximo objetos de investigações científicas

Sendo assim, existe uma linha visível que separa a ciência de seus “outros” modernos que está assente na linha abissal invisível que separa ciência, filosofia e teologia de outros conhecimentos tornados incompreensíveis por não obedecerem nem aos critérios científicos, nem aos critérios dos conhecimentos reconhecidos como alternativos, da filosofia e da teologia. (SANTOS, 2009, p.71).

A partir deste pensamento, o autor explica como o lado científico torna a zona colonial por excelência o universo das crenças e que não podem ser considerados como conhecimento, por isso estando além do verdadeiro e do falso. É nesse sentido que Boaventura começa a traçar um caminho de questionamentos sobre a legitimidade do valor social e ético do resultado das

ciências modernas nos territórios colonizados.

Essa zona colonial é explicada pelo autor Aníbal Quijano quando trata da Colonialidade do Poder, no sentido de que a globalização em curso significa a culminação de um processo violento que iniciou-se já na Invasão, denominada como “Conquista” da América Latina, outro processo concomitante foi a constituição do capitalismo/colonial/moderno e eurocentrado (QUIJANO, 2005, p.117). Assim entende-se que a colonialidade ainda está presente em todos os âmbitos, colonizaram e continuam colonizando o ser, o saber e o gênero, por isso a decolonização torna-se um processo tão importante, neste trabalho nosso objetivo é poder contribuir para a decolonização da dimensão do saber nas relações internacionais.

Um dos eixos desse novo padrão mundial de poder é a classificação da população mundial conforme a ideia de raça, esta construção mental evidencia a dominação colonial que permeia todas as dimensões mais relevantes do poder, principalmente sua racionalidade, assim o autor nos explica como se deu esta construção de raça como categoria mental da modernidade:

A idéia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América. Talvez se tenha originado como referência às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, mas o que importa é que desde muito cedo foi construída como referência a supostas estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos. A formação de relações sociais fundadas nessa idéia, produziu na América identidades sociais historicamente novas: índios, negros e mestiços, e redefiniu outras. Assim, termos com espanhol e português, e mais tarde europeu, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial. E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, com constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população (QUIJANO, 2005, p.117).

Desta forma, entende-se que a consequência desta dominação e hierarquização social reflete-se na Colonialidade do Saber, como explicamos anteriormente fazendo com que outros saberes sejam considerados não científicos.

A Colonialidade do Saber nos revela, ainda, que, para além do legado de desigualdade e injustiças sociais profundas do colonialismo e do imperialismo, já assinalados pela teoria da dependência e outras, há um legado epistemológico do eurocentrismo que nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhes são próprias (LANDER, 2005, p.3).

Para Boaventura, este pensamento abissal continuará reproduzindo-se, mesmo que seja excludente, a menos que travemos uma luta contra esta injustiça social global que, para o autor, está associada à injustiça cognitiva. É desse pensamento que nasce a necessidade de construir um pensamento “pós-abissal”. Esse novo pensamento simboliza uma resistência política, mas também epistemológica. Em suas palavras: “O pensamento pós-abissal parte da ideia de que a

diversidade do mundo é inesgotável e continua desprovida de uma epistemologia adequada, de modo que a diversidade epistemológica do mundo está por ser construída”. (SANTOS, 2009, p.84)

Com base nisso, é necessário primeiro reconhecer que existe um pensamento abissal, para poder agir e pensar além dele. A partir dessa ruptura com as formas de pensamento da modernidade ocidental, teremos um pensamento que pode ser resumido como um aprender com o Sul, isto é, usando a epistemologia do Sul. Posto isso, o autor confronta a monocultura da ciência moderna a partir da construção de uma ecologia de saberes, no sentido de que existe uma pluralidade de formas de conhecimento, além do conhecimento científico, e que devem ser reconhecidos. Em sua concepção, a diversidade epistemológica do mundo é inesgotável. (SANTOS, 2009, p.85).

Por isso, entendemos que as intervenções no mundo real propiciadas pelas teorias modernas em geral tendem a servir grupos sociais que possuem maior acesso a esse conhecimento, como é o caso das teorias de Relações Internacionais.

Devemos ressaltar aqui duas questões importantes, antes de explicar como essas teorias de Relações Internacionais servem à uma lógica ocidental. A primeira questão é entender que uma teoria é uma visão de mundo racionalmente construída com o objetivo principal de possibilitar um entendimento científico sobre os fenômenos que são pesquisados. Para isso, a teoria apresenta um conjunto de conceitos e uma metodologia para interpretar o mundo. Então, a teoria que se torna o paradigma ou o *mainstream* na área foi elaborada por indivíduos de determinado país, com determinados interesses, quebrando a possibilidade de uma teoria “neutra” proposta pelo positivismo. (BARNABÉ, 2009, p.1).

A segunda questão que levantamos está relacionada à necessidade de agir com criatividade, com *clinamen*, isto é, uma tendência a se afastar da influência dos antecessores ocidentais, um ligeiro desvio. (SANTOS, 2009, p.92). Isso para poder desenraizar-nos das influências das teorias ocidentais de Relações Internacionais e assim poder reduzir esse imperialismo epistemológico ao analisar a realidade internacional.

Na sequência do trabalho, discutiremos de modo sucinto como essas teorias servem ao “Primeiro Mundo” e não são necessariamente convenientes aos países emergentes, pois são subjetivas e explicam fenômenos apenas no ângulo que pensam ser relevantes enquanto descartam o que não merece ser investigado. (CERVO, 2008, p.24).

2. Teorias Ocidentais e princípios de universalidade

De forma resumida, faremos um apanhado das principais teorias para entender como foram criadas e quais conceitos foram construídos. Ainda que não exista um consenso entre os autores sobre qual é o conjunto principal das Teorias das Relações Internacionais, podemos destacar quatro grandes correntes teóricas conhecidas na área: o Idealismo, o Realismo, a Dependência e a Interdependência. Utilizaremos estas teorias para explicar como foram construídas, em que contexto histórico e quais grupos ou indivíduos foram seus criadores, para colocar em xeque a validade universal das mesmas.

O Idealismo tem como seu expoente principal um ex-presidente dos Estados Unidos, o político Woodrow Wilson, durante a Primeira Guerra Mundial. Seus 14 pontos tinham como meta a paz mundial entre as nações a partir de um viés liberal (Barnabé, 2009, p.5). Baseado em princípios kantianos, esta ideia abriu caminho para a criação da Liga das Nações (LN), ou Sociedade das Nações - uma organização internacional considerada a antecedente da ONU (Organização das Nações Unidas) -, que tinha como objetivo principal instituir um sistema de segurança coletiva, promover a cooperação e assegurar a paz futura. Deixou de funcionar em 1939 e foi oficialmente desativada em abril de 1946. O detalhe que não podemos deixar de lembrar é que os Estados Unidos nunca fizeram parte da Organização. (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2019).

Os idealistas foram criticados por não explicarem as relações de poder entre os Estados, principalmente com o fim da Segunda Guerra Mundial, momento em que outras teorias ganham fôlego, como foi o caso do Realismo. O Realismo tem como um de seus expoentes o autor Hans Morgenthau, autor alemão que consolida a ideia de que o Estado é o principal ator do sistema internacional. O realismo representou uma reação ao idealismo, pois acusavam os idealistas de ver o mundo como deveria ser e não como ele é. Ademais, esta teoria consolidou-se como o paradigma clássico das Relações Internacionais. (NOGUEIRA & MESSARI, 2005, p.7). Em relação a essas duas teorias, o autor Israel Roberto Barnabé ressalta o caráter acríptico de ambas:

É importante atentar para o caráter acríptico dessas duas teorias no que concerne às desigualdades, assimetrias e injustiças que caracterizam as relações internacionais. Mais do que isso, cada uma a sua maneira busca justificar a realidade (dentro dos moldes capitalistas ocidentais) ao vestirem-se de objetividade e universalismo. A busca da ciência por princípios universais e posturas objetivas, às vezes tentando postular verdades absolutas, pode representar - no que tange às Ciências Humanas -

uma semelhança perigosa a dogmas religiosos. Perigosa porque tal caminho vai de encontro à própria razão de ser da ciência – a mutação constante do mundo e a dúvida cotidiana. (BARNABÉ, 2009, p.5-6).

Por conseguinte, temos a Teoria da Dependência que nasce em virtude dos limites apresentados pelas teorias idealista e realista, e começa um debate nos estudos da Cepal (Comissão Econômica para América Latina e o Caribe) que traz o olhar da periferia para o estudo das relações internacionais. Esta teoria transformou as formas tradicionais de analisar as relações internacionais, principalmente a realista, em que predominava a lógica de conflito entre capitalistas e comunistas durante a Guerra Fria, onde os países buscariam alianças para garantirem sua segurança. A América Latina muda este eixo horizontal do conflito e o transforma em um eixo vertical no conflito Norte e Sul, pela primeira vez desnudando as assimetrias nas relações internacionais. (BARNABÉ, 2009, p.6).

Os teóricos da dependência contribuíram para a mudança no olhar científico das relações internacionais, a partir de conceitos como: centro e periferia, desenvolvimento e subdesenvolvimento, exploração, desigualdade, jogo de soma zero, etc. Além disso nos possibilitou considerar outros atores no sistema internacional: classes sociais, sindicatos, empresas multinacionais, entre outros.

Devemos ressaltar que quando encontramos autores que descartam o valor explicativo das interpretações que fizeram sucesso no Sul, como é o caso da Teoria da Dependência, do imperialismo e do colonialismo, na verdade buscam limpar a moral capitalista, colocando valores culturais do Ocidente nas teorias que divulgam. (CERVO, 2008, p.12). Assim, para o autor existe uma crise dentro da área de relações internacionais:

No estado em que se encontram, as teorias das relações internacionais são limitadas em sua capacidade explicativa, normativa e decisória, visto que pesquisadores recentes avançam na identificação de interesses, valores e padrões de conduta de múltipla procedência que inserem em sua interpretação de modo implícito ou explícito. Entre as nações, a diversidade desses três fatores prepondera. Tal constatação objetiva torna como que impossível qualquer teoria de alcance universal (CERVO, 2008, p.13).

Desta forma, entende-se que a globalização abriu espaço para o debate da interdependência dos países, que não era abordada na Teoria da Dependência. Por isso, a corrente da Teoria da Interdependência tornou-se atual, em que seus principais expoentes são Joseph Nye e Robert Keohane, ambos dos Estados Unidos. A maior contribuição de sua teoria para as Relações Internacionais é a ideia de cooperação, sem negar o caráter conflituoso e assimétrico das relações internacionais (BARNABÉ, 2009, p.7).

Como podemos observar, as principais teorias, exceto a Teoria da Dependência, são teorias elaboradas majoritariamente por autores homens, brancos, do hemisfério norte, que de uma forma ou outra utilizam conceitos e elaboram teorias a serviço de seus interesses, valores e padrões de conduta que evidenciam as velhas estruturas do capitalismo e que expõem as raízes nacionais ou regionais sobre as quais se assentam e, por isso, não possuem alcance explicativo global.

Devemos destacar que a crítica feita neste artigo refere-se à impossibilidade de criar uma teoria universal que possa abarcar e interpretar todas as realidades. Por essa razão, optamos por desenvolver conceitos elaborados por autores latino-americanos, pois estes quando aplicados às relações internacionais fazem jus à realidade, à *práxis* dos países. Inclusive porque, se optássemos por começar a desenvolver um teoria latino-americana universal, incorreríamos no mesmo erro que as teorias paradigmáticas das Relações Internacionais cometeram. Não queremos criar ou impor nenhuma teoria. Queremos, em vez disso, interpretar de forma fidedigna a nossa realidade latino-americana a partir de autores latino-americanos que devem ser resgatados.

3. Conceitos latino-americanos para as Relações Internacionais

Conscientes deste desafio, nossa proposta consiste em descartar essa pretensão universalista das teorias anteriormente expostas e assim poder expor conceitos latino-americanos que podem ser aplicados às relações internacionais proporcionando outras visões, análises, valores e padrões de conduta. Antes disso, devemos entender para que servem os conceitos e como estes possibilitam banir o imperialismo epistemológico das relações internacionais:

Duas são, em nosso entender, as utilidades de um conjunto de conceitos de matriz nacional ou regional: reavaliar o papel das teorias de relações internacionais e desvendar suas ciladas, por um lado; por outro, estabelecer a capacidade explicativa e valorativa de que são dotados e expor sua operacionalidade (CERVO, 2008, p.21).

Para os fins do presente trabalho e com o objetivo de recuperar o pensamento de autores e autoras que possuem conceitos importantes nevrálgicos para combater este imperialismo epistemológico, utilizaremos as ideias de José Martí, José Carlos Mariátegui, Haya de la Torre e uma autora mais atual Maria Lugones. Por razões didáticas, destacaremos, com grifos nossos, conceitos/contribuições centrais de cada um desses autores.

Começaremos, dessa forma, com José Martí, que escreveu “Nuestra América” em 1891, de “conteúdo anti-imperialista, latinoamericanista e democrático-popular”. (CASAS, 2007, p.132). Podemos apontar, desse texto, algumas ideias fundamentais que contribuem para a interpretação da realidade da América Latina.

O destaque inicial vai para a sua argumentação acerca da necessidade de superação de uma “**mentalidade aldeã**”. Segundo Martí (1983, p.194),

O aldeão vaidoso acha que o mundo inteiro é sua aldeia e desde que seja ele o prefeito, ou podendo se vingar do rival que lhe tirou a noiva, ou desde que mantenha os cofres cheios, acredita que é certa a ordem universal, ignorando os gigantes que possuem botas de sete léguas e que podem lhe pôr a bota em cima. (...) O que restar de aldeia na América deverá acordar. (...) Trincheiras de ideias valem mais do que trincheiras de pedras.

É assim que o autor chama a atenção para o estrangeirismo que parecia endêmico nas elites e também em importantes segmentos dos povos latino-americanos. (CASAS, 2007, p.132). Esse estrangeirismo ocasiona, dentre outras coisas, na importação e aceitação de modelos de organização política externos à nossa realidade. Na visão de Martí (1983, p.196-197), o bom governante na América é aquele que conhece os elementos constituintes de seu país a fim de conduzi-los ao estado em que cada homem se conhece e cumpre sua função, tudo por meio de métodos e instituições nascidas do próprio país. Ou seja, o governo deve nascer do país, assim como a forma de governo deve concordar com a constituição própria do país.

Permanecer na condição de aldeia significaria, ainda, ignorar que todos os povos da América Latina são igualmente integrantes da “**Nossa América**”. É nesse sentido que Martí (1983, p.194) afirma que “os povos que não se conhecem devem ter pressa em se conhecer”. Fala, dessa maneira, sobre o reconhecimento da diversidade interna de cada um dos povos. Esse reconhecimento seria, então, o ponto de partida do “nosso” que, para o autor, é a realidade dos oprimidos na sua relação com os opressores, em um mundo marcado por antagonismos.

Sobre esses antagonismos, o autor apresenta esforços em superar a dicotomia entre “civilização” e “barbárie”. Assim, Martí (1983, p.196) ressalta que não existe batalha entre civilização e barbárie, mas sim entre a falsa erudição e a natureza. Surge, nesse momento, a conceituação de “**homem natural**”, que é aquele que pode até acatar a inteligência dita como “superior”, mas somente até o ponto em que esta não se vale de sua submissão para prejudicá-

lo. Se isso ocorrer, no entanto, o homem natural se veste de indignação e força para derrubar a “injustiça acumulada nos livros”.³

O “homem natural”, segundo Martí (1983, p.196), deve ceder lugar para o “**estadista natural**”. Este último tem a capacidade de governar o país conforme o conhecimento, que é o único modo de livrá-lo de tiranias. Além disso, é com ele que a “universidade europeia” cede lugar a “universidade americana”.

Com José Martí observamos a questão do desenvolvimento de um conhecimento próprio, das raízes de “Nossa América”. O autor demonstra a importância de criar, ao invés de simplesmente imitar. É por isso que defende a ideia de que “governante quer dizer criador” e que devemos entender “que se imita demais e que a salvação é criar”. (MARTÍ, 1891, p. 199)

Desde Martí, como aponta Casas (2007, p.138), a nação latino-americana é inseparável de uma nova consciência de identidade, firmada na história, e de uma nova exigência de racionalidade. Martí estabelecia a ligação entre o projeto nacional democrático e popular com o “latinoamericanismo” e o anti-imperialismo. O povo é entendido como agente do processo revolucionário, e o desenvolvimento de modelos políticos nacionais e democráticos deve fazer “causa comum” com os oprimidos.

Complementar à aposta “latinoamericanista” e anti-imperialista de Martí, José Carlos Mariátegui surge como um dos primeiros e mais importantes representantes do marxismo latino-americano. Ou seja, de um marxismo criador. Em 1928, publica o livro “Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana”, considerado como a primeira tentativa de análise marxista de uma formação social da América Latina.

O autor indica, em sua obra, que a **revolução latino-americana** só pode ser uma revolução socialista que inclua objetivos agrários e anti-imperialistas. Como demonstra Casas (2007, p.184), Mariátegui não considerava o **anti-imperialismo** como um programa político em si mesmo; e derivava sua análise de uma leitura marxista, em que apenas a partir da construção do socialismo se poderia eliminar o imperialismo.

Socialismo, para Mariátegui, além de ser a única alternativa para escapar do subdesenvolvimento, deveria ser concebido como “**socialismo indo-americano**”. Isso significa dizer que uma de suas maiores contribuições diz respeito ao debate sobre o lugar

³ Casas (2007) identifica que, a partir do conceito de “homem natural”, Martí fala sobre o homem marginalizado, explorado, e que denuncia com sua cotidianidade os falsos princípios de unidade que impõem os dominadores.

necessário da comunidade indígena na trajetória de toda revolução socialista. Segundo Mariátegui (2008, p. 27)

A reivindicação indígena carece de concretização histórica, permanecendo em um nível filosófico ou cultural. Para adquiri-la - isto é, para adquirir realidade, corporalidade - precisa se transformar em uma reivindicação econômica e política. O socialismo nos ensinou a localizar o problema indígena em novos termos. Paramos de considerá-lo abstratamente como um problema étnico ou moral para reconhecê-lo concretamente como um problema social, econômico e político. Somente o movimento revolucionário de classe das massas indígenas exploradas será capaz de dar um significado real à libertação de sua raça da exploração, favorecendo as possibilidades de sua autodeterminação política. (Tradução nossa)

Assim, o autor infere que a suposição de que a questão indígena é um problema étnico se nutre de um envelhecido repertório de ideias imperialistas. Repertório esse que construiu o conceito de raças inferiores e que serviu ao Ocidente na sua obra de expansão e conquista. Mariátegui (2008, p.42) não se contenta em reivindicar o direito do índio à educação, à cultura, ao progresso. Reivindica, além disso, seu direito à terra.

A questão do **regionalismo** também é colocada, em Mariátegui (2008, p.152), em novos termos. De acordo com o autor, a partir do momento em que se admite a prioridade do debate do “problema do índio” e da “questão agrária”, se torna impossível considerar a questão do regionalismo ou, mais precisamente, da descentralização administrativa, a partir de pontos de vista não subordinados à necessidade de solucionar de maneira orgânica os dois primeiros problemas. Uma descentralização como reforma simplesmente política e administrativa não significaria, portanto, progresso em relação à solução dos problemas do índio e da terra.

O fim histórico de uma descentralização não é secessionista. (...). Descentraliza-se não para separar e dividir as regiões, mas para assegurar e aperfeiçoar sua unidade dentro de uma coexistência mais orgânica e menos coercitiva. Regionalismo não significa separatismo. (MARIÁTEGUI, 2008, p. 172. Tradução nossa.)

Sendo assim, este regionalismo é, para Mariátegui (2008, p.172), uma expressão da consciência e do sentimento andino. Os “**novos regionalistas**” são, antes de tudo, indigenistas, que admitem como problema primário a questão do índio e da terra.

Podemos, nesse momento, estabelecer relação com outro autor. Victor Raúl Haya de la Torre, apesar de apresentar ideias que divergem das defendidas por Mariátegui, também observou com cuidado a questão indígena. É com ele que surge a terminologia “**Indo-América**”, onde o trabalhador é fundamentalmente indígena e a sua exploração possibilita pensar a unidade latino-americana. Dessa forma, também entende o “problema do índio” como econômico e social, e não como “racial”. A herança indígena seria capaz de unir todas as nossas repúblicas, constituindo, de fato, não a América Latina, mas a Indo-América.

O peruano Haya de la Torre promoveu a Alianza Popular Revolucionária Americana (APRA), partido nacionalista de caráter continental. Sua obra aborda temas até hoje essenciais para a região: os problemas causados pelas intervenções extra regionais, o papel do Estado no processo de industrialização dos países subdesenvolvidos e a importância, para garantir uma inserção soberana no sistema internacional, da integração política e econômica. (FIGUEIREDO & PINTO, 2012, p.73)

Na obra “El Antiimperialismo y el APRA”, publicada em 1935, o autor define sua posição e a de seu partido na luta contra o imperialismo. Como indica Casas (2007, p.171), o **imperialismo** se constituiu, desde o ponto de vista de Haya de la Torre, como a primeira etapa do capitalismo na América Latina. Uma vez que esse capitalismo se uniu com o feudalismo, a liberação nacional se daria através de uma **revolução anti-imperialista e anti-feudal**.

Sua perspectiva sobre o **imperialismo** define que “os laços de cooperação entre as oligarquias nativas e o capital internacional seriam a expressão da conjura dos interesses minoritários contra o resto do povo, o que, entre outras coisas, impediria a formação de Estados nacionais realmente soberanos” (FIGUEIREDO & PINTO, 2012, p.74). Tendo isso em vista, estabelece como necessária a relação entre a conquista da soberania efetiva com a construção de um “**Estado Anti-imperialista**”, que tem como principal função a intermediação das relações do povo com o imperialismo, para a promoção da industrialização a partir de cima.

A construção desse Estado ocorrerá, na visão de Haya de la Torre, quando a região se unir, se integrar. A integração regional é entendida, portanto, não de maneira romântica, mas como fator econômico da luta do continente contra o imperialismo. Dificilmente os países, separadamente, teriam a força necessária para contrapor às pressões externas.

A nível continental, Haya avalia que a América Latina se configura como uma grande região proletária, com resquício feudal e primitivismo econômico; enquanto que os Estados Unidos se apresenta como a nação burguesa que tem como aliados de classe as elites governantes latino-americanas. A saída proposta pelo autor, como discutem Figueiredo & Pinto (2012, p.82), é a de constituir uma aliança entre operários e camponeses juntamente com as classes médias. Isso porque Haya considerava que o incipiente proletariado e as demais classes produtoras ainda não possuíam capacitação e consciência suficientes para gerir o Estado sem o auxílio das classes médias.

O fato é que, apesar de divergir quanto aos caminhos – principalmente quando suas ideias são comparadas com as de Mariátegui -, Haya também defendia o Socialismo como alternativa à subordinação econômica da região.

Além das ideias destes autores que são pouco utilizados para análises das relações internacionais, entendemos que é primordial evidenciar também conceitos latino-americanos sobre feminismo decolonial, pois abre caminhos para outras perspectivas sobre a teoria feminista nas Relações Internacionais.

Assim, temos a autora Maria Lugones, filósofa, crítica social e feminista argentina que propõe um **Feminismo de resistência**. Ao analisar a diferença colonial, em todos os seus âmbitos materiais, econômicos, políticos e culturais, a autora identifica que os escritos do Grupo Modernidade/Colonialidade ainda são conceitos eurocêntricos e heteronormativos sobre gênero, pois configuram-se em uma perspectiva biológica. Esta é, portanto, uma das críticas de Lugones ao autor Aníbal Quijano (GONÇALVES & RIBEIRO, 2018, p.2).

Isto gerou a necessidade de construir um conceito de **colonialidade de gênero**, que para a autora envolve três aspectos: o conceito de colonialidade e modernidade europeia, o eurocentrismo e a interseccionalidade entre raça e gênero. Isto significa que o gênero deve ser percebido como relacional e por esse motivo um modo de dominação, que é atravessado pela interseccionalidade. Ou seja, revela que é preciso combater não mais a colonização, mas a colonialidade de gênero que ainda persiste (GONÇALVES & RIBEIRO, 2018, p.5).

Lugones nos lembra que antes da chegada dos colonizadores nas Américas existiam outras formas de vida, outras formas de organização da sociedade, como é o caso das estruturas tribais que vivenciam modelos matriarcais, e não estruturas patriarcais e dicotômicas impostas pelos colonizadores (GONÇALVES & RIBEIRO, 2018, p.5).

Com isso, a reflexão que trazemos para a área das Relações Internacionais é de que precisamos descolonizar o saber e o ser para dar espaço para um feminismo decolonial. Isso significa poder escutar a voz dos não ditos, dos “não humanos” (mulheres, negras, indígenas, entre outras) e, por fim, dar voz a categorias que não foram representadas (GONÇALVES & RIBEIRO, 2018, p.3).

Ressaltamos que as abordagens e os conceitos feministas e de gênero em essência desafiam os postulados ontológicos e epistemológicos tradicionais em política internacional, principalmente no que tange a temas como poder, política e segurança.

Considerações finais

Este trabalho nos fez refletir diversas questões presentes na área de relações internacionais, desde a necessidade de elaborar conceitos próprios para analisar a realidade latino-americana até compreender como a ocidentalização deste campo dificulta a abertura para teorias e conceitos que partem de epistemologias diferentes. Ressaltamos que estas referências são essenciais para que possamos desconstruir conceitos antigos e assim poder formular novas cosmologias, a partir das vozes de autores latino-americanos.

A contribuição crucial destas abordagens refere-se à possibilidade de abrir caminhos para pensar o que e como se estudam as relações internacionais. Isto nos faz refletir que o silêncio dos acadêmicos de Relações Internacionais, sobre estes autores e seus conceitos, significa a convivência em reproduzir as relações de poder do Sistema Internacional, que invisibilizam o pensamento autônomo latino-americano e impõem nosso lugar no mundo dos saberes.

Por isso, acreditamos que como acadêmicos/as latino-americanos/as, temos o compromisso de questionar estas bases teóricas/epistêmicas a fim de construir um projeto emancipatório do conhecimento na área das Relações Internacionais.

Neste sentido, nosso objetivo foi poder tornar visível conceitos e autores que podem fazer grande diferença nas análises sobre o cenário internacional. Autores que oferecem visões enriquecedoras para o debate e transformam a forma de avaliar os eventos internacionais.

Sabemos que existem muitos outros autores latino-americanos que podem contribuir para a construção desse pensamento autônomo, que podem ser vistos e que proporcionariam novas visões das Relações Internacionais. Por isso é essencial abrir a possibilidade de dialogar com outras perspectivas que produzam a história a partir da visão do colonizado e não mais do colonizador. Precisamos construir mais epistemologias desde o Sul e para o Sul.

REFERÊNCIAS

BARNABÉ, I. R. (2009). **O Estudo das Relações Internacionais na América Latina: Teorias em xeque?** In: XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Buenos Aires: Asociación Latinoamericana de Sociología.

CASAS, A. (2007). **Pensamiento sobre integración y latinoamericanismo: Orígenes y tendencias hasta 1930.** (1a ed.). Bogotá: Ediciones Antropos.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). **Liga das Nações**. Recuperado em 27 junho, 2019, de <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LIGA%20DAS%20NA%C3%87%C3%95ES.pdf>

CERVO, A. (2008). **Conceitos em Relações Internacionais**. Rev. Bras. Polít. Int. 51 (2): 8-25.

FIGUEIREDO, A. G. de B. & Pinto, L. F. S. (2012). **Pátria Grande, Indo-América: a integração da América Latina na obra de Haya de la Torre**. Cadernos PROLAM/USP, v. 1, p. 72-84.

GONÇALVES, J. S. & RIBEIRO, J. O. S. (2018). **Colonialidade de gênero: O feminismo decolonial de Maria Lugones**. In: VII Seminário corpo, gênero e sexualidade. III Seminário Internacional corpo, gênero e sexualidade. III Luso-brasileiro Educação em sexualidade, gênero, saúde e sustentabilidade. Rio Grande: Ed da FURG.

LANDER, Edgardo (2005). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005. Colección Sur Sur.

MARIÁTEGUI, J. C. (2008). **Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana**. (3a ed.). Caracas: Biblioteca Ayacucho.

MARTÍ, J. (1983). **Nossa América: Antologia**. (1a ed.). São Paulo: Editora Hucitec.

NOGUEIRA, J. P. & MESSARI, N. (2005). **Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates**. (1a ed.). Rio de Janeiro: Elsevier.

QUIJANO, Anibal (2005). **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgardo (Org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005. Colección Sur Sur.

SANTOS, B. de S. (2009). **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes**. In: Santos, B. de S. & Meneses, M. P. **Epistemologias do Sul**. (1a ed.). Coimbra: Livraria Almedina.

Entre fronteiras e filtros invisíveis: uma análise do ecossistema midiático de Foz do Iguaçu

Ramon Fernandes Lourenço¹ e Vanessa da Silva Almeida²

Resumo: Esta pesquisa se desenvolve ao analisar os canais locais de informação no Facebook buscando identificar como se constrói o ecossistema midiático local (CANAVILHAS, 2010), tendo em mente os fluxos comuns às regiões de fronteira. Ao longo do artigo será apresentado como é a rede de veículos de mídia da cidade de Foz do Iguaçu a partir de suas páginas no Facebook. Com esta rede desenhada será possível identificar as dinâmicas de interações entre as páginas e também entre suas audiências, propondo, ao final, uma categorização dos veículos por tipo de mídia. No processo de representar a rede dos principais canais de mídia de Foz do Iguaçu será necessário analisar questões relacionadas aos fenômenos ligados aos campos das novas tecnologias e comunicação para entender como as novas mediações submetem os atores dessas redes ao longo do processo comunicacional.

Palavras-chave: imprensa; agenda-setting; filtros bolha; ecossistema midiático; redes sociotécnicas.

Entre fronteras invisibles y filtros: un análisis del ecosistema de medios de Foz de Iguazú

Resumen: Esta investigación se desarrolla analizando los canales de información locales en Facebook para identificar cómo se construye el ecosistema de medios locales (CANAVILHAS, 2010), teniendo en cuenta los flujos comunes a las regiones fronterizas. A lo largo del artículo se presentará cómo es la red de vehículos de medios de la ciudad de Foz do Iguaçu desde sus páginas de Facebook. Con esta red diseñada, será posible identificar la dinámica de las interacciones entre las páginas y también entre sus audiencias, proponiendo, al final, una categorización de los vehículos por tipo de medio. En el proceso de representación de la red de los principales canales de medios de Foz do Iguaçu, será necesario analizar cuestiones relacionadas con fenómenos vinculados a los campos de las nuevas tecnologías y la comunicación para comprender cómo las nuevas mediaciones someten a los actores de estas redes a lo largo del proceso de comunicación.

Palabras claves: prensa; agenda-setting; filtros burbuja; ecosistema de medios; redes sociotécnicas.

Between invisible borders and filters: an analysis of the media ecosystem of Foz do Iguaçu

Abstract: This research is developed by analyzing local information channels on Facebook in order to identify how the local media ecosystem is built (CANAVILHAS, 2010), keeping in mind the flows common to border regions. Throughout the article will be presented how is the media vehicle network of the city of Foz do Iguaçu from its Facebook pages. With this network designed it will be possible to identify the dynamics of interactions between the pages and also between their audiences, proposing, at the end, a categorization of the vehicles by media type. In the process of representing the network of the main media channels of Foz do Iguaçu, it will be necessary to analyze issues related to phenomena linked to the fields of new technologies and communication to understand how the new mediations submit the actors of these networks throughout the communication process.

Keywords: press; agenda-setting; bubble filters; media ecosystem; socio-technical networks.

¹ Ramon Lourenço é Mestre do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação e Graduado em Comunicação Social: Relações Públicas pela Universidade Estadual de Londrina, com Especialização em Gestão de Cidades e Empreendimentos Criativos pela Universidade de Córdoba e Secretário de Comunicação Social – SECOM - da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, E-mail: ramon.fernandes@unila.edu.br;

² Vanessa Almeida é Técnica em Informática pelo Instituto Federal do Paraná - Campus Cascavel e Graduanda em Relações Internacionais e Integração – ILAESP - na Universidade Federal da Integração Latino-Americana, E-mail: vs.almeida.2018@aluno.unila.edu.br.

Introdução

Estudos sobre como se conformam os sistemas midiáticos já são tradicionais no campo da Ciência da Comunicação, mirando principalmente nos grandes veículos, tais como a imprensa televisiva, impressa ou digital. Porém, com a digitalização da comunicação canais menores, que falam diretamente para uma audiência local, tem conquistado importância, justamente por trazer pautas muito vinculadas com o cotidiano destas populações. E é com estes canais locais que esta pesquisa se desenvolve, ao implementar esforços para identificar como se constrói o ecossistema midiático local (CANAVILHAS, 2010), tendo em mente os fluxos comuns às regiões de fronteira. Assim, o objetivo deste artigo é apresentar alguns resultados preliminares do projeto Medialab Foz em seu Observatório de Mídias de Fronteira.

Ao longo do artigo é apresentado como é formada a rede de veículos de mídia da cidade de Foz do Iguaçu a partir de suas páginas no *Facebook*. Com esta rede desenhada é possível identificar as dinâmicas de interações entre as páginas e também entre suas audiências, propondo, ao final, uma categorização dos veículos por tipo de mídia. No processo de representar a rede dos principais canais de mídia de Foz do Iguaçu foi necessário analisar questões relacionadas aos fenômenos ligados aos campos das novas tecnologias e comunicação para entender como as novas mediações submetem os atores dessas redes ao longo do processo comunicacional. Assim, conceitos importantes serão trazidos à discussão, tal qual a ideia de ecossistema midiático (CANAVILHAS, 2010; ROVAI, 2019) e das redes sociotécnicas (LATOURET, 2012), que auxiliam a entender as relações e os fluxos construídos por estes canais.

Ainda com este objetivo de elucidar quais mediações estão atuando no processo de comunicação entre canais de mídia e suas audiências, é necessário recorrer ao clássico conceito de agendamento, proposto por MacCombs (2009) ao explicar a capacidade destes meios de pautarem as discussões públicas. Além dos meios tradicionais, os canais de imprensa ou informativos, os novos meios digitais também tem função mediadora nas comunicações. Assim, recorre-se ao conceito de filtros bolha de Pariser (2017) para explicar a capacidade de manipulação de conteúdos existentes nas mídias sociais, que são atualmente os principais canais de informação.

Com esta fundamentação foi possível analisar como a rede de canais existente em Foz do Iguaçu se constrói como um ecossistema midiático, propondo uma classificação destes canais por tipos de mídia. Além disso, foi possível identificar como o processo de surgimento

dos canais pode ter relação com grandes fenômenos como as eleições para representantes do poder executivo federal e também municipal.

1. Entre fronteiras, filtros e redes

Atualmente há uma diversidade crescente de fontes de informação que quebram com os antigos padrões unidirecionais de comunicação presentes na época em que a mídia era a produtora majoritária das narrativas. O que se presencia hoje é o nascimento instantâneo de canais de informação cada vez mais distintos. Seja aquela pessoa curiosa com um assunto específico que decide compartilhar com o mundo seus conhecimentos, ou o caso do jornalista, demitido de um grande veículo, que decide explorar sua independência para contar suas histórias. Ou mesmo de um grupo de pessoas com interesses políticos/partidários claros que criam um canal informacional para narrar acontecimentos com o uso de memes e linguagens satíricas.

Estes são alguns exemplos do rico cenário de agentes de informação que existem atualmente, algo que ajuda a ilustrar o ecossistema midiático (CANAVILHAS, 2010; ROVAI, 2019), este conceito interessante para entender como se constroem estas redes de canais de naturezas tão distintas. Ao explicar o conceito, Canavilhas destaca que este ecossistema está em constante transformação:

A partir deste momento passamos a falar de um sistema em que meios e ambientes geram novas e variadas relações resultantes da sua natureza instável, móvel e global, gerando um constante estado de desequilíbrio que rapidamente se reequilibra para logo a seguir se desequilibrar novamente pela introdução de novos meios ou ambientes num ecossistema em permanente mudança. (CANAVILHAS, 2010, p. 2).

Com a clara a intenção de relacionar os conhecimentos da ecologia, porém aplicadas para fenômenos da comunicação, os trabalhos que utilizam deste conceito destacam a formação de uma rede ou um sistema de associações como elemento central (CANAVILHAS, 2010; ROVAI, 2018). Por isso a necessidade de entender que estes veículos de comunicação formam um intrincado sistema, agenciando transformações entre si, seus públicos e outros agentes.

Vale destacar a característica de natureza instável destes sistemas, pois é um importante elemento para ser analisado nesta pesquisa. Ao propor mapear o ecossistema midiático de Foz do Iguaçu foi necessário ter em mente que os dados levantados e o mapa apresentado representam o momento preciso da coleta, pois as páginas e veículos de informação surgem e desaparecem em momentos diversos, o que destaca esta permanente mudança do sistema.

Mas a noção de ecossistema não se constrói somente a partir das relações entre os meios, tal qual afirma Canavilhas, que destaca três fatores elementares que compõem um ecossistema midiático. O primeiro deles são os fatores midiáticos, que apontam para as características dos meios e suas relações. Aqui a ênfase está nas relações mantidas entre os diversos canais de mídia, sejam elas de natureza comercial ou mesmo na presença digital ao dividir “likes” entre páginas do Facebook, por exemplo. Mas, além disso, os fatores midiáticos também propõem uma reflexão sobre a natureza das mídias, ressaltando que as novas mídias não forçam a obsolescência das mídias mais antigas, mas sim as adaptam para estes novos ambientes, reformulando todo o sistema. Estas adaptações ficam evidentes ao analisar a questão da digitalização dos meios como um constructo entre os veículos tradicionais de rádios, televisão e jornal impresso, por exemplo, sendo transportados também para os meios digitais em uma convivência sistêmica entre o novo e o tradicional.

O segundo fator destacado por Canavilhas, coloca o centro da análise no papel do contexto nas relações com as mídias. De acordo com o autor estes fatores contextuais compreendem o “... estudo do espaço e da forma como se processam os consumos mediáticos - a mobilidade e a descentralização surgem como elementos chave” (CANAVILHAS, 2010, p. 3). Nesta linha as questões importantes são voltadas para identificar quais elementos interferem nos processos de recepção das mensagens.

Já o último fator tem muita ligação com as novas tecnologias do ambiente digital, tal qual aponta o autor: “Neste campo interessa fundamentalmente estudar a forma como os consumidores condicionam os próprios ambientes a ponto de os alterarem. A questão da interactividade é fulcral no estudo deste tipo de elementos” (CANAVILHAS, 2010, p. 3). Aqui elementos como a interatividade, as interfaces e a ação dos consumidores são chave para entender o ecossistema.

Fica evidenciado neste conceito algumas características importantes que abrem diálogo com a rede sociotécnica de Callow (1986), Latour (2012) e Law (2015). Elementos como sistemas, redes, relações de natureza instáveis e móveis tem grande aproximação com os fundamentos da Teoria Ator-rede. Tal teoria ressalta a importância de se observar os fenômenos a partir da ação dos agentes presentes, descrevendo a rede de correlações construídas por estes elementos ao longo da ação.

O princípio da simetria é um elemento fundamental para se entender a Teoria Ator-rede, tal qual destaca Latour (2012) ao levantar que não são “[...] nem as pessoas nem as armas que

matam. A responsabilidade pela ação dever dividida entre os vários atuantes.” (LATOURE, 2001, p. 208). Law reforça este argumento ao apontar a necessidade de analisar cada situação de forma detalhada, uma vez que não há como presumir “[...] que objetos ou pessoas determinem o caráter da mudança ou da estabilidade social, em geral. Na verdade, em casos particulares, as relações sociais podem moldar máquinas, ou relações entre máquinas podem moldar seus correspondentes sociais” (LAW, 1992, p. 383).

Desta maneira a Teoria Ator-rede reforça que não há sentido em manter a dicotomia sujeito-objeto, entendendo que os agentes, ou actantes como são nomeados, podem ter naturezas distintas, entre elementos humanos e não-humanos. Segundo Pellanda (2009), “as cidades possuem guias turísticos, mapas e livros históricos que conectam informações e representações com o espaço físico. Contudo, essas referências não são atualizadas em tempo real e não estão diretamente ligadas com os ambientes urbanos” (LEVY, 1996 apud PELLANDA, 2009, p. 13). Ou seja, nas redes uma nova realidade pode ser desenhada a partir da ação dos usuários com a rede. Isso leva para o entendimento de que o fator fundamental para se construir uma rede é a ação, pois nela está contido o potencial de transformação que conecta os actantes, mostrando uma nova configuração do espaço real no âmbito virtual.

Então, para analisar a rede construída a partir dos perfis dos principais veículos de informação de Foz do Iguaçu é importante observar o potencial de ação de cada veículo, como eles se relacionam entre si, com quais outros canais eles constroem relações e que tipos de conteúdos costumam veicular. Estes são questionamentos que auxiliam a entender a topologia da rede, ou do ecossistema de mídias da cidade, observando sempre cada canal como um actante com alto potencial de mediação, assim como foi descrito pela Teoria Ator-rede e também destacado no conceito de ecossistemas de mídias.

E este potencial de ação dos elementos não-humanos é o que destaca outro ponto importante para este trabalho, pensar as relações entre a hipótese do agendamento das mídias (MACCOMBS, 2009) e o conceito de filtros-bolha (PARISER, 2017) no contexto da comunicação em ambiente digital e no ecossistema de mídias de Foz do Iguaçu. A hipótese do agendamento levantada por MacCombs (2009) diz respeito ao potencial das mídias jornalísticas de pautar as discussões públicas. Assim, a proposta aponta para a capacidade da imprensa em fazer com que o público pense e fale sobre um determinado assunto, não necessariamente determinando o que cada indivíduo pense sobre a controvérsia em questão.

Este questionamento sobre o potencial de mediação dos veículos de imprensa, ou mesmo dos veículos informativos de uma forma mais geral (assim como apresentados neste estudo), tem correlação direta com o conceito de filtros-bolha de Pariser (2017), pois este também analisa o potencial de ação dos novos meios digitais no processo de comunicação. Pariser propõe uma análise profunda sobre o funcionamento dos novos mecanismos de comunicação digitais como as mídias sociais, para reconhecer como eles atuam selecionando os conteúdos que são acessados nos feeds destas plataformas. Ao fazer isto, estes mecanismos têm agência direta no processo de comunicação, interferindo sobre quais mensagens devem chegar a quais pessoas.

Primo reforça esta abordagem ao analisar o caso específico do Facebook:

... o Facebook precisa ser percebido pelo investigador como um mediador, não apenas pelas affordances de sua interface, que canalizam as ações dos donos de cada perfil (viabilizando, bloqueando ou até mesmo atrapalhando certas intervenções), mas também pelas informações que decide exibir. E, mais assustadoramente, aquilo que esconde. (PRIMO, 2012, p. 633)

Desta forma fica evidente como a influência das plataformas devem ser analisadas nos processos de comunicação digital e, no caso específico deste estudo ela vai aparecer como um agente responsável pela formação do ambiente em que ocorre a rede de mídias da cidade, tendo papel crucial na formação do público de cada canal.

2. Metodologia

Para o desenvolvimento desta pesquisa a metodologia foi construída a partir de uma pesquisa exploratória no Facebook, realizada entre o mês de maio e agosto de 2019, e teve por objetivo mapear as páginas de veículos que produzem e compartilham informações relacionadas aos principais tópicos de debate público, sejam eles jornalísticos, de opinião ou mesmo com pautas específicas. Neste processo foram identificadas 33 páginas que foram mapeadas e monitoradas ao longo dos meses de maio à agosto de 2019, por meio da ferramenta Netvizz (RIEDER, 2013). A escolha do Facebook como canal de monitoramento se deu em razão de sua popularidade, sendo ele a principal mídia social utilizada no Brasil.

Com os 33 canais localizados, foi utilizado o método de Análise de Redes Sociais (FRAGOSO, RECUERO e AMARAL, 2013) com o apoio do software *Gephi* (BASTIAN *et al*, 2009), para tratamento e análise dos dados. Este método permitiu visualizar a rede de relações construídas pelas “curtidas” entre as páginas do *Facebook*, demonstrando os principais

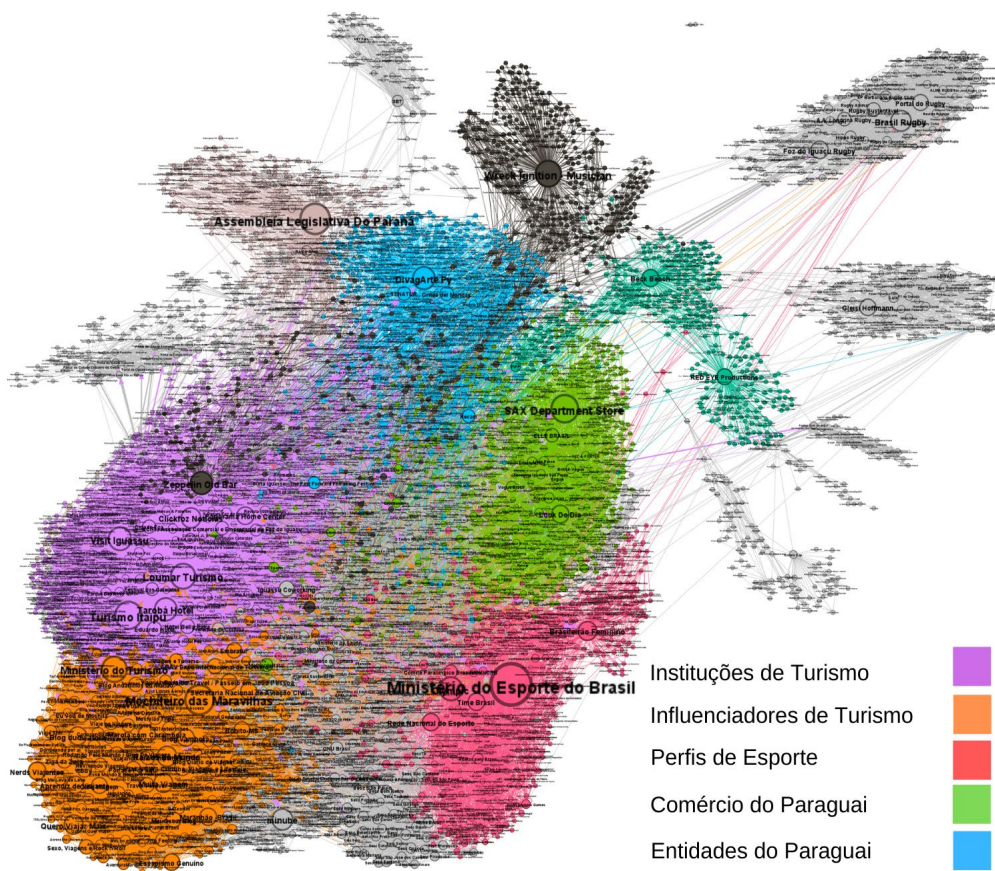
agrupamentos temáticos, ou *clusters*. Além da rede de páginas na mídia social, foi verificada a existência de *websites* de cada veículo, buscando a data de criação de cada domínio. Com estas informações foi construída a linha do tempo com as datas de criação dos *websites* e também das páginas no *Facebook*.

Com estas informações organizadas, foi possível categorizar cada veículo entre Rádio, TV, Portal de Notícias, Mídia Social e Impresso, relacionado ao tipo de mídia principal de cada veículo.

3. O ecossistema de mídia de Foz do Iguaçu

Ao realizar a pesquisa exploratória no *Facebook* buscando por páginas de veículos da imprensa na cidade de Foz do Iguaçu novos veículos foram sendo encontrados, alguns de natureza mais amadora, mas com a pretensão de compartilhar informações sobre o cotidiano da cidade ou sobre temáticas específicas, como esporte, turismo entre outros. À medida que estes veículos foram sendo mapeados, a rede entre eles também começa a se mostrar, dando forma ao ecossistema midiático digital da cidade.

Gráfico 1: rede de páginas dos veículos de Foz do Iguaçu



Fonte: autoria própria.

Tem-se, no gráfico acima, a rede formada com a relação entre as 33 páginas de mídia de Foz do Iguaçu e as páginas com as quais elas compartilham curtidas. Está é uma rede egocentrada que valoriza as relações mais fortes, ou seja, as páginas que tem mais interações entre si ficam mais perto umas das outras. As redes ego se desenvolvem a partir do princípio da gravidade no método de análise de redes sociais, que é a força das relações entre dois nós. Os nós maiores são aquelas páginas que tem mais conexões com outras páginas na mesma rede.

Nesta rede é possível verificar a existência de cinco grandes agrupamentos de páginas, formados a partir de temas específicos como o turismo, esporte, comércio e outros agentes do Paraguai. Analisando esta rede é possível ver como ela reflete muito bem a realidade da cidade de fronteira com grande vocação turística, como é o caso de Foz do Iguaçu. Estes temas demonstram antecipadamente quais os principais assuntos tratados pelos veículos analisados,

demonstrando como os conteúdos têm influência direta na construção da rede de relações, mesmo no ambiente digital.

Partindo das pistas apontadas pelo gráfico de redes foi o momento de começar a categorizar os canais de acordo com sua natureza, obtendo, por sua vez, a proposta de classificação apontada abaixo:

- **Impresso e Digital:** Primeira Linha; Gazeta Diário; Revista 100 Fronteiras.
- **Rádio e Digital:** Rádio Cultura; Rádio RCI; Rádio Itaipu; Rádio Clube FM.
- **TV e Digital:** RPC Foz do Iguaçu; Tribuna da Massa.
- **Portais de notícia:** Click Foz; H2Foz; Portal da Cidade; Notícias de Foz; Elo Foz; Frontpress; Tribuna Popular; Na Boca do Povo; Não Viu?; Bicletismo; Novo Tempo.
- **Mídias Sociais:** Acontece na fronteira; O Iguassu; Mosca na Sopa; Oops Notícias; Foz em Foco; Direita Foz; Fronteira Info; Fronteira Urgente; Iguaçu News; Jornal Novo Tempo; Foz do Iguaçu Notícias 24h; Guatá Foz; Foz Acontece.

Na categoria Impresso e Digital são enquadrados os veículos que tem sua versão impressa como jornal ou revista, além da presença digital com perfis em mídias sociais e websites. Já na Rádio e Digital são as páginas mais ativas das emissoras de rádio da cidade, assim como a categoria TV e Digital. A separação entre as categorias Portais de Notícia e Mídias Sociais é um tanto menos óbvia, pois tratam-se de veículos nativos digitais.

Entre os Portais de Notícia estão aqueles veículos que criaram primeiro seu website, tendo este canal como o principal veículo de informação. Utilizam as mídias sociais como forma de compartilhar a informação publicada inicialmente no portal. Já a categoria de Mídias Sociais englobam os veículos com atuação direta nestas plataformas. Alguns têm websites de apoio, mas a informação é trabalhada prioritariamente em suas páginas no *Facebook*. Algumas vezes as páginas servem apenas como espaços para compartilhar notícias de outros veículos informativos.

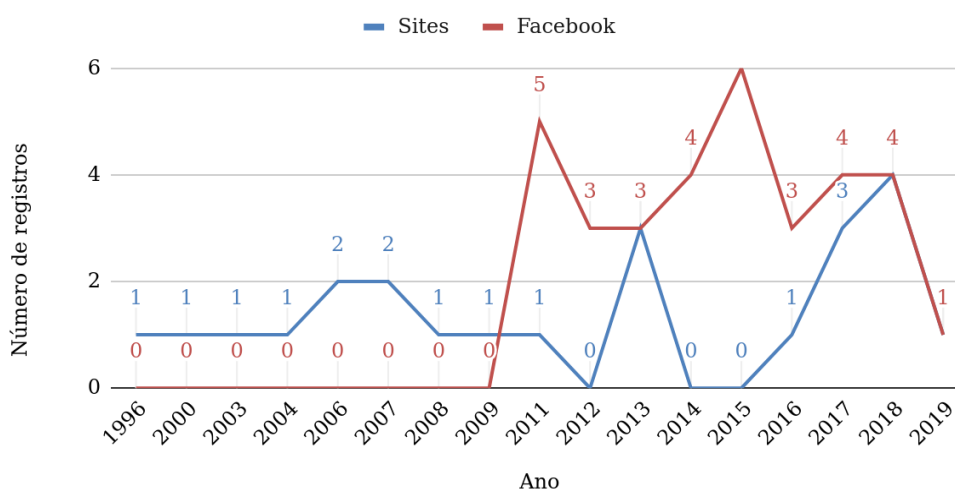
A partir da categorização é possível observar um grande número de veículos nativos digitais, sendo aqueles ancorados nas mídias sociais os com maior frequência, sendo 13 dos 33 mapeados. Esta é uma característica comum destes tempos onde a facilidade de se produzir informações amplia consideravelmente o ecossistema midiático. Vale destacar a natureza

principal das informações compartilhadas por estes veículos exclusivos nas mídias sociais, tendo grande foco em pautas policiais, acontecimentos do cotidiano e questões políticas da cidade, com uma abordagem mais superficial, sensacionalista e muitas vezes abordando estes temas a partir do humor.

Já com relação aos Portais de Notícias, que consistem em 11 no total, é importante verificar a diversidade de conteúdos trabalhados por eles, destacando as principais notícias da cidade voltadas para o turismo e acontecimentos do cotidiano da cidade, tal qual um jornal diário, mas tem espaço para temas específicos como o esporte, por exemplo. Os Portais de Notícia já proporcionam um tratamento diferenciado na informação, trazendo mais qualidade ao aprofundar mais nas pautas apresentadas.

Outro elemento interessante para ser analisado é a temporalidade de criação dos websites e das páginas no *Facebook*, conforme demonstrado no gráfico 2:

Gráfico 2: Relação do número de registro de sites e páginas no Facebook por ano



No fluxo de criação dos websites é possível verificar dois períodos que se destacam, um no ano de 2013, com três novos canais e outro no ano de 2018, com quatro novos. Já em relação ao *Facebook* as páginas começam a ser criadas logo no ano de 2011, com cinco páginas novas, passando por um pico em 2015, com seis novos veículos e estabilizando o crescimento entre 2017 e 2018, com 4 novos canais em cada ano.

Com base nestes dados é possível perceber que a partir da popularização das mídias sociais como ferramenta de busca de informação o número de veículos de Foz do Iguaçu subiu de 10, somatória de todo período anterior a 2011, para 33, entre 2011 a 2019.

Considerações finais

No desafio de apontar algumas considerações finais acerca deste ecossistema midiático de Foz do Iguaçu é possível destacar alguns pontos interessantes ao vincular a literatura apresentada com os dados levantados pela pesquisa.

De início fica evidente como a popularização das mídias sociais, em especial do *Facebook*, teve efeito direto na criação de novos canais de informação em Foz do Iguaçu, o que pode ser observado com o grande crescimento após o ano de 2011. Este não é um fenômeno exclusivo desta cidade, mas pode ser observado em diversos locais, principalmente nos grandes centros.

A partir do surgimento da Web 2.0 as dinâmicas de discussões públicas passam por um processo de profunda transição, muito influenciado pelos meios digitais de comunicação que potencializam a participação do cidadão no compartilhamento de suas ideias e pontos de vista. Estas novas dinâmicas trazem consigo desafios e conflitos, principalmente para o contexto das discussões sobre a imprensa e sua relação com as novas tecnologias que coloca em xeque o papel da informação jornalística na atualidade.

Nasce com a popularização das tecnologias de comunicação digitais (blogs, websites, podcasts, Youtube e mídias sociais) um amplo debate sobre o jornalismo nesta era digital, principalmente sobre o controle da imprensa como fonte principal de informação. Foi a partir da popularização das mídias sociais que se viu uma multiplicação de vozes e narrativas, algo que pode ser observado hoje ao analisar de forma mais cuidadosa as características de cada veículo mapeado nesta pesquisa.

No caso específico deste estudo verificou-se que os veículos tradicionais aqui classificados como a TV, o rádio e o impresso, além de alguns portais digitais, são os que mantêm ainda as características dos processos de produção jornalísticas. Estes veículos buscam preservar a qualidade da informação jornalística pela correta apuração dos fatos e a utilização de uma linguagem clara, simples e objetiva, o que busca construir credibilidade perante seus públicos.

Quanto aos canais nativos de mídias sociais fica evidente a falta de cuidado com os padrões jornalísticos, tão importantes para uma informação de qualidade. Neles são priorizadas as coberturas em tempo real de acidentes, casos policiais e conteúdos que vinculam humor sobre fatos cotidianos. O foco é na agilidade, em divulgar o que acontece no momento em que

acontece, apresentando conteúdos sem um trato profissional, com postagens soltas, sem a devida contextualização e aprofundamento, com o foco em ampliar a visualização e a coleta de *likes*.

Outra reflexão importante que precisa ser feita a partir deste contexto tem relação com este recente fenômeno da popularização da comunicação a partir das mídias digitais, observando-o à luz da Teoria Ator-rede e seu princípio da simetria, onde elementos não humanos tem agência nos processos de construção de redes. Desta forma é possível reconhecer que as facilidades apresentadas por esta nova ferramenta atuaram mediando conexões entre os usuários e os novos veículos, potencializando este fenômeno de criação de novos canais informacionais. Certamente se as mídias sociais não existissem na forma como são conhecidas hoje, a topologia desta rede sociotécnica seria completamente diferente, por isso a importância de reconhecer o potencial de influência deste elemento não-humano e suas mediações.

Ainda nesta questão de analisar a natureza das mídias e seu potencial de mediação é interessante refletir sobre como os fatores midiáticos apontados por Canavilhas (2010) auxiliam no entendimento de como se conectam estes diferentes canais de mídia em Foz do Iguaçu, que tem relações tão distintas. Ao colocar ênfase nas relações mantidas entre cada veículo o autor reforça a figura da rede construída a partir das relações de compartilhamento de informações entre veículos, sendo este um elemento importante, além de contribuir para pensar sobre os efeitos destes veículos, como o potencial de agendamento e a formação dos filtros bolha.

Neste novo ambiente de comunicação digital vem à tona os elementos necessários para o crescimento do ecossistema midiático de Foz do Iguaçu que pode ser observado em partes pelo gráfico 1. No gráfico são apontadas as correlações dos veículos da cidade com páginas e veículos em outras localidades, o que demonstra como a barreira da distância geográfica não é relevante para o fluxo de trocas comunicacionais. Com isso é possível afirmar que os canais de Foz do Iguaçu se alimentam de informações de outros agentes, entre páginas pessoais e institucionais que, por sua vez são alimentados pelas páginas da cidade, formando um intrincado ecossistema de mídias que extrapolam as fronteiras, inclusive nacionais.

Este fluxo de retroalimentação trás a discussão o potencial de agendamento de MacCombs (2009), ao perceber que alguns fatos são noticiados amplamente por quase a totalidade de canais da cidade, o que garante uma exposição maior frente a outros conteúdos que circulam no mesmo período. Isto tem vínculo direto com o fenômeno dos filtros bolha de Pariser (2017), pois ao analisar o contexto do indivíduo que acessa informação nos canais

digitais é possível perceber que ele está à mercê das principais informações que são circuladas pelos canais informativos da cidade. E este fluxo da informação é dependente da mediação algorítmica da plataforma *Facebook*, que privilegia os conteúdos com maior engajamento daquelas pessoas mais próximas. Este o processo que pode explicar a razão pela qual os conteúdos mais sensacionalistas e apelativos, características dos conteúdos de veículos nativos de mídias sociais, são os que têm maior visibilidade e engajamento na rede.

Repara-se, também no gráfico 2 outro ponto interessante na análise que pode servir de exemplo da atuação dos filtros bolha e da teoria do agendamento: os picos tanto na criação de websites quanto de criação de páginas de *Facebook* que ocorreram em anos de forte movimentação política no país ou município, o que pode indicar que as mesmas tenham surgido com o propósito de apelar ideologicamente para um espectro político, gerando um filtro bolha. No *Facebook*, mais especificamente, algumas páginas foram criadas com esse forte apelo ideológico, gerando um notável engajamento na rede iguaçuense e se tornando recorrentemente páginas com as postagens com os maiores números em engajamento (principalmente em meio a polêmicas e *fake News*. Tornando-se, posteriormente inativas, por terem, por assim dizer, cumprido seu papel de buscar influenciar a opinião pública no meio digital, isto é, formado um elevado agendamento de temas que potencialmente formarão o interesse público da cidade.

As teorias aqui empregadas tiveram o propósito de mostrar como o a Análise de Redes Sociais e o estudo das Tecnologias da Informação e Comunicação possibilitam entender a facilidade com que as notícias menos apuradas e sérias, ou até mesmo falsas, são facilmente replicadas pelo algoritmo do *Facebook*. Como elemento não-humano, ele preza pelo engajamento e não pela qualidade. Esse é um dos pontos primordiais da Teoria Ator-Rede, que demonstra que embora as ferramentas sejam neutras, as redes são tão actantes e dinâmicas quanto os usuários.

Esse fenômeno foi perceptível durante coleta de dados para essa pesquisa, verificou-se, que justamente os tipos de mídia que têm a capacidade de serem mais actantes e manterem os usuários mais actantes, são as que veiculam assuntos menos sérios ou confiáveis.

Sobretudo, com a descrição do ecossistema midiático de Foz do Iguaçu a partir das páginas no *Facebook* foi possível identificar que os reflexos da crise no jornalismo em razão da popularização das mídias digitais tiveram impacto direto na cidade. Seja pela pequena quantidade de veículos tradicionais ou mesmo ao notar o crescimento na criação de novos canais à partir de 2011, principalmente os nativos de mídias sociais. Além disso, ficou claro

como as principais vocações da cidade, o turismo e as relações de fronteira, foram importantes na construção da rede entre páginas no *Facebook*. Por fim, destaca-se que este ecossistema midiático está em constante mudança, principalmente em razão da evolução nos processos de comunicação por conta dos avanços na digitalização e da criação de novas plataformas de comunicação.

Referências bibliográficas

BASTIAN, M., HEYMAN, S., JACOMY, M. (2009). *Gephi: an open source software for exploring and manipulating networks*. International AAAI Conference on Weblogs and Social Media. Disponível em: <<http://gephi.github.io/>>. Acesso em 15.01.2019.

CALLON, M. (1986). *Some Elements of a Sociology of Translation: Domestication of the Scallops and the Fishermen of St Brieuc Bay*. In: J. Law (Ed.). *Power, action and belief: A new sociology of knowledge?* (pp. 196-223). London: Routledge.

CANAVILHAS, J. (2010). O novo ecossistema mediático. *Revista Index Comunicación*, 01, 13-24, 2010. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-o-novo-ecossistema-mediatico.pdf>>. Acesso em 26.11.2019.

FRAGOSO, S., RECUERO, R., AMARAL, A. (2013). *Métodos de pesquisa para internet*. Porto Alegre: Sulina.

LATOUR, B. (2012). *Reagregando o Social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede*. (G. C. Souza, Trad.) Salvador/Bauru: Edufba/Edusc.

LAW, J. (1992). Notes on the theory of the actor-network: Ordering, strategy, and heterogeneity. *Systems practice*, 5, (4), 379-393. Disponível em: <<http://www.heterogeneities.net/publications/Law1992NotesOnTheTheoryOfTheActorNetwork.pdf>>. Acesso em 20.11.2015.

MCCOMBS, M. (2009). *A teoria da agenda: a mídia e a opinião pública*. Petrópolis, RJ: Vozes.

PARISER, E. (2017). *El filtro burbuja: Cómo la web decide lo que leemos y lo que pensamos*. Madrid: Taurus.

- PELLANDA, E. C. (2009). Comunicação móvel no contexto brasileiro. In: F. Gosgrilberg, & A. Lemos, *Comunicação e mobilidade: aspectos socioculturais das tecnologias móveis de comunicação no Brasil* (pp. 11-18). Salvador: EDUFBA.
- PRIMO, A. (set/dez, 2012). O que há de social nas mídias sociais?: reflexões a partir da teoria ator-rede. *Contemporânea: Comunicação e Cultura*. Salvador: 10, (03), 618-641.
- RIEDER, B. (2013). Studying Facebook via data extraction: the Netvizz application. In: *WebSci '13 Proceedings of the 5th Annual ACM Web Science Conference* (pp. 346-355). New York: ACM.
- ROVAI, R. (2018) *Um novo ecossistema midiático: a história do jornalismo digital no Brasil*. 1ª ed. Buenos Aires: CLACSO. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20181101012635/Um_novo_ecossistema.pdf>. Acesso em 29.11.2019.

A EXPERIÊNCIA DO COLONO DURANTE OS PROCESSOS DE COLONIZAÇÃO CAMPONESA NOS LLANOS DEL YARÍ 1950-2010

Rubén Alberto Castillo Mogollón¹

Resumo: O artigo a seguir é um relatório de pesquisa que expõe seus resultados sobre os processos de colonização camponesa nos Llanos del Yará no período entre 1950 e 2010. O Yará é uma microrregião historicamente caracterizada por uma população camponesa com fortes raízes comunitárias, a presença da insurgência das FARC-EP-EP e disputas territoriais em sua história recente. O eixo central deste texto gira em torno da narrativa histórica que os colonos elaboraram sobre sua própria ação. Para esse fim, prevalecem fontes orais no estudo como uma possibilidade de enfatizar a experiência dos colonos.

Palavras-chave: Colonização de camponeses; extrativismo; coca; Yará; experiência vivida.

LA EXPERIENCIA VIVIDA DEL COLONO DURANTE LOS PROCESOS DE COLONIZACIÓN CAMPESINA EN LOS LLANOS DEL YARÍ 1950-2010

Resumen: La siguiente ponencia es un informe de investigación que expone sus resultados acerca de la experiencia vivida por los colonos durante los procesos de colonización campesina en los Llanos del Yará en el período comprendido entre 1950 y 2010. El Yará es una microregión caracterizada históricamente por haber sido poblada a través de diferentes oleadas de migraciones campesinas una población campesina con un fuerte arraigo comunitario, la presencia de la insurgencia de las FARC-EP-EP y disputas territoriales en su historia reciente. El eje central del presente texto gira en torno a la narrativa histórica que los colonos han elaborado sobre su propia acción. Para tal efecto, en el estudio prevalecen las fuentes orales como posibilidad de enfatizar en la experiencia vivida de los colonos.

Palabras clave: Colonización campesina; extractivismo; coca; Yará; experiencia vivida.

THE LIVING EXPERIENCE OF THE COLONY DURING THE CAMPESINE COLONIZATION PROCESSES IN THE LLANOS DEL YARÍ 1950-2010

Abstract: The following paper is a research report that exposes its results about the processes of peasant colonization in the Llanos del Yará in the period between 1950 and 2010. The Yará is a micro-region historically characterized by a peasant population with strong community roots, the presence of the FARC-EP-EP insurgency and territorial disputes in its recent history. The central axis of this text revolves around the historical narrative that the settlers have elaborated on their own action. For this purpose, oral sources prevail in the study as a possibility of emphasizing the experience of settlers.

¹ Sociólogo, Universidad Cooperativa de Colombia; Mg. Estudios Sociales, Universidad Pedagógica Nacional. Docente Investigador, Corporación Universitaria Republicana.

Keywords: Peasant colonization; extractivism; Coke; Yará; Lived experience.

Introducción

Los Llanos del Yará se constituyen en una microregión de la subregión noroccidental amazónica, de suma importancia ecológica, social, económica y política debido a que efectúa la función ecosistémica de cinturón contenedor de tres ecosistemas diferentes; los Andes, los llanos orientales y la selva amazónica.

En términos geográficos, los Llanos del Yará están constituidos por tres sabanas (El Refugio o La Macarena, La Tunia o Apaporis y Yará) ubicadas entre los departamentos de Caquetá, Meta y Guaviare. Además, hace parte de la cuenca superior del río Apaporis (Domínguez, 1978) y se constituye en una microregión de la subregión noroccidental de la Amazonía (Salazar, Carlos; Riaño, 2016).

Desde el punto de vista territorial, los Llanos del Yará históricamente presentan diversas disputas por el control político y económico por parte de diferentes agentes sociales, entes territoriales y actores armados. Por un lado, el litigio entre los departamentos del Meta (La Macarena) y Caquetá (San Vicente del Caguán)² y, por otro lado, las disputas territoriales entre las Fuerzas Militares y las FARC-EP y finalmente, las luchas sociales por la defensa del territorio y la vida por parte de las organizaciones comunitarias campesinas en respuesta a las acciones de los actores anteriormente señalados.

Sumado a esto, la microregión estudiada ha sido escenario histórico de diversas violencias en el marco del modelo económico extractivista: durante la segunda mitad del siglo XIX hasta finales de la década de los treinta del siglo XX violencia contra los indígenas en el contexto de la economía extractiva de quina, caucho y pieles (LeGrand, 1988); en la década de los cincuenta el Yará fue uno de los receptáculos de campesinos desplazados por la violencia política bipartidista que ocurría en

² Los Llanos del Yará, específicamente las sabanas de La Macarena y La Tunia hacen parte del ordenamiento territorial del Área de Manejo Especial de la Macarena (A.M.E.M.); lo que significa que por hacer parte de una área protegida, específicamente como Distrito de Manejo Integrado de los Recursos Naturales Renovables, el Estado no tiene la figura jurídica que le permita a los colonos acceder a la propiedad legal de sus tierras a pesar de su llegada al territorio antes de ser constituido como A.M.E.M. Esta situación le restringe a los campesinos la explotación económica de los predios dentro de una economía legal, así como el estado permanente de limbo normativo en su ordenamiento territorial entre los departamentos, traducido en poca inversión por parte de los gobiernos departamentales.

la región Andina; desde finales de los setenta hasta mediados de los ochenta en el Yará se hallaban las más grandes haciendas de producción de cocaína del Cartel de Medellín; entre 1984 y 1994 fue el corredor estratégico de las FARC-EP, comunicando la región Andina, Oriental, el Pacífico colombiano y la Amazonía; luego, a mediados de los noventa se convirtió en la retaguardia estratégica de dicha guerrilla; entre los años 1999-2002 hace parte de la zona desmilitarizada, a la que comúnmente se le denominó “Zona de Distensión”, con el fin de adelantar el proceso de paz entre el Gobierno de Andrés Pastrana y dicha insurgencia; durante el período 2002 a 2010 se constituyó en el teatro de operaciones del Plan de Consolidación en el marco de la política de Seguridad Democrática del gobierno de Álvaro Uribe Vélez; y, en los años 2012-2016 allí se concentró el bloque oriental de las FARC-EP durante el proceso de paz con el gobierno de Juan Manuel Santos y ocurrió la –última– X Conferencia Nacional Guerrillera de las FARC-EP.

Sumado a lo anterior, desde 2016 el Estado colombiano viene desarrollando una política represiva contra los colonos-campesinos del A.M.E.M. dicha política se manifiesta a través de la allanamientos y judicialización de los líderes y lideresas de las organizaciones campesinas, confiscación de bienes y enseres, asesinatos selectivos, restricción a la movilidad, empadronamientos, desapariciones y ejecuciones extrajudiciales.

Más aun, el Estado colombiano desde los años cincuenta ha estigmatizado al colono como agente depredador de los recursos naturales, proclive a la delincuencia y la ignorancia; para luego sumarle la imagen de bandolero (1950-1960), narcotraficante (1980-2000) narcoterrorista (2000-2010) y en la actualidad “colono ilegal”, “testaferro de las FARC” o “miliciano”. Lo anterior evidencia una constante histórica de discriminación y estigmatización contra aquellos campesinos, indígenas y afrocolombianos que han sido desplazados, asesinados y sus derechos vulnerados en las diferentes violencias que han azotado al país. Una reciente forma de revictimización lo ha sido, “La Estrategia Investigativa Contra La Deforestación En La Cuenca Amazónica” elaborado por la Fiscalía General de la Nación y la política pública en materia de tierras y ambiente para esta región, en respuesta a la Sentencia de la Corte Suprema de Justicia 4360 de 2018 que ordena a los entes judiciales encaminar acciones contra la deforestación del A.M.E.M., materializadas en ordenes de detención, allanamiento y judicialización de campesinos que colonizaron la microrregión, se dedican a las labores de agricultura y ganadería dentro de una economía de subsistencia, talan madera con fines agrícolas, el cercado de fincas y la preparación de alimentos.

Sin embargo, uno de los problemas más recientes ha sido la tala de bosque a manos de terratenientes externos al Yará, que vienen siendo confundidos, en varios medios de comunicación, con la práctica histórico-cultural de roce para el cultivo de pan coger. Si bien las mismas comunidades a lo largo de su historia acordaron pactos ambientales de conservación en un ejercicio de autorregulación comunitaria, también es cierto, que en una escala más pequeña se ha intervenido el ecosistema para el autoconsumo. Dichas talas y quemas masivas llamaron la atención de la comunidad internacional, de las autoridades ambientales, de la sociedad civil colombiana y hace poco de la Corte Suprema de Justicia. La Corte ordenó al Estado tomar todas las acciones posibles para cesar todas las talas, recuperar el bosque y concertar con las comunidades pactos ambientales para dar solución al problema. Sin embargo, el Estado ha hecho caso omiso de las alertas que las mismas comunidades han elevado a las autoridades ambientales. Así, aunque esa concertación no se ha dado, pues no existió un espacio para la participación directa de las comunidades de la Amazonia colombiana.

A partir de lo anterior, la investigación se centra en el espacio de experiencia en el que los colonos-campesinos desarrollaron una serie de prácticas comunitarias, repertorios de organización y protesta campesina en defensa del territorio, la vida y la paz en el Yará. Para tal efecto, el texto se propone describir los procesos de colonización campesina en la microregión entre 1950 a 2010 y las particularidades sociales en las que se desarrollaron los conflictos agrario y armado; y finalmente, analizar la experiencia socializada (colectiva) de resistencia comunitaria que elaboraron los colonos-campesinos a lo largo del período histórico.

En términos metodológicos se escogió la historia oral por su posibilidad de centrar la mirada en las narrativas que los colonos elaboran sobre su propio espacio de experiencia. De esta manera, la construcción narrativa de la historia social de la colonización en los Llanos del Yará se hace a partir de fuentes orales, documentales y bibliográficas. Estas fuentes primarias posibilitan reconstruir la experiencia vivida de los colonos en este proceso histórico y articular esas narrativas con otro tipo de fuentes históricas e investigaciones académicas que dan cuenta de la colonización en el Yará. A continuación, se describe la experiencia vivida de los colonos durante las diferentes colonizaciones ocurridas durante el corte histórico objeto de la investigación.

1. Violencia, extractivismo y colonización: la experiencia vivida del colono en los Llanos o sabanas del Yarí.

En los Llanos del Yarí extractivismo, violencia política y colonización son procesos históricos íntimamente relacionados debido a que los dos primeros se constituyeron en las causas estructurales del tipo de poblamiento propio de este territorio. Para efectos del presente estudio, siguiendo a Molano (1989), durante el interregno 1950-2010 se presentaron varios tipos de colonización campesina en los Llanos del Yarí, a saber: colonización *rapaz* (1950-1980); *armada* (1955-1960); *Yaguara II* (1960); *Cocalera* (1978-2000); la colonización espontánea durante la *Zona de Despeje* (1998-2002); y finalmente una nueva oleada de *colonización rapaz* relacionada con la actividad ganadera y extracción de madera (2002-2010).

En el período 1800-1950 se presentaron dos tipos de colonización que antecieron a las estudiadas en la presente investigación: las misiones indígenas y la colonización empresarial. La primera dejó un interés por integrar a la microregión a la nación, algunos caminos y trochas que más tarde los colonos empresarios de los cuarenta del siglo XX utilizaron para fundar las haciendas. La segunda fue una colonización realizada en avioneta durante la década de los cuarenta con el objetivo de explotar económicamente el suelo para la ganadería extensiva. Esta colonización empresarial posibilitó en las décadas del 50 y 60 la acogida de campesinos desplazados bien sea por la violencia política, la concentración de la propiedad de la tierra en la región Andina o por ambas.

La extracción desmedida de los recursos naturales (quina, caucho, tigrillo, carpincho, caimán y madera, entre otros) ya venía presentándose desde décadas atrás antes de la llegada de campesinos a la microregión. Sin embargo, de 1950 a 1970 la colonización campesina en los Llanos del Yarí se caracteriza por estar inmersa dentro de la economía extractiva (*colonización rapaz*³), especialmente la explotación de piel de jaguar (Molano, 1987). Paralela a la colonización *rapaz* ocurrió la *colonización armada*⁴ como consecuencia del conflicto agrario y la violencia política en

³ El término colonización *rapaz* lo introduce Alfredo Molano para hacer referencia las colonizaciones mediadas o promovidas por el interés de extraer recursos naturales de la Amazonía.

⁴ La colonización *armada* es un concepto histórico que desarrolla William Ramírez con el fin de analizar la relación entre el desplazamiento forzoso de la población civil y el proceso histórico de nacimiento de las FARC-EP ocurrido entre 1948-1966.

la región Andina (Ramírez W. , 1981). De este modo, los campesinos que venían desplazados por la Violencia ocuparon a través de la colonización armada la vertiente oriental de la Sierra de La Macarena hasta conectarse con El Refugio⁵.

Por otra parte, la colonización de la comunidad indígena de los Yaguara en los Llanos del Yarí fue la única colonización orientada en la que intervino el estado por medio de la Fuerza Aérea Colombiana. Los Yaguara II⁶ están ubicados en la sabana de La Tunia, provienen del Tolima y accedieron a colonizar la selva amazónica debido al fuerte conflicto agrario que se venía desarrollando desde la década de los treinta entre dicho resguardo indígena y el latifundio. La solución que el Estado fomentó fue el emplazamiento de parte de la comunidad Yaguara en la Amazonía.

La colonización campesina en el interregno 1975-2000 se enmarca en dos coyunturas históricas locales: la emergencia de la coca y la llegada de la insurgencia de las FARC-EP. La primera está relacionada con la necesidad que tenía el cártel de Medellín de una ruta para el reabastecimiento de gasolina para las aeronaves que traficaban la cocaína desde Perú y Bolivia hacia los Estados Unidos. En los Llanos del Yarí la coca solamente ingresa y se consolida como producto de exportación hacia 1978 debido a factores sociales relacionados con la economía de subsistencia, lo que se sumó a la marginación histórica de la que han sido objeto los colonos por parte del estado, los bajos costos de producción y las garantías ofrecidas por los cárteles en el transporte del alucinógeno.

La segunda tiene que ver con el desarrollo del plan estratégico de las FARC-EP: constituir una retaguardia estratégica y garantizar el control territorial del corredor San Vicente del Caguán hacia La Macarena. Así, cuando inician los diálogos de paz en el Caguán (también llamada Zona

⁵ Actualmente municipio de La Macarena.

⁶ La comunidad Yaguara II es la forma en que los indígenas Yaguara designan a aquellos miembros de la comunidad que se asentaron en el Yarí, mientras que Yaguara o Yaguara I es la denominación al resguardo indígena originario.

de distensión o Despeje)⁷, los Llanos del Yará dejan de ser corredor estratégico de la insurgencia y se constituyen, en el lapso 1999-2010, en una parte de la retaguardia estratégica de esta insurgencia.

Vista así las cosas, la relación histórica *colonización-violencia-extractivismo* no es lineal; es decir, las colonizaciones campesinas en el territorio no se desarrollaron una detrás de la otra en un linealidad histórica, pasando a la vez de una modalidad de violencia o actividad extractiva a otra; al contrario, si bien en términos de mediana duración se evidencia una continuidad histórica, ella se caracteriza en que las colonizaciones en los Llanos del Yará se yuxtaponen, contemporizan o se articulan entre sí.

Ello quiere decir que el colono del Yará experimentó a lo largo del período histórico 1950-2010 una continuidad en las causas históricas de su desplazamiento. Dicha continuidad histórica Darío Fajardo la sintetiza como migración-colonización-conflicto-migración (Fajardo, 1998); De este modo, al analizar las narrativas de los colonos en la presente investigación y otras similares para las zonas de colonización contemporáneas y vecinas de los Llanos del Yará, es notorio que el ciclo inicia con la migración de campesinos de otras regiones del país hacia la Amazonía y la Orinoquía, debido a los conflictos agrario y armado en la región Andina, especialmente, los departamentos del Huila, Tolima y Cundinamarca. De esta forma, el ciclo de la colonización del Yará podría entenderse de la siguiente manera:

Primero, el conflicto agrario en los departamentos del Huila, Tolima, Cundinamarca no fue resuelto por medio de una reforma agraria estructural, al contrario, la reacción del latifundio fue el uso de medidas clientelistas con el fin de evitar su desarrollo (LeGrand, 1988). La consecuencia lógica de lo anterior fue la agudización de los conflictos sociales en el sector agrario, lo que en el lapso de 1946-2010 se sintetizó en las diferentes violencias políticas que, precisamente, constituyeron a los colonos del Yará en víctimas de los conflictos armados por medio del desplazamiento forzoso (Espinosa M. N., 2007), concretizado en procesos de colonización en la subregión noroccidente de la Amazonía. Segundo, la inserción de la microrregión en los ciclos de la economía extractiva les permitió a los colonos consolidar el proceso de poblamiento del Yará,

⁷ La zona de distensión o despeje consistió en la aplicación por parte del gobierno de Andrés Pastrana de retirar la Fuerza Pública de cinco municipios (Uribe, Macarena, Vistahermosa, Mesetas y San Vicente del Caguán), con una extensión de 42.000 Km², ubicados en los departamentos de Meta y Caquetá, en el marco de los diálogos de paz entre el estado colombiano y las FARC-EP.

porque la venta de productos extraídos de la selva les garantizaba a los colonos complementar la economía de subsistencia y no estar sujetos a las lógicas especuladoras de los comerciantes de San Vicente del Caguán o La Macarena (Molano, 1990). Tercero, el permanente conflicto agrario dentro de la microrregión, sumado a la relación ambigua con las entidades del Estado (Rincón, 2018), el tratamiento mayoritariamente militar de la cuestión ambiental de la Reserva Natural de la Macarena, la criminalización a las organizaciones campesinas del Yará a causa de la presencia guerrillera en el territorio y la yuxtaposición entre los poderes municipales y nacionales, han conducido a una sensación de zozobra entre los campesinos por posibles procesos judiciales en su contra (Corpoyarí, 19 de octubre de 2018). Y cuarto, a raíz de lo anterior, desde el 2010 se vienen presentando varios intentos del Incoder y Parques Nacionales Naturales por desalojar a los campesinos asentados dentro del A.M.E.M., con el fin de preparar el terreno para la explotación petrolera de algunas zonas de la Reserva Natural de La Macarena (Semanario Voz, 2015).

Sin embargo, como se verá a continuación, dicha continuidad histórica contiene no solamente las causas-efectos del conflicto agrario y social, sino, además, la acumulación histórica⁸ del espacio de experiencia⁹ (*experiencia vivida, experiencia socializada y experiencia transformada*) (Betancourt, 1995) del colono como agente histórico y el horizonte de expectativa que el campesinado, como movimiento social, ha elaborado a lo largo de su experiencia transformada¹⁰.

⁸ Se entiende por acumulación histórica el hecho social en el que la experiencia transformada se constituyó en un proceso histórico de acumulación de saberes populares íntimamente relacionados con la constitución de la conciencia de clase, en este caso, como clase subalterna o popular.

⁹ El concepto de espacio experiencia se entiende como síntesis de sus tres dimensiones o posibilidades concretas, a saber, experiencia vivida, experiencia percibida y experiencia transformada. El espacio de experiencia permite superar las concepciones unitarias y homogeneizantes de los movimientos sociales que han circulado dentro de las ciencias sociales, toda vez que la experiencia es un “pasado presente” con la posibilidad de ser incorporado, recordado, socializado por parte del movimiento social en forma de saberes comunitarios.

¹⁰ La *experiencia vivida* es aquella experiencia del agente histórico que “involucra aquellos conocimientos históricos sociales y culturales que los individuos, los grupos sociales o las clases ganan, aprehenden al vivir su vida, elementos que se constituyen en los nutrientes de sus reacciones mentales y emociones frente al acontecimiento”. Al contrario, la *experiencia percibida* hace referencia al conocimiento histórico-social formalizado, producido y reproducido por la ideología dominante. La *experiencia transformada* del colono fue el producto de la cualificación de su experiencia vivida. Dicha cualificación ocurrió gracias a los procesos de concienciación desarrollados en la vida comunitaria en forma de prácticas sociales asimiladas por el colono, acciones colectivas de organización, protesta social, y la economía moral popular que las acompaña.

La experiencia vivida es permanentemente reflexionada por el agente histórico; le provoca cuestionamientos acerca de la legitimidad del orden social y su causalidad, y de ahí que le aporta a la construcción de conocimiento pertinente en forma de saber popular. A partir de lo anterior, la experiencia vivida es clave para el historiador, ya que le permite incluir dentro de la interpretación histórica la respuesta mental y emocional de un individuo o grupo social a una serie de acontecimientos en los que fue testigo de excepción. Además, con Edward Palmer Thompson (1981) se entiende que la experiencia, como forma de conocimiento, surge del agente histórico a través del pensamiento, la racionalidad y la reflexión de aquello que le acontece en una relación dialéctica entre materialidad y conciencia (experiencia transformada). Así, esta experiencia transformada le cuestiona al agente histórico acerca de su realidad y se constituye en la base de la praxis; es decir, de nuevas reflexiones sobre la acción colectiva (Betancourt, 1995).

En últimas, se puede afirmar que la permanente búsqueda de acceso a la tierra y la paz por parte de los colonos-campesinos de los Llanos del Yará significó una cualificación de su conciencia política gracias a la acumulación histórica de experiencias vividas en torno al conflicto social y agrario, a sus formas autónomas de organización, acciones colectivas de protesta, prácticas sociales en el marco de la lucha social y los mecanismos de autorregulación comunitaria

2. Prácticas comunitarias, repertorios de organización y protesta campesina: la acumulación histórica de la experiencia.

Así las cosas, la historia de la colonización de los Llanos del Yará evidencia una acumulación histórica en el espacio de experiencia y el horizonte de expectativa del campesino colonizador del Yará; acumulación que se desarrolló de la siguiente manera:

A) Aprendizajes individuales (experiencia vivida) y aprendizajes socializados (experiencia socializada) dentro del grupo social que se van transmitiendo generacionalmente a través de procesos de educación popular. Justamente, la investigación evidencia qué, desde la década de los cincuenta a través de diferentes oleadas de colonización espontánea en la mayoría de los casos, arribaron campesinos a los Llanos del Yará en búsqueda de acceso a la tierra y la paz. Pero no llegaron solos, ellos trajeron consigo una serie de prácticas sociales comunitarias y saberes producto de su experiencia vivida en la región Andina.

De este modo, el colono vendía su finca en su lugar de origen porque existía la idea entre el campesinado, a veces promovida por las mismas entidades del estado, de que en el Caquetá “hay

tierra abundante y fértil” y ello les permitía, en su lógica, superar la economía de subsistencia. Otros tantos llegaron precisamente porque en la región Andina no encontraron acceso a la tierra debido a su alta concentración y finalmente, estaban también los desplazados por la violencia política provenientes de los departamentos del Huila y Tolima, los cuales fueron despojados de sus tierras y luego perseguidos por sus filiaciones partidarias.

Ahora bien, las fuentes orales muestran una serie de prácticas sociales de carácter comunitario que están directamente relacionadas con la acción colonizadora del campesino: por un lado, la acogida de nuevos colonos y por el otro, la minga. Con respecto a la acogida de nuevos colonos se puede decir que al inicio algunos colonos viajaban solos o con su esposa para tantear la dificultad de la empresa colonizadora o verificar que había tierras baldías que colonizar; luego llegaban los hijos mayores y con ellos se reproduce la experiencia vivida que tuvieron en su lugar de origen; es decir, se reproducen las mismas prácticas sociales de producción basadas en el trabajo familiar, lo que es propio de una economía de subsistencia.

Por lo menos desde 1958 cuando se institucionalizaron las Juntas de Acción Comunal (en adelante JAC), el colono se presentaba ante algún líder de la JAC, casi siempre el presidente; si compraba una finca ya colonizada quien estaba en el deber de presentarlo era el dueño y dar fe de sus valores (“es una persona respetable, honesta, trabajadora, etc.) comportamiento y justeza de la transacción comercial. Si el colono estaba buscando un baldío para fundar, se presentaba ante la JAC, exponía su lugar de procedencia, las razones por las que migró, se le explicaban las normas que la comunidad disponía para la convivencia y si lo requería, se le prestaba alguna ayuda para su instalación (Darío Cachay Barrios, comunicación personal, 2 de mayo de 2018). Inmediatamente el colono se hacía a un fundo la JAC elaboraba una “carta de colono”. Ella consiste en un documento donde se estipula que un colono le vendió a otro un fundo con una catidad determinada de hectáreas, sus respectivos mojones y linderos, la vereda a la que pertenece, si el vendedor está a paz y salvo de deudas con sus vecinos y la Junta. Esta práctica le permite a la comunidad prevenir conflictos entre vecinos y que el colono que recién llega asuma las normas de la comunidad; en los casos en que ello no ocurre la comunidad no admite la venta de la tierra.

Con relación al trabajo comunitario (minga) ocurre algo similar en la medida en que en su funcionamiento se puede observar la complejidad del tejido social construido por la comunidad; no solamente la importancia en la vida cotidiana del trabajo comunitario, sino, además, que la

solidaridad y la preocupación por las propiedades del otro hacen parte del sistema de creencias y valores del colono yaricense. En ese sentido, se puede decir que fueron las condiciones materiales de existencia precarias de los colonos las que condicionaron sus formas organizativas comunitarias y sus acciones colectivas, mediadas por la economía moral popular. De esta manera, en palabras de Carlos Rodríguez,

Pues básicamente yo creo que las mismas necesidades que siempre han vivido con nosotros nos ha obligado a tener que tomar decisiones, a buscar caminos y, entonces, ese hecho de nosotros hacer la minga, hacer la junta para ir a levantar el puente; por ejemplo, le voy a decir: por esta carretera que llegaron hoy, le acabamos de hacer el último mantenimiento que nos ha tocado hacerle. Hay un lazo para un aporte voluntario que funciona en la Machaca y nosotros con la plata de ese lazo le hacemos el mantenimiento a esta vía, se la hacemos desde allá, desde las delicias hasta aquí, hasta el Morrocoy; por lo tanto, acá en el Morrocoy el mantenimiento le corresponde al alcalde; en la alcaldía hay un lazo que ellos colocan ahí en La Macarena y hasta este año le hicieron mantenimiento (Carlos Rodríguez, comunicación personal, 4 de mayo de 2018).

Así pues, es evidente que el colono transportó junto con los aparejos su experiencia vivida en torno a la cultura campesina (formas de producción familiar, técnicas de caza y pesca, etc.), sistemas de valores (solidaridad, buen comportamiento vecinal, justicia comunitaria, honestidad, empatía con el similar), tradiciones comunales e identidades. Esta experiencia vivida superó su carácter individual y por medio de procesos de socialización comunitarios, en su mayoría de educación popular, promovieron liderazgos, interlocutan con las autoridades departamentales o nacionales, reflexionan las causas objetivas del conflicto agrario y sus espacios de desarrollo, elaboran posturas políticas con respecto a dicho conflicto y crean consensos sobre sus acciones colectivas de organización y protesta social. Ahora, la experiencia vivida por cada colono al ser pensada en clave comunitaria permite cierto nivel de conciencia crítica; ella se socializa desde otra dimensión de la conciencia que se denominará en el presente trabajo experiencia socializada.

De este modo, los colonos estructuraron una experiencia socializada que se fue transmitiendo a los colonos que iban llegando al territorio y a las nuevas generaciones de hijos e hijas que décadas más tarde asumieron desde lo comunitario la resistencia campesina al embate de la acumulación de capital por despojo.

B) Aprendizajes colectivos (experiencia transformada) producto de los avances y derrotas que el movimiento campesino sufrió durante el siglo XX que fueron traídos por líderes sociales u organizaciones campesinas según la época. En otras palabras, para la década de los cuarenta se

evidencia el uso de prácticas comunitarias ancestrales basadas en la solidaridad, entre otras, la minga y el mano vuelta. Sumado a esto, desde la década de los cincuenta los campesinos provenientes de la región Andina arribaron a los Llanos del Yarí con una serie de experiencias organizativas previas, como por ejemplo, asociaciones campesinas, sindicatos campesinos, cabildos y asambleas populares; experiencias de protesta social ligadas a los conflictos agrarios en el Sumapaz y Tolima; y prácticas de resistencia propias de un campesinado que percibe como amenaza las acciones del latifundio y el Estado con respecto a los derechos adquiridos sobre la tierra colonizada.

Además, el colono se constituyó en agente histórico a través prácticas sociales relacionadas con la acción colonizadora, toda vez que con ellas transformó el medio natural y parafraseando a Marx, se transformó a sí mismo. Dicha constitución del colono como agente histórico ocurrió al configurar socialmente el espacio geográfico con su trabajo, desarrollar acciones colectivas de organización y protesta social con el fin de materializar su horizonte de expectativa, elaborar su propio discurso político y agendas de acción política con respecto a la política pública de las entidades encargadas de la legalización de la propiedad de la tierra y la administración estatal del A.M.E.M., así como al incidir desde las organizaciones campesinas en el contenido de la orientación política de las FARC-EP con respecto al Yarí.

En dicho contexto los colonos se organizaron en 1964 como asociación de colonos voluntarios, con el propósito de regular precios dentro del mercado local, defender al usuario de comerciantes especuladores por medio de tiendas comunitarias, regular la caza y tráfico de pieles y a finales de la década de los ochenta, el corte de madera. Sin embargo, debido al crecimiento poblacional por el auge de la coca la asociación perdió autoridad ante los nuevos pobladores y para 1994 desapareció (Espinosa N. , 2003).

Contemporáneas a la Asociación de Colonos, entre 1964 y 1972 las Juntas de Acción Comunal obtienen la personería jurídica. El proceso de poblamiento ocurrió paralelo a la conformación de las JAC; en la medida en que los colonos se asentaban configuraban la ocupación espacial por medio de actividades agropecuarias, tala de bosque, caza y pesca; luego el asentamiento se consolidaba con 15 a 22 familias, entonces se funda la vereda y su correspondiente JAC (Rincón, 2018).

El desarrollo de una JAC al principio consistía en gestionar recursos públicos para la inversión en educación, infraestructura vial, reconocimiento legal y prestación de servicios. Con la llegada y agudización del conflicto armado en el lapso 1984-2010 las funciones de las JAC se amplían para poder interlocutar con los actores armados, ejercer presión política u organizar acciones de protesta social contra las instituciones estatales de orden nacional, departamental y municipal.

Para tal efecto, los colonos del Yará, al igual que las demás zonas de colonización vecinas, elaboraron agendas políticas. La afiliación de los campesinos a las JAC es un ejercicio de ciudadanía activa que les permite participar en la vida política municipal, departamental y nacional. En ese sentido, las JAC operatizan las decisiones de la Asamblea de pobladores como máximo órgano decisorio, asume la representación política y social de la comunidad veredal ante instancias de organización campesina en la microregión (Corpoyarí), subregional (Corpoamem)¹¹ y regional (Mucapoc¹²).

Gracias a la agenda social y política que las JAC de toda el Área de Manejo Especial elaboraron desde la década de los sesenta hasta la actualidad, los campesinos de los Llanos del Yará incidieron en la configuración social del territorio, la presión sobre la propiedad de la tierra, auto regulación del comportamiento de los pobladores¹³, la acción de los actores armados, etc. Sin embargo, dicha constitución del campesino del Yará como agente social estuvo signada por el conflicto social y político y el campo de fuerza que otros agentes sociales, en específico, los actores armados, procuraban ejercer sobre la comunidad.

C) aprendizajes en las acciones colectivas del movimiento campesino en la región Andina y Caribe que fueron trasladadas a las zonas de colonización (experiencia transformada) por parte de la Columna en Marcha en 1955 y por las FARC-EP desde 1984. Esta continuidad histórica del

¹¹ Corporación por la defensa y el desarrollo sostenible del AMEM.

¹² Mesa de Unidad Cívico, Agrario y Popular del Oriente Colombiano.

¹³ Dentro de estas prácticas sociales y las acciones de organización y protesta social hay un conjunto de normas, prácticas comunitarias y valores provenientes de lo popular que han sido compartidos por colonos en defensa de sus fundos, los bienes comunes construidos por la comunidad a lo largo del corte histórico en respuesta a la presencia estatal precaria y las oleadas latifundistas de ataque y privatización del territorio. Dichas prácticas sociales, acciones colectivas y economía moral popular es el resultado de una institucionalidad estatal precaria, pero no ausente, sobre todo entidades gubernamentales del orden nacional en permanente búsqueda del control territorial por la vía militar y la regulación ambiental sin legitimidad. Es por ello que los colonos perciben que el problema agrario en el Yará consiste en el histórico abandono del estado y la permanente incertidumbre jurídica con respecto a la propiedad de la tierra.

espacio de experiencia se articuló al horizonte de expectativa que trajeron al territorio las FARC-EP (programa agrario de los guerrilleros) en el marco de una larga lucha agraria del campesinado a nivel nacional (desde la década de los veinte). Dicha articulación de la experiencia y la expectativa produjo una acumulación histórica del campesinado en el Yará, entre otras cosas, su constitución como agente histórico (con agenda política propia e independiente de la insurgencia), lo que permite explicar la particular vida social en el territorio.

D) Construcción de una economía moral popular del campesinado que se comporta como proceso histórico-social (experiencia transformada). En ese sentido, se puede afirmar que los colonos no llegaron solos a los Llanos del Yará; ellos trajeron consigo una serie de prácticas sociales y saberes producto de su experiencia vivida en la región Andina, que están íntimamente ligadas a los valores comunales; entre otras, la solidaridad con los nuevos colonos que iban llegando, la participación y el compromiso como riqueza social de la vida comunitaria, en prácticas como por ejemplo la minga, y acciones colectivas de protesta social (paros campesinos) impulsados desde las Juntas de Acción Comunal.

Una parte de las normas, prácticas y acciones de lo comunal existieron antes de la presencia de las FARC-EP en la microregión porque ellas tienen profundas raíces en las costumbres de las clases subalternas; aunque también es cierto que buena parte fueron construidas o cualificadas a partir de la llegada de la guerrilla en el 2000 en el marco de la zona de distensión o despeje. Aquí lo que ocurre es que hay una continuidad histórica desde la década de los treinta en la historia de las luchas campesinas, donde las FARC-EP es un período histórico de ese proceso de acumulación histórica del espacio de experiencia del campesinado colombiano.

Consideraciones finales

En síntesis, los Llanos del Yará se constituyen en una microregión de la subregión noroccidental amazónica que colinda con la región de la Orinoquía hacia el oriente y en el norte con los Andes. Ellos son de suma importancia ecológica, social, económica y política debido a su ubicación geográfica, ya que cumple la función ecosistémica de servir de cinturón contenedor de tres ecosistemas diferentes; los Andes, los llanos orientales y la selva amazónica.

Los Llanos del Yarí son tres sabanas (El Refugio o La Macarena, La Tunia o Apaporis y Yarí) ubicadas entre los departamentos de Caquetá, Meta y Guaviare, en el que confluyeron campesinos convertidos en colonos atraídos por los auges de la economía extractiva o por la expectativa de acceder a la tierra y la paz.

Asimismo, históricamente el Yarí presenta diversas disputas por el territorio por parte de diferentes agentes sociales y entes territoriales. Por un lado, el litigio entre los departamentos del Meta (La Macarena) y Caquetá (San Vicente del Caguán), lo que ha dificultado la titulación de tierras para las comunidades y vulnerando sus derechos sociales, económicos y culturales al no haber claridad en quién es el responsable de la prestación de servicios básicos y acceso a derechos.

Sumado a lo anterior, extractivismo, violencia política y colonización son procesos históricos que están íntimamente relacionados durante el proceso de poblamiento de la microrregión debido a que los dos primeros se constituyeron en las causas estructurales de las colonizaciones. A partir de lo anterior se pueden clasificar las colonizaciones a partir de las rutas de los frentes de colonización, según el agente promotor, su relación con un auge extractivo y el contexto de violencia política que experimentaba el país. El presente estudio se enfocó en los dos últimos. Así, desde 1950 hasta el 2010 hubo cuatro procesos de colonización en la microrregión: armada (1955-1960); Yaguara II (1960); Coca (1978-2000); y durante la Zona de Despeje y la aplicación del Plan Patriota (1998-2010).

La historia de la colonización de los Llanos del Yarí evidencia una continuidad histórica en el espacio de experiencia del agente histórico: 1. Aprendizajes colectivos (experiencia transformada) producto de los avances y derrotas que el movimiento campesino sufrió durante el siglo XX; 2. Aprendizajes en las acciones colectivas del movimiento campesino en la región Andina y Caribe que fueron trasladadas a las zonas de colonización (experiencia transformada); y 3. De la economía moral popular del campesinado que se comporta como proceso social (experiencia transformada). Esta continuidad histórica del espacio de experiencia y el horizonte de expectativa en el marco de la lucha agraria produce un acumulado político del agente histórico que permite explicar la vida social en el territorio.

Finalmente, los campesinos provenientes de la región Andina arribaron a los Llanos del Yarí con una serie de experiencias de protesta social ligadas a los conflictos agrarios y a las

prácticas de resistencia. En ese sentido, el colono se constituyó en agente histórico a través prácticas sociales relacionadas con la acción colonizadora, toda vez que con ellas transformó el medio natural y parafraseando a Marx, se transformó a sí mismo. Dentro de estas prácticas sociales y las acciones de organización y protesta social hay un conjunto de normas, prácticas comunitarias y valores provenientes de lo popular que han sido compartidos por colonos en defensa de sus fundos, los bienes comunes construidos por la comunidad a lo largo del corte histórico en respuesta a la presencia estatal precaria y las oleadas latifundistas de ataque y privatización del territorio.

Referencias

- Betancourt, E. D. (1995). *Enseñanza de la historia a tres niveles. Una propuesta alternativa*. Bogotá: Magisterio.
- Betancourt, E. D. (2004). Memoria individual, memoria colectiva y memoria histórica: lo secreto y lo escondido en la narración y el recuerdo. En A. Jiménez, S. A. Ruiz, C. A. Torres, P. R. Ávila, C. A. Atehortúa, E. D. Betancourt, & G. G. Sánchez, *La práctica investigativa en Ciencias Sociales* (págs. 125-299). Bogotá: Universidad Pedagógica Nacional.
- Castaño, P., Trujillo, A. (Productores), Castaño, P., & Trujillo, A. (Dirección). (1989). *La ley del monte* [Película]. Colombia: Exhibición Theatrical Colombia.
- Corpoyarí. (19 de octubre de 2018). *Manifiesto ecológico por una justicia ambiental para la Sierra de la Macarena. Vida digna campesina, indígena y afrocolombiana, conservación del bosque y construcción de paz*. Manifiesto, La Macarena.
- Domínguez, O. C. (1975). El río Apaporis. Visión antro-po-geográfica. *Revista Colombiana de Antropología*(18), 131-181.
- Espinosa, M. N. (ene-Abr. de 2007). Política de vida y muerte. Apuntes para una gramática del sufrimiento de la guerra en la Sierra de la Macarena. *Revista de Antropología Iberoamericana*(1), 43-66 .
- Espinosa, N. (2003). Entre la justicia guerrillera y la justicia campesina. ¿Un nuevo modelo de justicia comunitaria? La Macarena Meta, estudio de caso. *Revista Colombiana de Sociología*, 117-145.
- Fajardo, M. D. (1998). Colombia. Orinoco. En *Orinoquia: colonización frontera y estructuración territorial Colombia*. Bogotá: Fondo FEN Colombia.
- González, V. M. (2012). Colonización, memoria y resistencia. construcción del territorio Yaguara II (Lanos del Yará, Colombia) desde el destierro. *Boletín de Antropología*, 27(44), 68-88.

- Hurtado, L. O. (1996). *Yaguara: del Tolima a los Llanos del Yari*. Santafé de Bogotá: Fundación Centro de Cooperación al Indígena, CECOIN.
- LeGrand, C. (1988). *colonización y protesta campesina en Colombia (1850-1950)*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia.
- Molano, A. (1987). *Selva adentro. Una historia oral de la colonización del Guaviare*. Bogotá: El áncora editores.
- Molano, A. (1989). Aproximación al proceso de colonización de la región del Ariari-Güejar-Guayabero. En M. Avellaneda, H. González, O. Arcila, A. Molano, F. Cubides, H. Acreo, . . . R. Mosquera, *La Macarena, Reserva biológica de la humanidad* (págs. 279-304). Bogotá: Universidad Nacional de Colombia.
- Molano, A. (1990). *Aguas arriba: entre la coca y el oro*. Bogotá: El Ancora Editores.
- Molano, A. (10 de febrero de 2011). Coca. (C. e. Bicicleta, Entrevistador) Bogotá. Obtenido de <https://www.youtube.com/watch?v=tEBf3eNx7Ms&t=2911s>
- Pizarro, L. E. (mayo a agosto de 1989). Los orígenes del movimiento armado comunista en Colombia (1949-1966). *Análisis Político*.
- Ramírez, W. (mayo-agosto de 1981). La guerrilla rural en Colombia: una vía hacia la colonización armada. *Estudios Rurales Latinoamericanos*, 4(2), 205.
- Ramírez, W. (2001). Colonización armada, poder local y territorialización privada. *Revista de Investigación Ibérica y Latinoamericana*, 2(7), 63-81. doi:10.1080 / 13260219.2001.10430031
- Ramírez, W. (2017). *Adiós a las armas*. Bogotá: Centro de Estudios e Investigaciones Interdisciplinarias.
- Redacción El Tiempo. (26 de septiembre de 2016). Las estrategias que marcaron el ocaso del grupo guerrillero.El Plan Colombia tecnificó a las Fuerzas Armadas, y el Plan Patrióta hizo retroceder a las Farc. *El Tiempo*. Recuperado el 26 de agosto de 2018, de <https://www.eltiempo.com/politica/proceso-de-paz/plan-colombia-y-plan-patriota-49654>
- Rincón, G. J. (2018). *La gente de La Macarena. Colonos, campesinos e institucionalidad local en la configuración social del territorio*. Bogotá: Odecofi-Cinep.
- Sastoque, E. C. (Marzo de 2011). Tabaco, quina y añil en el siglo XIX: Bonanzas efímeras. *Credencial Historia*(255). Recuperado el 14 de 06 de 2018, de <http://www.banrepcultural.org/biblioteca-virtual/credencial-historia/numero-255>
- Semanario Voz. (24 de abril de 2015). En el Meta: "Si entran las petroleras, se acaba el agua". *Semanario Voz*, pág. Agraria.
- Sierra, G. P. (2011). La fiebre del caucho en Colombia. *Credencial Historia*(262). Recuperado el 14 de 06 de 2018, de <http://www.banrepcultural.org/biblioteca-virtual/credencial-historia/numero-262>

- Thompson, E. P. (2014). *La economía moral de la multitud y otros ensayos*. Bogotá D.C.: Ediciones Desde Abajo.
- Varios. (2018). *Manifiesto ecológico por una justicia ambiental para la sierra de la macarena*. La Macarena (Meta): Inédito.
- Vásquez, T., Vargas, A., & Restrepo, J. (2011). *Una vieja guerra en un nuevo contexto. Conflicto y territorio en el sur de Colombia*. (CINEP, Ed.) Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana.

AS RELAÇÕES DE GÊNERO NO PATRIARCADO EUROCÊNTRICO E NO BOM VIVER: UMA ANÁLISE COMPARATIVA

Shirley Lori Dupont¹

Resumo: O feminismo tradicional busca o fim da dicotomia público/privado, segundo a qual, aos homens cabe o espaço público, dotado de poder, e às mulheres o doméstico, de subordinação. Para alcançar este objetivo, é necessário politizar o “pessoal”, reconhecendo e visibilizando o trabalho de cuidados realizado pelas mulheres em seus lares, em busca da igualdade econômica e da maior participação nos ambientes decisórios. Os movimentos feministas comunitários também buscam os mesmos objetivos, porém de forma diferente. As mulheres indígenas embasam suas reivindicações na criação do conceito do bom viver baseado no modo de vida ancestral, no qual o que se valoriza acima de tudo é a vida e a comunhão com a natureza.

Palavras-chave: feminismo; gênero; bom viver; cuidado; participação política.

LAS RELACIONES DE GÉNERO EN EL PATRIARCADO EUROCÉNTRICO Y EN EL BUEN VIVIR: UN ANALISIS COMPARATIVO

Resumén: El feminismo tradicional busca el fin de la dicotomía público/privado, según la cual los hombres están a cargo del espacio público, dotado de poder, y las mujeres a lo doméstico, en subordinación. Para lograr este objetivo, es necesario politizar lo “personal”, reconociendo y haciendo visible el trabajo de cuidados realizado por las mujeres en sus hogares, buscando la igualdad económica y una mayor participación en los espacios de toma de decisiones. Los movimientos feministas comunitarios también buscan los mismos objetivos, pero de manera diferente. Las mujeres indígenas orientan sus reclamos en la creación del concepto de buen vivir basado en la forma de vida ancestral, en la que lo que se valora sobre todo es la vida y la comunión con la naturaleza.

Palabras clave: feminismo; género; buen vivir; cuidado; participación política.

THE GENDER RELATIONSHIPS IN EUROCENTRIC PATRIARCHY AND IN *BUEN VIVIR*: A COMPARATIVE ANALYSIS

Abstract: Traditional feminism seeks the end of the public/private dichotomy, according to which men are in charge of the public space, endowed with power, and women, the domestic, in subordination. To achieve this goal, it is necessary to politicize the “personal”, recognizing and making visible the care work performed by women in their homes, seeking economic equality and greater participation in decision-making environments. Community feminist movements seek the same goals, but differently. Indigenous women base their claims on the creation of the concept of *buen vivir* based on the ancestral way of life, in which what is valued above all is life and communion with nature.

Key words: feminism; gender; coloniality; politics; original people.

¹ Mestranda em Integração Contemporânea da América Latina na Universidade Federal da Integração Latino-Americana. E-mail: shirleydupont2@gmail.com

Introdução

Não é possível afirmar com certeza a partir de que momento o modelo patriarcal nasceu, porém o que se pode verificar é que esta forma de sociedade se universalizou e influenciou todas as dinâmicas de gênero que existiam anteriormente, colocando as mulheres em situação de subserviência a nível global. Este fato também ocorreu nos povos originários latino-americanos quando foram colonizados. Nestes povos, apesar de preexistir uma certa hierarquização de gêneros, as relações se davam em caráter de complementariedade, sendo homens e mulheres igualmente importantes para a comunidade, apesar de possuírem atribuições diferenciadas.

Como insurgência ao modelo patriarcal, surgiram vários movimentos feministas ao longo dos séculos. Cabe aqui enfatizar que não há somente um feminismo, mas vários, cada qual centralizado em um tipo de demanda diferente. Existem, obviamente, muitas pautas em comum entre os movimentos, porém com pontos de vistas e objetivos diferentes, como são o caso do feminismo liberal e do feminismo comunitário.

Atualmente, além das pautas comuns, como as relacionadas às várias formas de violência, física ou não, contra as mulheres, também são importantes reivindicações comuns entre os feminismos a valorização do trabalho realizado dentro dos lares e a maior abertura para a participação das mulheres nos ambientes de decisão. Para as feministas clássicas estas demandas buscam alcançar a equidade de gênero no modelo capitalista, já para as decoloniais o objetivo é proporcionar um retorno ao modo de vida ancestral, em que tanto o trabalho masculino quanto o feminino eram igualmente valorizados.

O objetivo deste artigo, portanto, é proporcionar uma visão comparativa entre as demandas dos feminismos tradicional e do indígena comunitário. Para atingir o que se propõe, inicialmente será tratada brevemente a teoria feminista clássica, abordando a questão da dicotomia público/privado e das três ondas do movimento feminista. Serão utilizadas como base teórica para esta etapa autoras como Carole Pateman, Carol Hanish e Mary Wollstonecraft.

Em seguida, se tratará das relações de gênero no mundo latino-americano pré-colonial, o que se fará pela análise estudos de Aníbal Quijano, María Lugones e Rita Segato. Após feitas estas ponderações, se analisarão as principais demandas comuns a ambos movimentos, considerando as perspectivas de cada um para, por fim, realizar uma comparação entre ambos.

1. O feminismo clássico

1.1. Breve definição da dicotomia público/privado

O feminismo clássico trata do problema da dicotomia público/privado desde meados da década de 1960. Este conceito visa exaltar as diferenciações entre os gêneros no que tange aos espaços “naturalmente” destinados a cada um deles e a que tipo de trabalho e atuação homens e mulheres são designados a realizar. Em termos específicos, o espaço público e político é destinado aos homens, e às mulheres seria reservado o ambiente doméstico, de cuidado da casa e da família e sem participação decisória (Wollstonecraft, 2016, p. 189).

O que as feministas clássicas buscam é politizar o privado para exaltar sua visibilidade e importância e, conseqüentemente, incitar políticas públicas de divisão do trabalho realizado no interior dos lares entre homens, mulheres e Estado. Entre as primeiras autoras a escrever especificamente sobre este tema está Carol Hanish (1970, p. 2) que, em seu ensaio *The personal is political* (O pessoal é político), de 1970, enfatiza que os assuntos relacionados ao interior dos lares não devem ser tratados como problemas pessoais, mas como políticos, merecendo reconhecimento e atuação públicos.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, cabe citar outra autora clássica, Carole Pateman que, em 1988, quase duas décadas depois do manifesto de Hanish, publica sua obra “O contrato sexual”. Pateman, ao criticar os contratualistas como Hobbes, Locke e Rousseau, esclarece que, previamente ao contrato social houve, necessariamente, um contrato sexual, a partir do qual as mulheres foram deixadas em posição de sujeição em relação aos homens. Nas palavras da própria autora, “a diferença sexual é uma diferença política [...], é a diferença entre liberdade e sujeição” (Pateman, 1993, p. 21).

Porém, nem a própria Carole Pateman, nem outras pesquisadoras sobre o tema, como Gerda Lerner (1990, p. 6), conseguiram determinar o momento da história em que esta dominação dos homens sobre as mulheres se originou no mundo ocidental. Segundo Lerner, foi algo desenvolvido ao longo de cerca de 2.500 anos, entre 3.100 a 600 a.c., porém não se sabe dizer com certeza qual foi o fator determinante para este surgimento. Uma teoria muito aceita é a de Engels, que em seu livro “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, de 1884 (p. 132), afirma que a “derrota” das mulheres ocorreu com o advento da propriedade privada. Porém, apesar de ser muito adotada, não se tem registros históricos suficientes para corroborá-la.

Por outro lado, mesmo que fosse aceita a teoria de Engels como fato, ela não explicaria hierarquizações de gênero nos povos em que o conceito de propriedade privada não existia como é o caso dos habitantes originários da América Latina, que viviam de forma comunitária e fraternal. Mesmo nestas comunidades o status masculino era superior ao feminino, porém de forma diferente da eurocêntrica (Segato, 2016, p. 112).

Indiferentemente de qual a sua origem, o que ocorre é que o patriarcado e a dicotomia público/privado existem no mundo atual e um dos objetivos dos movimentos feministas é que ele deixe de existir. Existem dois importantes fatores decisivos para alcançar este fim: a maior participação das mulheres na política e seu desvinculamento do ambiente privado, através da valorização, visibilização e redistribuição do trabalho doméstico e de cuidados. O desenvolvimento do segundo fator está diretamente ligado ao primeiro, já que a representatividade é necessária para formular políticas públicas

Para atingir estes e outros objetivos, os movimentos feministas têm lutado ativamente há vários séculos, o que se pode observar pela análise das ondas do movimento feminista, que serão estudadas no tópico que se segue.

1.2. As três ondas do movimento feminista

As primeiras organizações feministas das quais se há registros históricos são datadas do séc. XVIII e coincidem com o surgimento da Revolução Francesa. Estas organizações fazem parte da primeira onda do movimento, que durou até as primeiras décadas do século XX e foi caracterizada como sufragista. Possuía como principais demandas a formação profissional e a educação formal, o trabalho remunerado e a representação política, através do voto. Este movimento se destinava ao interesse das mulheres brancas de classe média, já que buscava meramente uma igualdade formal. Porém, ainda assim foi de grande importância, devido ao fato de ser massivo e ter tido um impacto, ainda que formal, sobre a ordem patriarcal (Bitencourt, 2015, pp. 199-200).

Após a conquista do direito ao voto, a frequentar universidades e ingressar no mercado de trabalho, os movimentos feministas acabaram se acomodando e reduzindo sua atuação. Outro fator importante para esta passividade foi a grande proliferação de ideologias nazistas e fascistas, que pregavam um maior controle sobre as mulheres. Com o fim das guerras, as mulheres voltaram a ficar restritas ao ambiente doméstico, devido não só à necessidade de

formação do exército de reserva capitalista, mas também à imposição midiática do papel da mulher como a dona-de-casa perfeita (Bitencourt, 2015, p. 200-201).

A partir deste momento emerge a segunda onda, entre as décadas de 1960 e 1980. Objetivava principalmente o fim da dicotomia público/privado, buscando a politização do pessoal, conforme já tratado no tópico anterior. Foi neste período que surgiu o conceito de gênero e a busca pelos direitos relacionados ao corpo e ao prazer, estes últimos por influência da cultura hippie que predominava na época (Siqueira, 2015, p. 336).

A terceira onda, por sua vez, foca-se na questão da diferença não só entre os gêneros, mas entre as próprias mulheres. A partir desta onda passa-se a considerar a intersecção entre gênero/raça/classe, entre outras particularidades. É neste momento que se passa a perceber que o feminismo, que visava a equidade, na verdade também era um movimento excludente. Nas primeiras ondas as mulheres de classe média monopolizaram as demandas feministas, ignorando problemas enfrentados por mulheres de outras etnias e classes sociais. Foi neste momento que passaram a surgir várias vertentes dentro do movimento, dando vida aos feminismos das mulheres negras; lésbicas; agricultoras; indígenas; entre outras (Siqueira, 2015, p. 338).

Todas estas demandas que caracterizam as três ondas originam-se de problemas enfrentados pelas mulheres no panorama eurocêntrico burguês. Considerar a interseccionalidade coloca em cheque todo o sistema em que se vive atualmente, uma vez que a conquista da igualdade para todas estas mulheres não é possível dentro do modelo capitalista, já que este alimenta-se das vulnerabilidades para explorar pessoas em prol da acumulação (Dupont, 2017, p. 567).

Para que os diferentes feminismos possam prosperar, também é necessário contextualizá-los de acordo com a sua própria história, a qual determina a origem de sua dominação. Assim, não se deve buscar a igualdade dentro dos parâmetros europeus impostos com a colonização, mas sim a restauração à sua própria cultura e, dentro dela, estabelecer a convivência harmônica entre os gêneros. No caso dos feminismos comunitários indígenas, por exemplo, o que se deve levar como padrão é o modo de vida originário, como se verá no tópico a seguir.

2. As relações de gênero pré-coloniais

Para tratar das relações de gênero no período pré-colonial, serão analisados os pensamentos de Aníbal Quijano, María Lugones e Rita Segato, pois todos tratam do assunto de forma diferente e são importantes para compreender a dinâmica entre o público e o privado antes da invasão europeia. Aníbal Quijano é um dos mais respeitados autores que se dedicam ao tema da decolonialidade. Em seus inúmeros trabalhos ele trata principalmente da maneira em que se dão as relações de poder/dominação causadas pela colonialidade e eurocentrismo.

María Lugones e Rita Segato, também se dedicam ao tema da decolonialidade, porém sob o enfoque da influência do eurocentrismo nas relações de gênero, ou seja, da colonialidade de gênero. Há muitas outras autoras como Lorena Cabnal, Maria Galindo, Julieta Paredes e Adriana Guzmán que possuem excelentes obras a respeito destes temas, principalmente no que tange ao feminismo comunitário. Porém, analisar todas elas seria uma tarefa que não pode ser realizada em somente um artigo científico, logo, foram selecionadas apenas duas, cujas teorias têm mais relação com o assunto a ser tratado.

Isto posto, primeiramente é necessário expor o pensamento de Aníbal Quijano (2000, p. 228) a respeito da colonialidade do poder e como isso afeta as relações de gênero. Expondo muito sinteticamente a visão do autor, a colonialidade é a imposição de uma classificação étnica da população do mundo que opera em todas as dimensões materiais e subjetivas da existência cotidiana, principalmente as relacionadas ao trabalho, gênero e raça.

Segundo Quijano (2000, p. 241), a colonialidade se manifesta pelo controle sobre a subjetividade e seus produtos materiais e intersubjetivos; o trabalho e seus produtos; a natureza e seus recursos de produção; a autoridade e seus instrumentos; e o sexo, seus produtos e a reprodução da espécie. Controle este realizado sob a primazia do Estado-nação, família burguesa e racionalidade moderna.

De todos estes controles, o que interessa a este artigo é o que diz respeito ao controle do sexo, seus produtos e a reprodução da espécie. O que se objetiva é controlar o prazer e a descendência, ou seja, estabelecer padrões formal-ideais de comportamento sexual e organização familiar, que dão liberdade sexual aos homens e exigem a fidelidade das mulheres. Segundo este entendimento, o eurocentrismo restringiu drasticamente o espaço das mulheres nativas, que antes era ativo no ambiente público dos povoados, para o espaço privado e íntimo

dos lares, aonde perdem poder e são meramente destinadas à reprodução e manutenção da família, sendo dominadas pelos homens (Quijano, 2000, p. 214).

Porém, as autoras feministas decoloniais, principalmente María Lugones (2007, p. 194), criticam a visão de Quijano com relação ao gênero. Para a autora, Quijano relata a dominação do sexo, seus produtos e a reprodução da espécie de acordo com os entendimentos heterossexuais e patriarcais, tratando a intersecção de raça e gênero em termos muito amplos e “biologizados” e restritos à lógica do binarismo sexual.

À título de esclarecimento, o temo binarismo sexual refere-se à necessidade de obrigatoriamente dividir os seres humanos em dois sexos opostos, o masculino e o feminino. De acordo com o entendimento da autora citada, esta divisão nada tem de biológica e natural, mas é socialmente construída para manter o padrão de vida patriarcal e heterossexual que ainda impera atualmente. Para exemplificar este entendimento, pode-se citar sociedades que aceitam a intersexualidade, como os povos Zapotecas e Oxaca, nos quais existe um status de “terceiro gênero”, conhecido como *muxes* (Lugones, 2007, p. 194).

Neste sentido, María Lugones (2007, p. 196) entende que sequer existia um conceito de gênero no período pré-colonial, ou seja, a própria concepção de separação entre sexos foi imposta pelo colonialismo. Para corroborar seu entendimento, ela cita vários casos, como tribos nativos-americanas matriarcais e suas divindades femininas; os Yorubá, povo nativo da África, em que não haveria distinção de gêneros; o reconhecimento de um terceiro gênero em vários povos, bem como a homossexualidade não só aceita, mas vista como algo positivo em muitas comunidades.

Porém, a autora Rita Segato (2016, p. 112) contesta a inexistência de gêneros no período pré-colonial. A autora utiliza seu próprio estudo sobre os Yorubá para fundamentar sua crítica, afirmando que os resultados que obteve foram diferentes e contrários aos expostos no artigo de Lugones.

Não se deve deixar de enfatizar, no entanto, que María Lugones contribui imensamente para entender as relações de gênero no continente antes da invasão europeia. Porém, aparentemente muitos de seus conceitos são mais idealizados do que realmente comprovados. Por este motivo, parece mais plausível o entendimento de Rita Segato (2016, p. 112) que, contrariando Lugones, afirma que não existe e nunca existiu qualquer civilização sem hierarquização de gênero.

Segundo Segato (2016, p. 92), a derrota e o disciplinamento das mulheres é o molde para todas as outras formas de dominação e se encontra nos mitos fundacionais de todos os povos. Em outras palavras, a colonialidade do poder, que Quijano concentra na dominação raça, na verdade prescinde necessariamente de uma prévia dominação de gênero. Assim, uma vez tendo a raça também se tornado um fator de submissão, ela se agrega ao gênero, aumentando assim a sujeição daqueles que já estavam em posição de inferioridade em razão de seu sexo.

É em razão desta dupla submissão que se deve considerar a questão da interseccionalidade: as mulheres, que já eram hierarquicamente inferiores pelo simples fato de ser mulheres, passam a ser duplamente subjugadas quando a colonização traz consigo a separação entre raça superior e inferior.

Seguindo este raciocínio, antes da imposição étnica/racial trazida pelos europeus, existia sim uma certa superioridade dos homens sobre as mulheres e uma clara divisão sexual do trabalho, porém, diferente do modelo eurocêntrico, o trabalho das mulheres não era considerado inferior e íntimo, mas era tão importante quanto o trabalho dos homens. A união dos esforços de ambos gerava uma complementariedade que permitia a reprodução e proliferação da comunidade. A este entendimento a autora deu o nome de “patriarcado de baixa intensidade”, que seria a contrapartida ao patriarcado tradicional eurocêntrico predominante na realidade atual, por ela chamado de “patriarcado de alta intensidade” (Segato, 2016, p. 112).

Outro fator a ser levado em consideração na análise das relações de gênero no período pré-colonial é a participação das mulheres na política. Tanto Lugones (2007, p. 200) quanto Segato (2016, p. 117) concordam que neste período as mulheres eram ouvidas e suas opiniões eram levadas em consideração na tomada das decisões importantes para suas comunidades. A atuação das mulheres na política, apesar de nem sempre se dar de forma direta, era constante.

Para corroborar esta afirmação, pode-se citar como exemplo vários povos amazônicos e chaqueños em que, apesar de não estarem presentes diretamente nos ambientes políticos, a opinião das mulheres era indispensável. Nestas comunidades, após as reuniões, os homens eram obrigados a consultar suas mulheres no ambiente doméstico, para somente no dia seguinte serem tomadas as decisões definitivas. A ausência desta consulta implicava penas gravíssimas aos homens (Segato, 2016, p. 117).

Mais uma vez a influência europeia alterou para pior o modo de vida indígena, pois despolitizou o gênero e excluiu as mulheres indígenas das decisões, conforme afirmam Julieta

Paredes e Adriana Guzmán (2014, p. 71): “la despolitización del género se realizó por las necesidades económico políticas del patriarcado neoliberal. [...] los cuerpos nacen diferentes pero iguales y libres, la relación de género [occidental] los encarcela y privilegia al cuerpo del hombre”.

3. Feminismo no eurocentrismo e no bom viver

A principal questão a ser levada em consideração quando da análise da diferença entre o feminismo eurocêntrico e o indígena é a questão da dupla submissão. Não se trata de deslegitimar a luta das mulheres de classe média, já que estas são sim subjugadas por seu gênero, mas refere-se ao fato de que as mulheres indígenas sofrem o peso não só do gênero, mas também da etnia, o que as deixa em patamar inferior ao das mulheres de origem europeia.

A necessidade de formular um feminismo comunitário deve-se também ao fato de que muitas vezes no interior dos próprios movimentos indígenas existe o entendimento de que o feminismo é algo relacionado à modernidade e ao eurocentrismo e contrário ao modo de vida originário. Por isso mostrou-se necessário criar um movimento próprio, que buscasse um espaço de luta para as mulheres fora dos ideais da modernidade. Nas palavras de Ströbele-Gregor (2012, p. 76):

Las mujeres del Sur – y con ello también las mujeres indígenas – postularon un acceso a identidades femeninas que tuviera en cuenta la diversidad cultural y social, las jerarquías sociales, la exclusión, el racismo, el sexismo y la discriminación, y que incluyera múltiples formas de desigualdad y sus interconexiones contextuales. Sin expresarlo así, con ello seguían un enfoque teórico que hizo carrera científica como interseccionalidad.

Intelectuais do tema do bom viver têm impulsionado uma reflexão sobre as práticas culturais originárias, que antes eram feitas porque “a vida era assim”, para uma visão sistemática e filosófica delas. A reconstrução da cultura através do bom viver ainda está passando por um processo de negociação a respeito de sua definição, porém, há interesses patriarcais no interior dos coletivos identitários que criam fundamentalismos culturais que veem em qualquer tentativa de transformação das práticas que afetam as vidas femininas como uma ameaça a toda a identidade coletiva do grupo. Deve-se levar em consideração, no entanto, que várias práticas consideradas tradicionais e que causam violência de gênero são modificações causadas pelos contextos coloniais e em nada alterariam a identidade do grupo se desaparecerem (Castillo, 2017, pp. 32-33).

Deve-se esclarecer que não se trata aqui de culpar o homem indígena, pois esta reprodução do padrão europeu dentro da comunidade não foi algo espontâneo. Os colonizadores cooptavam as lideranças indígenas e as doutrinavam de acordo com o modo de vida ocidental para que, ao retornarem às suas comunidades, reproduzissem este comportamento. Esta reprodução se deu ao longo das gerações e enraizou-se de tal forma que em muitos casos se torna difícil distinguir com convicção o que faz parte da cultura originária e o que foi implantado depois. A este encontro entre o patriarcado de baixa intensidade e o de alta intensidade, Julieta Paredes (2010, p. 71), denominou de “entronque de patriarcados”.

Desta forma, as mulheres indígenas têm duas tarefas: primeiramente convencer os homens indígenas que suas demandas não vão de encontro com as lutas de seus povos e, em seguida, lutar para inseri-las no modelo eurocentrista discriminador, sem se submeter aos padrões impostos por este ambiente e mantendo sua essência cultural.

Entre as principais pautas que feminismos têm em comum estão a maior abertura para a participação das mulheres na política e a questão da valorização do trabalho doméstico e de cuidados. A participação das mulheres na política é uma pauta que se liga diretamente à dos cuidados, já que a representatividade é crucial para a formulação de políticas públicas direcionadas a grupos específicos. Por este motivo, esta demanda é considerada de grande importância para todos os movimentos feministas.

Para tratar destes temas, se utilizarão como exemplo a Bolívia, o Equador e o Uruguai. De acordo com o World Gender Gap Report de 2019, o Brasil ocupa a 104ª posição no ranking de empoderamento político feminino, já que somente 15% das cadeiras do Congresso são ocupadas por mulheres. Já no caso dos países utilizados como exemplo, o Uruguai ocupa a 42ª posição no ranking, enquanto a Bolívia e o Equador ocupam a 27ª e a 48ª posições.

A representatividade é crucial para a luta feminista, seja qual for sua vertente e objetivos. Porém, de nada adianta ocupar uma considerável quantidade de cadeiras no Congresso, se as mulheres que lá estiverem se dedicarem somente a causas universais, que não levem em consideração a interseccionalidade. Por isso é importante não somente a representatividade de gênero, mas também a combinação de gênero e etnia, orientação sexual, classe social, raça, entre outras.

No caso indígena, a representatividade no ambiente político pode ser considerado algo paradoxal, pois infere uma necessária inserção no modelo ocidental de organização social.

Porém, esta inserção no modelo hegemônico é necessária justamente para mudar esta realidade e permitir a coexistência de vários modos de vida.

Considerado como país exemplar em participação política feminina, a Bolívia possui 30% das cadeiras da Assembleia Legislativa ocupada por mulheres, de acordo com dados de 2010. No processo de criação do bom viver as mulheres indígenas têm lutado para ocupar espaços decisórios importantes. Mesmo que lentamente, as participações têm aumentado, desde o nível municipal até o nacional e mesmo o internacional. Podem-se citar como exemplo as líderes Remedios Loza, que foi candidata à presidência da república em 1997; Casimira Rodríguez, que chegou ao cargo de ministra da justiça; e Isabel Ortega, que foi presidenta do Parlamento Indígena da América (PIA), entre muitas outras (Arnez, 2008, p. 87).

Como já foi citado, o trabalho de cuidados está entre uma das pautas mais importantes destes movimentos. Este trabalho, no entanto, possui um conceito muito amplo. Em seu sentido ocidental, tem como seu principal objetivo facilitar a disponibilidade laboral dos homens adultos e proporcionar o bem-estar dos membros da família em geral. Desta forma, abrange não só o que é mais evidente, como a preparação de alimentos, a limpeza e a atenção destinada a outras pessoas, dependentes ou não, mas envolve a própria administração familiar. Também não se pode deixar de mencionar o grande aspecto social e étnico que o conceito possui, já que as mulheres que mais o realizam são as mulheres negras, pardas e pobres (Torns, 2008, p 58.).

Já no modo de vida originário os cuidados são mais valorizados, pois fazem parte da reciprocidade, no eterno laço do homem com a natureza, a *pacha mama*. Por este motivo, no processo de formulação do bom viver, se dá importância a esta pauta, já que, assim como tudo na natureza, relaciona-se com a geração e manutenção da vida (Carosio, 2014, p. 28).

No ambiente capitalista, o objetivo da visibilização dos cuidados é pressionar o Estado a assumir sua responsabilidade neste trabalho. Para tanto, são necessárias leis específicas para a criação de políticas públicas que redirecionem a tarefa de cuidar para todos aqueles que dela prescindem: homens, mulheres, Estado e empresas privadas. Já para a formulação do bom viver, o objetivo é o retorno à complementariedade entre os gêneros que existia previamente à colonização, para que o trabalho realizado pelas mulheres não seja considerado inferior ao realizado pelos homens (Ozerin, 2017, p. 932).

Em alguns países latino-americanos já existem várias iniciativas relacionadas à esta problemática, como é o caso do Uruguai, que possui todo um sistema direcionado à

redistribuição dos cuidados. Também podem ser citados como exemplos o Equador e a Bolívia, que lograram êxito em incluir estas demandas nas novas constituições.

Os movimentos indígenas foram fundamentais no surgimento dos novos constitucionalismos latino-americanos, encabeçados pela Bolívia e Equador. Estas constituições são resultado de deliberações envolvendo vários setores da sociedade e tiveram a difícil tarefa de incorporar em seus textos tanto ideais ocidentais quanto do modo de vida ancestral do bom viver (Ozerin, 2017, p. 932).

Considerando que uma das principais reivindicações do movimento feminista comunitário sempre foi satisfazer as necessidades da reprodução familiar (Arnez, 2008, p. 87), a inclusão da pauta dos cuidados no texto constitucional juntamente com os preceitos de formulação do bom viver pode ser considerada resultado desta luta. Neste sentido, seguem as palavras de Iratxe Perea Ozerin (2017, p. 932):

La participación de mujeres y grupos feministas en las constituyentes ha supuesto en ambos estados, [Bolívia y Ecuador], la inclusión de la teoría y la práctica feminista a nivel constitucional. La incorporación en ambas constituciones de la propuesta del *Sumak Kawsay* o Buen Vivir, asociada a la cosmovisión indígena, supone una orientación política hacia el desarrollo de una economía del cuidado, basada en principios de reciprocidad, cooperación y solidaridad. Esta visión se nutre no poco de las reflexiones provenientes del feminismo. Este reconocimiento también ha visibilizado a las mujeres indígenas como sujetos políticos y se han dado aportes relevantes en el ámbito teórico y en cuanto a la articulación de movimientos de mujeres indígenas.

No caso da Bolívia, o tema dos cuidados está presente no art. 338, que afirma: “el Estado reconoce el valor económico del trabajo del hogar como fuente de riqueza y deberá cuantificarse en las cuentas públicas” (Constitución Política del Estado (CPE), 2009, p. 90). Já com relação à Constituição do Equador, há várias disposições especificamente afirmando a responsabilidade conjunta entre homens e mulheres. Isto se dá pelo fato de que esta constituição proclama uma economia social e solidária, harmonizando o Estado, o mercado e o meio ambiente, colocando o ser humano no centro de todas as atividades, sejam elas econômicas ou não (Paz & Pazmiño, 2008, p. 43).

Já no caso do Uruguai, o país possui um forte legado histórico em matéria de proteção social e hoje tem o cuidado como centro de sua agenda pública social. Vários atores jogaram um papel chave na criação deste Sistema, como a academia, as organizações de mulheres, o Instituto Nacional das Mulheres e a cooperação internacional. Em 2010, o Poder executivo criou um grupo de trabalho no âmbito do Gabinete Social para coordenar o desenho do Sistema Nacional de Cuidados (Aguirre, Batthyány, Genta & Perrotta, 2014, p. 44).

O Sistema é atualmente formado por vários ministérios e ONGs, como o Ministério de desenvolvimento social, de saúde pública, de trabalho e segurança social, secretaria de planejamento, banco de provisão social, ministério da educação e cultura, administração dos serviços de saúde do estado, instituto da criança e do adolescente do Uruguai, instituto nacional de estatísticas e ministério da economia e de finanças (Sistema de Cuidados, 2018).

No caso do Uruguai, no entanto, as conquistas não tiveram participação dos movimentos indígenas, já que o Uruguai é um país preponderantemente branco, com somente 5% de sua população autodeclarada de descendência indígena (Instituto Nacional de Estadística, 2011). Embora estas políticas sociais sejam de cunho progressista e resultantes de um governo de esquerda (ou centro-esquerda), não são direcionadas a um modo de vida comunitário, como são as previsões constitucionais plurinacionais da Bolívia e do Equador.

A grande diferença entre os objetivos buscados pelo feminismo tradicional e o comunitário é o reconhecimento e legitimação da diferença. Deve ser buscada não somente uma multi ou pluriculturalidade, mas sim a verdadeira interculturalidade. Enquanto os dois primeiros conceitos tratam somente da caracterização e reconhecimento da existência de múltiplas culturas em determinado local, buscando o reconhecimento, a tolerância e o respeito entre elas, a interculturalidade vai muito além disso. A interculturalidade defende a construção de novas formas de sociedade, em que não haja um padrão monocultural hegemônico predominante e cada povo possa construir sua sociedade de acordo com sua cultura (Walsh, 2009, p. 76).

Assim, de acordo com o que foi apresentado, apesar de existirem várias pautas em comum entre os feminismos, os objetivos não são iguais e nem poderiam, já que os movimentos de mulheres indígenas não pretendem viver da forma ocidental e, por este motivo, ensejam políticas diferenciadas. De nada serve incluir nas constituições plurinacionais ideais como o já citado reconhecimento do trabalho de cuidados, se este será realizado de acordo com os padrões monoculturais predominantes e não levar em consideração o modo de vida o qual os povos originários pretendem resgatar. Cabe, assim, colocar em prática os ideais interculturais buscados pela formulação do bom viver, para que todos os povos possam conviver sem sacrificar seus costumes

Considerações finais

O feminismo tradicional é baseado na superação da dicotomia público/privado que separa os espaços dos homens e das mulheres na sociedade, as deixando em uma posição de inferioridade. Demanda a valorização dos cuidados e afazeres domésticos realizados no interior dos lares e a maior participação das mulheres em ambientes políticos, entre várias outras demandas.

As feministas comunitárias, por sua vez possuem várias demandas que se assemelham às tradicionais, porém de formas diferentes, já que, não são inferiorizadas somente pela sua posição como mulher, mas também pela sua etnia. Por esta razão se faz necessário analisar suas demandas levando em consideração a interseccionalidade.

As relações de gênero no mundo ocidental são reflexo do patriarcado originado de uma evolução, à qual ainda não foi possível determinar a origem precisa no tempo e no espaço. Já no ambiente latino-americano, é possível determinar o momento específico em que houve a alteração nesta relação entre os sexos, que foi o início da colonização europeia.

Antes, as mulheres indígenas possuíam status importantes no interior de seus povos. Apesar de haver uma hierarquização de gênero e divisão sexual do trabalho, estas se davam em caráter de complementaridade, ou seja, tanto o trabalho do homem quanto o trabalho da mulher eram valorizados e as mulheres tinham participação nos ambientes políticos.

Após a colonização, o mesmo modelo europeu passou a aqui imperar, reduzindo o status das mulheres indígenas a um não só inferior aos homens, mas às outras mulheres europeias também. Com crescimento dos movimentos feministas tradicionais, passou-se a demandar a equidade de gênero por meio da valorização dos cuidados e maior participação política. Porém, o que as mulheres ocidentais passaram a querer era o que as indígenas já possuíam no período pré-colonial.

Como os movimentos tradicionais traduziam as demandas das mulheres burguesas ocidentais, passaram-se a formar outros tipos de movimentos, para abarcar os interesses de outras mulheres, que não se encaixavam neste perfil. Um destes movimentos foi o feminismo comunitário. Apesar de possuir demandas em comum com os coletivos de mulheres tradicionais, as perspectivas e os objetivos não são os mesmos.

As feministas clássicas buscam a igualdade no modo de vida capitalista eurocêntrico, porém este modelo não permite a igualdade, mas se alimenta das diferenças e inferioridades. Já

as feministas comunitárias buscam a complementariedade acordo com os preceitos ancestrais do bom viver, que pregam a vida em comunhão com a natureza.

Para que possa haver a convivência entre os diferentes modos de vida, é necessário implantar a interculturalidade buscada pelos ideais do bom viver, permitindo que os povos pré-coloniais possam buscar o retorno ao seu modo de vida originário sem a interferência hegemônica ocidental. A luta das mulheres indígenas se faz crucial na busca por este objetivo, já que a submissão feminina através da dominação do sexo trazida pelos ideais europeus traduziu-se em uma das mais importantes rupturas com os ideais indígenas ancestrais de convivência harmônica e complementar.

Referências bibliográficas

Aguirre, R., Batthyány, N., Genta, N. & Perrotta, V. (2014, setembro). Los cuidados em la agenda de investigación y en las políticas públicas em Uruguay. *Íconos Revista de Ciência Sociales*. 50, pp. 43-60. Recuperado em 28 janeiro, 2020, de <https://revistas.flacsoandes.edu.ec/iconos/article/view/1427>

Arnez, O. (2008). Participación Política y Liderazgo de las Mujeres Indígenas en América Latina Estudio de caso: Bolivia. *Programa de las naciones unidas para el desarrollo*. Recuperado em 10 dezembro, 2019, de https://www.ciudadaniabolivia.org/sites/default/files/archivos_articulos/2008%20Participacion%20politica%20y%20liderazgo%20de%20muj%20en%20AL.pdf.

Bitencourt, N. (2015, janeiro/junho). As “ondas” dos movimentos feministas e o eurocentrismo da história. *Insurgência*, pp. 198-210. Recuperado em 17 dezembro, 2019, de <https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/18804/17482>.

Carosio, A. (2014). La lógica del cuidado como base del “buen vivir”. In: Girón, A. (coord.), *Del “vivir bien” al “buen vivir”, entre la economía feminista, la filantropía y la migración: hasta la búsqueda de alternativas*. México: Coleção de livros da Revista Problemas del Desarrollo. Recuperado em 14 dezembro, 2019, de http://ru.iiec.unam.mx/2706/3/02_Corsio.pdf.

Castillo, R. (2017). Confrontando la utopia desarrollista: el buen vivir y la comunalidad en las luchas de las mujeres indígenas. In: Varela, S. & Zaragocin, S. *Femenismo y buen vivir: utopias decoloniales*. Cuenca: Pydlos. Recuperado em 27 janeiro, 2020, de [http://dSPACE.ucuenca.edu.ec/bitstream/123456789/27831/1/feminismo%20y%20buen%20vivir%20pdf%20PARA%20IMPRESION%20\(1\).pdf](http://dSPACE.ucuenca.edu.ec/bitstream/123456789/27831/1/feminismo%20y%20buen%20vivir%20pdf%20PARA%20IMPRESION%20(1).pdf).

Constitución Política del Estado (CPE) (2009). Assembleia Nacional Constituinte, La Paz, Bolívia, 7 de fevereiro de 2009.

Dupont, S. (2017). O espaço das mulheres: a exploração e precarização na nova divisão sexual do trabalho. *Congresso Internacioanl humanidades nas Fronteiras: Imaginários e culturas latino-americanas*. Recuperado em 28 janeiro, 2020, de

https://dspace.unila.edu.br/bitstream/handle/123456789/3577/Artigos%20Humanidades_%20563-575.pdf?sequence=1&isAllowed=y.

Engels, F. (1984). *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira.

Hanish, C. (1970). *The personal is political. Notes from the second year: women's liberation*. Recuperado em 03 dezembro, 2019, de <https://webhome.cs.uvic.ca/~mserra/AttachedFiles/PersonalPolitical.pdf>

Instituto Nacional de Estadística (INE), (2011). *Censos 2011*. Montevideu. Recuperado em 28 janeiro, 2020, de, <http://www.ine.gub.uy/censos-2011>.

Lerner, G. (1990). *La creación del patriarcado*. Barcelona: Editorial Crítica.

Lugones, M. (2007) *Heterosexualism and the colonial/modern gender system. Hypatia*, 22 (1), 186-209.

Ozerin, I. (2017, maio). *Acción colectiva de las mujeres y procesos emancipadores em América Latina y el Caribe. Uma aproximación desde los casos de Cuba, Bolivia y Ecuador. Foro internacional*. 58 (4). Recuperado em 06 dezembro, 2019, de <https://www.redalyc.org/jatsRepo/599/59953243004/html/index.html#fn55>.

Paz, J. & Pazmiño, M. (2008). *El proceso constituyente desde una perspectiva histórica*. In.: Borja, R. (ed.). *Análisis nueva constitución*. Quito: La tendencia, 2008. Recuperado em 25 novembro, 2019, de <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/quito/05700.pdf>.

Paredes, J. (2010). *Hilando Fino. Desde feminismo comunitario*. La Paz: Comunidad mujeres creando comunidad.

Paredes, J.; Guzmán, A. (2014). *¿Qué es el feminismo comunitario? La Paz: Comunidad mujeres creando comunidad*.

Pateman, C. (1993). *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

Quijano, A. (2000). *Colonialidad del poder, eurocentrismo y America Latina*. In.: *Colonialidade del saber, eurocentrismo y ciencias sociales*. Buenos Aires: CLACSO-UNESCO. Recuperado em 04 novembro, 2019, de <http://www.decolonialtranslation.com/espanol/quijano-colonialidad-del-poder.pdf>.

Segato, R. (2016). *La guerra contra las mujeres*. Madrid: Traficantes de sueños. Recuperado em 27 novembro, 2019, de https://www.traficantes.net/sites/default/files/pdfs/map45_segato_web.pdf.

Siqueira, C. (2015). *As três ondas do movimento feminista e suas repercussões no direito brasileiro. XXIV Congresso Nacional do CONPEDI*. Recuperado em 17 dezembro, 2019, de <https://pt.scribd.com/document/326849926/AS-TRES-ONDAS-DO-MOVIMENTO-FEMINISTA-rever-pdf>.

Sistema de Cuidados (2018). *Creación del Sistema de Cuidados*. Montevideu. Sistema de Cuidados. Recuperado em 28 janeiro, 2020, de <http://www.sistemadecuidados.gub.uy/75658/creacion-del-sistema-de-cuidados>.

Ströbele-Gregor, J. (2013). Mujeres indígenas en movimiento: conquistando ciudadanía con enfoque de género. In. Ströbele-Gregor, J. Wollrad, D. (ed.). *Espacios de género*. Buenos Aires: Nueva Sociedad.

Torns, T. El trabajo y el cuidado: cuestiones teóricometodológicas desde la perspectiva de género (2008, janeiro/junho). *EMPIRIA. Revista de Metodología de las Ciencias Sociales*, 15, pp. 53-73. Recuperado em 23 novembro 2019, de <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=297124045003>.

Walsh, C. (2009). Interculturalidad, Estado, sociedad. Luchas (de)coloniales de nuestra época. Quito: Abya Yala. Recuperado em 28 janeiro, 2020 de https://www.academia.edu/26562561/INTERCULTURALIDAD_ESTADO_SOCIEDAD_LUCHAS_DE_COLONIALES_DE_NUESTRA_%C3%89POCA.

Wollstonecraft, M. (2016). Reivindicação dos direitos da mulher: edição comentada do clássico feminista. São Paulo: Boitempo, 2016. Recuperado em 03 dezembro, 2019, de https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4545865/mod_resource/content/1/Reivindica%C3%A7%C3%A3o%20dos%20direitos%20da%20mulher%20%20Mary%20Wollstonecraft.pdf.

World Economic Forum. The global gender gap (2019). Recuperado em 25 janeiro, 2020, de 2019, de http://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2020.pdf.

REFUGIADOS VENEZUELANOS E OS DESAFIOS ENFRENTADOS NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO À SOCIEDADE BRASILEIRA

Thiago Augusto Lima Alves¹

Resumo: Esta pesquisa tem como tema os refugiados e a legislação específica de proteção a eles com enfoque no caso dos venezuelanos que chegam ao Brasil. O instituto do refúgio surgiu na década de 1920, no âmbito da Liga das Nações, que estava preocupada com o alto número de pessoas que fugiam da recém-criada União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. No decorrer do século XX, houve a internacionalização dos direitos inerentes aos seres humanos e, conseqüentemente, uma nova reflexão sobre o tema dos refugiados, o que originou acordos internacionais com destaque nessas pessoas. O Brasil, depois de 1950, participou da aprovação dos acordos sobre esse tema, dos quais se originou o Estatuto do Estrangeiro (1980) – que adotava uma posição de trato ao estrangeiro como assunto de segurança nacional – e, posteriormente, uma legislação específica, a Lei nº 9.474/97. Em 2017, foi sancionada a Lei nº 13.445/17 (Lei de Migração), cujo propósito é efetivar os direitos humanos das pessoas que chegam ao Brasil. O objetivo geral do trabalho é analisar o processo de integração dos refugiados venezuelanos à sociedade brasileira, frente à crise migratória que está sendo vivida atualmente e investigar, à luz da legislação nacional e dos tratados internacionais ratificados pelo país, se os dispositivos trazidos pela lei estão sendo efetivados. No que diz respeito à metodologia, a abordagem é dedutiva; o procedimento metodológico é histórico-comparativo e a técnica de pesquisa é bibliográfica e documental.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Refugiados; Venezuelanos; Integração; Políticas Públicas.

REFUGIADOS VENEZOLANOS Y LOS DESAFÍOS ENFRENTADOS EN EL PROCESO DE INTEGRACIÓN A LA SOCIEDAD BRASILEÑA

Resumen: Esta investigación tienen como tema los refugiados y la legislación específica que los protege, enfocados en el caso de los venezolanos que llegan a Brasil. El instituto de refugiados surgió en la década de 1920, en el ámbito de la Liga de las Naciones, que estaba preocupada con el alto número de personas que huían de la recién creada Unión de las Repúblicas Socialistas Soviéticas. En el transcurso del siglo, existió la internacionalización de los derechos inherentes a los seres humanos y, conseqüentemente, una nueva reflexión sobre el tema de los refugiados, que originó acuerdos internacionales con destaque en esas personas. Brasil, después de 1950, participó de la aprobación de los acuerdos sobre el tema, del cual se originó el Estatuto del Extranjero (1980) – que adopta una posición de trato al extranjero como asunto de seguridad nacional – y, posteriormente, una legislación específica, la Ley nº 9.474/97. En 2017, fue sancionada la ley nº 13.445/17 (ley de Migración), cuyo propósito es efectivizar los derechos humanos de las personas que llegan a Brasil. El objetivo general del trabajo es analizar el proceso de integración de los refugiados venezolanos a la sociedad brasileña, frente a la crisis migratoria que está siendo vivida actualmente e investigar, a la luz de la legislación nacional y de los tratados internacionales ratificados por el país, si los dispositivos traídos por la ley están siendo efectivizados. Con respecto a la metodología, el abordaje es deductivo; el procedimiento metodológico es histórico – comparativo y la técnica de investigación es bibliográfico documental.

Palabras Clave: Derechos Humanos; Refugiados; Venezolanos; Integración; Políticas Públicas.

VENEZUELAN REFUGEES AND THE CHALLENGES FACED IN THE PROCESS OF INTEGRATION TO BRAZILIAN SOCIETY

Abstract: This research aims at investigating the issue concerning the refugees and the specific protection law focused on the case of the Venezuelan citizens who arrive in Brazil. The Refugee Act emerged in the 1920s, in the scope of the League of Nations, due to the high number of people who were escaping from the recently created Union of Soviet Socialist Republics (USSR). Throughout the twentieth century, the internationalization of human rights has emerged and, consequently, new reflections on the refugees issue, which originated international agreements focused on these groups. After 1950, Brazil started participating in the approval of the agreements on this theme, which originated the Refugee Act (1980). It addressed the refugees matter as a

¹ Graduado em Direito pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Mestrando em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (PPGRI/UNILA). E-mail: thiagolimaalves.adv@gmail.com

national safety issue – and, afterwards, a specific legislation, Law no. 9.474.97, has been created. In 2017, Law no. 13.445/17 (Migration Law), whose purpose is assure the human rights of the refugees who arrive in Brazil, was sanctioned. The general goal of this work is to analyze the integration process of Venezuelan refugees to Brazilian society, in the context of the migration crisis which is taking place nowadays, and investigate, in light of the national legislation and the international treaties ratified by the country, if the provisions disposed in the law are being put into force. As to what concerns methodology, the approach is deductive; the methodological procedure is comparative-historical and the research technique is bibliographic and documentary.

Keywords: Human Rights; Refugees; Venezuelans; Integration; Public Policies.

Introdução

O deslocamento humano sempre ocorreu na história da sociedade. O migrante pode ser definido como toda pessoa que se transfere de seu lugar habitual para outro. Esse deslocamento acontece quando não é mais possível viver em seu lugar de origem e existe a necessidade de procurar um espaço seguro para viver. Os motivos podem ser variados e, quando a migração é forçada, causada por motivo de perseguição em razão da nacionalidade ou “raça”², por exemplo, temos a figura do refugiado³, que será estudada no decorrer deste trabalho.

É notório o fato de pessoas no mundo inteiro deixarem seus países de origem para buscarem em outros uma forma de viver mais dignamente. Guerras, desastres naturais ou questões políticas são algumas razões para os deslocamentos dessas pessoas que, ao chegarem ao país de destino, são submetidas aos impactos de estarem sob o comando de governos diferentes dos seus. Os primeiros problemas relacionados ao tema surgiram durante a Primeira Guerra Mundial; no entanto, foi no período da Segunda Guerra Mundial que a questão ficou mais grave, quando os emigrados se espalharam pelo mundo ao almejam a oportunidade de poder viver melhor.

² O termo *raça* neste trabalho é utilizado com base na discussão histórica sobre o tema referente à complexidade do conceito, o qual revela a contradição entre o senso comum/cotidiano e a sua suposta base “científica”. Não é possível a divisão de seres humanos em raças biologicamente distintas, o que constitui uma compreensão simplista, orientada, por exemplo, por características fenotípicas. Quando, no final do século XVII e no início do século XIX, surgiram as teorias científicas sobre raça, estas foram usadas para justificar a nova ordem social, ao passo que a Inglaterra e outras nações europeias, predominantemente compostas por pessoas brancas, tornavam-se potências imperiais que conquistavam territórios e dominavam populações. A suposta “ciência racial” entra em descrédito após a Segunda Guerra Mundial, mas o conceito de raça ainda permanece em uso acadêmico. Há quem considere que o argumento da distinção de raça perpetue a visão comum (equivocada) em meios acadêmicos. Outras perspectivas consideram que o conceito ainda possui significado para muitas pessoas, portanto, revelando-se pertinente para a análise em termos sociológicos. Sendo raça um conceito vital que fomenta o debate, como tal deve ser tratado, utilizando-se as aspas para situar a abordagem da discussão (GIDDENS, 2012). Assim, neste estudo, o termo *raça* será aspeado para sinalizar ao leitor a perspectiva da análise.

³ Todo refugiado é um migrante, mas nem todo migrante é um refugiado.

No Brasil, atualmente, o tema dos refugiados⁴ reaparece, uma vez que o país tem recebido muitos refugiados venezuelanos em decorrência da crise humanitária vivida nesse país. É assim que se evidencia a importância do Direito Internacional e das Relações Internacionais⁵ para entender como o cotidiano regula as relações interpessoais, as relações dos Estados entre si e dos Estados com as Organizações Internacionais.

O Direito Internacional dos Refugiados, vertente do Direito Internacional da Pessoa Humana⁶, tem finalidade de assegurar proteção à pessoa vítima de perseguição à sua vida ou à sua liberdade. Diante de violações, essas pessoas não podem contar com a proteção de seus países e são obrigadas a fugir e se refugiar em países que garantam, no mínimo, o básico a que todo ser humano tem direito.

O amparo aos estrangeiros importunados foi se expandindo gradativamente, pois, durante anos, recusou-se a aceitar que o problema dos refugiados era algo duradouro. Tal problema era visto como algo efêmero e por vezes sem importância. Assim, observou-se a necessidade de positivar as regras inerentes aos refugiados, objetivando-se conseguir um instituto mais eficaz e satisfatório na proteção dessas pessoas em esfera global.

O instituto do refúgio nasceu na década de 1920, no âmbito da Liga das Nações, que estava preocupada com a elevada quantidade de pessoas que fugiam da recém-criada União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Durante algumas décadas, o instituto foi tutelando grupos diversos e ampliando sua atuação. Depois desse esperado processo de desenvolvimento do sistema de proteção dos refugiados, encontra-se hoje um complexo conjunto de normas positivadas que tem como principal diploma o Estatuto dos Refugiados. Este, devidamente ratificado pelo Brasil, fora atualizado com o Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados de 1967, que ampliou o conceito de refugiado, superando-se as limitações geográficas e temporais que existiam na Convenção das Nações Unidas relativas ao Estatuto dos Refugiados de 1951.

⁴ Por uma questão de organização, cabe explicar que as pessoas que chegam ao Brasil são imigrantes. Quando essas pessoas fazem a solicitação do *status* de refugiado junto à Polícia Federal e obtém uma decisão positiva do CONARE é que são, de fato, refugiadas.

⁵ Designa o campo acadêmico fundado em 1919, quando foi criada a sua primeira cadeira acadêmica (SARFATI, 2005).

⁶ O Direito Internacional da Pessoa Humana é constituído pelo Direito Internacional dos Direitos Humanos, pelo Direito Internacional Humanitário e pelo Direito Internacional dos Refugiados.

Os diplomas são fiscalizados, interpretados e aplicados pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR⁷), criado pela Organização das Nações Unidas (ONU) na década de 1950. Posteriormente, foi criada a Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados, em 1951, que tem a finalidade de proteger e garantir os direitos dos refugiados em âmbito universal ao basear sua efetividade nos princípios do Direito Internacional para refugiados.

Internamente, a matéria é regulada pela Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997 (Estatuto dos Refugiados), que criou o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), responsável pela análise e pelo julgamento das solicitações de refúgio no país e também pela Lei de Migração (Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017), responsável por elaborar políticas públicas para os refugiados.

Dos migrantes que chegam ao Brasil, uma parte considerável pede ao país que a reconheça como refugiados. No País, de acordo com a 4ª edição do relatório “Refúgio em Números”, publicado pelo CONARE (2019), com dados da Polícia Federal, houve 80.057 solicitações para reconhecimento da condição de refugiado em 2018. Entre as nacionalidades solicitantes, os venezuelanos representam 77% dos pedidos realizados, com 61.681 solicitações.

O estado que apresenta mais pedidos de refúgio é Roraima, com 50.770 pedidos, seguido por Amazonas, com 10.500 pedidos, e São Paulo, com 9.977. A região Sul do país possui 4.525 pedidos em 2018.

Pela Constituição da República Federativa do Brasil⁸, brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil são, em regra, tratados como iguais. O artigo 5º da CF/88 preceitua que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”, garantindo que não haja discriminação ao estrangeiro que esteja no país. Assim, é importante salientar que a Lei nº 9.474/97 vem para reafirmar o que existe na CRFB/88 e traçar regras específicas ao tema.

⁷ Tem a missão de dar apoio, proteção e buscar soluções duradouras aos problemas das pessoas refugiadas no mundo. As principais soluções duradouras são repatriação voluntária, integração local e reassentamento em um terceiro país.

⁸ Constituição aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte em 22 de setembro de 1988 e promulgada em 5 de outubro de 1988.

Estando o Brasil comprometido internacionalmente com a tutela dos refugiados e tendo ele adotado programas para ampliar a acolhida daqueles, o presente estudo é relevante na medida em que buscará verificar se o Brasil tem, realmente, estrutura jurídica e social para garantir os direitos dessas pessoas.

A incursão metodológica que possibilita a realização desta investigação será direcionada por abordagens de pesquisa qualitativa e método dedutivo. O procedimento metodológico é bibliográfico e documental, já que será feito a partir do levantamento de referências teóricas e documentos oficiais já analisados e publicados. A pesquisa será de natureza básica, pois objetiva gerar novos conhecimentos que serão úteis para o avanço das discussões sobre o tema. A busca por esses dados e informações foi estabelecida a partir, principalmente, dos repositórios institucionais e das bases/plataformas de conteúdo científico – Portal de Periódicos da CAPES, SCOPUS e SCIELO, como também por meio de órgãos governamentais.

1. A CONSTRUÇÃO DOS DIREITOS DOS REFUGIADOS

O Direito Internacional da Pessoa Humana é formado pelo Direito Internacional dos Direitos Humanos, pelo Direito Internacional Humanitário e pelo Direito Internacional dos Refugiados. Apesar de suas diferenças, o ponto em comum dos três ramos é a tutela aos direitos humanos no âmbito internacional. Liliana Lyra Jubilut (2007, p. 57-58) esclarece essa divergência doutrinária:

A questão de coexistência dessas três realidades protetivas não é pacífica na doutrina: alguns estudiosos, como Christophe Swinarski, entendem que há três sistemas distintos e tão-somente complementares, outros, como Antônio Augusto Cançado Trindade e Guido Fernando Silva Soares, afirmam que, na verdade, tem-se um grande sistema de proteção da pessoa humana que apresenta três vertentes de proteção de acordo com a realidade da qual resulta a violação dos direitos do ser humano. Parece que a segunda hipótese é a que merece prosperar, pois, em essência, o objetivo do Direito Internacional dos Direitos Humanos, do Direito Internacional dos Refugiados e do Direito Internacional Humanitário é o mesmo: a proteção do ser humano em seus aspectos mais fundamentais e vulneráveis e do modo mais efetivo possível.

Assim, parte-se aqui da compreensão que considera a existência de um sistema único de proteção da pessoa humana dividido em três vertentes. Este trabalho toma como foco analítico uma delas, no caso, o Direito Internacional dos Refugiados, sem deixar de apresentar uma breve exposição das demais.

Após a Segunda Guerra Mundial, diante de toda a atrocidade que foi vista naquele período, a comunidade internacional entendeu que seria importante criar meios que fossem

capazes de garantir a segurança humana, e assim surgiu o Direito Internacional da Pessoa Humana. Foi criado com o objetivo de assegurar a sobrevivência dos seres humanos utilizando ferramentas que protegessem direitos básicos ao homem e que impedissem que ele próprio não exterminasse sua raça, pois “Os direitos humanos são, assim, garantias individuais que objetivam a proteção dos direitos mais essenciais do ser humano em face ou de outros seres humanos, uma vez que por serem todos essencialmente iguais, um não pode influenciar na esfera individual alheia, ou em face do Estado” (JUBILUT, 2007, p. 51-52).

Assim, iniciou-se um pensamento sobre o nascimento do Estado e o seu dever para com os homens que o compõem. A existência dos Direitos Humanos⁹ buscou a proteção do ser humano no que diz respeito à violação de direitos por parte do Estado, pois é no Estado que os Direitos Humanos são exercidos, é nele que o indivíduo exerce sua personalidade jurídica, como preceitua o artigo 6º da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948): “[...] todos os indivíduos têm direito ao reconhecimento, em todos os lugares, da sua personalidade jurídica”. Somente no Estado podem ser realizadas essas garantias. Outro ponto interessante é pensar que o ser humano precede o Estado, aderindo a este por vontade própria e com o objetivo de promover proteção institucional a si. Por ser criação humana, não é possível a criatura sobrepor-se ao seu criador: O Estado deve ser instrumento dos homens e não o contrário.

Dessa forma, deve-se manter o ser humano como figura mais relevante possível em relação à construção estatal, o que se daria pela proteção dos direitos humanos. Eles devem ser resguardados em face da atividade do Estado. Hannah Arendt (2012, p. 395) expõe o que representou os Direitos Humanos para os indivíduos do Estado moderno:

A Declaração dos Direitos Humanos, no fim do século XVIII, foi um marco decisivo na história. Significava que doravante o Homem, e não o comando de Deus nem os costumes da história, seria a fonte da Lei. Independente dos privilégios que a história havia concedido a certas camadas da sociedade ou a certas nações, a declaração era ao mesmo tempo mostra de que o homem se libertava de toda espécie de tutela e o prenúncio de que já havia atingido a maioridade.

Existia a grande expectativa de que o ser humano estivesse sendo visto e tratado de forma diferente, sendo o centro e a razão de tudo. Assim, não haveria motivos para crer que minorias seriam vítimas de atrocidades. Foi um erro. Na primeira metade do século XX,

⁹ Existe uma diferença entre Direitos Humanos e Direitos Fundamentais, sendo estes os direitos principais do ser humano positivados pelas ordens jurídicas dos Estados, internamente, e aqueles estão relacionados à liberdade e à igualdade que estão protegidas no plano internacional, ainda que não tenham respaldo em documentos internos. Utiliza-se para efeito deste estudo a expressão “direitos humanos”, pois o assunto relacionado aos refugiados é, em essência, internacional.

houve duas grandes guerras, deixando países destruídos, economias arrasadas, delimitando mapas e causando a retirada de direitos dos seres humanos, principalmente das minorias. O Estado, que foi criado pelos homens e para os homens, mostrou-se ineficaz frente às demandas. Foi esse mesmo Estado, fruto de criação humana, que validou os horrores da guerra, sendo controlado por grupos e usado em interesses próprios.

Como se afirmava que os Direitos do Homem eram inalienáveis, irredutíveis e indeduzíveis de outros direitos ou leis, não se invocava nenhuma autoridade para estabelecê-los; o próprio Homem seria a sua origem e seu objetivo último. Além disso, julgava-se que nenhuma lei especial seria necessária para protegê-los, pois se supunha que todas as leis se baseavam neles. O Homem surgia como único soberano em questões de lei, da mesma forma como o povo era proclamado o único soberano em questões de governo. A soberania do povo (diferente da do príncipe) não era proclamada pela graça de Deus, mas em nome do Homem, de sorte que parecia apenas natural que os direitos “inalienáveis” do Homem encontrassem sua garantia no direito do povo a um autogoverno soberano e se tornasse parte inalienável desse direito (ARENDETT, 2012, p. 396).

Contudo, o homem não conseguiu que a sua lei protegesse a todos. Terríveis atrocidades foram acontecendo e prejudicando grupos minoritários da sociedade, e isso ocasionou um processo lento para reconhecimento e efetivação das garantias dos direitos humanos. A primeira fase desse processo evolutivo aconteceu no interior dos Estados nacionais, entre o século XVII e o século XIX, quando houve a necessidade de assegurar direitos aos homens por meio da sua positivação.

No universo das migrações, os refugiados têm sido uma categoria emblemática nas discussões geopolíticas e humanitárias mundiais, pois, consoante Moreira (2012, p. 01), são “[...] migrantes internacionais forçados a abandonar seus lares em decorrência de cenários marcados pela violência, transpondo fronteiras com o propósito essencial de resguardar suas vidas”.

Existe uma necessidade de pensar como essas pessoas que estão deslocadas no mundo serão protegidas e terão seus direitos básicos garantidos. Assim, é relevante salientar que os refugiados recebem proteção do Direito Internacional dos Direitos Humanos e também do Direito Internacional dos Refugiados, trazendo este garantias mais específicas para os refugiados, e aquele, proteção mais ampla. Como esclarece Jubilut (2007, p. 61):

Tal fato é extremamente positivo, pois fortalece a proteção ao refugiado, uma vez que, ao mesmo tempo em que se assegura o refúgio, livrando-o de violações de direitos relativos ao seu *status civil*, ele traz em si a necessidade de resguardar também os demais direitos humanos, para, com isso, aumentar o nível de proteção dado à pessoa humana.

O Direito Internacional dos Refugiados garante a eles um sistema específico de proteção, ao passo que também podem buscar o sistema universal da ONU, conseguindo acesso aos direitos humanos. Esse sistema é composto por vários tratados internacionais de proteção da pessoa humana e tem o objetivo de efetivar os direitos conquistados ao longo de décadas.

No âmbito nacional, a Lei nº 9.474/97 foi a primeira lei nacional a tratar desse assunto, a implementar um tratado de Direitos Humanos e a fazer referência à Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. A Lei nº 6.815/80 foi criada no Regime Militar e adotava uma postura, em relação ao estrangeiro, “[...] a partir do ideário securitativo, que tratava o imigrante como perigo potencial à nação [...]”, de acordo com Moreira (2012, p. 99). Por outro lado, em 2017, foi sancionada a Lei nº 13.445, de maio de 2017 (Lei de Migração), que revogou a Lei nº 6.815/80. A nova Lei tem o propósito de humanizar o tratamento dado ao estrangeiro, combatendo preconceitos e xenofobia. Nasce com grande responsabilidade de ser uma Lei que abre as portas do Brasil para acolher de forma justa e digna os estrangeiros, o que vai na contramão do que acontece em diversos países.

1.1 O Brasil e sua política de proteção aos Direitos dos Refugiados venezuelanos

Percebe-se que os impactos dos deslocamentos influenciam a vida das pessoas no mundo inteiro, já que nenhum país se encontra isolado. O Brasil, portanto, é impactado por essa questão humanitária muito relevante, e sua responsabilidade para com essas pessoas é imensa. A migração em massa não é de forma alguma um fenômeno recente e para Zygmunt Bauman (2017, p. 9) representa o seguinte:

Ele tem acompanhado a era moderna desde seus primórdios (embora com frequência mudando e por vezes revertendo a direção) -, já que nosso “modo de vida moderno” inclui a produção de “pessoas redundantes” (*localmente* “inúteis”, excessivas ou não empregáveis, em razão do progresso econômico; ou *localmente* intoleráveis, rejeitadas por agitações, conflitos e dissensões causados por transformações sociais/políticas e subsequentes lutas por poder). Além de tudo isso, contudo, hoje suportamos as consequências da profunda e aparentemente insolúvel desestabilização do Oriente Médio, na esteira das políticas e aventuras militares das potências ocidentais, estupidamente míopes e reconhecidamente fracassadas.

A migração em massa a que Bauman (2017) se refere fez com que os Estados olhassem com atenção para o fato. A partir disso, foram sendo criadas soluções jurídicas para a proteção dessas pessoas. Contudo, tais proteções, com o passar do tempo, não eram mais suficientes para resolver o problema, e isso provocou a evolução da política de proteção e

assistência aos refugiados. Aos poucos, as nações foram se unindo e internacionalizando as devidas proteções para os refugiados. O Brasil teve no século passado grande importância nessas mudanças assinando tratados internacionais de proteção aos refugiados e fortalecendo seu ordenamento interno para a questão e, atualmente, no século XXI, contribui com uma legislação moderna e reconhecida internacionalmente como progressista.

Diante da configuração atual dos refugiados no país, toda a sociedade brasileira tem participação nos rumos que irão ser tomados perante essa problemática. Uma forma prática de resolver a questão dessas pessoas são os acordos internacionais firmados e também as Leis específicas, nº 9.474, de 1997, e nº 13.445, de 2017. Ambos garantem que os refugiados tenham protegidos os direitos básicos humanos e também que consigam se adequar ao país.

A Lei nº 9.474/97 foi produzida a partir do Programa Nacional de Direitos Humanos de 1996, tendo sido elaborada pelo governo brasileiro em conjunto com o ACNUR. A referida legislação é conhecida como umas das mais avançadas do mundo e é pioneira na América Latina, “[...] sendo usada como parâmetro para inúmeros outros países, pois traz uma ampla abordagem de situações que caracterizam o status de refugiado” (PEREIRA, 2004, p. 36). Apesar de ser considerada uma legislação importante em âmbito internacional, ainda está aquém de legislações como a do México e a da Argentina, pois nesses países a legislação específica para os refugiados traz a questão de gênero como fundamento de perseguição e concessão do refúgio.

Cabe salientar que a lei referente aos refugiados se preocupou em trazer a questão da integração deles, de modo a facilitar, em virtude de sua situação desfavorável, o acesso a instituições acadêmicas de todos os níveis, a simplificar os requisitos para a obtenção da condição de residentes e a desimpedir o reconhecimento de diplomas e certificados acadêmicos dos refugiados. O governo brasileiro, para atingir esses objetivos, pode fazer parcerias e/ou acordos com várias entidades, como SENAI, SESI, SENAC, SESC, hospitais universitários e centros educacionais.

Apesar de avanços e boa vontade, as leis brasileiras possuem uma capacidade limitada de resolver totalmente o assunto. A atividade do CONARE é criticada por Moreira (2012, p. 210), ao argumentar que “[...] o CONARE se voltou, desde o início de seu funcionamento, para a função de elegibilidade, deixando em segundo plano a atribuição de prover medidas relativas à proteção, assistência e apoio jurídico aos refugiados [...]”. Outro problema enfrentado pela Lei nº 9.474/97 é que não houve uma delimitação das políticas públicas de

integração local dos refugiados, o que revela uma generalização do assunto, sem haver o desenvolvimento de estratégias para a realização da integração.

Outra questão crítica, como cita Jubilut (2006, p. 40), é “[...] o fato de o CONARE estar ligado ao Executivo, o que pode levar a decisões políticas [...]” e, também, à “[...] falta de políticas públicas para os refugiados [...]”, o que impacta a efetivação dos acordos internacionais firmados, os quais garantem dignidade à pessoa do refugiado. Também é importante ressaltar que as decisões do CONARE são demoradas, o que pode levar aos solicitantes do refúgio tentar ficar no país de outras formas.

Essas lacunas da Lei nº 9.474/97 expõem a fragilidade com que o país trata essa temática. Por sua vez, a Lei nº 13.445/17 reafirma o compromisso do Brasil em fazer cumprir os direitos dos refugiados, porém, tal legislação apresenta o assunto de forma esparsa, sem a delimitação de como essas políticas podem ser aplicadas.

2. Refugiados venezuelanos no Brasil

Historicamente, Brasil e Venezuela tiveram relações diplomáticas positivas, mas isso mudou e, de acordo com Souza e Silveira (2018, p. 120), “desde 2014 a Venezuela enfrenta uma complexa crise política e econômica, que tem incentivado os venezuelanos a migrarem para países vizinhos, por diferentes motivos e origens: geográficas, sociais, culturais, entre outras”.

Com a morte de Hugo Chávez, ficaram mais evidentes os problemas econômicos, políticos e sociais enfrentados pelo país. A queda do preço do petróleo e a perda de valor do bolívar venezuelano, moeda nacional, alavancaram o custo de vida no país. Com a vida mais difícil e sem perspectiva, a população venezuelana começou a procurar outros lugares para viver. Ainda conforme Souza e Silveira (2018, p. 120):

O número de solicitantes de refúgio venezuelanos passou de 829, em 2015, para 3.368, em 2016, e 7.600 venezuelanos pediram refúgio no país até junho de 2017. Conforme relatório recente elaborado pela ACNUR, em fevereiro de 2018 24.818 venezuelanos solicitaram refúgio e 10.963 venezuelanos solicitaram residência temporária.

Muitos venezuelanos estão entrando no Brasil para fugir da situação difícil que vivem na Venezuela. A escolha pelo Brasil pode ser associada à sua posição geográfica no continente e, também, motivada pela mudança de compreensão sobre o assunto dos refugiados pelo país, trazida pela Lei 13.445/17, que alterou a forma de tratar os estrangeiros, entendendo-os como sujeitos mais humanos e garantindo seus direitos.

Sendo assim, Annoni (2018, p. 13) postula que o governo brasileiro “[...] reconheceu o *status* de refugiados aos venezuelanos, mas pouco atuou na região para auxiliar na acolhida e integração local [...]”.

Os refugiados chegam ao Brasil em situação precária. Neste sentido, Piovesan (2014, p. 253) destaca que “para uma efetiva proteção aos refugiados, é necessário alcançar tanto direitos civis e políticos, como também direitos sociais, econômicos e culturais”. Integrar essas pessoas à sociedade, proporcionando-lhes condições dignas, tem sido problemático e desafiador.

No âmbito nacional, o ordenamento jurídico brasileiro é composto por dois suportes: a Constituição da República Federativa do Brasil¹⁰ e a Lei nº 9.474 de 1997. A CRFB/88 em seu artigo 1º fala dos fundamentos que constituem o Estado Democrático de Direito, como a dignidade da pessoa humana. Já o artigo 3º diz que entre os objetivos fundamentais do Brasil, estão o de “[...] construir uma sociedade livre, justa e solidária” e o de “[...] promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

O artigo 4º da CRFB/88 traz a ideia de um país integrado com a comunidade internacional, colaborador do desenvolvimento das outras nações e também do fortalecimento dos direitos humanos.

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: I - independência nacional; II - prevalência dos direitos humanos; III - autodeterminação dos povos; IV - não-intervenção; V - igualdade entre os Estados; VI - defesa da paz; VII - solução pacífica dos conflitos; VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo; IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; X - concessão de asilo político.

O texto da CRFB/88 não fala expressamente sobre os refugiados, mas eles estão dentro do princípio da dignidade da pessoa humana (art. 1º, inciso III, CRFB/88) e na prevalência dos direitos humanos (art. 4º, inciso II, CRFB/88). Além desses dispositivos, existe o artigo 5º da CRFB/88 assegurando que “[...] todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. Jubilut (2007, p. 181) afirma o seguinte:

¹⁰ A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte em 22 de setembro de 1988 e promulgada em 5 de outubro de 1988, é a lei fundamental e suprema do Brasil, servindo de parâmetro de validade a todas as demais espécies normativas, situando-se no topo do ordenamento jurídico.

Com base nesses princípios, pode-se afirmar que os alicerces da concessão do refúgio, vertente dos direitos humanos e espécie do direito de asilo, são expressamente assegurados pela *Constituição Federal* de 1988, sendo ainda elevados à categoria de princípios de nossa ordem jurídica. Sendo assim, a *Constituição Federal* de 1988 estabelece, ainda que indiretamente, os fundamentos legais para a aplicação do instituto do refúgio pelo ordenamento jurídico brasileiro.

Além de obrigar o Brasil a cuidar dos direitos humanos e a respeitá-los, a concessão do refúgio seria uma forma de efetivação dos dispositivos constitucionais, de modo que os princípios estariam sendo cumpridos, e a igualdade, assegurada, gerando segurança jurídica sobre o tema. É importante salientar que o refugiado, uma vez reconhecido pelo país, goza de igualdade perante os brasileiros natos e naturalizados, sendo detentores dos direitos sociais que preceitua o artigo 6º da CRFB/88.

Ao chegarem à fronteira brasileira, os venezuelanos solicitam às autoridades responsáveis a condição de refúgio, tudo de acordo com a Lei nº 9.474/97, que estabeleceu os critérios para se conseguir o *status* de refugiado e também determinou o procedimento para o devido reconhecimento dele.

O Título II da Lei dos Refugiados (Lei nº 9.474/97) trata do ingresso no território e do pedido de refúgio. Primeiramente, solicita-se a condição de refugiado à Polícia Federal¹¹ nas fronteiras. “O estrangeiro que chegar ao território nacional poderá expressar sua vontade de solicitar reconhecimento como refugiado a qualquer autoridade migratória que se encontre na fronteira, a qual lhe proporcionará as informações necessárias quanto ao procedimento cabível”, como expressa o artigo 7º da Lei dos Refugiados. Após isso, o estrangeiro recebe um protocolo, com validade de um ano e renovável até a decisão do CONARE. O protocolo¹² será o documento desse venezuelano em terras brasileiras.

O artigo 7º, § 1º afirma que “[...] em hipótese alguma será efetuada sua deportação para fronteira de território em que sua vida ou liberdade esteja ameaçada, em virtude de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opinião política”, e o § 2º revela que “[...] o benefício previsto neste artigo não poderá ser invocado por refugiado considerado perigoso para a segurança do Brasil”. Faz-se importante notar que “[...] o ingresso irregular no território nacional não constitui impedimento para o estrangeiro solicitar refúgio às autoridades competentes”, como afirma o artigo 8º da referida lei.

¹¹ A Polícia Federal do Brasil é uma instituição policial brasileira, subordinada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, e exerce as funções de polícia judiciária da União.

¹² O protocolo daria em teoria o direito à documentação, mas na prática isso não ocorre com tanta facilidade. Mesmo com a documentação o solicitante de refúgio tem dificuldade de conseguir emprego.

O artigo 9º traz que “[...] a autoridade a quem for apresentada a solicitação deverá ouvir o interessado e preparar termo de declaração, que deverá conter as circunstâncias relativas à entrada no Brasil e às razões que o fizeram deixar o país de origem”. A análise do pedido é realizada pela Cáritas Arquidiocesanas¹³, que, com o advento da lei interna, foi firmada como uma parceria estabelecida entre o ACNUR e as Cáritas Arquidiocesanas das cidades de São Paulo¹⁴ e do Rio de Janeiro¹⁵. Em ambas as cidades, os solicitantes do refúgio¹⁶ contam com proteção, assistência e integração local, que são as políticas do ACNUR para os refugiados.

No Cáritas, o solicitante preenche um questionário por meio do qual explica os motivos do requerimento do refúgio e depois é marcada uma entrevista com o advogado vinculado à Cáritas. O questionário preenchido é enviado ao CONARE para que seja expedido o Protocolo Provisório, que passa a ser o documento principal do solicitante no país até que se termine o procedimento de solicitação do refúgio.

A terceira fase é a decisão proferida pelo CONARE, a partir da qual, caso seja negado o reconhecimento do *status* de refugiado, abre-se uma quarta fase, que é o recurso cabível à decisão negativa do CONARE para o Ministro da Justiça, que decidirá em último grau de recurso.

Existe uma política desenvolvida pelo governo federal para tirar os refugiados venezuelanos das cidades fronteiriças, as que mais recebem os venezuelanos. Isso desafoga essas cidades e contribui para que os refugiados venezuelanos possam ir a outros lugares do país e resolverem suas vidas.

O governo do Brasil, em cooperação com o ACNUR e demais atores que atuam para proteção dos refugiados, consegue alguma estrutura básica para receber os refugiados, como acesso à alimentação, à água potável, ao atendimento psicossocial, à segurança, como também a postos de trabalho, a moradias e a medicamentos.

Simões et al. (2017, p. 21-48), no entanto, elaborou um relatório sobre o perfil sócio-demográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil e evidenciou que somente 38,9%

¹³ Segundo Jubilit (2007, p. 196), são entidades não governamentais ligadas à Igreja Católica.

¹⁴ Atende aos refugiados que chegam pelas regiões Sul, Sudeste (exceto Rio de Janeiro) e Centro-Oeste.

¹⁵ Atende os refugiados que chegam pelas regiões Norte, Nordeste e do Rio de Janeiro.

¹⁶ Importante distinguir: o solicitante do refúgio ainda está com o processo junto ao CONARE em andamento. Ele conta com alguns direitos, mas ainda não é considerado refugiado. A pessoa com o status de refugiados já passou pelo processo administrativo do CONARE.

dos venezuelanos tiveram acesso aos serviços de saúde, 10,4% aos serviços educacionais e 2,2%, aos serviços de assistência social. Além disso, salienta-se que 7,1% se encontram sem documentação no Brasil, 22,8% possuem carteira de trabalho e 29%, Cadastro de Pessoa Física.

Assim, esse primeiro contato que os refugiados têm com o programa de acolhimento humanitário brasileiro é importante para garantir esses direitos, mas existe uma dificuldade de cumprir a legislação vigente sobre o tema.

Para haver uma plenitude da dignidade humana e uma possível integração desses refugiados no Brasil, é necessário mais do que oferecer abrigos e alimentação. Os refugiados que chegam ao país querem recomeçar suas vidas e construir um futuro com perspectivas reais para seus filhos e para isso é necessário que haja documentos de identificação para todo(a)s, que seja permitida sua entrada formal no mercado de trabalho¹⁷, que eles consigam estudar e dominar o idioma, pois só assim podem alcançar a integração na sociedade brasileira.

Considerações Finais

Os direitos humanos dos refugiados foram construídos durante o século XX e a discussão sobre o assunto proporcionou grandes avanços para estes. Apesar disso, a garantia desses direitos é vulnerável à vontade política dos Estados, uma vez que é neles que se efetivam as proteções internacionais, razão da importância desses Estados participarem da ratificação de documentos internacionais relativos à matéria e, conseqüentemente, da elaboração das leis nacionais e de políticas públicas mais eficazes.

Atualmente, a Organização Internacional tem acompanhado atentamente todo esse movimento de pessoas refugiadas, pois constitui uma crise humanitária, em que se necessita urgentemente de ações conjuntas entre todas as nações para proteger pessoas que estão tendo sua dignidade ferida. Ainda que, em alguns países, a questão seja demasiadamente difícil de ser discutida, em outros, é tratada de forma séria e preocupada.

Um dos grandes problemas observado ainda é a efetivação de direitos que já estão no ordenamento interno dos países. O cumprimento dos tratados internacionais sobre o tema

¹⁷ No caso das mulheres, é observado que os programas que inserem as mulheres ao mercado de trabalho geralmente acabam por reforçar os estereótipos de feminilidade e o locus de atuação como restrito ao espaço da casa e da família. Dessa forma, oferecer oficinas de costuras e gastronomia como reintegração dessas mulheres ao mercado de trabalho deve ser analisado com cuidado e senso crítico.

depende da boa vontade dos Estados e de uma política externa delicada. Tal dependência tem dificultado a vida dos refugiados e atrapalhado a obtenção da garantia de seus direitos básicos.

Nesse sentido, além das questões internas de cada nação, o Direito Internacional dos Refugiados, que depende de uma política externa arrojada, vai se tornando enfraquecido. Países podem não mais aceitar refugiados, dependendo do tipo de política externa que aderem. É uma problemática que dificulta a vida de pessoas carentes de proteção.

Outro problema enfrentado é que, teoricamente, os refugiados deveriam ser bem recebidos nos países que garantem sua segurança, mas isso nem sempre acontece. Eles são vítimas de xenofobia e constantemente se percebe o aumento da violência contra eles no país. Os nacionais enxergam os refugiados como migrantes, em que estes têm sua imagem associada a uma pessoa que veio para roubar empregos e benefícios dos nacionais.

Não existe um plano conjunto entre União, Estado e Município para garantir a integração dos refugiados. Muitas prefeituras não sabem como recebê-los e o trabalho de recepção é feito por ONGs e sociedade civil. Isso é complicado, pois cria espaço para assistencialismo, violando mais ainda a dignidade dessas pessoas.

É fundamental evidenciar que, no Brasil, é problemático a Polícia Federal ficar responsável pelo primeiro contato com os refugiados, uma vez que é uma instituição atuante na segurança pública para preservação da ordem pública, exercendo atividades em diversos locais do país e também nas fronteiras. A recepção dos refugiados poderia ser feita por um órgão mais especializado ligado ao CONARE, para que essas pessoas tenham seus anseios mais bem atendidos. Importante ressaltar a burocratização do sistema da Polícia Federal. O site da Polícia Federal é complicado de navegar, o que gera dificuldades entre os solicitantes de refúgio para pegar os documentos necessários.

Percebe-se, ainda, que o CONARE é ligado ao poder executivo e isso pode levar a decisões políticas, sem contar que suas competências estão mais relacionadas a conceder ou não *status* de refugiados do que a administrar as medidas de proteção, assistência e apoio jurídico.

A legislação brasileira sobre o tema é importante, contudo, apresenta falhas. A Lei nº 9.474/97 não se preocupou em delimitar políticas públicas e a Lei nº 13.445/17 trouxe o assunto de forma dispersa. Poderia ter havido um maior comprometimento com a questão.

No plano internacional o Brasil atuou timidamente para resolver o problema venezuelano, que ainda se encontra grave e sem solução aparente. O Brasil, portanto, apesar dos avanços pontuais, ainda tem muito que fazer para resguardar os direitos dos refugiados venezuelanos.

REFERÊNCIAS

ANNONI, Danielle (Org.). *Direito Internacional dos Refugiados e o Brasil*. Curitiba: GEDAI/UFPR, 2018. 759 p.

ARENDDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BAUMAN, Zygmunt. *Estranhos à nossa porta*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*.

Brasília, Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 14 set. 2019.

_____. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. *Lei n° 9.474/97*. Brasília, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9474.htm>. Acesso em: 14 set. 2019.

_____. Institui a Lei de Migração. *Lei n° 13.445/17*. Brasília, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm>. Acesso em: 14 set. 2019.

GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2012. Tradução: Ronaldo Cataldo Costa; revisão técnica: Fernando Coutinho Cotanda.

JUBILUT, Liliana Lyra. *O Direito Internacional dos Refugiados e sua aplicação no orçamento jurídico brasileiro*. São Paulo: Método, 2007. 240 p.

_____. *O Procedimento de Concessão de Refúgio no Brasil*. 2010.

_____. *Refugee Law and Protection in Brazil: a model in South America?* Journal of Refugee Studies. Oxford, v. 19, n. 1, p. 22-44, 2006.

JUSTIÇA, Secretaria Nacional de. *Refúgio em Números*. 4. ed. Brasília: SNJ, 2019.

MOREIRA, Julia Bertino. *Política em relação aos refugiados no Brasil (1947-2010)*. 2012. 377 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

PEREIRA, Gustavo Oliveira de Lima. *Direitos Humanos e hospitalidade: a proteção internacional para apátridas e refugiados*. Atlas, 08/2014.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e o Direito Constitucional internacional*. São Paulo: Saraiva, 2010.

_____. Flávia. *Temas de Direitos Humanos*. São Paulo: Saraiva, 7. ed., 2014.

SARFATI, Gilberto. *Teoria das Relações Internacionais*. São Paulo: Saraiva, 2005.

SIMÕES, Gustavo da Frota et al (Org.). *Perfil Sociodemográfico e Laboral da imigração venezuelana no Brasil*. Curitiba: Editora CRV, 2017. Disponível em: <<https://editoracrv.com.br/produtos/detalhes/32684-detalhes>>. Acesso em: 14 set. 2019.

SOUZA, Ayrton Ribeiro de; SILVEIRA, Marina de Campos Pinheiro da. *O fluxo migratório de venezuelanos para o Brasil (2014-2018)*. Cadernos PROLAM/USP, [s.l.], v. 17, n. 32, p.114-132, 28 ago. 2018. Universidade de São Paulo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBIUSP. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1676-6288.prolam.2018.144270>.

UNHCR. *Global Trends, Forced Displacement 2017* (UNHCR, 19 de junho de 2018).

NUEVAS FUENTES DE ESTUDIO PARA LAS RELACIONES INTERNACIONALES: "EL MOVIMIENTO CIVIL AFRODESCENDIENTE EN LOS ESTADOS UNIDOS. UN ANÁLISIS DE CASO DEL CÓMIC Y LA SERIE TELEVISIVA *THE BOONDOCKS*

Vania Alvarado Saldivia¹

Resumen: El presente escrito, busca analizar el Movimiento por los Derechos Civiles de los afrodescendientes en los Estados Unidos, utilizando como fuente un cómic y serie televisiva llamada *The Boondocks*. Para lo que dividimos el análisis en: Decolonialidad visual y *The Boondocks*, donde presentamos conceptos como "decolonialidad visual" y "zona de contacto" y presentamos la serie y sus utilidades para entenderla como metáfora visual y objeto de Análisis para los estudios de subalternidades dentro del campo de Relaciones Internacionales; Antecedentes, donde se realiza un estudio historiográfico sobre el Movimiento Afroamericano desde inicios del siglo XX hasta la actualidad y finalmente el análisis de la fuente elegida para concluir con algunas consideraciones finales.

Palabras clave: *The Boondocks*; decolonialidad visual; Movimiento Civil Afrodescendiente.

NOVAS FONTES DE ESTUDO PARA AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: "O MOVIMENTO CIVIL AFRO-DESCENDENTE NOS ESTADOS UNIDOS. UMA ANÁLISE DOS QUADRINHOS E DA SERIE DE TELEVISÃO *THE BOONDOCKS*

Resumo: O presente estudo, busca analisar o Movimento dos Direitos Cívicos dos afrodescendentes nos Estados Unidos, utilizando como fonte umas tirinhas e série televisiva denominada *The Boondocks*. Para o que dividimos o análise em: Decolonialidade visual e *The Boondocks*, onde apresentaremos conceitos como "decolonialidade visual" e "zona de contato" e apresentaremos a série e suas utilidades para entender-a como uma metáfora visual e um objeto valioso para os estudos de subalternidades dentro do campo das Relações Internacionais; Antecedentes: onde se realiza um estudo historiográfico sobre o Movimento afro-americano desde inícios do século XX até a atualidade e finalmente o análise da fonte escolhida para concluir com as considerações finais.

Palabras-Chave: *The Boondocks*; decolonialidade visual; Movimento Civil afro-descendente.

NEW SOURCES FOR THE INTERNATIONAL RELATIONS STUDIES: "THE AFRO-DESCENDANT CIVIL RIGHTS MOVEMENT IN THE UNITED STATES. A CASE ANALYSIS OF THE COMIC AND THE TELEVISION SERIES *THE BOONDOCKS*

Abstract: This writing will analyze the Afro-descendant Civil Rights Movement in the United States, using as a source a comic and the series called "The Boondocks". For what we subdivided the study in: Visual decoloniality and The Boondocks, where we present concepts such as "visual decoloniality" and "contact zone" and we introduce the series and their utilities as a visual metaphor and its value for the subalter studies in the International Relations field; Background: will represent an historiographical study of the Afro-American Movement, since the beginning of the XX century until today and finally we carry out the analysis of the source of study to conclude with some final considerations.

Keywords: The Boondocks; visual decoloniality; Afro-descendant Civil Rights Movement.

Introducción

¹ Licenciada en Relaciones Internacionales e Integración por la Universidad Federal de Integración Latinoamericana- UNILA; Licenciada en Historia y maestranda del programa de Integración Contemporánea de América Latina PPG-ICAL en la misma institución. vania07mas@gmail.com

El presente escrito, tiene como objetivo realizar un análisis de caso sobre el Movimiento por los Derechos Civiles de los afrodescendientes en los Estados Unidos, utilizando como fuente principal un cómic y serie televisiva llamada *The Boondocks*. La cual fue proyectada inicialmente como historietas, por su creador Aaron McGruder, y que fue publicada en más de 150 periódicos norteamericanos desde el año 1999 hasta el 2006, cuando paso a ser una serie televisiva de *Adult Swim-Cartoon Network*. Este estudio gana relevancia gracias a la nueva ola de debates sobre teoría y metodología de las Relaciones Internacionales, la cuales bajando las barreras academistas, abren sus fronteras para la utilización de nuevas fuentes de estudio, como la que será utilizada en este trabajo y que son consideradas *sui generis*.

Ante lo mencionado, para realización de este trabajo, consideramos necesario dividir el escrito en tres grandes partes: La primera denominada “*The Boondocks* y la decolonialidad visual” en el cual se presentaran los conceptos: “decolonialidad visual y “zona de contacto” y junto con ello problematizaremos nuestra fuente de estudio; sus personajes principales y las concepciones visuales que comprenden tanto la serie como el cómic, aspectos necesario para comprender las metáforas visuales del objeto de estudio y su caracter, en sí mismo, decolonizador.

El segundo apartado de este escrito se compone por los “antecedentes”, en la cual realizaremos una retrospectiva histórica breve, pero detallada, que nos ayude a entender el surgimiento del Movimiento por los Derechos Civiles y así analizar también cuáles son las proyecciones e influencias que ese dejó, y que se pueden apreciar en la actualidad. Entenderemos al movimiento por los Derechos Civiles, como un proceso que inició el año 1955 con el “Boicot de los autobuses en Montgomery” y que finalizó el año 1968 con la muerte de Martín Luther King Jr. Concluiremos esta sección mencionando a los grupos de autodefensa, el Movimiento por el poder negro y los acontecimientos posteriores a la proclamación de los Derechos Civiles, con énfasis en la elección del primer presidente afroamericano, la ola de violencia hacia la comunidad negra por la fuerza policial y la posterior elección el año 2016 del actual presidente Donald Trump.

Finalizaremos con el tercer apartado, en el que realizaremos el análisis de *The Boondocks*, donde ahondaremos en escenas o publicaciones que están vinculadas a los antecedentes históricos mencionados anteriormente, para concluir presentando algunas reflexiones y consideraciones finales.

1. La Decolonialidad Visual y *The Boondocks*

Los estudios decoloniales y pos coloniales, con sus multiplicidades de nuevos conceptos, o antiguos conceptos y nuevas miradas, nos ha ayudado a entender el desafío de constituir nuevas relaciones “entre visualidad y geopolítica en el contexto de la modernidad occidental” (León, 2012, p. 110). En este sentido, Christian León, menciona que es específicamente el “giro decolonial”, con su llamado a una diversidad epistémica, la que abre estos espacios y se contrapone al “sistema-mundo europeo/euro-norteamericano capitalista/patriarcal moderno/colonial” (Castro-Gómez, 2005). Es relevante mencionar también que tanto la crítica como los estudios culturales, han traído a tono “ [...] la importancia de considerar las imágenes en un campo ampliado de producción, circulación y consumo, inserto en relaciones geopolíticas en donde la asimetría cultural a nivel internacional es norma” (León, 2012, p. 110).

A lo recién citado, agregamos que la asimetría cultural existe también, de igual forma en un mismo contexto geopolítico-nacional. Y qué marca las diferencias entre las disidencias y subalternidades en contraposición de las representaciones hegemónicas occidentales, significando de igual forma una “violencia epistémica” (Spivak, 2010, p. 47). Coincidimos también, con el postulado de León, donde argumenta que “las imágenes y visualidades del subalterno ha sido una problemática poco estudiada. Sin embargo, la complejidad del proceso de colonización [...] planteó una diversa rearticulación de las visualidades y las representaciones” (León, 2012, p. 113).

Usando como herramienta estas nuevas formas de pensar la visualidad, es que podemos comprender que “la raza, en tanto construcción geopolítica de la colonialidad del poder, empieza a ser asociada a la diferencia visible encarnada en la piel” (León, 2012, p. 119). Por ello es que lo que León llama de “tele-colonialidad visual” nos pone frente a una red de dispositivos que “tienen como finalidad la reproducción de las jerarquías de clase, raciales, sexuales, de género, lingüísticas, espirituales y geográficas de la modernidad-colonialidad euro-norteamericana” (León, 2012, p.118).

Otro concepto que consideramos aporta a este estudio de caso, es el acuñado por la autora Mary Louise Pratt, este es el de “zona de contacto”, entendiendo al mismo como:

El espacio de los encuentros coloniales, el espacio en que las personas geográficamente e históricamente separadas entran en contacto entre sí y establecen relaciones continuas, que generalmente implican condiciones de coerción, desigualdad radical y conflictos insolubles (Pratt, 2010, p. 6).

Esta perspectiva de "contacto" trata de las relaciones entre colonizadores y colonizados, no en términos de separación o marginación, sino que "en términos de copresencia, interacción, comprensión y prácticas entrelazadas, a menudo dentro de relaciones de poder radicalmente asimétricas" (Pratt, 2010, p. 7). Para profundizar más en detalle estos conceptos mencionados, presentaremos a continuación al creador de *The Boondocks*, sus influencias, los antecedentes tanto del cómic y de la serie, sus personajes principales y todo lo necesario para nutrir el análisis.

Aaron McGruder es un escritor, productor y cartonista norteamericano, quien en su etapa universitaria comienza a dibujar el cómic *The Boondocks*, el cual se publicó por primera vez en el sitio web *The Hotlist* en el año 1996. Mismo año que se afilia al Sindicato Universal de Prensa (UPS), siendo esta la agrupación que le dará el impulso para que desde el año 1998, *The Boondocks* comience a publicarse en los diarios estadounidenses (Henderson, 2015).

El mérito mediático de *The Boondocks* se logró solo después de 1999, consiguiendo ser publicado en 195 diarios nacionales hasta el año 2005, donde alcanza un número aproximado de 350 diarios (Hanashiro, 2006). Ante este panorama se publicaron cinco compilados, las cuales se componen de: *Because I know you don't read the newspaper* del año 2000; *Fresh for '01...you suckass* del año 2001; *A Right to Be Hostile* del año 2003; *Public Enemy #2* del 2005 y *All the Rage* el 2007 (Boondocks.net, [s.d]).

Aaron junto a *Sony Entertainment Television* y la productora *Rebel Base*, presentan un capítulo piloto ante Mike Lazzo, quien es el presidente del espacio para adultos *Adult Swim* de *Cartoon Network* (Hanashiro, 2006). Lazzo acepta el desafío, y costea la producción a manos de Sony, convirtiéndose en la serie más costosa de la historia de *Cartoon Networks*. (Ogunnaike, 2005). El proyecto logra salir al aire el 6 de noviembre del 2005, como un show semanal, con una extensión de 15 episodios.

Desde la segunda mitad del 2006, Aaron solo se dedica únicamente a la producción de la serie televisiva, buscando apropiarse de las técnicas de animación, las cuales él mismo ha mencionado que sus mayores influencias serían en la manga/anime japonés. Así lo refleja en una entrevista a *The News Tribune*: "Quería hacer un show de anime, porque creo que el anime

es... el estilo japonés de animación es la técnica más cinemática y por consiguiente creo que te da una mayor flexibilidad en términos de hacer humor para adultos" (Hanashiro, 2006).

Dos años después de estrenada la primera temporada, en octubre del 2007 se estrena la segunda, y luego de 3 años es que en abril del 2010 se estrena la tercera temporada, cuyas transmisiones se dieron por la sección *Adult Swim* de *Cartoon Network*, *Sony Entertainment Televisión* y *Sony Spin* para Brasil. Además se televisó por *Animax* en Venezuela y México. El 2013 recién la serie fue estrenada para toda América Latina gracias a la plataforma *Netflix*, donde se lanzaron las primeras 3 temporadas, finalizando el contrato a inicios del 2014, excluyendo todo el material de la página y no pudiendo transmitir la cuarta temporada, la cual fue estrenada solo para abril del 2014 (Thomas, 2013).

Ambos géneros, tanto el cómic como la serie de televisión, relacionan sus tramas con la vida de una familia afroamericana apellidada los Freeman –haciendo un juego de palabras que en la traducción sería "hombre libre"–, la cual está compuesta por un abuelo y sus dos nietos, quienes se mudan del sur de Chicago a un barrio residencial ficticio de Maryland, llamado Woodcrest. De este proceso es que surge el nombre *The Boondocks*, apelando a un lugar lejano, remoto o inaccesible, lejos de la civilización.

La trama comienza desde el momento en que el abuelo haciendo uso de su dinero de jubilación más la herencia de los nietos compra una casona dentro de un condominio cerrado, mayoritariamente blanco en Woodcrest, Maryland. Hecho que despierta la resistencia de sus nietos. Inicialmente consideramos que son 3 los personajes principales, los cuales estarían conformado por el núcleo familiar Freeman, y 5 personajes secundarios.

El personaje principal es Huey Freeman, un niño de 10 años cuyo nombre es en homenaje al co-fundador de las Panteras Negras Huey P. Newton. Además, de ser el "alter ego" de McGruder (Litten, 2005). Durante las historietas y los episodios, Huey mantiene discursos que involucran cuestiones sociales y políticas sobre los fundamentos de los Derechos Civiles y sobre el Nacionalismo Socialista Negro, donde incluso se describe como un intelectual terrorista doméstico, fichado y vigilado por el Departamento Federal de Investigación (FBI) (*Boondocks.net*, [s. d]).

El hermano menor de Huey, es Riley, de 8 años de edad, quien manifiesta un pensamiento y un comportamiento diferente al de su hermano mayor. Lo representan como inmaduro e inconsciente sobre las problemáticas sociales que viven los afrodescendientes, es amante del

rap y la cultura pop negra. Riley es caracterizado como un *wannabe*, su ideal es convertirse en los ídolos que admira como cantantes de rap, hip-hop, un gánster. Incluso en varios capítulos se hace llamar “Riley Escobar”(Boondocks.net, [s. d]).

Robert Freeman, o “Abuelo”, tiene la custodia legal de Huey y Riley, es un hombre mujeriego, y muchas veces irresponsable en la crianza de sus nietos. Intenta inserirlos en la sociedad blanca y elitista de Woodcrest, y se estresa debido a la resistencia que ponen sus nietos ante esa idea. Es viudo, ex aviador de la escuela Tuskegee que se alistó para la II Guerra Mundial y vivió muchos de los acontecimientos trascendentales para la obtención de los Derechos Civiles que veremos más adelante (Boondocks.net, [s. d]).

Dentro de los personajes secundarios esta el Tío Ruckus – en la época de los “códigos de esclavos”, ningún hombre negro podía ser llamado de señor, por lo que se les podía únicamente llamar de tío–. Odia a todos los negros y ama a la gente blanca. Dice que es negro debido a una enfermedad llamada revitíligo –las manchas de color que le saldrían en la piel, a diferencia de las demás personas, en él se presentarían de color negro–. En la trama es quien entona preceptos racistas en contra de los personajes afrodescendientes, su adoración a la gente blanca y grupos racistas como el Ku Klux Klan (Boondocks.net, [s. d])

En Woodcrest solo hay dos familias afrodescendientes: La familia Freeman y la familia Dubois, esta última está compuesta por un matrimonio interracial, entre Thomas Lancaster Dubois, quien es afroamericano y su esposa Sarah que es blanca. Ambos tienen una hija llamada Jazmine, de 8 años y que trae la problemática de la identidad mestiza. Thomas es abogado, y es la representación de un “buen negro”. Se posiciona en contra de todo acto violento, es ejemplo de la moral y buenas costumbres. Junto a su esposa Sarah son miembros activos de la Asociación Nacional para el progreso de las personas de color (NACCP) (Boondocks.net, [s. d]). Estos serían, según nuestro punto de vista, los personajes fundamentales para entender el análisis de las historietas y de los episodios que se realizarán en la última sección.

2. Antecedentes

A inicios del siglo XX, Estados Unidos, se encontraban bajo la presidencia del demócrata Woodrow Wilson (1913-1921) (The White House), quien durante su mandato enfrentó la Primera Guerra Mundial (1914-1918), manteniendo al país fuera del conflicto hasta el año

1918, año en el que decide enviar tropas al frente, donde participaron pelotones completos de afroamericanos, quienes actuaron principalmente en Francia y el Reino Unido. Aún yendo en representación del Ejército Estadounidense, los pelotones de afroamericanos fueron altamente segregados (Friedman, 2011. p. 207-209).

El período de “Entre Guerras” se instauró en los Estados Unidos, bajo el mandato de Franklin D. Roosevelt (The White House), con el cual se vivieron procesos importantes para el desarrollo norteamericano, como fue la “Gran Depresión”, en el cual Roosevelt intentó descantar la economía nacional con el “Nuevo Trato” y la participación norteamericana en la II Guerra Mundial. En esta se contó con la presencia de la primera tropa aeronáutica, instruida en el Instituto Afroamericano Tuskegee de Alabama (Alexandre y Rucker, 2008, p. 111-114). La crisis del 29, en todo momento afectó fuertemente a la población afroamericana, siendo estos los últimos contratados y los primeros despedidos. En los estados sureños –altamente racistas– fue aún más dramática la situación, ya que el trato indigno en tiempos de crisis fue aún peor (Karnal, et al, 2007, p. 208).

En plena Guerra Fría es que se marca el primer hito para la conformación del “Movimiento por los Derechos Civiles”, ya que Rosa Parks, una mujer negra de 42 años, se niega a ceder su asiento a una persona blanca en el bus urbano, el año 1955, hecho por el que fue multada y encarcelada. Tal injusticia dio el impulso que faltaba y motivo al “Boicot a los autobuses en Montgomery” (Collier y Franklin, 2001, p.65-66). Iniciando un extenso período de manifestaciones –de desobediencia civil–, que trajeron a escena a personajes claves, como Martin Luther King Jr. (MLK), que iniciaría el liderazgo del boicot y de todo el posterior movimiento tanto en el sur como posteriormente a nivel nacional (Friedman, 2008, p. 36).

Martin Luther King Jr. (1929-1968), era un pastor protestante y activista social, que nació en Georgia, Atlanta –estado sureño–. Perteneció a una familia de clase media acomodada, su padre era pastor bautista, y activista social contra la segregación afrodescendiente. King contó con la oportunidad de realizar estudios en el *College Morehouse*, considerado para esos tiempos un centro educacional de elite para hombres afrodescendientes, donde cursaría un bachillerato en sociología y conocería a sus principales influenciadores, como fue Gandhi y Henry Thoreau con su ensayo de la “desobediencia civil” (Carson, 1998, p. 37- 38). Después de obtenidos los Derechos Civiles, King comenzó a dedicar sus últimos años para alcanzar la igualdad económica. Cumpliendo esta labor es que se encontraba el día 4 de abril de 1968 en Memphis, Tennessee, cuando fue asesinado, a la edad de 39 años (Friedman, 2008. p. 66).

Con un nuevo cambio de gobierno el año 1961, se inicia el mandato del presidente más joven y el único católico en pisar la Casa Blanca, John FitzGerald Kennedy (JFK) (Karnal, et al, 2007, p. 235-236), quien fue contemporáneo a las “sentadas” promulgadas por el movimiento liderado por King, las que se basaban en sentarse en lugares públicos –que se supone eran lugares designados para los blancos–. Igualmente surgió la agrupación de “viajeros por la libertad”, quienes desafiaban la ley segregacionista de los autobuses interestatales, basados al igual que las sentadas en una resistencia pacífica.

Es importante mencionar que Birmingham era una ciudad con el más alto nivel de segregación de los Estados Unidos, según King (1964, p.51). Donde todas las leyes abolidas por la Suprema Corte y que dejaron de regir en el resto del país seguían prevaleciendo en dicho lugar. La ciudad se encontraba bajo el mandato del gobernador George Wallace, cuyo discurso de campaña fue “segregación ahora, segregación mañana, segregación siempre” (King, 1964, p. 52), además como Comisario Municipal de Seguridad Pública estaba Eugene Bull Connor, quien es descrito por el líder afroamericano como un “terrorista, racista sin escrúpulos” (King, 1964, p. 63). Ante el escenario que se vivía, es que MLK planeó marchar pacíficamente por las calles principales de Birmingham el año 1963.

Este mismo año el movimiento por los Derechos Civiles se dirige a Washington para planear la “Marcha sobre Washington por los empleos y la libertad”. Este evento movilizó a participantes de todo el país en autobuses y trenes, estimándose una participación de un cuarto de millón de estadounidenses (Friedman, 2008, p. 44). En noviembre de este mismo año, el presidente JFK fue asesinado en Dallas, Texas cuando se encontraba en una gira política.

Dicho hecho generó una repercusión mediática a nivel global y nacional. Ante tal tragedia la comunidad afroamericana sintió mucho su falta, ya que veía en él la posibilidad de obtener finalmente la ratificación de sus Derechos Civiles. Ante su muerte el texano Lyndon B. Johnson (LBJ), en ese entonces vice-presidente asume como mandatario (The White House), con él se firma el acto de los Derechos Civiles de los afrodescendientes el año 1964. Pero este acto, no protege a afroamericanos de acciones violentas, ni les garantiza su derecho a voto. Por tanto legitima los derechos pero no los garantiza (Conklin, [s.f], p. 23).

Esta falta de concreción a la que se estaba apuntando, quedó plasmada bajo el mandato de LBJ el año 1965, en el pequeño pueblo de Selma, Montgomery, cuyos niveles de segregación eran altísimos, ignorando al igual que Birmingham el Acto de 1964. MLK y un aglomerado de activistas convocan a manifestaciones –siempre amparados en la acción directa no violenta–

hecho que culminó con la muerte de un joven manifestante por la fuerza policial (Carson, 1998, p.408).

Finalmente, y debido a los fatales acontecimientos, el 15 de marzo de ese año, el presidente LBJ presentó la legislación que habría de convertirse en la Ley del Derecho a Voto. Para encerrar magnánimo acontecimiento, King convocó otra marcha, esta vez mucho más extensa, con un recorrido de 80 km aproximadamente. Esta es conocida como la "marcha de Selma a Montgomery" la que inició con 300 participantes para concluir con un alrededor de 2.500 personas (Carson, 1998, p. 409-411).

Otro reconocido líder del movimiento, caracterizado como el opositor a Luther King fue Malcolm X, quien nació Omaha, Nebraska –estado del norte– el 19 de mayo de 1925, con el nombre de Malcolm Litle. Este vivió en diferentes familias de acogida. Debió reclutarse para combatir en la Segunda Guerra Mundial, pero fingió insanidad mental. Después de recurrentes actos criminales fue arrestado y preso el año 1946, con 20 años de edad, donde fue sentenciado a una condena de 8 a 10 años de prisión (Alexandre y Rucker, 2008. p.1115).

Su hermano Reginald, también prisionero, comenzó a introducirlo a la Nación del Islam (NOI). Al dejar la prisión, Malcolm conoce a Elijah Muhammad, quien le renombra como Malcolm X, que el mismo Malcolm explica: "para mí, mi 'X' reemplaza el nombre que un amo blanco de Litle, que algún diablo de ojos azules llamado Litle impuso a mis antepasados paternos (Dyson, 1995, p. 37).

Luego de salir de prisión y unirse a las enseñanzas de Muhammad, descubrió la conexión del NOI con el Nacionalismo Negro (Haley y X, 1965. p.13). A finales de 1964 realizó el Hajj o "viaje la Meca" y cambia su nombre a El-Hajj Malik El-Shabazz (Haley y X, 1995, p.13). El año 1965, El-Shabazz, cumpliendo sus actividades como el renovado líder activista por los Derechos Civiles se encontraba en Nueva York, cuando fue asesinado con 16 tiros a quema ropa, muriendo en el local a los 39 años de edad (Alexandre y Rucker, 2010. p. 1118).

Los niveles de opresión racistas en los Estados Unidos, persistieron y aumentaron en la época del movimiento por los Derechos Civiles. Y donde el Ku Klux Klan –grupo supremacista blanco– y otros grupos racistas y de odio, fueron exaltados y llamados a usar todos los medios necesarios, como quemar iglesias, colgar a afrodescendientes y matarlos incinerados. Ante tal problema, surgió a mano de varios activistas la necesidad de empoderar al afrodescendiente, donde en su esencia seguían los preceptos de autodefensa entonados por Malcolm X y otros

teóricos del nacionalismo negro. Así es que se van concretizando en la historia afroamericana grupos de auto defensa, como los Diáconos por la Defensa y la Justicia (DDJ) y el Partido de las Panteras Negras (BPP), cuyo objetivo es el empoderamiento del hombre negro, la asimilación del poder de este mismo, con la idea de formar un movimiento: el movimiento del Poder Negro.

Tanto el BPP como el DDJ, enfatizaban su actuar en la defensa de las comunidades negras contra la brutalidad policial y grupos racistas, para lo cual legitimaba la violencia y la autodefensa armada, llegando a conformarse patrullas armadas con el fin de vigilar el actuar de los policías y no permitir el uso y abuso de la fuerza. Debido a esto en variadas ocasiones llegaron a enfrentarse fuertemente con policiales. En este mismo sentido, el Movimiento del Poder Negro, se desarrolló en los Estados Unidos sobre todo en la década de los 60's y los 70's, del cual emergieron no solo los grupos de autodefensa mencionados anteriormente, sino que también colectivos que ayudaron a propagar el discurso de orgullo racial, herencia y cultura afroamericana. Estas organizaciones trabajaban en el incentivo a sus seguidores para usar su cabello naturalmente, donde primeramente artistas, activistas, jóvenes y nacionalistas deciden soltar sus cabellos y expresar poder y orgullo.

Después de 46 años de proclamados los Derechos Civiles, el 4 de noviembre del 2008 fue electo el primer presidente afroamericano de los Estados Unidos, tomando pose el 20 de enero del 2009. Barack Obama, hijo de una mujer blanca de Kansas y un hombre negro de Kenia. Obama inicia su programa presidencial, enfatizando su primer período en políticas como las de: precaución de cambio climático, leyes de prevención de crímenes de odio y la Ley de Incentivo Económico. Además propuso reformas, como lo fue *Obamacare* que permitiría ampliar la cobertura médica para todos los ciudadanos estadounidenses, y la Reforma al Sistema Educativo norteamericano. Es también durante el inicio de este primer período que se le otorga el Premio Nobel de la Paz a nueve meses de asumido el cargo (Tajero, 2009). El 21 de enero del 2013, asume su segundo mandato, al que se suman las propuestas de Ley para el Control de Armas, una reforma migratoria integral, y la defensa de los derechos de la población homosexual (Univisión, 2013).

Su gobierno igualmente ha tenido que sobrellevar falencias. Sobre todo cuando nos ponemos a pensar que las demandas por parte de la población afroamericana, cuyo porcentaje de votación fue trascendental para su elección, no se han concretado según el plan presidencial en lo que respecta a los Derechos Civiles. Ante lo mencionado, es trascendental percatarse de la

cantidad de revueltas y tumultos, que se han ocasionado por parte del aparato de la fuerza estatal hacia los afrodescendientes. Estos hechos, han acarreado hasta los días de hoy una larga lista de afroamericanos violentados y muertos por policías blancos (Ajofrín, 2015).

La “guinda de la torta” de esta situación son las elecciones presidenciales del año 2016, donde fue elegido el magnate y empresario neoyorquino, Donald Trump, quien venciendo a Hilary Clinton por 306 votos contra los 232 de la demócrata, se instaura como el 45° presidente de los Estados Unidos, tomando posesión el día 20 de enero del 2017. Trump –hijo de padres pertenecientes a los más altos rangos del Ku Klux Klan–, ha definido su gobierno abiertamente racista, xenófobo, e intolerante, con todo lo que no cumpla con el slogan de *Make America Great Again*, exaltando un extremo nacionalismo que va contra todo lo que no se encaje en el modelo de persona blanca, anglosajona y protestante (WASP-sigla en inglés) (Osno, 2016).

3. Análisis de *The Boondocks*

El análisis de *The Boondocks*, que se realizará a continuación, tendrá una dinámica aleatoria y discontinuada, que no seguirá el patrón de publicación temporal tanto de los compilados del cómic como tampoco las 4 temporadas de la serie de los años 2005, 2007, 2010 y 2014 respectivamente. Iniciaremos por el séptimo episodio de la cuarta temporada, llamado “*Freedomland*”, la cual muestra a Riley y al abuelo Robert en su sala, comiendo comida rápida y viendo televisión. En el medio de este llega Ruckus a la casa a entregar un mensaje de Ed Wuncler II, quien quería ver al abuelo en su oficina. Ya en la oficina, Wuncler les comenta que abrió un parque de diversiones temático, basado en el siglo XIX llamado *Freedomland*, en el cual los Freeman estarían obligados a trabajar.

Thomas Dubois igual está en esta caracterización, aunque a diferencia de los Freeman, él quiso participar por voluntad propia. Tuvieron que vestirse como esclavos además de dormir en las cabañas recreadas como eran en esa época. El Tío Ruckus interpreta el papel de capataz, montando un caballo blanco y llevando un látigo para castigar a los esclavos. Tanto a Tom como a Robert, Ruckus decide conservarles el nombre, pero a Huey lo renombra como “Negro 1” y a Riley como “Negro 2” (*Freedomland*, 2014, min: 5. 23-6.32). A lo que agrega “es lo mejor que le pudo haber pasado a las personas negras... comida a voluntad, picnics bajo el sol, cantaban todo el tiempo, buenos trabajos, un hogar” (*Freedomland*, 2014, min: 5. 23-6.32). De hecho en esta versión de la historia, para Ruckus los esclavos eran las personas blancas y misericordiosas con los afrodescendientes.

Lo intrigante del capítulo es que en este proceso de neo-esclavitud, no solo se esclavizan a afrodescendientes, si no, que también a judíos, latinos y asiáticos. En este punto McGruder intenta demostrar que las minorías raciales son iguales ante el opresor, quien es en este caso y durante toda la historia afroamericana es el hombre blanco, se muestra además el proceso de industrialización de la entretenición, la cual en sus bases muchas veces acarrea el proceso de esclavitud. Dentro de la cabaña, ya de noche, Huey menciona:

Huey: la única forma de obtener la libertad es tomándola Riley: ¿cómo se supone que haremos eso?

Huey: bajo cualquier medio que sea necesario

Riley: estoy intentando no morir

Huey: bueno esto no es exactamente vivir, o ¿acaso lo es? (Freedomland, 2014, min: 11.48-12.00)

Aquí se hace un apelo directo a dos cosas: a la necesidad de iniciar una rebelión de esclavos, y a un discurso entonado por los nacionalistas negros, y sobre todo por Malcolm X, de utilizar “cualquier medio que sea necesario” para obtener su libertad. Ya en el desenlace del capítulo Sarah compra la libertad de su esposo Tom y solo quedan los Freeman en condición de esclavos, que comienzan a planear la rebelión (Freedomland, 2014, min: 19.18-19.55).

Otro capítulo interesante para describir las leyes segregacionistas de Jim Crow y al grupo reaccionario terrorista Ku Klu Klan es el episodio 15 de la segunda temporada, llamado “El Reality Show del Tío Ruckus” (Geek.tv, [s. d]). La historia comienza en los estudios del *Black Entertainment Television* (BET-siglas en inglés), emisora que está buscando nuevos rumbos para mantener el rating, y por tanto deciden hacer un *Reality* de un hombre que ame a la gente blanca, siendo elegido el tío Ruckus. El cual inicia siguiendo su vida desde que se despierta a las 4:45 de la mañana para dar gracias al “Dios blanco”, viéndose al espejo y diciendo:

No soy negro, y no me considero negro, las personas me confunden con un negro, porque ellos no saben que vivo con una terrible enfermedad llamada vitiligo, es una condición de la piel considerada lo opuesto a lo que tuvo Michel Jackson, todas las mañanas me paso una crema por todo el cuerpo compuesta de cloro y sulfuro (El Reality del Tío Ruckus, 2008, min: 3.50-4:13)

Entre otros detalles que da de su vida, menciona que tiene 32 trabajos, y que encuentra flojos a los negros que dicen que no pueden encontrar trabajo. También se presenta su trabajo como auxiliar de limpieza en el colegio J. Edgard Hoover, donde opina que la integración racial

arruino el sistema escolar, y que segregación escolar nunca debió abolirse, y encuentra errado el precepto de que educando a los negros se acabarían los problemas (El Reality del Tío Ruckus, 2008, min: 5.56- 6.12). Como parte del reality, Ruckus se somete a un examen de ADN, que le mostraría sus orígenes. Inicialmente les dan los verdaderos resultados “102% africano, con 2% de error”, después de conocido esto, Ruckus entra en depresión, renuncia a todos sus trabajos y dice que comenzara a vender crack como un verdadero negro (El Reality del Tío Ruckus, 2008, min: 10.33- 12.15).

Ya en el episodio “El retorno del Rey” (Geek.tv, [s. d]), en pleno discurso de Martin Luther King ante una multitud de activistas, interviene el tío Ruckus gritando preceptos racistas a la multitud y sosteniendo un cartel que decía *“I love Jim Crow”*. En el mismo capítulo le reprocha a MLK, el haber luchado contra las leyes de Jim Crow, ya que a él no le molestaba sentarse en la parte de atrás del ómnibus, o beber de otra fuente, o darle un lugar privilegiado a los blancos en la vereda de las calles (El retorno del rey, 2006, min: 8.31-8.59). Claramente queda demostrado que Ruckus representa la otra cara del movimiento, la racista, la confederada, la esclavista, conservadora y un sinfín de sinónimos para lo que resultaba una porción blanca en contra de la atribución de derechos para el afrodescendiente.

A pesar que McGruder crítica la universalización de MLK, el capítulo que ha generado más controversia mediática en los Estados Unidos, ha sido “El retorno del rey”, que se basa en que Martin Luther King en vez de haber muerto con la bala en Memphis en el año 1968, quedó en estado de coma, y despierta en una sociedad totalmente nueva, el año 2000. El capítulo inicia con una frase de King que dice: “Quiero que usted joven hombre y joven mujer que no están vivos hoy... sepan y que vean que estos nuevos privilegios y oportunidades no vinieron sin el sufrimiento y el sacrificio de alguien más” ante lo que contesta una frase de un desconocido “Lo que digas negro” (El retorno del rey, 2006, seg: 00:45-00.56).

El día que MLK despertó del coma, se enfrentó a una sociedad totalmente nueva y desconocida. En este nuevo contexto, las personas no conocerían realmente lo que King hizo por el movimiento, si no que intentarían sacar partido mediático de lo que ellos creen que representa como celebridad. Por otro lado, en una cena entre MLK y el abuelo Robert se introducen memorias de lo que habría sido el “Boicot de los autobuses en Montgomery”, en el cual igual habría participado el abuelo, estando sentado al lado de Rosa Park, pero siendo absolutamente ignorado, quedando ella como la super heroína, hecho por el que Robert le tiene rencor y envidia a la madre del movimiento (Er retorno del rey, 2006, min: 7.15-7-38).

En lo que resta del capítulo, King se da cuenta que la sociedad en la que despertó no es la misma que la de los 60's, y que el foco de atención de la juventud actual está en los canales de televisión solo para negros como el BET, y en el consumo de la industria pop. La palabra que le brindó toda la controversia mediática a este capítulo es la denominación "Negro", la cual depende como se escriba en inglés muda radicalmente su significado, por ejemplo *nigga*, no tiene una connotación negativa, es una forma de tratarse entre amigos. Por otro lado *nigger*, es una forma despectiva de referirse a alguien de color, considerado un precepto racista. En el capítulo "El retorno del Rey", cuando MLK entona el discurso final, utilizaría la palabra negro refiriéndose a *nigga*. Aunque sea considerada la entonación coloquial y positiva, este hecho fue el que remeció con activistas de los Derechos Civiles, quienes encontraron en el episodio una falta de respeto hacia la memoria de King, y a su último discurso en vida, ante lo que demandaron disculpas. (Grey, Jones y Thompson, 2009, p.115)

McGruder responde a las demandas en una entrevista para *ABC News* (2006), donde argumenta, que no solo en este capítulo, si no que durante toda la serie, se usa la palabra negro, como una forma de empoderamiento, y de destapar los tabú que sigue existiendo al respecto. Apuntando además que si el uso de la palabra en el capítulo causó tanta revuelta, es porque la sociedad estadounidense no ha avanzado en nada desde los años 60's, ejemplificado la costumbre adquirida, que al momento de referirse a un *nigga* o *nigger* se diga: "la palabra con "N" ", en vez de solo decirlo. Lo cual expondría una victimización del afrodescendiente que socialmente usa mucho ambas palabras, pero cuando otra persona se lo dice resulta ofensivo (Abc news, 2006, min. 9.07).

Pasando a otro tema, nos resulta curioso durante el análisis, que aunque Huey se declare como un nacionalista socialista negro, dentro de los capítulos no hace referencia en ningún momento a Malcolm X, así como tampoco en las historietas analizadas. Lo que sí se debe considerar, es el gran énfasis que se les da a las Panteras Negras en la historieta, sobre todo con Huey, quien lleva el nombre de uno de los fundadores del partido.

Siguiendo la línea histórica planteada en el capítulo anterior, tanto los grupos de auto-defensa, como el Movimiento por el Poder Negro, se vieron debilitados gracias al FBI, oficina que se encontraba bajo el mandato de J. Edgar Hoover, personaje que inspira el nombre de la escuela de Woodcrest, donde asisten a clases tanto Riley, Jazmine y Huey, donde en vez de aceptarlos como estudiantes comunes, los tratan como una acción afirmativa que debieron adoptar desde la abolición de la ley de segregación escolar.

Finalmente, nos gustaría concretar el análisis de las historietas y de las series, referenciando y complementando dos capítulos: “Es un presidente negro, Huey Freeman” y “La cuadra está caliente” (Geek.tv, [s. d]). Ambos que contemplan dos aspectos de la sociedad norteamericana actual, siendo el hecho de tener a Barack Obama como el primer presidente afrodescendiente y por otro lado, el abuso excesivo de la fuerza policial hacia las minorías.

El capítulo “Es un presidente negro, Huey Freeman”, es un documental alemán narrado por Werner Herzong, quien sigue a la familia Freeman, durante las elecciones del 2008, tomando en cuenta eventos como: la campaña y Obama ya instaurado como presidente. Inicialmente se exhibe a un partido republicano nervioso debido a las caídas de aceptación popular, por lo que buscan un sin número de argumentos para perjudicar a Obama. Uno de ellos es que Obama sería amigo de Huey Freeman en *My Space*. Siendo inconcebible la amistad entre un candidato a la presidencia y un niño de 10 años considerado un terrorista domestico por el FBI (Es un presidente negro, Huey Freeman, 2010, min: 3.18-3.48).

Además, el documental recoge diferentes opiniones sobre las expectativas presidenciales del 2008. Inicialmente Riley diría que quiere que gane Obama, porque es negro, y además permitiría que él no vaya más a la escuela, de esta forma podría por fin ser un gánster de verdad. Por otro lado el abuelo Robert además de querer que gane Obama por el hecho de ser afroamericano, también lo ve como un fruto del esfuerzo de toda la lucha que miles de afroamericanos contuvieron para obtener los Derechos Civiles. De hecho pone una foto de Obama en su altar (Es un presidente negro, Huey Freeman, 2010, min: 9.54-10.25).

Contrariamente a estas opiniones, está la del representante del Partido Republicano de Woodcrest, encarnado en el Tío Ruckus, que como era de esperarse, incitó manifestaciones de cuño racista, argumentando las vinculaciones de Obama con Sadam Huseim, o con ideologías comunistas. Ruckus: “Tu en tu campaña dices: si, nosotros podemos, yo te digo no, no puedes maldito negro” (Es un presidente negro, Huey Freeman, 2010, min: 14.13-14.25).

Después de ganada la elección, el documentalista alemán vuelve en dos ocasiones: al año siguiente (2009) cuando Obama asumirá la presidencia, y el año 2010, cuando ya está en pleno mandato. La primera vez, vive la efervescencia de miles de afroamericanos, felices porque Obama está en el poder, donde incluso reaccionan de forma violenta al saber que hay afrodescendientes que no están felices con la victoria, como son Ruckus y Huey. El día del cambio de mando, el abuelo recibe una carta del presidente invitándolo a ser parte de la ceremonia, ante la emoción él se dirige junto a Riley a Washington. Mientras tanto Ruckus y Huey piensan en

abandonar el país. Huey se iría a Canadá y Ruckus no tendría un rumbo definido, aunque en ningún de los dos casos da resultado. Cuando el abuelo se dirige a la ceremonia de cambio de mando, es interceptado por la policía que no lo deja a él y a miles de otras personas afroamericanas acercarse a la ceremonia (Es un presidente negro, Huey Freeman, 2010, min: 17.49-18.25).

Esta es la primera crítica que realiza McGruder en la serie sobre el abuso de la fuerza por parte del aparato policial, crítica que también vemos en el 14 de la primera temporada, llamado “La cuadra está caliente”, la cual muestra en una escena a Ruckus, quien llama a la policía para denunciar a Riley, quien estaba jugando a mojar a las personas con mangueras. Cuando llega la policía, Riley escapa, y le piden la identificación a Ruckus, mientras la estaba sacando de su billetera, los policiales lo confunden con un arma y comienzan a dispararle Ruckus fue baleado 180 veces, además de acorralado y golpeado por los policías que confundieron sus pertenencias con armas de fuego. Pero a diferencia de los casos reales, no fue muerto, perdonó a los policías y terminó el capítulo siendo uno de ellos. Ante lo que concluye: “Estos oficiales blancos solo cumplieron su trabajo, y son el mejor ejemplo de la buena inversión de mis impuestos” (La cuadra esta caliente, 2006, min: 12.10-12.26).

Finalmente, volviendo al capítulo sobre Obama, cuando el documentalista le pregunta a Riley qué opina de Obama, este menciona: “Obama no es un negro de verdad” (Es un presidente negro, Huey Freeman, 2010, min: 20.57- 21.03). Ya que un negro de verdad no permitiría que los policías ataquen a sus hermanos negros. Como pudimos apreciar en objetos estudiados, existe una representación directa hacia el contexto histórico mencionado en el capítulo de antecedentes. Sobre todo en lo que concierne a temáticas como la esclavitud, las leyes de segregación de Jim Crow y los grupos de odio, como también un contexto político y social más actual de la sociedad estadounidense.

Consideraciones finales

Este escrito, buscó realizar un análisis de caso sobre el Movimiento por los Derechos Civiles de los afrodescendientes en los Estados Unidos, utilizando como fuente principal un cómic y serie televisiva llamada *The Boondocks*. Este estudio no podría haber sido posible en el campo de las Relaciones Internacionales, si es que esta disciplina no hubiera pasado por debates trascendentales, que transgredieron las bases academicistas de la realización de trabajos

de investigación y análisis. Es por tanto el surgimiento de movimientos que buscan descolonizar las RI's que hace posible la utilización de este tipo de fuentes, tan *Sui generis*.

En nuestro primer capítulo presentamos conceptos como "decolonialidad visual" y "zona de contacto", ambos cuyos preceptos guiaron el análisis y la comprensión de todo lo que puede parecer "contradictorio" o bien intrigante del desarrollo de la serie y el cómic. Concluimos el primer apartado con la presentación de *The Boondocks*, su creador y director, como sus personajes principales y secundarios.

El segundo capítulo abordo los "antecedentes" donde por cuestiones de extensión, decidimos presentar el escenario estadounidense desde inicios del siglo XX, su participación en ambas guerras mundiales, Guerra Fría y los primeros indicios del movimiento con el "Boicot de los autobuses de Montgomery". Fueron introducidos los líderes más importantes, al igual que los principales acontecimientos, hasta 1965 con la obtención de los Derechos Civiles. Para la conclusión de este apartado, analizamos los años posteriores al Movimiento, la muerte de ambos líderes, el surgimiento de los partidos de autodefensa como son las Panteras Negras y los Diáconos por la Defensa y la Justicia y el Movimiento por el Poder Negro, para concluir con la elección de Barack Obama como presidente, sus dos mandatos y la controversial elección de Donald Trump el año 2016.

El último capítulo lo destinamos para el análisis de *The Boondocks* como fuente de representación. Tanto en la serie como el cómic pudimos ver una descripción gráfica y discursiva amplia, al respecto de la esclavitud, los grupos racistas y de odio y diversos acontecimientos del Movimiento, sus líderes y el Movimiento por el Poder Negro. En definitiva presenciamos mediante la serie una metáfora visual de lo que representó para la población afroamericana la victoria presidencial de un político de color, también observamos que esta euforia fue disminuyendo cada vez más, hasta que se hizo difícil comprender que cuando un presidente afroamericano está en el poder, sea también el apogeo de acontecimientos violentos y mortales por parte de la policía para la población negra.

Finalmente, consideramos que tanto la serie como el cómic desafían la colonialidad visual sobre lo que es el Movimiento Negro y sus debates. Lo lleva a un patamar de representación de sus propias colonialidades, e interrogantes de lo que es "ser negro". La serie es "en sí" descolonizante y aplicable a una visualidad que traspasa las fronteras estadounidenses, con metáforas aplicables en países como Brasil, Colombia, Venezuela y tantos otros. Cabe resaltar también que la serie evidencia en demasía el concepto de "zona de contacto" de Mary Louis

Pratt, esa frontera entre lenguajes, cultura, clases y pensamientos como también la frontera entre el diseño americano y anime, historia y ficción, blancos y negro, entre tantas otras dicotomías que demuestran esa vinculación entre el *mainstream* y lo marginal.

Referencias

Ajofrín (2015) *Tenemos un Presidente negro, Obama, ¿y qué?*. Es Global. Recuperado de: <http://www.esglobal.org/tenemos-un-presidente-negro-obama-y-que/>

Alexandre y Rucker (2010) *Encyclopedia of African American History*. California.

Boondocks.net. *The Boondocks cartoon compilation*. Recuperado de: <http://boondocks.net/books/>

Castro-Gómez (2005). *La poscolonialidad explicada a los niños*. Popayán: Universidad del Cauca, Instituto Pensar.

Carson (1998) *The Autobiography of Martin Luther King, Jr.* Estados Unidos: Hachette Book Group. P. 592.

Collier y Franklin (2001) *Sisters in the struggle*, Nueva York: New York University Press. P. 377.

Conklin (sin fecha). *Martin Luther King Jr.* Estados Unidos: Huntington Beach, Shell Education. p. 32.

Dyson (1995). *Making Malcolm: The Myth and Meaning of Malcolm X*. Nueva York: Oxford University press. P. 246.

Friedman (2008). *Libres al fin. El movimiento de derechos civiles de EE.UU.* Washington: Departamento de Estado de EE.UU, Global Publishing Solutions. P.68.

Friedman (2011). *Outline of U.S History*. Washington: Estate Department of the U.S.A, Global Publishing Solutions. P. 380.

Haley y X (1965). *The Autobiography of Malcolm X*. Nueva York: Paul R. Reynolds Inc. P.216

Hanashiro (2006). *Comic Strip "The Boondocks" taking six months hiatus*. *Usa Today*. Recuperado de: http://usatoday30.usatoday.com/life/books/news/2006-02-28-boondocks-break_x.htm

Henderson (2005). *Encyclopedia of World Biography: Aaron McGruder*. Recuperado de: <http://www.notablebiographies.com/newsmakers2/2005-La-Pr/McGruder-Aaron.html>

Karnal (org.)(2011). *História dos Estados Unidos*. São Paulo: Contexto, 2011. P. 286.

King (1964) *Why we Can't wait*. Boston: Beacon press. P. 182.

León (2012). *Imagen, medios y telecolonialidad: hacia una crítica decolonial de los estudios visuales*. *Aisthesis*, n. 51, p. 109-123.

Litten (2015). *A Little Huey Himself*. The Diamondack. Recuperado de: http://www.diamondbackonline.com/article_c145a938-cbd2-5c1d-ac02-f90e15adc4e1.html

Mcgruder (2000). *Because I know you don't read the newspaper*. Kansas: Andrews McMeel Publishing. P. 128

_____ (2001). *Fresh for '01...you suckass*. Kansas: Andrews McMeel Publishing. P.128

_____ (2003). *A Right to Be Hostile*. Kansas: Andrews McMeel Publishing P. 134.

_____ (2005). *Public Enemy #2.*, Kansas: Andrews McMeel Publishing. P. 112.

_____ (2007). *All the Rage*. Kansas: Andrews McMeel Publishing. P. 126.

Ogunnaike (2005) *The Comic-strip Revolution Will Be Televised*. The New York Times. Recuperado de: <http://www.nytimes.com/2005/10/30/arts/television/the-comicstrip-revolution-will-be-televised.html>

Osnos (2016). *Donald Trump and the Ku Klux Klan: a History*. The New Yorker. Recuperado de: <https://www.newyorker.com/news/news-desk/donald-trump-and-the-ku-klux-klan-a-history>

Pratt (2010). *Ojos imperiales. Literatura de viajes y transculturación*. México: FCE.

Spivak (2010). *Pode o subalterno falar?*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Tajero (2009). *Obama, nobel de la paz*. El mundo.es, Madrid. Recuperado de: <http://www.elmundo.es/elmundo/2009/10/09/internacional/1255078949.html>

The Boondocks. Com (sin fecha). *Characters*. Sony Entertainment Television. Recuperado de: <http://www.boondockstv.com/>

Thomas (2013). *The Boondocks on Netflix*. Recuperado de: <http://leseanthomas.com/miscellaneous/the-boondocks-season-1-on-netflix/>

The White House. Recuperado de: <https://www.whitehouse.gov>